MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA CÂMARA B3

26/10/2026

ÍNDICE

REGISTRO DE ALTERAÇÕES 16

1. INTRODUÇÃO 17

2. CONTAS, VÍNCULOS E CARTEIRAS 19

2.1. Contas 19

2.1.1. Tipos de contas 19

2.1.2. Situação da conta 21

2.2. Vínculos entre contas 22

2.2.1. Tipos de vínculo 22

2.2.2. Situação do vínculo 29

2.3. Carteiras 29

2.4. Finalidades 30

3. MODALIDADES DE OPERAÇÕES 32

3.1. Modalidades do ambiente de registro 32

3.2. Modalidades do ambiente de negociação 33

3.3. Modalidade do ambiente de contratação de empréstimo 34

4. GESTÃO DE ATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA FIXA PÚBLICA 35

4.1 Consulta de ativos e recursos financeiros 36

4.2 Movimentação de ativos e recursos financeiros 36

4.2.1 Depósito de ativos e recursos financeiros 37

4.2.2 Retirada de ativos e recursos financeiros 38

4.2.3 Transferência de ativos entre conta de depósito e conta de garantias no SELIC 39

4.2.4 Repasse de pagamento de cupom de juros ou de resgate de ativos em conta de depósito de título público federal *40*

5. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES NA CÂMARA 41

5.1. Contratação de empréstimo de ativos 41

5.1.1. Registro de empréstimo de ativos de renda variável *42*

5.1.1.1. Características específicas de oferta doadora *43*

5.1.1.2. Características específicas da confirmação pelo tomador *43*

5.1.1.3. Indicação de participante carrying *44*

5.1.1.4. Direcionamento de custódia *45*

5.1.1.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de ativos *47*

5.1.1.6. Atributos da oferta doadora *47*

5.1.1.7. Atributos da confirmação do registro *49*

5.1.2. Negociação eletrônica de empréstimo de ativos de renda variável *50*

5.1.2.1. Permissão para acesso de comitente ou gestor *52*

5.1.2.2. Características específicas da oferta doadora *52*

5.1.2.3. Características específicas de oferta tomadora *55*

5.1.2.4. Características específicas de oferta doadora para o tratamento de falhas de entrega de ativos *55*

5.1.2.5. Indicação de participante doador carrying *56*

5.1.2.6. Alteração de ofertas *57*

5.1.2.7. Geração de operação de empréstimo de ativos *57*

5.1.2.8. Atributos das ofertas *58*

5.1.2.8.1. Oferta doadora *58*

5.1.2.8.2. Oferta tomadora *60*

5.1.2.9. Cancelamento de operação de empréstimo de ativos 61

5.1.3. Contratação de empréstimo de ativos de renda variável com utilização da conta de intermediação 61

5.1.3.1. Intermediação por meio do registro de empréstimo de ativos 61

5.1.3.2. Intermediação por meio de negociação eletrônica com liquidação em D+1 62

5.1.4. Registro de empréstimo de ativos de renda fixa pública 63

5.1.4.1. Características específicas de oferta doadora 64

5.1.4.2. Características específicas de oferta tomadora 65

5.1.4.3. Indicação de participante carrying 65

5.1.4.4. Direcionamento de custódia 66

5.1.4.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de ativos de renda fixa pública 68

5.1.4.6. Atributos da oferta doadora 69

5.1.4.7. Atributos da oferta tomadora 71

5.1.5. Registro de empréstimo de cotas de ETF de renda fixa 72

5.1.5.1. Características específicas de oferta doadora 73

5.1.5.2. Características específicas de oferta tomadora 74

5.1.5.3. Indicação de participante carrying 74

5.1.5.4. Direcionamento de custódia 75

5.1.5.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de cotas de ETF de renda fixa 77

5.1.5.6. Atributos da oferta doadora 78

5.1.5.7. Atributos da oferta tomadora 80

5.1.6. Cancelamento de oferta 81

5.1.7. Tratamento de eventos corporativos 82

5.1.8. Grade horária para contratação de empréstimo de ativos 83

5.1.9. Suspensão do ativo objeto de empréstimo de ativos de renda variável 87

5.2. Contratação de operação compromissada específica 87

5.2.1. Características específicas de oferta vendedora 88

5.2.2. Características específicas da confirmação pelo comprador 89

5.2.3. Indicação de participante carrying 90

5.2.4. Direcionamento de custódia 91

5.2.5. Geração de pré-contrato de operação compromissada específica 92

5.2.6. Atributos da oferta vendedora 93

5.2.7. Atributos da confirmação do registro 95

5.2.8. Cancelamento de oferta 96

5.2.9. Grade horária para contratação de operação compromissada específica 96

6. CAPTURA, ALOCAÇÃO E REPASSE DE OPERAÇÕES 99

6.1. Captura de operações 99

6.1.1. Validações na captura de operações 99

6.1.1.1. Horário-limite para captura de operações 102

6.1.2. Cancelamento de operações 102

6.1.3. Captura de operações em bloco 103

6.1.3.1. Cancelamento de operação contida em um bloco 104

6.1.3.2. Cancelamento de bloco de operações 105

6.2. Alocação de operações 105

6.2.1. Procedimentos relativos à alocação de operações 106

6.2.2. Alocação por preço médio 111

6.2.2.1. Criação de bloco de operações agregadas por preço médio 112

6.2.2.2. Manutenção de bloco de operações agregadas por preço médio ... 115

6.2.2.3. Cancelamento de operação pertencente a um bloco ... 117

6.2.3. Procedimentos relativos à alocação de operações de swap cambial com origem em leilão do BCB ... 117

6.2.4. Cancelamento de alocação de operação ... 118

6.2.5. Alteração de alocação de operação ... 119

6.2.6. Procedimentos adotados para operações não alocadas em contas definitivas no encerramento do prazo limite de alocação ... 121

6.2.7. Grade de horários para alocação de comitentes ... 123

6.3. Repasse de operações ... 130

6.3.1. Tipos de repasse ... 131

6.3.2. Procedimentos de repasse ... 132

6.3.3. Grade de horários para repasse e confirmação ou rejeição de repasse ... 134

6.3.4. Tratamento de violação de regras de repasse ... 137

6.3.5. Vedações ... 141

7. CONTROLE DE POSIÇÕES ... 142

7.1. Consulta de posição ... 145

7.1.1. Informações gerais ... 146

7.1.2. Consulta de operações estruturadas ... 147

7.1.3. Horários-limites para consulta de posição ... 148

7.2. Exercício de opções listadas ... 148

7.2.1. Bloqueio de exercício ... 151

7.3. Transferência de posições ... 153

7.3.1. Procedimentos de transferência de posições ... 153

7.3.2. Cancelamento de transferência de posições ... 160

7.3.3. Horários-limites para transferência de posições ... 161

7.3.4. Transferência de obrigações e direitos por substituição de membro de compensação ... 162

7.4. Liquidação antecipada de contrato a termo ... 162

7.4.1. Liquidação antecipada ... 162

7.4.1.1. Liquidação antecipada de contrato a termo de ativos do mercado à vista de renda variável 163

7.4.1.2. Cancelamento de liquidação antecipada ... 165

7.4.1.3. Horário-limite para liquidação antecipada ... 165

7.4.2. Direcionamento de custódia para a liquidação no vencimento do contrato a termo de ativos do mercado à vista ... 166

7.4.2.1. Cancelamento de direcionamento de custódia para a liquidação no vencimento do contrato a termo de ativos do mercado à vista ... 167

7.4.2.2. Horário-limite para direcionamento de custódia em contrato a termo de ativos do mercado à vista ... 167

7.5. Cobertura ... 167

7.5.1. Cobertura de venda à vista ... 168

7.5.2. Cobertura de posições por meio de operações com o ativo-objeto ... 169

7.5.2.1. Cobertura de posições em contratos de opção ... 169

7.5.2.2. Cobertura de posições a termo ... 170

7.5.3. Cobertura de posições de empréstimo de ativos por especificação da carteira de cobertura na alocação ... 171

7.5.4. Cobertura de posições por requisição via sistema ... 171

7.5.5. Retirada de cobertura de posições por requisição via sistema ... 174

7.5.6. Retirada de cobertura e cobertura na mesma requisição via sistema ... 175

7.5.7. Transferência de ativos entre carteiras de cobertura 177

7.5.8. Cancelamento de requisição de cobertura via sistema 178

7.5.9. Movimentação de cobertura de empréstimo de ativos para inserção de oferta doadora certificada na conta de intermediação 179

7.5.10. Liquidação de posição coberta de empréstimo de ativos 180

7.5.11. Movimentação de ativos na central depositária da B3 em carteiras de cobertura 180

7.5.12. Movimentação de ativos no SELIC 181

7.5.13. Multa por não cobertura de contrato a termo de ativos do mercado à vista 181

7.5.14. Horário-limite para manutenção de cobertura de posições 182

7.5.15. Bloqueio de cobertura de posição sobre ativo de renda fixa pública 182

7.6. Manutenção das posições de empréstimo 183

7.6.1. Cancelamento de contrato 183

7.6.2. Alteração de contrato 184

7.6.3. Renovação de contrato 186

7.6.4. Liquidação antecipada de contrato 190

7.6.5. Cancelamento de solicitação de alteração ou renovação 192

7.6.6. Cancelamento de solicitação de liquidação antecipada 192

7.6.7. Manutenção de operações oriundas de intermediação de empréstimo de ativos de renda variável 193

7.6.7.1. Alteração de doador 195

7.6.7.2. Alteração de contrato 197

7.6.7.3. Renovação do contrato 197

7.6.7.4. Transferência de posições 198

7.6.7.5. Liquidação antecipada de contrato 199

7.6.7.6. Assunção das operações oriundas de intermediação de empréstimo de ativos 200

7.7 Manutenção das posições em operações compromissadas específicas 201

7.7.1. Cancelamento de contrato 201

7.7.2 Alteração de contrato 202

7.7.3 Renovação de contrato 204

7.7.4 Liquidação antecipada de contrato 206

7.7.5 Cancelamento de solicitação de alteração ou de renovação 207

7.7.6 Cancelamento de solicitação de liquidação antecipada 207

7.8. Informativos sobre as posições de empréstimo de ativos 208

7.9. Tratamento de eventos corporativos e eventos de renda fixa pública 209

7.9.1. Tratamento de eventos corporativos para opções sobre ativos do mercado à vista 211

7.9.2. Tratamento de eventos corporativos para contrato a termo de ativos 224

7.9.3. Tratamento de eventos corporativos para posições de empréstimo de ativos de renda variável 233

7.9.4. Tratamento de eventos corporativos para posições de falha de entrega 250

7.9.5. Tratamento de eventos corporativos para posições de recompra de ativos 257

7.9.6. Tratamento de eventos corporativos para contrato futuro sobre ativos negociados no mercado de renda variável 263

7.9.7 Pagamento de cupom de juros em posições de renda fixa pública 271

7.10. Tratamento de posições em aberto em caso de leilão de ativo com a negociação suspensa por decretação de falência ou liquidação extrajudicial do emissor 272

8. COMPENSAÇÃO MULTILATERAL 277

8.1. Procedimentos de compensação 277

8.1.1. Apuração do saldo líquido multilateral em moeda nacional 277

8.1.1.1. Saldo líquido multilateral do comitente 278

8.1.1.2. Saldo líquido multilateral do participante de negociação pleno e do participante de liquidação 280

8.1.1.3. Saldo líquido multilateral dos membros de compensação 281

8.1.1.4. Valor de liquidação atribuído ao liquidante 282

8.1.2. Apuração do saldo líquido multilateral em ativos custodiados na central depositária da B3 282

8.1.2.1. Instruções de liquidação de ativos em conta erro 285

8.1.2.2. Autorização de entrega ou de recebimento de ativos 285

8.1.2.3. Alteração da conta de depósito 289

8.1.2.4. Alteração da carteira na instrução de liquidação 289

8.1.3. Apuração do saldo líquido multilateral em ativos custodiados no SELIC 290

8.1.3.1. Instruções de liquidação de ativos em conta erro 292

9. LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL 293

9.1. Procedimentos de liquidação multilateral 293

9.1.1. Entrega de ativos dos comitentes devedores em ativos à câmara 294

9.1.1.1. Entrega de ativos custodiados na central depositária da B3 nos processamentos cíclicos de entrega de ativos 294

9.1.1.2. Entrega de ativos custodiados na central depositária da B3 no processamento regular de entrega de ativos 295

9.1.1.2.1. Processo de identificação de instruções credoras não liquidadas 297

9.1.1.2.2. Processo de otimização de compensação de ativos 298

9.1.1.3. Entrega de ativos custodiados no SELIC 299

9.1.1.3.1. Processo de identificação de instruções credoras não liquidadas 301

9.1.1.4. Entrega de mercadorias 302

9.1.1.4.1. Indicação de terceiros para recebimento e para entrega de mercadorias 306

9.1.2. Pagamento dos devedores líquidos em recursos financeiros à câmara 307

9.1.2.1. Liquidação dos membros de compensação 308

9.1.2.2. Liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL) 309

9.1.2.2.1. Habilitação à liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL) 309

9.1.2.2.2. Responsabilidades na liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL) 311

9.1.2.2.3. Procedimentos de liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL)..... 311

9.1.2.3. Liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP) 312

9.1.2.3.1. Responsabilidades na liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP)..... *313*

9.1.2.3.2. Procedimentos de liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP)..... *313*

9.1.2.4. Liquidação de comitentes não residentes – Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024 314

9.1.2.4.1. Processo de liquidação de comitentes não residentes – Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024..... *314*

9.1.3. Entrega de ativos aos credores em ativos e pagamento aos credores líquidos em recursos financeiros..... *315*

9.1.4. Grade de horários..... *316*

9.1.4.1. Alteração do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) 321

9.1.5. Tratamento de falha..... *321*

9.1.5.1. Falha de pagamento do saldo líquido multilateral..... *321*

9.1.5.1.1. Mecanismo de restrição..... *322*

9.1.5.2. Falha de entrega de ativos..... *324*

9.1.5.2.1. Falha de entrega de ativos no mercado de renda variável..... *324*

9.1.5.2.1.1. Execução de ordem de recompra..... *329*

9.1.5.2.1.2. Cancelamento da ordem de recompra ... 332

9.1.5.2.1.3. Reversão da recompra ... 334

9.1.5.2.1.4. Caracterização das falhas de entrega ... 336

9.1.5.2.1.4.1. Falhas causadas por falhas anteriores cometidas por terceiros ... 336

9.1.5.2.1.4.2. Falhas de natureza operacional ... 336

9.1.5.2.1.4.3. Falhas de natureza não operacional ... 338

9.1.5.2.1.5. Multas por falha de entrega de ativos ... 339

9.1.5.2.1.5.1. Multa mínima ... 339

9.1.5.2.1.5.2. Multa adicional ... 340

9.1.5.2.1.6. Pedido de reconsideração de multa ... 341

9.1.5.2.2. Falha de entrega de ativos negociados no mercado de renda fixa privada ... 342

9.1.5.2.2.1. Ordem de recompra ... 344

9.1.5.2.2.2. Execução de ordem de recompra ... 345

9.1.5.2.2.3. Cancelamento da ordem de recompra ... 348

9.1.5.2.2.4. Reversão da recompra ... 350

9.1.5.2.3. Falha de entrega de ativos no mercado de renda fixa pública ... 352

9.1.5.2.3.1. Execução de ordem de recompra ... 356

9.1.5.2.3.2. Cancelamento da ordem de recompra ... 358

9.1.5.2.3.3. Reversão da recompra ... 360

9.1.5.3. Da entrega de mercadoria ... 362

10. LIQUIDAÇÃO BRUTA E LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO BILATERAL ... 363

10.1. Processo de liquidação bruta ... 364

10.1.1. Prazos e horários do ciclo de liquidação bruta ... 367

10.2. Processo de liquidação bilateral 368

10.2.1. Prazos e horários do ciclo de liquidação bilateral 371

11. ROL DE COMITENTES INADIMPLENTES 372

11.1. Inclusão de comitente no rol de inadimplentes *372*

11. 2 Exclusão de comitente do rol de inadimplentes *374*

12. OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO E DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS 376

12.1. Ofertas públicas de distribuição de ativos 376

12.1.1. Consórcio de distribuição 377

12.1.2. Intenções de investimento (reservas) 377

12.1.3. Alocação da oferta 379

12.1.4. Liquidação da oferta 380

12.1.4.1. Processo de liquidação da oferta 380

12.1.4.2. Depósito e administração de garantias relativas à parcela do varejo e ao exercício do direito de prioridade 382

12.1.4.3. Procedimento para depósito de garantias 383

12.1.5. Tratamento de falha em oferta pública de distribuição de ativos 384

12.1.5.1. Mecanismo de restrição 384

12.1.5.2. Procedimentos para tratamento de falhas de pagamento 385

12.1.6 Procedimentos para Oferta Pública Direta no regime FÁCIL 386

12.1.6.1 Análise das ofertas diretas no regime FÁCIL 387

12.1.6.2 Participantes da oferta direta no regime FÁCIL 389

12.2. Oferta pública de aquisição de ativos 390

13. LEILÃO DE FUNDOS SETORIAIS 392

14. CUSTOS E ENCARGOS 393

14.1. Divulgação dos resultados de custos e encargos 393

15. PLANO DE RECUPERAÇÃO 394

15.1. Postergação da janela de liquidação 394

15.2. Falha da infraestrutura tecnológica da câmara e/ou STR 394

15.2.1. Negócios realizados no after-hours 395

15.2.2. Alocação de operações 396

15.2.3. Leilão de swap cambial 396

15.2.4. Controle de posição 396

15.2.4.1. Prêmio e ajuste *396*

15.2.4.2. Liquidação antecipada e renovação de contrato *397*

15.2.4.3. Vencimento de contrato *397*

15.2.4.4. Cobertura de posição *398*

15.2.4.5. Eventos corporativos *398*

15.2.5. Entrega física de commodities 399

15.2.6. Processo de liquidação 399

15.2.6.1. Autorização de entrega ou recebimento de ativos *399*

15.2.6.2. Liquidação de posições *399*

15.2.6.3. Recompra de ativos *400*

15.2.7. Oferta de distribuição de ativos 400

16. FERIADO EXTRAORDINÁRIO 401

16.1. Negócios realizados no after-hours 402

16.2. Alocação de operações 402

16.3. Leilão de swap cambial....402

16.4. Controle de posição....403

16.4.1. Prêmio e ajuste....403

16.4.2. Vencimento de contrato....403

16.4.3. Liquidação antecipada e renovação de contrato....404

16.4.4. Cobertura de posição....404

16.4.5. Eventos corporativos....404

16.5. Entrega física de commodities....405

16.6. Processo de liquidação....405

16.6.1. Autorização de entrega ou recebimento de ativos....405

16.6.2. Liquidação de posições....406

16.6.3. Recompra de ativos....406

16.7. Contratação de empréstimo de ativos....407

16.8. Oferta de distribuição de ativos....407

REGISTRO DE ALTERAÇÕES

Capítulo	Alteração	Data	Ofício Circular*
1. Introdução	07	02/05/2024	064/2024-PRE
2. Contas, vínculos e carteiras	12	23/02/2026	009/2026-VNC
3. Modalidades de operações	10	28/10/2024	139/2924-PRE
4. Gestão de ativos de operações de renda fixa pública	02	28/10/2024	139/2924-PRE
5. Contratação de operações na câmara	23	23/02/2026	009/2026-VNC
6. Captura, alocação e repasse de operações	31	20/04/2026	010/2026-VPE
7. Controle de posições	38	09/03/2026	006/2026-VPE
8. Compensação multilateral	15	23/02/2026	009/2026-VNC
9. Liquidação pelo saldo líquido multilateral	26	23/02/2026	009/2026-VNC
10. Liquidação bruta e liquidação pelo saldo líquido bilateral	07	26/10/2026	051/2026-VNC
11. Rol de Comitentes Inadimplentes	07	26/10/2026	021/2026-VPE
12. Ofertas de distribuição e de aquisição de ativos	11	22/06/2026	013/2026-VPE
13. Leilão de fundos setoriais	03	31/08/2020	109/2020-PRE
14. Custos e encargos	04	31/08/2020	109/2020-PRE
15. Plano de Recuperação	01	21/11/2022	153/2022-PRE
16. Feriado extraordinário	01	30/01/2023	006/2023-PRE

** Ofício Circular por meio do qual a alteração foi divulgada.*

1. INTRODUÇÃO

Estão descritos neste manual de procedimentos operacionais os processos e os procedimentos relacionados com as atividades realizadas pela **câmara** e por seus **participantes**, em relação aos mercados de **derivativos** financeiros, de *commodities* e de renda variável, ao mercado de **empréstimo** de **ativos** e aos mercados à vista de renda variável e de renda fixa privada administrados pela B3, ou por entidades administradoras de **sistemas externos**, abrangendo as **operações** aceitas pela **câmara** realizadas em **mercado de bolsa** e em **mercado de balcão organizado**.

Este manual de procedimentos operacionais da **câmara** é organizado em itens e o complementam:

- o regulamento de acesso e o manual de acesso da B3;
- o regulamento da **câmara**;
- o manual de administração de risco da **câmara**;
- o regulamento da **central depositária da B3**;
- o manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3**;
- o manual operacional de **cadastro** da B3;
- o glossário de termos e siglas da B3;
- os ofícios circulares e demais normativos, editados pela B3, em vigor; e
- o catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Aos termos em negrito, seja no singular, seja no plural e às siglas utilizadas neste manual de procedimentos operacionais, aplicam-se as definições e os significados constantes do glossário de termos e siglas da B3, o qual é um documento independente de seus demais normativos. Os termos usuais do mercado financeiro e de capitais, os de natureza jurídica, econômica e contábil, e os termos técnicos de qualquer outra natureza

empregados neste manual e não constantes do glossário de termos e siglas da B3 têm os significados geralmente aceitos no Brasil.

Na hipótese de ambiguidade entre as disposições contidas neste manual de procedimentos operacionais e nos demais normativos da B3 não relacionados à **câmara**, deve prevalecer o normativo mais específico, considerando a matéria objeto da ambiguidade. Caso os normativos e a matéria estejam relacionados à **câmara**, deve prevalecer o regulamento da **câmara**; ou, no caso de ambiguidade entre este manual de procedimentos operacionais e o manual de administração de risco, prevalecerá este manual para assuntos relativos aos procedimentos operacionais da **câmara**, exceto aqueles relativos à administração de risco.

O presente manual é aprovado pela Diretoria Colegiada da B3 e, conforme aplicável, pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da regulamentação editada por estes.

2. CONTAS, VÍNCULOS E CARTEIRAS

Para a operacionalização dos processos relacionados à pós-negociação da B3, a **câmara** mantém estrutura de **contas** e **vínculos** que deve ser utilizada pelos **participantes** para a realização de suas atividades.

Os procedimentos relativos ao cadastramento e à manutenção de **contas** e **vínculos** são descritos no manual operacional de **cadastro** da B3.

2.1. Contas

2.1.1. Tipos de contas

As **contas** da **câmara** são divididas em definitivas e transitórias:

I. Definitivas

1. normal: **conta** de **carteira** própria dos **participantes** ou de seus **comitentes**;

2. erro: **conta** automaticamente criada pela **câmara**, para os **participantes de negociação plenos** e para os **participantes de liquidação**, que recebe **operações** não alocadas para **comitentes** na forma e no prazo estabelecidos pela **câmara**, em decorrência de erro operacional. As **operações** de compra e de venda do mesmo **ativo**, alocadas para a **conta** erro, não são compensadas para fins de **liquidação**. As **operações** de compra e de venda do mesmo **derivativo** são compensadas para fins de **liquidação**; e

3. erro operacional: **conta** automaticamente criada pela **câmara** e utilizada pelos **participantes de negociação plenos** e pelos **participantes de liquidação** para realocação de **operações** por motivo de erro operacional. As **operações** de compra e de venda do mesmo **ativo** ou do mesmo

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

derivativo, alocadas para a **conta** erro operacional, são compensadas para fins de **liquidação**.

II. Transitórias

1. *brokerage*: **conta** transitória utilizada para possibilitar o **vínculo** de **repasse** entre dois **participantes de negociação plenos** ou entre um **participante de negociação pleno** e um **participante de liquidação** sem a identificação do **comitente** final no **participante-origem**. Nesse caso, o **vínculo** de **repasse** é estabelecido entre a **conta** *brokerage* sob o **participante-origem** e a **conta** *brokerage* sob o **participante-destino**, ambas de titularidade do **participante-destino** do **repasse**. O **participante-destino**, **após aceitar o repasse**, identifica o **comitente** final, por meio do processo de **alocação**, uma vez que é este o **participante** que recebe e controla a ordem do **comitente**;

2. captura: **conta** transitória automaticamente criada pela **câmara**, de titularidade do **participante de negociação pleno**, utilizada para recebimento de **operações** que não tenham uma **conta** atribuída no **ambiente de negociação**;

3. máster: **conta** transitória, agrupadora de **contas** de **comitentes** que possuam **vínculo** específico entre si, como o de gestão comum ou o de representação pelo mesmo intermediário internacional, as quais são registradas sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**;

4. admincon: **conta** transitória, de titularidade do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, utilizada na indicação de **operações** oriundas de ordens administradas concorrentes do **mercado de renda variável**, ou seja, ordens recebidas simultaneamente de **comitentes** distintos. A partir de uma **conta** do tipo admincon, seguindo as regras e os prazos de **alocação**, é possível alocar as **operações** para as **contas** dos

comitentes. Esse mecanismo permite que o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** execute ao mesmo tempo as ordens recebidas de diferentes **comitentes**, garantindo as mesmas condições a estes **comitentes**;

5. fintermo: **conta** transitória, de titularidade do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**, utilizada na indicação de **operações** de financiamento do mercado a termo. Esse tipo de **conta** pode ser indicado somente para **operações** de compra do mercado à vista ou de venda do mercado a termo. A partir de uma **conta** do tipo fintermo, seguindo as regras e os prazos de **alocação**, é possível alocar as **operações** para as **contas** dos **comitentes**;

6. intermediária: **conta** transitória utilizada na indicação de **operações** pertencentes a **comitentes** não residentes. A partir de uma **conta** do tipo intermediária, seguindo as regras e os prazos de **alocação**, é possível alocar as **operações** para a(s) **conta(s)** do(s) respectivo(s) **comitente(s)**; e

7. formador de mercado: **conta** transitória, de titularidade do **participante de negociação pleno**, utilizada no **ambiente de negociação**, na indicação de ofertas no âmbito dos programas de formador de mercado. No ambiente de pós-negociação, para fins de **alocação**, as regras e os prazos aplicáveis às **operações** capturadas em **contas** do tipo formador de mercado são os mesmos daqueles aplicáveis às **operações** capturadas em **contas** do tipo captura.

2.1.2. Situação da conta

Uma **conta** pode assumir diferentes situações, conforme demonstrado a seguir, as quais afetam as movimentações que podem ser nela realizadas.

As situações possíveis para a **conta** são:

1. ativa: a **conta** está apta a receber **alocações**, **posições** e/ou movimentações;

2. suspensa parcial: a **conta** está habilitada apenas para a redução de **posições** na **câmara**;

3. suspensa: situação temporária que não permite nenhum tipo de movimentação na **conta**;

4. em inativação: situação transitória no processo de inativação, em que a **câmara** verifica a existência de **posição**. Caso não exista **posição**, o sistema efetiva a inativação. Do contrário, a situação da **conta** retorna para a situação anterior; e

5. inativa: **conta** desativada e, consequentemente, inabilitada para receber **alocação** ou **posição** ou para realizar qualquer tipo de movimentação.

2.2. Vínculos entre contas

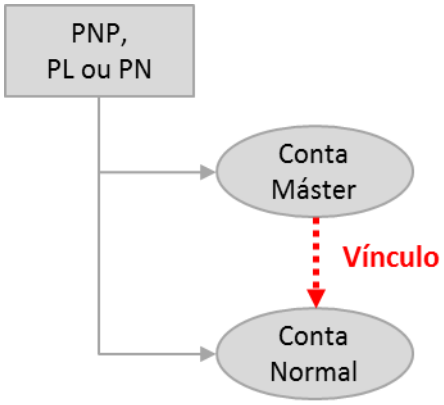
2.2.1. Tipos de vínculo

A fim de viabilizar os processos operacionais de pós-negociação e o reconhecimento das relações entre os **participantes** e seus **comitentes**, as **contas** na **câmara** podem possuir **vínculos** entre si. Cada tipo de **vínculo** tem finalidade específica e pode ser atribuído às **contas** pelos **participantes** que mantêm relacionamento com **comitentes**, no momento da sua abertura ou posteriormente.

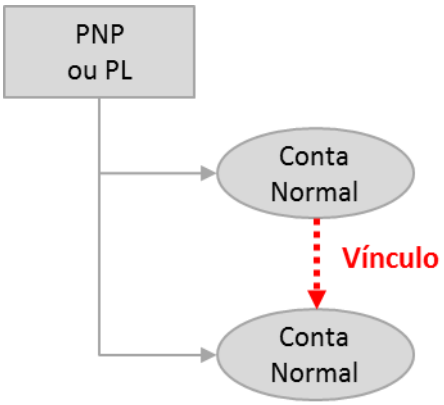
Os tipos de **vínculos** são:

1. máster: vincula uma **conta** máster com **contas** normais, cujos **comitentes** possuam gestão comum ou representação pelo mesmo intermediário internacional. Esse **vínculo** garante, no processo de **alocação**, que uma

operação originalmente alocada para uma **conta** máster seja distribuída somente para as **contas** a ela vinculadas;

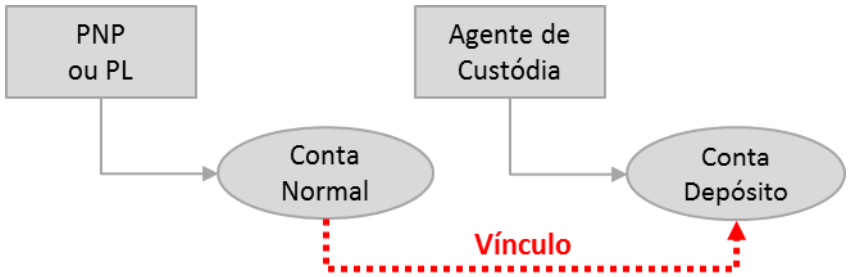


2. consolidação de **margem**: objetiva a centralização da chamada de **margem** (exigência de prestação de **garantias**), sobre as **operações** realizadas pelo titular, em uma única **conta** do **comitente**. Vincula uma **conta normal** cadastrada sob um **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a outra **conta** normal, de mesma titularidade, cadastrada sob o mesmo **participante**;



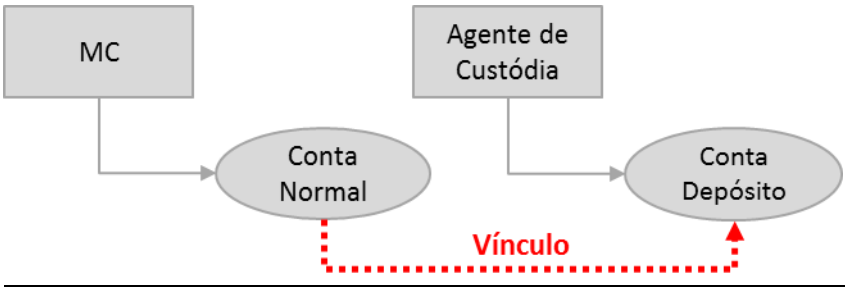
3. custodiante opcional: para o mercado à vista ou de **liquidação** futura em que seja prevista a **entrega** de **ativos**, esse **vínculo** possibilita o direcionamento automático**,** no processo de **alocação** das **operações**, da **entrega** ou do recebimento de **ativos**. Vincula uma **conta** de tipo normal cadastrada sob

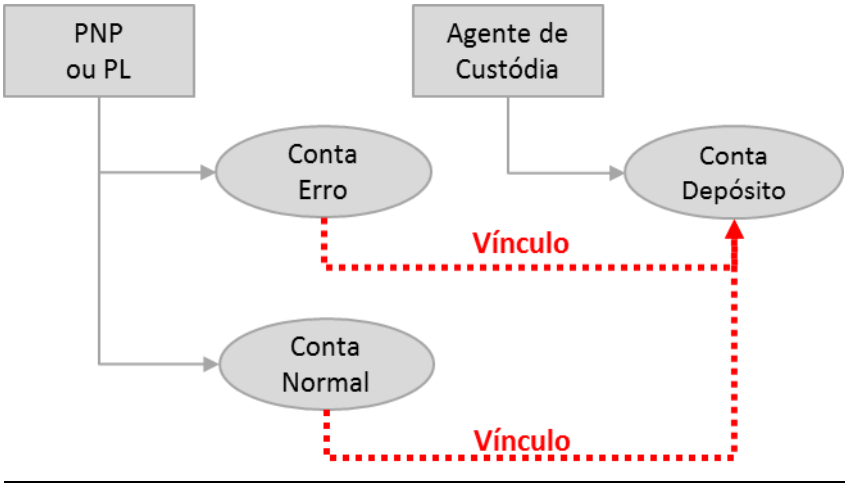
um **participante de negociação pleno** ou sob um **participante de liquidação** a uma **conta** de tipo normal, de mesma titularidade, cadastrada sob um **agente de custódia.** Esse **vínculo** não elimina a necessidade do **agente de custódia** direcionado aprovar ou rejeitar o direcionamento, nas formas e nos prazos estabelecidos neste manual;



4. custodiante mandatório: **vínculo** necessário somente para a situação em que o **membro de compensação**, ou o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (i) seja autorizado para mercados em que é prevista a **entrega** ou o recebimento de **ativos** e (ii) não seja autorizado, também, como **agente de custódia** na **central depositária da B3**. Nesse cenário, é necessário que o **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** estabeleça relacionamento com um **agente de custódia** para eventual **entrega** ou recebimento de ativos durante o processo de **liquidação**. Esse **vínculo** é estabelecido entre (i) a **conta** erro sob o **participante de negociação pleno** ou sob o **participante de liquidação** e uma **conta de depósito**, de mesma titularidade, cadastrada sob um **agente de custódia**, e (ii) a **conta** normal, com a finalidade específica para restrição de **entrega** de **ativos**, sob o **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** e uma **conta de depósito**, de mesma titularidade, cadastrada sob um **agente de custódia**. O caso (i) trata a rejeição de um direcionamento de **custódia**, conforme procedimento descrito no capítulo 7 deste manual, e o (ii), o processo de restrição de

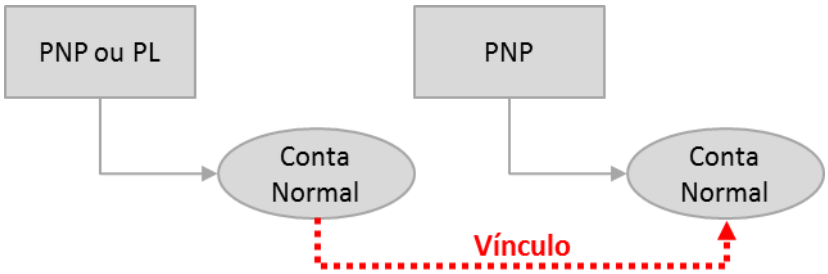
entrega de **ativos**, conforme descrito no capítulo 8 deste manual. O **agente de custódia** indicado no **vínculo** não pode recusar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** durante o processo de **liquidação**;



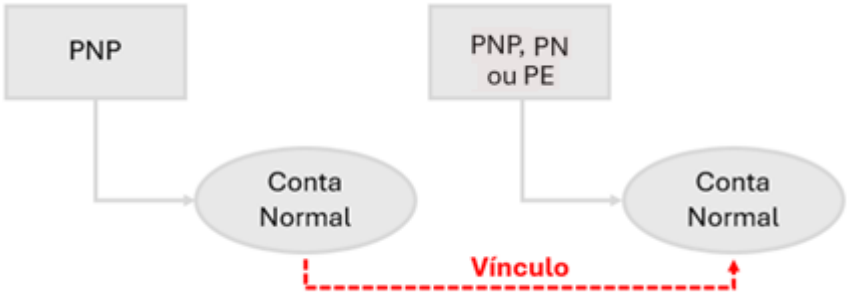


5. exercício de opções: **vínculo** necessário para possibilitar que as opções registradas em **conta** sob um **participante de negociação pleno** ou sob um **participante de liquidação**, cujo exercício implique na realização de uma nova **operação**, sejam exercidas por outro **participante de negociação pleno**. Esse **vínculo** é estabelecido entre uma **conta** normal sob o **participante de negociação pleno** ou sob o **participante de liquidação** detentor da **posição** e uma **conta** normal, de mesma titularidade, sob o **participante de negociação pleno** estabelecido para fins de exercício**.** As **contas** erro sob o **participante de liquidação** devem possuir **vínculo** de exercício de opções com uma **conta** normal, de mesma titularidade, sob um **participante de negociação pleno.** Os **vínculos** de exercício de opções são

limitados a 10 (dez) por **conta**, sendo um deles, necessariamente, o principal, utilizado nos casos de exercício automático ou de exercício de **posição** lançadora. As **contas** que tenham **vínculo** de exercício de opções devem ter, obrigatoriamente, **vínculo** de **repasse**. O **vínculo** de exercício de opções principal somente pode ser inativado se não houver **posição** de opções na **conta** sob o **participante de negociação pleno** ou sob o **participante de liquidação**;



6. por conta e ordem: **vínculo** realizado entre uma **conta normal** em um **participante de negociação pleno**, **participante de negociação** ou **participante estrangeiro** e uma outra **conta** normal de mesma titularidade, sob o **participante de negociação pleno** que executa a ordem, sem a identificação do **comitente** para esse **participante de negociação pleno**. O **participante de negociação pleno** que executa a ordem é o **participante** responsável pela **liquidação** dessas operações. Os **participantes de negociação plenos**, os **participantes de negociação** e os **participantes estrangeiros** que recebem a ordem do **comitente** são responsáveis pelo **cadastro** dos **comitentes** perante a B3. Esse **vínculo** é utilizado pela **câmara** para identificar o **comitente** final nos processos de pós-negociação e não implica em transferência de responsabilidade para fins de **liquidação** e gerenciamento de risco entre os **participantes** envolvidos; e

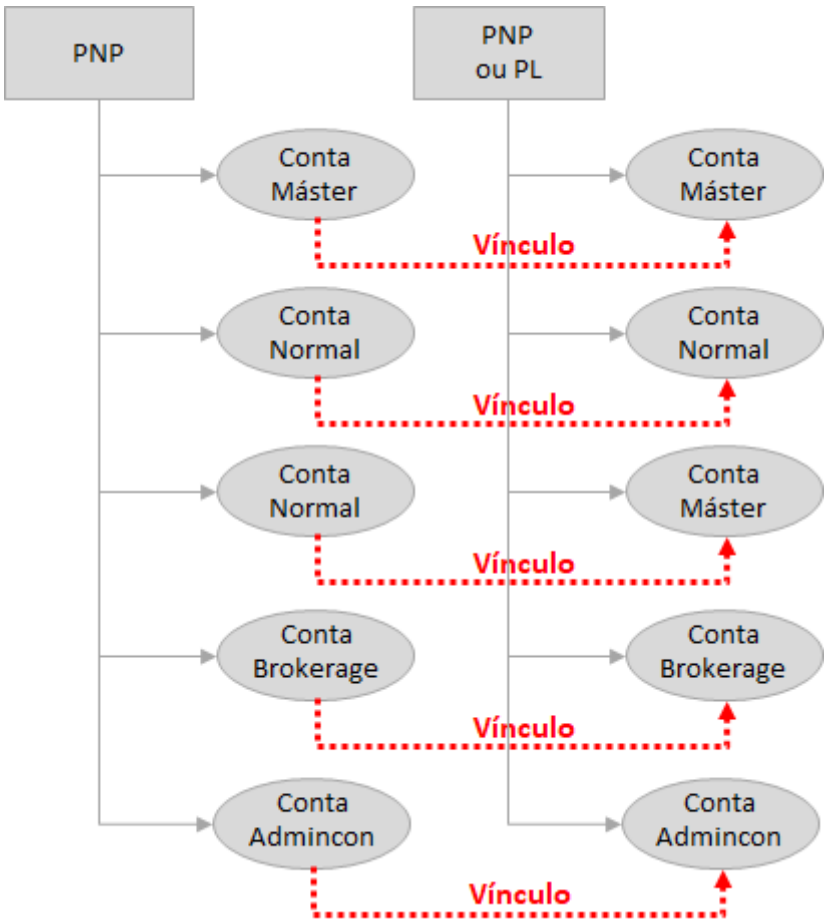


7. **repasse**: **vínculo** entre **conta** cadastrada sob um **participante de negociação pleno** e **conta** de mesma titularidade cadastrada sob outro **participante de negociação pleno** ou sob um **participante de liquidação**. **Vínculos** de **repasse** podem ser estabelecidos entre duas **contas** *brokerage*, duas **contas** normais, duas **contas** másteres, entre uma **conta** normal e uma **conta** máster ou entre duas **contas** admincon.

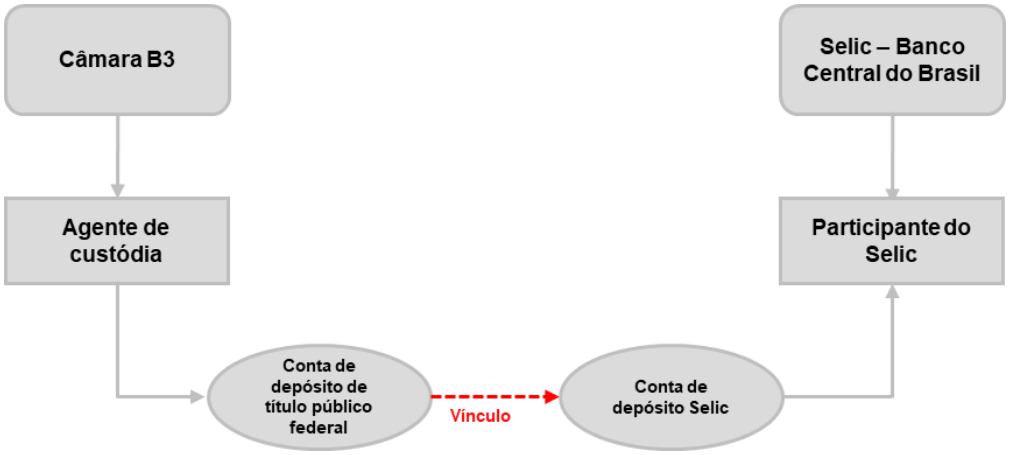
   O **vínculo** de **repasse** estabelecido entre duas **contas** normais, duas **contas** másteres ou entre uma **conta** normal e uma **conta** máster permite que o titular da **conta** máster ou da **conta** normal execute ordens por intermédio de um **participante** e as liquide sob outro.

   O **vínculo** de **repasse** entre duas **contas** *brokerage* possibilita que um **participante** execute ordens, por ele recebidas, por meio de outros **participantes** e carregue as **posições** oriundas destas ordens.

   O **vínculo de repasse** entre duas **contas** admincon possibilita que um **participante** execute ordens de um grupo de clientes cujas **operações** sejam carregadas e liquidadas sob outro **participante**.



8. conta SELIC: **vínculo** entre a **conta de depósito** na **central depositária da B3** e a **conta de depósito SELIC**, de mesma titularidade e cadastradas sob o mesmo **participante**. O **vínculo** conta SELIC possibilita a movimentação, exclusivamente, de títulos públicos federais a serem utilizados, no processo de contratação de **empréstimo** de **ativos** e de **operações compromissadas**, e no cumprimento de obrigações do **comitente** perante a **câmara**.



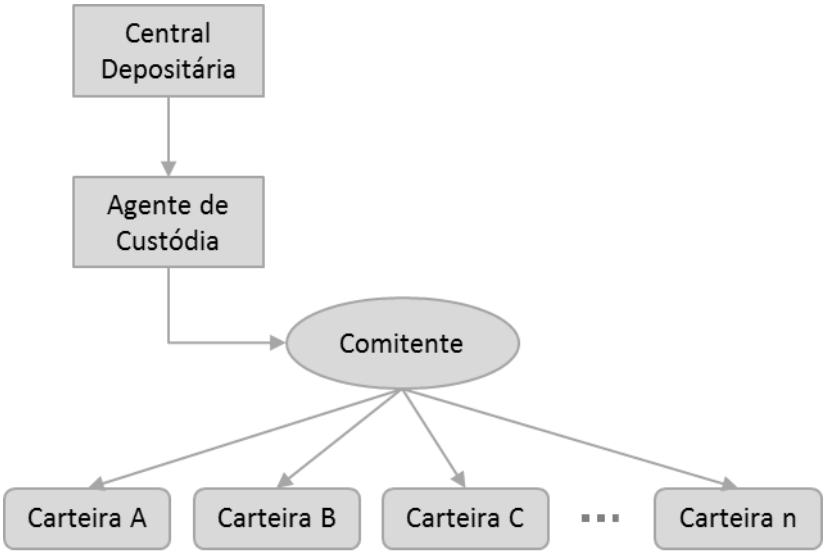
2.2.2. Situação do vínculo

Um **vínculo** pode assumir diferentes situações, como segue:

1. ativo;
2. inativo; e
3. em aprovação, para os **vínculos** de **conta** máster, caso exista necessidade de aprovação pela **câmara**.

2.3. Carteiras

As **contas de depósito** na **central depositária da B3** são divididas em **carteiras** com características e finalidades específicas.



A fim de viabilizar os processos operacionais da **câmara**, as **carteiras** da **central depositária da B3** são utilizadas pelos **participantes** e pela **câmara** nos procedimentos descritos neste manual. As principais **carteiras** utilizadas nos processos da **câmara** estão relacionadas a seguir:

- 2101-6: **carteira** livre;
- 2390-6: **carteira** utilizada para fins de **depósito de garantias** de **participantes** em favor da **câmara**;
- 2701-4: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de opções;
- 2601-8: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de termo;
- 2201-2: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**;
- 2409-0: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de venda à vista;
- 2105-9: **carteira** utilizada para fins de informação de financiamento de **conta** margem;
- 2194-6: **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** com gravame para cumprimento de determinação judicial; e
- 2906-8: **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante**.

É responsabilidade do **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pela **operação**, indicar a **carteira** que possua saldo suficiente para a **liquidação**. Em caso de divergência de indicação das **carteiras** e ausência de saldo disponível, a **câmara** procederá com o tratamento de **falha de entrega** conforme descrito na subseção 9.1.5.2.

2.4. Finalidades

As **contas de depósito de título público federal**, utilizadas na operacionalização de movimentações de título público federal, são subdivididas na B3 em **finalidades** com características e objetivos específicos.

A fim de viabilizar os processos operacionais da **câmara**, as **finalidades** são utilizadas pelos **agentes de custódia** e pela **câmara** nos procedimentos descritos neste manual. As principais **finalidades** utilizadas nos processos da **câmara** estão relacionadas a seguir:

- 21: **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública;
- 22: **finalidade** utilizada para fins de **cobertura** de **posições** em contratos que tenham como objeto **ativos** de renda fixa pública;
- 25: **finalidade** utilizada para fins de bloqueio para cancelamento de recompra de **ativos** de renda fixa pública; e
- 28: **finalidade** utilizada para fins de **cobertura** de ofertas de **empréstimo** ou **operação compromissada** de **ativos** de renda fixa pública.

3. MODALIDADES DE OPERAÇÕES

Esta seção descreve as modalidades das **operações** registradas nos **ambientes de registro** e realizadas nos **ambientes de negociação** e **ambientes de contratação de empréstimo** administrados pela B3 ou por entidades administradoras de **sistemas externos** e aceitas pela **câmara**.

3.1. Modalidades do ambiente de registro

As modalidades das **operações** registradas nos **ambientes de registro** administrados pela B3 ou por entidades administradoras de **sistema externo** e aceitas pela **câmara** são:

1. com **garantia** total: a **câmara** atua como **contraparte central** de ambas as partes da **operação**. Essa modalidade contempla **operações** de integralização e resgate de cotas de fundos de investimento listados (ETF) nas situações em que os **ativos** que compõem o índice-objeto do ETF estejam depositados em alguma **central depositária da B3** e sejam aceitos pela **câmara**, contratos de *swap*, de opção flexível, a termo de moeda e a termo de ações;

2. com **garantia** parcial: a **câmara** atua como **contraparte central** apenas de uma das partes da **operação**. Essa modalidade contempla contratos de *swap*; e

3. sem **garantia** e com **liquidação bruta**: a **câmara** não atua como **contraparte central** de nenhuma das partes da **operação**, mas operacionaliza o processo de **liquidação**. Trata-se da confirmação de **registro** e a **câmara** garante apenas o processo de **entrega** de **ativos** contra **pagamento**. Essa modalidade contempla **operações** de integralização e resgate de cotas de fundos de investimento listados (ETF) nas situações em

que ao menos um **ativo** que compõe o índice-objeto do ETF não esteja depositado na **central depositária da B3** ou não seja aceito pela **câmara** e de títulos de renda fixa privada emitidos por instituição financeira ou por instituição jurídica não financeira.

3.2. Modalidades do ambiente de negociação

As modalidades das **operações** registradas nos **ambientes de negociação** administrados pela B3 ou por entidades administradoras de **sistema externo** são:

1. com **garantia** total: a **câmara** atua como **contraparte central** de ambas as partes da **operação**. Essa modalidade contempla as **operações** do **mercado de renda variável**, **mercado de renda fixa privada**, **mercado de derivativos** financeiros e de *commodities*; e

2. sem **garantia** com **liquidação bruta**: a **câmara** não atua como **contraparte central** de nenhuma das partes da **operação**, mas permite os mecanismos de identificação do **comitente** final e operacionaliza o processo de **entrega** de **ativos** contra **pagamento**. Essa modalidade contempla as **operações** do **mercado de renda variável**, do **mercado de renda fixa privada**, ofertas públicas de aquisição (OPAs), ofertas de distribuição de **ativos** e outras **operações**, a critério da **câmara**.

No caso de **ativos** que sejam negociados nas duas modalidades mencionadas acima, como debêntures, a **câmara** diferencia a modalidade de acordo com as características do cadastro de instrumentos.

3.3. Modalidade do ambiente de contratação de empréstimo

A modalidade no **ambiente de contratação de empréstimo** administrado pela B3 ou por entidade administradora de **sistema externo** é:

1. com **garantia** total: a **câmara** atua como **contraparte central** de ambas as partes da **operação**. Essa modalidade contempla contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, de ETF, de renda fixa, renda fixa pública e de **operação compromissada** de **ativos** de renda fixa pública.

4. GESTÃO DE ATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA FIXA PÚBLICA

Este capítulo descreve os procedimentos do sistema de gestão de **ativos**, que tem como propósito:

i. o espelhamento dos saldos depositados nas **contas de depósito SELIC** de titularidade dos **comitentes**;
ii. o espelhamento dos saldos em recursos financeiros disponíveis para os **comitentes**; e
iii. a operacionalização das movimentações de títulos públicos federais, no SELIC:

(a) entre a **conta** própria no SELIC e **conta de depósito SELIC**, ambas de titularidade do **comitente**;

(b) entre a **conta de depósito SELIC** do **comitente** e a **conta de liquidação de ativos** no SELIC;

(c) entre a **conta de liquidação de ativos** e a **conta** própria da **câmara**, ambas no SELIC; e

(d) entre a **conta** de **garantias** no SELIC e a **conta de depósito SELIC**, ambas de titularidade do **comitente**;

Por meio do sistema de gestão de **ativos**, é possível solicitar: (i) depósito, transferência e retirada de títulos públicos federais custodiados no SELIC, para fins de cumprimento de obrigações na **câmara**; (ii) depósito de recursos financeiros para fins de aceitação de ofertas de **operação compromissada específica** ou retirada de recursos financeiros resultante da **liquidação** de contratação de **operação compromissada específica**. As solicitações podem ser realizadas pelo **participante** até às 18h15.

Os pedidos de depósito, transferência e **retirada de ativos** ou recursos financeiros podem ser feitos via telas do sistema da **câmara** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

4.1 Consulta de ativos e recursos financeiros

A consulta de **ativos** e recursos financeiros é o processo de fornecimento de informações aos **participantes**, referente ao saldo existente de títulos públicos federais em **conta de depósito SELIC** de titularidade de **comitente** e o saldo de recursos financeiros disponível para o **comitente**.

O **agente de custódia** é o **participante autorizado** a realizar, no sistema de gestão de **ativos**, consulta detalhada por **conta de depósito SELIC**. A consulta permite ao **participante** visualizar os saldos de forma segregada, conforme as **finalidades** sob as quais tenham sido efetuados os correspondentes depósitos, assim como acompanhar os depósitos, as retiradas e as transferências que ocorrem ao longo do dia.

A consulta de **ativos** pode ocorrer de três formas:

1. **Mensagem**. O **participante** efetua a consulta de **ativos** por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3;

2. Recebimento de arquivo unificado de **ativos**. Arquivo gerado pela **câmara** para o **agente de custódia**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3; e

3. Consulta em tela. Os saldos podem ser consultados pelo **agente de custódia** por meio de tela do sistema.

4.2 Movimentação de ativos e recursos financeiros

O processo de **movimentação de ativos** e recursos financeiros permite ao **participante** realizar:

(a) depósito de títulos públicos federais para fins de aceitação de ofertas no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** e de cumprimento de obrigações perante a **câmara**;

(b) depósito de recursos financeiros para fins de aceitação de ofertas **de operação compromissada**;

(c) retirada de saldo de títulos públicos federais de **conta de depósito SELIC**;

(d) retirada de saldo de recursos financeiros decorrente de **liquidação** da contratação de **operação compromissada**; e

(e) transferência de saldo de títulos públicos federais entre **conta de depósito SELIC** e **conta** de **garantia**.

O processo de **liquidação** de **ativos**, conforme os procedimentos descritos na subseção 8.1.3, também se reflete na movimentação de saldos das **contas de depósito SELIC**.

4.2.1 Depósito de ativos e recursos financeiros

O **participante** pode solicitar depósito de títulos públicos federais em **conta de depósito SELIC** e de recursos financeiros, ambos de titularidade do **comitente**.

1. Solicitação de **depósito de ativos**. O depósito pode ser solicitado à **câmara** pelo **agente de custódia** que, após efetivar a solicitação, deve enviar a ordem de transferência sem financeiro para o SELIC. A **câmara**, por sua vez, também envia a ordem de transferência sem financeiro para o SELIC, com as informações recebidas na solicitação do **agente de custódia**. Com base em informações do SELIC, a **câmara** informa o status da solicitação e, caso o depósito seja efetivado, o sistema de gestão de **ativos** é atualizado e o título público federal fica disponível na **conta de depósito de título público federal** do **comitente**, na **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21).

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

2. Solicitação de depósito de recursos financeiros. O depósito pode ser solicitado pelo **agente de custódia** à **câmara**, indicando o montante de recursos financeiros a ser depositado e a **conta** de titularidade de **comitente.** Após processar a solicitação, a **câmara** envia a solicitação de transferência de recurso via STR, por meio da **mensagem LDL**0013, ao **liquidante** do **agente de custódia**. Mediante o recebimento da confirmação da transferência no STR, a **câmara** informa o status da solicitação e, caso o depósito seja efetivado, o sistema de gestão de **ativos** é atualizado e o recurso fica disponível ao **comitente**. Os recursos assim depositados não auferem qualquer rendimento pela **câmara**.
3. Rejeição de solicitação de **depósito de ativos** ou recursos financeiros: a **câmara** pode rejeitar a solicitação de depósito nos casos de:

   (a) **participante** não autorizado a solicitar o depósito para a **conta** ou a **finalidade** indicada;

   (b) **conta de depósito de título público federal**, indicada para o depósito, sem **vínculo conta SELIC**;

   (c) **ativo** não permitido para **registro** na **câmara**; ou

   (d) insuficiência ou inconsistência das informações prestadas pelo **participante**.

4.2.2 Retirada de ativos e recursos financeiros

O **participante** pode solicitar a retirada de títulos públicos federais de **conta de depósito SELIC** de titularidade do **comitente** e de recursos financeiros.

1. Solicitação de **retirada de ativos**. A retirada pode ser solicitada à **câmara** pelo **agente de custódia** que, após efetivar a solicitação, deve enviar a ordem de transferência sem financeiro para o SELIC. A **câmara**, por sua vez, envia a ordem de transferência sem financeiro para o SELIC, com as informações recebidas na requisição do **agente de custódia**. Com base em informações do SELIC, a **câmara** informa o status da solicitação e, caso seja efetivada, o sistema de gestão de

ativos é atualizado e o título público federal deixa de integrar o saldo da **conta de depósito de título público federal** do **comitente**.

2. Solicitação de retirada de recursos financeiros. A retirada pode ser solicitada pelo **agente de custódia** à **câmara**, indicando o montante de recursos financeiros a ser retirado e a **conta** de titularidade de **comitente**. Após análise da solicitação, a **câmara** envia a solicitação de transferência de recursos de sua **conta de liquidação**, via STR, por meio da **mensagem LDL**0015, a crédito do **liquidante** do **agente de custódia** indicado. Mediante o recebimento da confirmação da transferência no STR, a **câmara** informa o status da solicitação e, caso a retirada seja efetivada, o sistema de gestão de **ativos** atualiza o saldo em recursos financeiros do **comitente**.

3. Rejeição de solicitação de **retirada de ativos** ou recursos financeiros. A **câmara** pode rejeitar a solicitação de retirada nos casos de:

   (a) **participante** não autorizado a solicitar a retirada da **conta** ou da **finalidade** indicada;

   (b) saldo de títulos públicos federais ou recursos financeiros insuficiente para atendimento integral da solicitação; ou

   (c) insuficiência ou inconsistência das informações prestadas pelo **participante**.

4.2.3 Transferência de ativos entre conta de depósito e conta de garantias no SELIC

Os **agentes de custódia** podem solicitar transferência de títulos públicos federais (i) da **conta de depósito** de **garantias** para a **conta de depósito SELIC** ou (ii) da **conta de depósito SELIC** para a **conta de depósito** de **garantias**. A efetivação da transferência está condicionada, em qualquer caso:

1. À existência de saldo suficiente e livre de títulos públicos federais na **conta** de origem; e
2. À aprovação do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** indicado quando da solicitação pelo **agente de custódia**.

A **transferência de ativos** é realizada pela **câmara** diretamente no SELIC e, caso seja efetivada, o sistema de gestão de **ativos** é atualizado e o título público federal:

(i) fica disponível na **conta de depósito de título público federal** do **comitente** na **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21), no caso de transferência de **conta** de **garantias** para **conta de depósito SELIC**; ou

(ii) deixa de integrar o saldo da **conta de depósito de título público federal** do **comitente**, no caso de **transferência de ativos** da **conta de depósito SELIC** para a **conta** de **garantias**.

4.2.4 Repasse de pagamento de cupom de juros ou de resgate de ativos em conta de depósito de título público federal

O valor financeiro referente ao pagamento de cupom de juros ou de resgate de **ativo** depositado em **conta de depósito de título público federal** é repassado ao titular da **conta** por meio de seu **agente de custódia**.

Na data de pagamento, a **câmara** repassa, por meio da **mensagem LDL**0009, enviada ao **liquidante** do **agente de custódia**, o saldo total referente a todos os **comitentes** por ele representados, até às 12h00.

5. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES NA CÂMARA

5.1. Contratação de empréstimo de ativos

A contratação de **empréstimo** de **ativos** é o conjunto de procedimentos por meio dos quais os **participantes de negociação plenos**, os **participantes de liquidação,** os **agentes de custódia** e os **comitentes** autorizados por seus **participantes**, diretamente ou por intermédio de seus gestores, realizam a inserção, a autorização, o cancelamento e a consulta de ofertas de **empréstimo** de **ativos**, conforme descrito a seguir.

As formas de contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda variável são:

1. **registro** de **empréstimo** de **ativos**;

2. negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+0; e

3. negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+1.

A forma de contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública é o **registro** de **empréstimo** de **ativos**.

Para contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, as 3 (três) formas de contratação podem ser utilizadas.

Para contratação de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa, aplica-se exclusivamente a forma de **registro** de **empréstimo** de **ativos**.

A contratação de **empréstimo** de **ativos** está sujeita à análise de limite de concentração de **posição** em aberto, conforme procedimentos descritos no manual de administração de risco da **câmara**. Caso a contratação na forma de **registro** de **empréstimo** de **ativos**, seja rejeitada após a análise de risco, o pré-contrato é cancelado.

A B3 pode, adicionalmente, definir uma lista de **ativos** elegíveis como objeto de **operações** de **empréstimo**.

5.1.1. Registro de empréstimo de ativos de renda variável

Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** podem registrar **operações** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** inicia o **registro** do empréstimo por meio da inserção de oferta doadora direta ou privada, conforme segue:

1. oferta doadora direta: o **participante de negociação pleno** insere uma oferta com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, ambos sob sua responsabilidade; e

2. oferta doadora privada: o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pelo **comitente doador** insere uma oferta indicando o **participante de negociação pleno** responsável pelo **comitente tomador** indicado na oferta.

No caso de oferta doadora privada, o **participante de negociação pleno**, responsável pelo **tomador**, deve confirmar a **operação**.

Na contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, é facultado ao **participante de negociação pleno** restringir, no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, os **comitentes** sob sua responsabilidade que podem ser tomadores.

Na abertura do contrato gerado por **registro**, a **entrega** de **ativos** do **doador** ao **tomador** ocorre pelo módulo de **liquidação bruta**, em D+0. A **liquidação** do contrato, no vencimento ou quando da solicitação de **liquidação** antecipada, ocorre por meio do módulo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. As regras e procedimentos de **liquidação** dos contratos de **empréstimo** de **ativos** estão descritos na subseção 8.1.2 deste manual.

5.1.1.1. Características específicas de oferta doadora

Nas **ofertas** doadoras, o **comitente doador** disponibiliza **ativos** de sua titularidade para **empréstimo**, em troca de uma remuneração e a oferta é sempre certificada.

Na inserção de oferta doadora certificada;

1. deve-se indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, **vínculo** de custodiante opcional ou **vínculo** por **conta** e ordem;
2. é permitido indicar a **carteira** livre (2101-6), a **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8) ou a **carteira** de **garantias** (2390-6), como **carteira** objeto do débito dos **ativos**;
3. no caso de oferta oriunda de **conta** normal com perfil de intermediação, somente pode ser informada a **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos** (2201-2); e
4. para a indicação da carteira de **garantias** (2390-6), a oferta doadora certificada deve ser reversível ao **doador**.

No momento em que a oferta é aceita, após a autorização do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** transfere os **ativos** da **carteira** indicada na oferta para a **carteira** de **empréstimo** de **ativos** (2801-0), não sendo permitido movimentar os **ativos** nessa **carteira**.

Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta.

5.1.1.2. Características específicas da confirmação pelo tomador

Ao confirmar a oferta, o **comitente tomador**, por meio do **participante** por ele responsável, registra sua intenção de tomar emprestado determinado **ativo**, remunerando o **doador**, e deve indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de

custodiante opcional, **vínculo** por conta e ordem ou **vínculo** de **repasse**, **conta** erro ou **conta** erro operacional. Na confirmação do **registro**, é permitido indicar as seguintes **carteiras**: **carteira** livre (2101-6), **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8) ou **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos** (2201-2). Para confirmação oriunda de **conta** normal com perfil de intermediação, somente pode ser informada a **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos** (2201-2).

O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** podem inserir ofertas por meio de tela do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** ou de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

5.1.1.3. Indicação de participante carrying

A indicação de **participante** *carrying* é o processo por meio do qual o **participante** responsável pela inserção da oferta ou pela confirmação do **registro** transfere a outro **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a responsabilidade, para com a **câmara**, pela **liquidação** e pelo gerenciamento de risco da **posição** de **empréstimo**.

A indicação é operacionalizada por meio da inserção de oferta utilizando uma **conta** normal, com **vínculo** de **repasse**. O **participante** executor é o **participante de negociação pleno**, que insere a oferta doadora ou confirma o **registro**. O **participante** *carrying* é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** indicado como **participante-destino** no **vínculo** de **repasse**.

O **participante** *carrying* possui 40 (quarenta) minutos, a partir do fechamento da oferta, para aceitar ou rejeitar o **repasse**. Caso ocorra a rejeição, o processo de contratação é cancelado. Caso não haja manifestação por parte do **participante** *carrying* indicado durante o referido prazo de 40 (quarenta) minutos, a **câmara** considera a aceitação

automática com indicação para a **carteira** livre (2101-6) como comportamento padrão. Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de custodiante opcional são atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo** cadastrado, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

5.1.1.4. Direcionamento de custódia

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pela inserção da oferta doadora certificada ou pela confirmação de seu **registro**, com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, pode direcionar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** que não o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** em questão, observando as seguintes regras:

1. caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) não direcione a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento do **registro** da oferta, a **câmara** verifica, na **conta** do **comitente**, a existência do **vínculo** de custodiante opcional. Se houver, o **agente de custódia** e a **conta de depósito**, atribuídos ao **vínculo**, são registrados na oferta. Caso contrário, o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e a **conta** do **comitente** são registrados na oferta para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos**; e

2. caso o **participante de negociação pleno** ou o p**articipante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) direcione a **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento da inserção da oferta doadora, da confirmação do respectivo **registro** ou da geração de um

pré-contrato direto, as informações do **agente de custódia** e da **conta de depósito** do **comitente** são registradas na oferta e ficam sujeitas à aprovação do **agente de custódia** direcionado. Se houver rejeição por parte do **agente de custódia** direcionado, a oferta é cancelada.

A aprovação do direcionamento de custódia pode ser realizada de forma automática, mediante parametrização pelo **agente de custódia** através do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos.** Esta parametrização pode ser efetuada da seguinte forma:

a. parametrização por documento: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado por qualquer **participante** para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado;
b. parametrização por **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para qualquer **conta** no **agente de custódia**; e
c. parametrização por documento e **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado.

A aprovação do direcionamento de custódia de forma automática está condicionada à existência de saldo de **ativos** suficientes para a oferta. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aprovação automática, a **câmara** mantém a oferta doadora, porém sujeita à aprovação manual do **agente de custódia**, até o encerramento da grade horária de aprovações estabelecida no item 5.1.8, não se aplicando, dessa forma, o processo de aprovação automática.

5.1.1.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de ativos

O pré-contrato é o instrumento por meio do qual os **participantes doadores** e **tomadores** registram suas intenções de abrir **posição** de **empréstimo** de **ativos**. A geração do pré-contrato ocorre nas seguintes situações:

1. quando o **participante de negociação pleno tomador** confirma o **registro** no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

2. quando o **participante de negociação pleno** insere uma oferta com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, ambos sob sua responsabilidade; e

3. quando o **participante** registra um contrato de **empréstimo** diferenciado, para fins de estabilização de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

Após a análise do limite de concentração de **posição** em aberto, é gerada a **posição** de **empréstimo** de **ativos**, quando ocorre a transformação do pré-contrato em contrato.

Caso o **comitente tomador** não possua saldo de **margem** suficiente para manter a **posição**, conforme procedimentos descritos no manual de administração de risco da **câmara**, o contrato é gerado e os **ativos** são mantidos na **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**.

5.1.1.6. Atributos da oferta doadora

A oferta doadora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno doador** ou **participante de liquidação doador**: **participante** responsável pelo **comitente doador**;
- **conta de depósito** do **comitente doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser doada;

- **carteira**, quando for o caso: **carteira** da **conta de depósito** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser doado;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos**;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada;
- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua **liquidação** antecipada;
- **participante doador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente doador** sob o **participante doador** *carrying*;
- **agente de custódia doador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, quando for o caso: **agente de custódia** indicado, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** sob o **agente de custódia doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** sob o **agente de custódia** direcionado;
- indicador de reversibilidade ao **doador**: indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de reversibilidade ao **doador** em caso de Ofertas Públicas de Aquisição (OPAs): indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada somente se ocorrer uma OPA do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- indicador de contrato diferenciado: indicador que diferencia o contrato, utilizado pelos agentes estabilizadores de ofertas públicas de distribuição de valores

mobiliários. A indicação de contrato diferenciado está sujeita à análise da **câmara** e requer o envio de documentação específica; e

- código de **participante autorizado** à contratação, no caso de oferta privada: código do **participante de negociação pleno** autorizado a ser o **participante tomador**.

5.1.1.7. Atributos da confirmação do registro

A confirmação do **registro** tem os seguintes atributos:

- **participante tomador** executor: **participante de negociação pleno** responsável pela confirmação do **registro**;
- **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** executor: **conta de depósito** do **comitente tomador** na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser tomada;
- **carteira**: **carteira** da **conta de depósito** na qual será creditado o **ativo** a ser tomado. Na geração do contrato, em função da análise de risco, essa **carteira** pode ser alterada automaticamente pela **câmara**;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos**;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada do contrato;

- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua **liquidação** antecipada;
- **participante tomador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** *carrying*;
- **agente de custódia tomador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, quando for o caso: **agente de custódia** indicado, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** sob o **agente de custódia tomador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **agente de custódia** direcionado;
- indicador de reversibilidade ao **doador**: indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de reversibilidade ao **doador** em caso de Oferta Pública de Aquisição (OPA): indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada somente se ocorrer uma OPA do **ativo**-objeto de **empréstimo**; e
- indicador de contrato diferenciado: indicador que diferencia o contrato para os agentes estabilizadores de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. Esse tipo de contrato está sujeito à análise da **câmara** e requer o envio de documentação específica.

5.1.2. Negociação eletrônica de empréstimo de ativos de renda variável

Na contratação de **empréstimo** de **ativos** por meio de negociação eletrônica, os **participantes de negociação plenos** e seus **comitentes**, diretamente ou por meio de seus gestores, estão autorizados a inserir ofertas doadoras e ofertas tomadoras de **ativos**. Os **participantes de liquidação** e seus **comitentes**, diretamente ou por meio de seus gestores, estão autorizados a inserir ofertas doadoras. Para as ofertas destinadas ao *call* de ofertas programadas, fase em que ocorre fechamento de negócios automático de

ofertas programadas, apenas os **comitentes**, diretamente ou por meio de seus gestores, estão autorizados a inserir ofertas doadoras ou tomadoras.

As ofertas doadoras e tomadoras dos tipos padrão e limitada são públicas, ou seja, são divulgadas publicamente, podendo ser consultadas pelos demais **participantes** autorizados nessa forma de negociação. No caso das ofertas destinadas ao *call* de ofertas programadas, a divulgação dos negócios realizados aos **participantes** ocorre somente após o fim do *call*, com fechamento das **operações**.

As ofertas podem ser selecionadas para agressão pelos **participantes** ou fechadas automaticamente, caso sejam elegíveis.

O fechamento automático aplicável nas seguintes situações:

- entre ofertas tomadoras do tipo limitada e ofertas doadoras do tipo padrão. O **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** prioriza as ofertas doadoras com menores taxas e maiores quantidades, respectivamente. Para as ofertas tomadoras limitadas, o **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** prioriza as ofertas por ordem cronológica de inserção no sistema e maior taxa, respectivamente. Na hipótese de existir mais de uma oferta com as mesmas características, prevalece a ordem cronológica de inserção da oferta; ou
- entre ofertas doadoras e tomadoras incluídas no *call* de ofertas programadas, cuja taxa aplicada é a taxa média divulgada em D-1 do **ativo**. O **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** prioriza as ofertas doadoras e tomadoras entre contas de mesma gestão, mediante parametrização opcional. Em seguida, é realizada a ordenação decrescente de quantidade por **ativo** no livro central de ofertas e fechamento automático de negócios *pro rata* seguindo critério de proporcionalidade. Na hipótese de existir mais de uma oferta com as mesmas características, prevalece a ordem cronológica de inserção da oferta.

Na contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, é facultado ao **participante de negociação pleno** restringir, no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, os **comitentes** sob sua responsabilidade que podem ser tomadores.

Na abertura do contrato, gerado por negociação eletrônica, a **liquidação** ocorre pelo módulo de **liquidação** pelo **saldo líquido multilateral**, em D+0 ou em D+1, conforme a forma de contratação. A **liquidação** do contrato no vencimento ou quando da solicitação de **liquidação** antecipada ocorre pelo módulo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. As regras e procedimentos de **liquidação** dos contratos de **empréstimo** de **ativos** estão descritos na subseção 8.1.2 deste manual.

Os contratos gerados por negociação eletrônica têm as características de carência, vencimento e reversibilidade padronizadas, nos termos das especificações dos contratos de **empréstimo** de **ativos**.

As ofertas inseridas na negociação eletrônica e os negócios contratados na forma de negociação eletrônica estão sujeitos a túneis de negociação, que são intervalos de taxa definidos pela B3. As ofertas e negócios passarão pela análise dos critérios dos túneis de rejeição, cujas metodologias de cálculo são divulgadas no *website* da B3.

5.1.2.1. Permissão para acesso de comitente ou gestor

O **comitente**, diretamente ou por meio de seu gestor, pode ter acesso ao **ambiente de negociação** eletrônica mediante a permissão concedida pelo respectivo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** por ele responsável.

Para tanto, o **comitente** ou seu gestor deve estar cadastrado no sistema de **cadastro** da B3 e o **participante** por ele responsável deve indicar no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** as **contas** com permissão para inserção, alteração ou consulta de ofertas.

5.1.2.2. Características específicas da oferta doadora

Na **oferta** doadora, o **comitente doador** disponibiliza **ativos** de sua titularidade para **empréstimo**, em troca de uma remuneração. A oferta doadora pode ser certificada ou não certificada, e do tipo padrão ou programada. As ofertas doadoras do tipo

programada são sempre certificadas e não podem ser do mesmo **comitente** e do mesmo **ativo** de uma oferta tomadora programada já inserida.

Na inserção de oferta doadora certificada, é preciso indicar:

- uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, **vínculo** de custodiante opcional ou **vínculo** por conta e ordem; e
- a **carteira** livre (2101-6), a **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8) ou a **carteira** de **garantias** (2390-6). Para a indicação da **carteira** de **garantias** (2390-6), (i) o **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** verifica se há saldo de **ativos** suficiente nesta **carteira** no momento da aceitação e (ii) a oferta deve ser reversível ao **doador**. A oferta doadora com indicação da **carteira** de **garantias** (2390-6) que não for agredida na mesma data de sua inserção será automaticamente cancelada pelo **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**. Para as ofertas doadoras programadas apenas é permitida a indicação da **carteira** livre (2101-6).

No momento em que a oferta é aceita, após a aprovação do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** transfere os **ativos** da **carteira** indicada na oferta para a **carteira** de **empréstimo** de **ativos** (2801-0), não sendo permitido movimentar os **ativos** nessa **carteira**. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a respectiva inserção. Se houver rejeição por parte do **agente de custódia** direcionado, a oferta é cancelada.

A aprovação do direcionamento de custódia pode ser realizada de forma automática, mediante parametrização pelo **agente de custódia** através do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos.** Esta parametrização pode ser efetuada da seguinte forma:

a) parametrização por documento: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado por qualquer **participante** para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado;

b) parametrização por **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para qualquer **conta** no **agente de custódia**; e
c) parametrização por documento e **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado.

A aprovação do direcionamento de custódia de forma automática está condicionada à existência de saldo de **ativos** suficientes para a oferta. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aprovação automática, a **câmara** mantém a oferta doadora, porém sujeita à aprovação manual do **agente de custódia**, até o encerramento da grade horária de aprovações estabelecida no item 5.1.8, não se aplicando, dessa forma, o processo de aprovação automática.

Na inserção de oferta doadora programada, a **câmara** pode assumir a aprovação do direcionamento de custódia de forma automática. A **câmara** transfere os **ativos** da **carteira** indicada na oferta programada para a **carteira** de **empréstimo** de **ativos** (2801-0), não sendo permitido movimentar os **ativos** nessa **carteira**. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a respectiva inserção.

Na inserção de oferta doadora não certificada, é preciso indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse** ou **vínculo** de por conta e ordem, ou uma **conta** máster, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, ou uma **conta** captura. No caso da **contratação** por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+0, não é permitida a indicação de **conta** máster ou de **conta** captura. Na inserção de oferta doadora não certificada, não há direcionamento de custódia, ou seja, a **câmara** não consulta a disponibilidade de saldo e não transfere os **ativos**.

5.1.2.3. Características específicas de oferta tomadora

Na inserção de oferta tomadora, é permitido indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse** ou **vínculo** de por conta e ordem, ou uma **conta** máster, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, ou uma **conta** captura, ou uma **conta** erro ou a **conta** erro operacional. No caso da forma de **contratação** por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+0, não é permitida a indicação de **conta** máster ou de **conta** captura.

Estão autorizadas, para inserção no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, os seguintes tipos de ofertas tomadoras:

i. Oferta limitada: oferta que deve ser executada por uma taxa limite ou melhor, ou seja, sua execução não poderá ocorrer a uma taxa maior que a estabelecida;
ii. Oferta padrão: oferta que deve ser executada observando-se a taxa definida, ou seja, sua execução não poderá ocorrer a uma taxa diferente que a estabelecida.
iii. Oferta programada: oferta que deve ser executada no *call* de ofertas programadas, observando-se a taxa definida, ou seja, sua execução não poderá ocorrer a uma taxa diferente que a estabelecida.

As ofertas tomadoras programadas não podem ser do mesmo **comitente** e **ativo** de uma oferta doadora programada já inserida.

5.1.2.4. Características específicas de oferta doadora para o tratamento de falhas de entrega de ativos

As ofertas doadoras elegíveis ao tratamento de **falhas de entrega** de **ativos** pela **câmara** devem ser ofertas certificadas, na forma de contratação por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+0 e estar disponíveis para seleção, ou seja, sem pendências de aprovação.

Os critérios aplicados pela **câmara** para ordenação das ofertas elegíveis ao tratamento de **falhas de entrega** são:

i. Menor taxa disponível no livro de ofertas de D+0;
ii. Oferta com maior quantidade de ativos; e
iii. Ordem cronológica de inclusão da oferta.

5.1.2.5. Indicação de participante doador carrying

A indicação de **participante doador** *carrying* é o processo por meio do qual o **participante** responsável pela inserção da oferta doadora certificada transfere a um **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a responsabilidade, perante a **câmara**, pela **liquidação** e pelo gerenciamento de risco da **posição** de **empréstimo**.

A indicação de **participante doador** *carrying* é operacionalizada por meio da inserção de oferta doadora certificada, utilizando uma **conta** normal, com **vínculo** de **repasse**. O **participante** executor é o **participante de negociação pleno**, que insere a oferta doadora certificada. O **participante** *carrying* é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** indicado como **participante-destino** no **vínculo** de **repasse**.

O **participante** *carrying* possui 40 (quarenta) minutos, a partir da indicação de **repasse**, para aceitá-la ou rejeitá-la. Caso ocorra rejeição, o processo é cancelado. Caso não haja manifestação por parte do **participante** *carrying* durante o referido prazo de 40 (quarenta) minutos, a **câmara** considera a aceitação automática com indicação para a **carteira** livre (2101-6) como comportamento padrão. Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de custodiante opcional serão atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo** cadastrado, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

As ofertas doadoras programadas com indicação de **participante** doador *carrying* não são disponibilizadas para aprovação, pois a **câmara** considera, como comportamento padrão, a aceitação automática com indicação para a **carteira** livre (2101-6). Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de custodiante opcional são atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo** cadastrado, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

5.1.2.6. Alteração de ofertas

A alteração de ofertas disponíveis é permitida aos gestores e **comitentes** com acesso ao **ambiente de negociação** eletrônica.

As ofertas, inseridas pelo próprio **comitente** ou pelo gestor e que não tenham sido parcialmente agredidas, podem ter suas quantidades de **ativos** reduzidas ou suas taxas alteradas, respeitando-se os limites definidos pelos túneis de rejeição. Os demais atributos das ofertas não estão sujeitos à alteração.

As ofertas programadas não podem ser alteradas.

5.1.2.7. Geração de operação de empréstimo de ativos

A geração de uma **operação** de **empréstimo** de **ativos** ocorre nas seguintes situações:

1. quando o **participante de negociação pleno tomador** ou o **comitente tomador**, diretamente ou por meio de seu gestor, seleciona uma oferta doadora disponível para ser agredida no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

2. quando o **participante de negociação pleno doador**, o **participante de liquidação doador** ou o **comitente doador**, diretamente ou por meio de

seu gestor, seleciona uma oferta tomadora disponível para ser agredida no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

3. quando o **participante de negociação pleno** insere uma oferta com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, ambos sob sua responsabilidade;

4. no fechamento automático de operação, por meio do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, entre uma oferta tomadora limitada e uma oferta doadora padrão;

5. no fechamento automático do *call* de ofertas programadas, por meio do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, entre ofertas doadoras e tomadoras programadas; e

6. no caso de **empréstimo** compulsório, decorrente de uma **falha de entrega** de **ativos** durante o processo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**, sendo que o **comitente** que falhou na **entrega** de **ativos** assume a **posição** de **tomador** do **empréstimo** compulsório. Essa **posição** pode ser de responsabilidade de um **participante de negociação pleno** ou de um **participante de liquidação**.

No caso de negociação eletrônica com **liquidação** em D+0, o fechamento da **operação** poderá ocorrer somente até às 10h45.

5.1.2.8. Atributos das ofertas

5.1.2.8.1. Oferta doadora

A oferta doadora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno doador** ou **participante de liquidação doador**: **participante** responsável pelo **comitente doador**;
- **conta de depósito** do **comitente doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** sob o **participante de negociação pleno doador** ou sob o **participante de liquidação doador** na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser doada;
- **carteira**, quando for o caso: **carteira** da **conta de depósito** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser doado;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração ao **comitente doador** em função do **empréstimo**;
- data de validade: data até a qual a oferta fica disponível no livro de ofertas, limitada a 34 (trinta e quatro) dias a partir da data de inserção da oferta;
- **conta de posição** do **comitente doador**;
- **agente de custódia doador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, quando for o caso: **agente de custódia** indicado, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** sob o **agente de custódia doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** sob o **agente de custódia** direcionado;
- forma de negociação eletrônica: indicador que caracteriza o prazo da **liquidação**, conforme a forma de contratação (D+0 ou D+1);
- indicador de oferta certificada; e

- tipo de oferta: indica as condições de taxa e quantidade a serem observadas no fechamento de negócios.

5.1.2.8.2. Oferta tomadora

A oferta tomadora tem os seguintes atributos:

- **participante tomador** executor: **participante de negociação pleno** responsável pela inserção da oferta tomadora;
- **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** executor: **conta de depósito** do **comitente tomador** na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser tomada;
- **carteira**: **carteira** da **conta de depósito** na qual será creditado o **ativo** a ser tomado;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- data de validade: data até a qual a oferta fica disponível no livro de ofertas, limitada a 34 (trinta e quatro) dias a partir da data de inserção da oferta;
- forma de negociação eletrônica: indicador que caracteriza o prazo da **liquidação**, conforme a forma de contratação (D+0 ou D+1); e
- tipo de oferta: indica as condições de taxa e quantidade a serem observadas no fechamento de negócios.

5.1.2.9. Cancelamento de operação de empréstimo de ativos

A solicitação de cancelamento de **operação** de **empréstimo** de **ativos** oriunda de negociação eletrônica é permitida somente em função de erro operacional e na data de fechamento da **operação** de **empréstimo** e está sujeita à análise e à autorização da **câmara**.

Independentemente do disposto no parágrafo anterior, a **câmara** pode determinar o cancelamento da **operação** de **empréstimo** diante de situações que possam configurar infrações a normas legais e regulamentares.

5.1.3. Contratação de empréstimo de ativos de renda variável com utilização da conta de intermediação

A **conta** de intermediação de **empréstimo** de **ativos** tem como objetivo facilitar os procedimentos operacionais para tratamento de contratos entre **comitentes doadores** não institucionais do p**articipante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e **comitentes tomadores**. Trata-se de uma **conta** do tipo normal, de titularidade do **participante de negociação pleno**, para contratação, exclusivamente, de **operações** de intermediação de **empréstimo** de **ativos**.

A intermediação de **empréstimo** de **ativos**, por meio de **registro** ou de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1, implica na criação de um ou mais contratos entre (i) o **comitente doador** e o **participante de negociação pleno** atuando como **comitente tomador**; e (ii) o **participante de negociação pleno** atuando como **comitente doador** e o **comitente tomador**.

5.1.3.1. Intermediação por meio do registro de empréstimo de ativos

No **registro**, a contratação de **empréstimo** de **ativos** com utilização da **conta** de intermediação ocorre conforme segue:

- O **participante de negociação pleno** fecha um pré-contrato direto, indicando (i) a **conta** de intermediação de sua titularidade para o **registro** da **operação** de **comitente tomador** e (ii) o **comitente doador**, que deve ser do tipo pessoa física, clube de investimentos ou instituição não financeira. Este pré-contrato admite: (i) indicação de **participante** *carrying*, somente quando este **participante** for um **participante de liquidação** do mesmo **conglomerado financeiro** do **participante de negociação pleno** e (ii) direcionamento de custódia, somente quando o **agente de custódia** indicado possuir o mesmo código operacional do **participante** *carrying*.

- O **participante de negociação pleno** fecha outro pré-contrato, indicando (i) a **conta** de intermediação de sua titularidade para o **registro** da **operação** na qualidade de **comitente doador** e (ii) o **participante** do **comitente tomador**, ou o **comitente tomador**, no caso de pré-contrato direto. Para o **comitente doador**, não é permitido o direcionamento de custódia.

5.1.3.2. Intermediação por meio de negociação eletrônica com liquidação em D+1

Na negociação eletrônica com **liquidação** em D+1, a contratação de **empréstimo** de **ativos** com utilização da **conta** de intermediação ocorre da seguinte forma:

- O **participante de negociação pleno** insere oferta doadora indicando a **conta** de intermediação de sua titularidade, na qualidade de **comitente doador**;

- A cada fechamento parcial da oferta doadora, o **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** gera 2 (duas) **operações** com as mesmas características, sendo:

    i. uma **operação** entre o **participante** que inseriu a oferta doadora, na qualidade de **comitente doador** (registrada na sua **conta** de

intermediação), e o **participante tomador** que fechou a oferta doadora; e

ii. uma **operação** direta do **participante** que inseriu a oferta doadora, com a ponta tomadora registrada na sua **conta** de intermediação e a ponta doadora registrada na sua **conta** captura. A identificação dos **comitentes** doadores ocorre seguindo as prazos e regras da **alocação** da **operação**.

5.1.4. Registro de empréstimo de ativos de renda fixa pública

Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** estão autorizados a inserir ofertas doadoras e tomadoras de **ativos** de renda fixa pública.

A oferta pode ser pública, privada ou direta:

1. oferta pública: é divulgada publicamente, podendo ser consultada e selecionada por todos os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação**;

2. oferta privada: é divulgada somente para o **participante de negociação pleno** ou para o **participante de liquidação** tomador indicado na oferta. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pelo **comitente doador** deve inserir a oferta e o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo **comitente tomador**, deve confirmar a **operação**; e

3. oferta direta: o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** insere uma oferta com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, ambos sob sua responsabilidade.

Na abertura do contrato, a **entrega** de **ativos** do **doador** ao **tomador** ocorre pelo módulo de **liquidação bruta**, em D+0. A **liquidação** do contrato, no vencimento ou

antecipadamente, ocorre por meio do módulo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. As regras e os procedimentos de **liquidação** por **entrega** de títulos públicos federais estão descritos na subseção 8.1.3 deste manual.

5.1.4.1. Características específicas de oferta doadora

Por meio da oferta doadora, o **comitente doador** disponibiliza **ativos** de sua titularidade para **empréstimo**, em troca de uma remuneração.

Na inserção de oferta doadora, deve-se indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, **vínculo** de custodiante opcional ou **vínculo** por conta e ordem, e a **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21).

No momento da inserção da oferta, a **câmara** verifica:

i. se a **conta de depósito de título público federal** indicada possui **vínculo conta SELIC**; e
ii. se há saldo suficiente do **ativo** na **finalidade** indicada.

Caso a **conta de depósito de título público federal** indicada não possua o **vínculo conta SELIC** ou seja insuficiente o saldo do **ativo** na **finalidade** indicada, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta.

Caso contrário, a inserção da oferta é aceita e, após a autorização do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** transfere os **ativos** da **finalidade** indicada na oferta para a **finalidade** utilizada para **cobertura** de oferta de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública (28), não sendo permitido movimentar os **ativos** nessa **finalidade**.

O controle de **ativos** é realizado pelo sistema de gestão de **ativos**, cujos procedimentos estão descritos neste manual.

As ofertas doadoras elegíveis ao tratamento de **falha de entrega** de título público federal pela **câmara** devem ser ofertas públicas e estar disponíveis para serem agredidas,

ou seja, sem pendências de aprovação do **agente de custódia** ou do **participante** *carrying*, conforme o caso.

5.1.4.2. Características específicas de oferta tomadora

Na oferta tomadora, o **comitente tomador** registra sua intenção de tomar emprestado determinado título, remunerando o **comitente doador**.

Na inserção de oferta tomadora ou na confirmação de oferta doadora deve-se indicar uma **conta** normal do **comitente tomador**, a qual pode ter **vínculo** de custodiante opcional, **vínculo** por conta e ordem ou **vínculo** de **repasse**, podendo ser indicada, alternativamente, uma **conta** erro do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente tomador**. Na inserção da oferta tomadora ou na confirmação do **registro**, deve-se indicar a **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21) ou a finalidade **cobertura** de **posições** de **ativos** de renda fixa pública (22).

No momento da inserção da oferta, a **câmara** verifica se a **conta de depósito de título público federal** indicada possui **vínculo conta SELIC**. Caso não possua o **vínculo**, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta.

5.1.4.3. Indicação de participante carrying

A indicação de **participante** *carrying* é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** responsável pela inserção da oferta ou pela confirmação do **registro** transfere para outro **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a responsabilidade, perante a **câmara**, pela **liquidação** e pelo gerenciamento de risco da **posição** de **empréstimo**.

A indicação é operacionalizada por meio da inserção de oferta doadora ou tomadora, utilizando uma **conta** normal com **vínculo** de **repasse**. O **participante** executor é o

participante de negociação pleno que insere a oferta ou agride uma oferta de natureza oposta disponível no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**. O **participante** *carrying* é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** indicado como **participante-destino** no **vínculo** de **repasse**.

O **participante** *carrying* possui 40 (quarenta) minutos, a partir do fechamento da oferta, para aceitar ou rejeitar o **repasse**. Em caso de rejeição do **repasse**, o processo de contratação é cancelado. Em caso de não manifestação por parte do **participante** *carrying* indicado durante o referido prazo de 40 (quarenta) minutos, a **câmara** considera a aceitação automática do **repasse** com indicação para a **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21) como comportamento padrão. Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de custodiante opcional são atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo**, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

5.1.4.4. Direcionamento de custódia

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela inserção de uma oferta doadora ou tomadora pode, com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, direcionar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** que não o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** em questão, observando as seguintes regras:

1. caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) não direcione a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento do **registro** da oferta, a **câmara** verifica a existência do **vínculo** de custodiante opcional na **conta** do **comitente**. Havendo o **vínculo**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito de título público federal** atribuídos ao **vínculo** são registrados na

oferta. Caso contrário, o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e a **conta** do **comitente** são registrados na oferta para fins de **entrega** ou recebimento de **ativos**; e

2. caso o **participante de negociação pleno** ou o p**articipante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) direcione a **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento do **registro** da oferta, as informações do **agente de custódia** e da **conta de depósito de título público federal** do **comitente** são registradas na oferta e ficam sujeitas à aprovação do **agente de custódia** direcionado. Se houver rejeição por parte do **agente de custódia** direcionado, a oferta é cancelada.

A aprovação do direcionamento de custódia pode ser realizada de forma automática, mediante parametrização pelo **agente de custódia** através do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos.** Esta parametrização pode ser efetuada da seguinte forma:

a) parametrização por documento: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado por qualquer **participante** para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado;

b) parametrização por **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para qualquer **conta** no **agente de custódia**; e

c) parametrização por documento e **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para **contas** no **agente de custódia**, de titularidade do documento parametrizado.

A aprovação do direcionamento de custódia de forma automática está condicionada à existência de saldo de **ativos** suficientes para a oferta. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aprovação automática, a **câmara** mantém a oferta doadora, porém sujeita à aprovação manual do **agente de custódia**, até o encerramento

da grade horária de aprovações estabelecida no item 5.1.8, não se aplicando dessa forma o processo de aprovação automática.

5.1.4.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de ativos de renda fixa pública

O pré-contrato é o instrumento por meio do qual os **participantes doadores** e **tomadores** registram suas intenções de abrir **posição** de **empréstimo** de **ativos**. A geração do pré-contrato ocorre nas seguintes situações:

1. quando o **participante de negociação pleno tomador** ou o **participante de liquidação tomador** seleciona uma oferta doadora pública ou confirma uma oferta doadora privada **no sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

2. quando o **participante de negociação pleno doador** ou o **participante de liquidação doador** seleciona uma oferta tomadora pública no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

3. quando o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** insere uma oferta direta; e

4. no caso de **empréstimo** compulsório, decorrente de uma **falha de entrega** de **ativos** durante o processo de **liquidação** do **saldo líquido multilateral**. Caso haja oferta doadora, reversível ou não ao **doador**, no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, o pré-contrato é gerado automaticamente; o **comitente** que falhou na **entrega** de **ativos** assume a **posição** de **tomador** do **empréstimo** compulsório, sob a responsabilidade de um **participante de negociação pleno** ou de um **participante de liquidação**.

Com exceção de **empréstimo** compulsório, o pré-contrato está sujeito à análise de limite de concentração de **posição** em aberto, conforme os procedimentos descritos no manual de administração de risco da **câmara**. Em caso de rejeição como resultado da análise de risco, o pré-contrato é cancelado e a quantidade da oferta selecionada pelo **participante** que excedeu o limite de concentração de **posição** em aberto não retorna ao livro de ofertas. Caso o pré-contrato implique violação de limite de concentração de **posição** em aberto por parte do **participante** agressor da oferta disponível, a quantidade agredida retornará à lista de ofertas disponíveis.

Após a análise do limite de concentração de **posição** em aberto, é gerada a **posição** de **empréstimo** de **ativos**, quando ocorre a transformação do pré-contrato em contrato.

Caso o **comitente tomador** não possua saldo de **margem** suficiente para cobrir o risco da sua **carteira** considerando manter a **posição**, conforme os critérios descritos no manual de administração de risco da **câmara**, o contrato é gerado e os **ativos** recebidos são mantidos na **finalidade** utilizada para fins de **cobertura** de **posições** de **ativos** de renda fixa pública (22).

5.1.4.6. Atributos da oferta doadora

A oferta doadora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno doador** ou **participante de liquidação doador**: **participante** responsável pelo **comitente doador**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser doada;
- **finalidade** da **conta de depósito de título público federal** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser doado;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública;
- tipo de taxa: pré-fixada ou pós-fixada;

- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- indexador de correção: indexador alternativo à taxa no cálculo da remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- percentual de correção sobre um indexador;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada do contrato de **empréstimo**;
- data de vencimento: data em que o contrato de **empréstimo** é liquidado, caso não ocorra **liquidação** antecipada, sendo sempre o dia útil anterior ao vencimento do título público federal objeto do **empréstimo**;
- **participante doador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente doador** sob o **participante doador** *carrying*;
- **agente de custódia doador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito de título público federal** do **comitente doador** sob o **agente de custódia doador;**
- indicador de reversibilidade ao **doador**: indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de anonimato: indicador que possibilita ao **participante de negociação pleno doador** ou o **participante de liquidação doador** não ser identificado na oferta; e
- código de **participante autorizado** à contratação, no caso de oferta privada: código do **participante de negociação pleno** autorizado a atuar como **participante tomador**.

5.1.4.7. Atributos da oferta tomadora

A oferta tomadora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno tomador** ou **participante de liquidação tomador**: **participante** responsável pelo **comitente tomador**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser tomada;
- **finalidade** da **conta de depósito de título público federal** do **comitente** na qual será depositado o **ativo** tomado;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública;
- tipo de taxa: pré-fixada ou pós-fixada;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- indexador de correção: indexador alternativo à taxa no cálculo da remuneração do **comitente doador** devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- percentual de correção sobre um indexador;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada do contrato de **empréstimo**;
- data de vencimento: data em que o contrato de **empréstimo** é liquidado, caso não ocorra **liquidação** antecipada, sendo sempre o dia útil anterior ao vencimento do título público federal;
- **participante tomador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** *carrying*;

- **agente de custódia tomador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito de título público federal** do **comitente tomador** sob o **agente de custódia tomador**; e
- indicador de anonimato: indicador que possibilita ao **participante tomador** executor não ser identificado no livro de ofertas.

5.1.5. Registro de empréstimo de cotas de ETF de renda fixa

Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** estão autorizados a inserir ofertas doadoras e tomadoras de cotas de ETF de renda fixa.

A oferta pode ser pública, privada ou direta:

1. oferta doadora ou tomadora pública: é divulgada publicamente, podendo ser consultada e selecionada por todos os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação**;

2. oferta doadora privada: é divulgada somente para o **participante de negociação pleno** ou para o **participante de liquidação** indicado na oferta; e

3. oferta doadora direta: o **participante de negociação pleno** insere uma oferta com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, ambos sob sua responsabilidade.

No caso de oferta privada, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pelo **comitente doador** deve inserir a oferta e o **participante de negociação pleno**, responsável pelo **comitente tomador**, deve confirmar a **operação**.

Na abertura do contrato, a **entrega** de **ativos** do **doador** ao **tomador** ocorre pelo módulo de **liquidação bruta**, em D+0. Para operações de **empréstimo** de cotas de ETF

de renda fixa, a **câmara** armazena as informações do saldo analítico dos **ativos** doados para fins informativos e recomposição da informação na **central depositária da B3**, quando da **liquidação** da **posição**.

A **liquidação** do contrato, no vencimento ou antecipadamente, ocorre por meio do módulo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. As regras e os procedimentos de **liquidação** por **entrega** estão descritos na subseção 8.1.3 deste manual.

5.1.5.1. Características específicas de oferta doadora

Por meio da oferta doadora, o **comitente doador** disponibiliza **ativos** de sua titularidade para **empréstimo**, em troca de uma remuneração e a oferta é sempre certificada.

Na inserção de oferta doadora, deve-se indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, **vínculo** de custodiante opcional ou **vínculo** por conta e ordem. Na inserção da oferta doadora, é permitido indicar a **carteira** livre (2101-6), a **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8) ou a **carteira** de **garantias** (2390-6). Para a indicação da **carteira** de **garantias** (2390-6) a oferta doadora certificada deve ser reversível ao **doador**.

No momento em que a oferta é aceita, após a autorização do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** transfere os **ativos** da **carteira** indicada na oferta para a **carteira** de **empréstimo** de **ativos** (2801-0), não sendo permitido movimentar os **ativos** nessa **carteira**.
Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta.

As ofertas doadoras elegíveis para o tratamento de **falha de entrega** de **ativos** pela **câmara** devem:

- ser ofertas públicas, certificadas, reversíveis ao **doador**, com carência igual ou menor a data de seleção da oferta e estar disponíveis para serem agredidas, ou seja, sem pendências de aprovação; e
- ter data de vencimento igual ou maior que 3 (três) dias úteis.

5.1.5.2. Características específicas de oferta tomadora

Na oferta tomadora, o **comitente tomador** registra sua intenção de tomar emprestado determinado **ativo**, remunerando o **comitente doador**.

Na inserção de oferta tomadora ou na confirmação de oferta doadora deve-se indicar uma **conta** normal do **comitente tomador**, a qual pode ter **vínculo** de custodiante opcional, **vínculo** por conta e ordem ou **vínculo** de **repasse**, podendo ser indicada, alternativamente, uma **conta** erro do **participante de negociação pleno** responsável pelo **comitente tomador**. Na inserção da oferta tomadora, é permitido indicar as seguintes **carteiras**: **carteira** livre (2101-6), a **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8) ou **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos** (2201-2).

Estão restritos à inserção de oferta tomadora os **investidores** tributados na fonte, quais sejam, pessoas físicas, pessoas jurídicas não financeiras e **investidores** não residentes.

5.1.5.3. Indicação de participante carrying

A indicação de **participante** *carrying* é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** responsável pela inserção da oferta ou pela confirmação do **registro** transfere para outro **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a responsabilidade, perante a **câmara**, pela **liquidação** e pelo gerenciamento de risco da **posição** de **empréstimo**.

A indicação é operacionalizada por meio da inserção de oferta doadora ou tomadora, utilizando uma **conta** normal com **vínculo** de **repasse**. O **participante** executor é o **participante de negociação pleno** que insere a oferta ou agride uma oferta de natureza oposta disponível no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**. O **participante** *carrying* é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** indicado como **participante-destino** no **vínculo** de **repasse**.

O **participante** *carrying* possui 40 (quarenta) minutos, a partir do fechamento da oferta, para aceitar ou rejeitar o **repasse**. Em caso de rejeição do **repasse**, o processo de contratação é cancelado e a oferta selecionada volta a estar disponível para nova seleção. Em caso de não manifestação por parte do **participante** *carrying* indicado durante o referido prazo de 40 (quarenta) minutos, a **câmara** considera a aceitação automática do **repasse** com indicação para a **carteira** livre (2101-6) como comportamento padrão. Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de custodiante opcional são atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo**, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

5.1.5.4. Direcionamento de custódia

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela inserção de uma oferta doadora ou pela seleção de uma oferta tomadora pode, com as informações do **comitente tomador** e do **comitente doador**, direcionar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** que não o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** em questão, observando as seguintes regras:

1. caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) não direcione a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento do **registro** da oferta, a **câmara** verifica, na **conta** do **comitente**, a

existência do **vínculo** de custodiante opcional. Se houver, o **agente de custódia** e a **conta de depósito**, atribuídos ao **vínculo**, são registrados na oferta. Caso contrário, o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e a **conta** do **comitente** são registrados na oferta para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos**; e

2. caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) direcione a **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento da inserção da oferta doadora certificada, da seleção de uma oferta tomadora ou da geração de um pré-contrato direto, as informações do **agente de custódia** e da **conta de depósito** do **comitente** são registradas na oferta e ficam sujeitas à aprovação do **agente de custódia** direcionado. Se houver rejeição por parte do **agente de custódia** direcionado, a oferta é cancelada.

A aprovação do direcionamento de custódia pode ser realizada de forma automática, mediante parametrização pelo **agente de custódia** através do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos.** Esta parametrização pode ser efetuada da seguinte forma:

a) parametrização por documento: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado por qualquer **participante** para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado;
b) parametrização por **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado, para qualquer **conta** no **agente de custódia**; e
c) parametrização por documento e **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante**

parametrizado para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado.

A aprovação do direcionamento de custódia de forma automática está condicionada à existência de saldo de **ativos** suficientes para a oferta. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aprovação automática, a **câmara** mantém a oferta doadora, porém sujeita à aprovação manual do **agente de custódia**, até o encerramento da grade horária de aprovações estabelecida no item 5.1.8, não se aplicando dessa forma o processo de aprovação automática.

5.1.5.5. Geração de pré-contrato de empréstimo de cotas de ETF de renda fixa

O pré-contrato é o instrumento por meio do qual os **participantes doadores** e **tomadores** registram suas intenções de abrir **posição** em contrato de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa. A geração do pré-contrato ocorre nas seguintes situações:

1. quando o **participante de negociação pleno tomador** seleciona uma oferta doadora pública ou confirma uma oferta doadora privada no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

2. quando o **participante de negociação pleno doador** ou o **participante de liquidação doador** seleciona uma oferta tomadora pública no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**;

3. quando o **participante de negociação pleno** insere uma oferta direta; e

4. no caso de **empréstimo** compulsório, decorrente de uma **falha de entrega** de **ativos** durante o processo de **liquidação** do **saldo líquido multilateral**. Caso haja oferta doadora, reversível ao **doador**, no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, o pré-contrato é gerado automaticamente; o **comitente** que falhou na **entrega** de **ativos** assume a **posição** de **tomador**

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

do **empréstimo** compulsório, sob a responsabilidade de um **participante de negociação pleno** ou de um **participante de liquidação**.

Com exceção de **empréstimo** compulsório, o pré-contrato está sujeito à análise de limite de concentração de **posição** em aberto, conforme os procedimentos descritos no manual de administração de risco da **câmara**. Em caso de rejeição como resultado da análise de risco, o pré-contrato é cancelado e a quantidade da oferta selecionada pelo **participante** que excedeu o limite de concentração de **posição** em aberto não retorna ao livro de ofertas. Caso o pré-contrato implique violação de limite de concentração de **posição** em aberto por parte do **participante** agressor da oferta disponível, a quantidade agredida retorna à lista de ofertas disponíveis.

Após a análise do limite de concentração de **posição** em aberto, é gerada a **posição** de **empréstimo** de **ativos**, quando ocorre a transformação do pré-contrato em contrato.
Caso o **comitente tomador** não possua saldo de **margem** suficiente para cobrir o risco da sua **carteira** considerando manter a **posição**, conforme os critérios descritos no manual de administração de risco da **câmara**, o contrato é gerado e os **ativos** recebidos são mantidos na **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos** (2201-2).

5.1.5.6. Atributos da oferta doadora

A oferta doadora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno doador** ou **participante de liquidação doador**: **participante** responsável pelo **comitente doador**;
- **conta de depósito** do **comitente doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** sob o **participante de negociação pleno doador** ou sob o **participante de liquidação doador** na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser doada;
- **carteira**, quando for o caso: **carteira** da **conta de depósito** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser doado;

- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos**;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração do **comitente doador** em função do **empréstimo**;
- data de carência: data após o qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada;
- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua **liquidação** antecipada;
- **participante doador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente doador** sob o **participante doador** *carrying*;
- **agente de custódia doador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, quando for o caso: **agente de custódia** indicado, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** sob o **agente de custódia doador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente doador** sob o **agente de custódia** direcionado;
- indicador de reversibilidade ao **doador**: indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de anonimato: indicador que possibilita que o **participante de negociação pleno doador** ou o **participante de liquidação doador** não seja identificado no livro de ofertas; e
- código de **participante autorizado** à contratação, no caso de oferta privada: código do **participante de negociação pleno** autorizado a ser o **participante tomador**, caso a oferta seja privada.

5.1.5.7. Atributos da oferta tomadora

A oferta tomadora tem os seguintes atributos:

- **participante tomador** executor: **participante de negociação pleno** responsável pela inserção da oferta tomadora;
- **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** executor: **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** executor na **central depositária da B3**;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser tomada;
- **carteira**: **carteira** da **conta de depósito** na qual será creditado o **ativo** a ser tomado. Na geração do contrato, em função da análise de risco, essa **carteira** pode ser alterada automaticamente pela **câmara**;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **empréstimo** de **ativos**;
- ISIN e distribuição do **ativo**: código ISIN e distribuição do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- código de negociação: código de negociação do **ativo**-objeto do **empréstimo**;
- taxa do **empréstimo**: taxa de remuneração devida pelo **comitente tomador** em função do **empréstimo**;
- data de carência: data após o qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada;
- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua liquidação antecipada;
- **participante tomador** *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente tomador** sob o **participante tomador** *carrying*;

- **agente de custódia tomador** responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, quando for o caso: **agente de custódia** indicado, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** sob o **agente de custódia tomador**, quando for o caso: **conta de depósito** do **comitente tomador** sob o **agente de custódia** direcionado;
- indicador de reversibilidade ao **doador**: indicador que possibilita ao **doador** solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de anonimato: indicador que possibilita que o **participante tomador** executor não seja identificado no livro de ofertas; e
- código de **participante autorizado** à contratação, no caso de oferta privada: código do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** autorizado a ser o **participante doador**, caso a oferta seja privada.

5.1.6. Cancelamento de oferta

O cancelamento de oferta é o mecanismo por meio do qual o **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação,** ou o **comitente**, diretamente ou por meio de seu gestor, cancela as ofertas por ele inseridas no sistema, por meio de tela do **sistema de contratação** de **empréstimo** de **ativos** ou de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Após o encerramento do horário do *call* de ofertas programadas, a **câmara** cancela as ofertas doadoras e as ofertas tomadoras programadas que não gerarem negócios.

Caso o **ativo** deixe de ser negociado ou deixe de ser elegível para a contratação de **empréstimos**, a **câmara** realizará o cancelamento das ofertas disponíveis.

Da mesma forma, a **câmara** poderá cancelar as ofertas de **participante** ou **comitente** que esteja submetido a regime de recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, falência, **liquidação** extrajudicial ou administração especial temporária, conforme

previsto em seu regulamento, e excluir o acesso e bloquear as sessões de negociação do **participante** no **ambiente de contratação de empréstimo**, cujo desbloqueio ocorrerá somente mediante instrução do responsável pela condução do regime.

No momento do cancelamento de oferta doadora certificada, o saldo previamente transferido para a **carteira** de **empréstimo** de **ativos** retorna à **carteira** indicada na inserção da oferta.

5.1.7. Tratamento de eventos corporativos

O tratamento a ser aplicado às ofertas de **empréstimo** de **ativos** de renda variável depende do tipo do **evento corporativo**, conforme segue:

1. **eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

   Há alteração da quantidade de **ativos** disponíveis na oferta, seguindo as regras e os percentuais estabelecidos pelo emissor, somente quando a nova quantidade de **ativos** for inferior à quantidade inserida na oferta. Caso contrário, não ocorrerá atualização da quantidade e a oferta permanecerá disponível no sistema; e

2. **eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

   Para os eventos com alteração do **ativo**-objeto, a oferta é cancelada, exceto no caso de bonificação, quando a oferta permanece com as características originais.

A atualização das **ofertas** de **empréstimo** de **ativos** ocorre no processamento noturno da data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

Para os demais tipos de **eventos corporativos**, não há alteração na oferta.

O tratamento de **eventos corporativos** aplicado às **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável é descrito na subseção 7.9.3.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

5.1.8. Grade horária para contratação de empréstimo de ativos

A contratação de **empréstimo** de **ativos** segue os horários estabelecidos na tabela a seguir:

i. **Mercado de renda variável**

Participante executor			
Processo	**Modalidades**		**Observações**
	Registro e liquidação em D+1	**Liquidação em D+0**	
Inserção de oferta	Até às 19h15 do dia da inserção da oferta	Até às 19h15 do dia da inserção da oferta	Após início do processo de **liquidação** de **ativos** (11h), as ofertas oriundas da negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+0 estarão sujeitas a contratação a partir do dia seguinte
Inserção de oferta com **repasse**	Até às 18h35 do dia da inserção da oferta	Até às 18h35 do dia da inserção da oferta	Após início do processo de **liquidação** de **ativos** (11h), as ofertas oriundas da negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+0 estarão sujeitas a contratação a partir do dia seguinte
Cancelamento de oferta	Até às 19h15 da data de validade da oferta	Até às 19h15 da data de validade da oferta	
Fechamento de negócio	Até às 19h15 do dia da seleção da oferta	Até às 10h45 do dia da seleção da oferta	
Fechamento de negócio com **repasse**	Até às 18h35 do dia da seleção da oferta	Até às 09h50 do dia da seleção da oferta	
Fechamento de negócio com direcionamento de **custódia** doadora certificada	Até às 19h15 do dia da seleção da oferta	Até às 10h30 do dia da seleção da oferta	

Participante *carrying*			
Processo	**Modalidades**		**Observações**
	Registro e liquidação em D+1	**Liquidação em D+0**	
Aceitação/Rejeição de oferta doadora certificada pelo **participante doador** *carrying*	Até às 19h15 do dia da inserção da oferta	Até às 19h15 do dia da inserção da oferta	Após início do processo de **liquidação** de **ativos** (11h), as ofertas oriundas da negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+0 estarão sujeitas a contratação a partir do dia seguinte
Aceitação/Rejeição de negócio pelo **participante doador** *carrying*	Até às 19h15 do dia da seleção da oferta	Até às 10h30 do dia da seleção da oferta	
Aceitação/Rejeição de negócio pelo **participante tomador** *carrying*	Até às 19h15 somente para **operações** oriundas do registro	N/A	

Agente de custódia			
Processo	**Modalidades**		**Observações**
	Registro e liquidação em D+1	**Liquidação em D+0**	
Aceitação/Rejeição de oferta doadora certificada com direcionamento de **custódia**	Até às 19h30 do dia da inserção da oferta	Até às 19h30 do dia da inserção da oferta	Após início do processo de **liquidação** de **ativos** (11h), as ofertas oriundas da negociação eletrônica de **empréstimo** de **ativos** com **liquidação** em D+0, estarão sujeitas a contratação a partir do dia seguinte
Aceitação/Rejeição de oferta (oriundo de fechamento de negócio)	Até às 19h30 do dia da seleção da oferta	Até às 10h45 do dia da seleção da oferta	

pelo **agente de custódia doador**			

Tabela 1

As grades de contratação de **empréstimo** de **ativos** do *call* de ofertas programadas são divulgadas no site da B3.

ii. Mercado de renda fixa pública

Participante executor		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Inserção de oferta	Até às 17h45	
Inserção de oferta com **repasse**	Até às 17h05	
Inserção de oferta com direcionamento de custódia doadora	Até às 17h45	
Cancelamento de oferta	Até às 17h45 do dia útil anterior ao vencimento da oferta	
Fechamento de negócio	Até às 17h45	
Fechamento de negócio com **repasse**	Até às 17h05	

Fechamento de negócio com direcionamento de **custódia** doadora	Até às 17h45	

Participante carrying		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Aceitação/Rejeição de oferta doadora pelo **participante doador** carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, a oferta será aceita tacitamente pela **câmara**.
Aceitação/Rejeição de oferta (oriunda de fechamento de negócio) pelo **participante doador** carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, a oferta será aceita tacitamente pela **câmara**.
Aceitação/Rejeição de pré-contrato pelo **participante tomador** carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, o pré-contrato é aceito tacitamente pela **câmara**.

Agente de custódia		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Aceitação/Rejeição de oferta doadora com direcionamento de custódia	Até às 18h00 do dia da inserção da oferta	Caso ocorra a rejeição ou a não manifestação, a oferta é cancelada.

Aceitação/Rejeição de oferta (oriunda de fechamento de negócio) pelo **agente de custódia doador**	Até às 18h00 do dia da inserção da oferta	Caso ocorra a rejeição ou a não manifestação, a oferta é cancelada.

Tabela 2

5.1.9. Suspensão do ativo objeto de empréstimo de ativos de renda variável

Caso o **ativo**-objeto da oferta de **empréstimo** seja suspenso no **ambiente de negociação**, conforme as situações previstas nos normativos da B3, a **câmara** suspende a inserção de novas ofertas para este **ativo** no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, com exceção de ofertas autorizadas pela **câmara** com a finalidade de tratamento de **falha de entrega** de **ativo** ou de atendimento de obrigações no **ativo**-objeto já contratadas e que liquidem durante o período de suspensão.

O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** podem realizar os procedimentos descritos na seção 5.1 por meio de tela do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** ou de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

5.2. Contratação de operação compromissada específica

A contratação de **operação compromissada específica** é o conjunto de procedimentos por meio dos quais os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** registram **operações compromissadas específicas**, ou seja, **operações** de compra ou de venda de título público federal cumuladas com o compromisso de revenda ou de recompra, em data futura, do mesmo título público federal, sendo tal **ativo** identificado no momento da contratação.

A forma de contratação de **operação compromissada específica** é o **registro**.

Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** estão autorizados a inserir ofertas de venda de **operação compromissada específica**.

As ofertas podem ser:

1. ofertas diretas: o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** insere uma oferta com as informações do **comitente** comprador e do **comitente** vendedor, ambos sob sua responsabilidade; e

2. ofertas privadas: são divulgadas somente para o **participante de negociação pleno** ou para o **participante de liquidação** indicado na oferta. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo vendedor, deve inserir a oferta e o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo comprador, deve confirmar a **operação**.

A B3 pode definir uma lista de **ativos** elegíveis como objeto de **operações compromissadas específicas**.

Na abertura do contrato, a **entrega** de **ativos** do vendedor ao comprador e o **pagamento** do comprador ao vendedor ocorre pelo módulo de **liquidação bruta**, em D+0. A **liquidação** do contrato, no vencimento ou antecipadamente, ocorre por meio do módulo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. As regras e os procedimentos de **liquidação** estão descritos na subseção 9.1.3 deste manual.

5.2.1. Características específicas de oferta vendedora

Na oferta vendedora, o **comitente** vendedor disponibiliza determinado título público federal de sua titularidade para venda, com o compromisso de recompra em data futura do mesmo título.

Na inserção de oferta vendedora, deve-se indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de **repasse**, **vínculo** de custodiante opcional ou **vínculo** por conta e ordem, e é permitido indicar a **finalidade** depósito (21).

Na inserção da oferta, a **câmara** verifica se a **conta de depósito** na **central depositária da B3** indicada possui **vínculo** com a **conta de depósito SELIC**. Caso a referida **conta** não tenha esse **vínculo**, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta.

No momento em que a oferta é aceita, após a autorização do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** transfere os **ativos** da **finalidade** indicada na oferta para a **finalidade** de **cobertura** de ofertas (28), não sendo permitido movimentar os **ativos** dessa **finalidade**.

Caso não haja saldo suficiente na **finalidade** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta. O controle de **ativos** é realizado pelo sistema de gestão de **ativos**, cujos procedimentos estão descritos no capítulo 4 deste manual.

5.2.2. Características específicas da confirmação pelo comprador

Na confirmação de oferta vendedora, o **comitente** comprador, por meio do **participante** por ele responsável, registra sua intenção de comprar determinado título público federal, devendo indicar uma **conta** normal, a qual pode ter **vínculo** de custodiante opcional, **vínculo** por conta e ordem ou **vínculo** de **repasse**. Na confirmação do **registro**, é permitido indicar a **finalidade** depósito (21) ou a finalidade **cobertura** de **posições** de **ativos** de renda fixa pública (22).

No momento da confirmação da oferta, a **câmara** verifica se a **conta de depósito** na **central depositária da B3** indicada possui **vínculo** com a **conta de depósito SELIC**. Caso a referida **conta** não tenha esse **vínculo**, a **câmara** rejeita automaticamente a oferta.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

No momento em que a oferta é aceita, após a autorização do **agente de custódia** direcionado, se for o caso, a **câmara** verifica a suficiência de recursos financeiros e comanda o bloqueio do valor correspondente.

Caso seja insuficiente o saldo na **finalidade** indicada no momento da aceitação da oferta, a **câmara** rejeita automaticamente a inserção da oferta. O controle dos recursos financeiros é realizado pelo sistema de gestão de **ativos**, cujos procedimentos estão descritos no capítulo 4 deste manual.

5.2.3. Indicação de participante carrying

A indicação de **participante** *carrying* é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno,** responsável pela inserção da oferta ou pela confirmação do **registro**, transfere para outro **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** a responsabilidade, perante a **câmara**, pela **liquidação** e pelo gerenciamento de risco da **posição** de **operação compromissada**.

A indicação é operacionalizada por meio da inserção de oferta, utilizando uma **conta** normal, com **vínculo** de **repasse**. O **participante** executor é o **participante de negociação pleno**, que insere a oferta ou confirma o **registro**. O **participante** *carrying* é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** indicado como **participante-destino** no **vínculo** de **repasse**.

O **participante** *carrying* possui 40 (quarenta) minutos, a partir do fechamento da oferta, para aceitar ou rejeitar o **repasse**. Caso ocorra a rejeição, o processo de contratação é cancelado. Caso não haja manifestação por parte do **participante** *carrying* indicado durante o referido prazo de 40 (quarenta) minutos, a **câmara** considera a aceitação automática com indicação para a **finalidade** depósito de **ativos** de renda fixa pública (21) como comportamento padrão. Nesse momento, caso exista **vínculo** de custodiante opcional, o **agente de custódia** e a **conta** de custódia cadastrados no **vínculo** de

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

custodiante opcional são atribuídos automaticamente. Caso não exista tal **vínculo** cadastrado, a **câmara** considera o próprio **participante** *carrying* como **agente de custódia**.

5.2.4. Direcionamento de custódia

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pela inserção da oferta ou pela confirmação do **registro**, pode direcionar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** que não o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** em questão, observando as seguintes regras:

1. Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta, quando não houver **repasse**, ou **participante** *carrying*, quando houver **repasse**) não direcione a **entrega** ou o recebimento de **ativos** ou de recursos financeiros a outro **agente de custódia** no momento do **registro** da oferta, a **câmara** verifica, na **conta** do **comitente**, a existência do **vínculo** de custodiante opcional. Havendo o **vínculo**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** atribuídos ao **vínculo** são registrados na oferta. Caso contrário, o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e a **conta** de **comitente** são registrados na oferta para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos** ou de recursos financeiros.

2. Caso o **participante de negociação pleno** ou o p**articipante de liquidação** (**participante** responsável pelo **registro** da oferta, quando não houver **repasse**, ou **participante** *carrying*, quando houver **repasse**) direcione a **entrega** de **ativos** ou dos recursos financeiros a outro **agente de custódia** no momento da inserção da oferta, da confirmação do respectivo **registro** ou da geração de um pré-contrato direto, as informações do **agente de custódia** e da **conta de depósito** do **comitente** na **central depositária da B3** são registradas na oferta e ficam sujeitas à aprovação do **agente de custódia** direcionado. Se não houver

aceitação por parte do **agente de custódia** direcionado até o prazo-limite, a oferta é cancelada.

A aprovação do direcionamento de custódia pode ser realizada de forma automática, mediante parametrização pelo **agente de custódia** através do **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos.** Esta parametrização pode ser efetuada da seguinte forma:

a) parametrização por documento: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado por qualquer **participante** para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado;
b) parametrização por **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para qualquer **conta** no **agente de custódia**; e
c) parametrização por documento e **participante**: aprovação automática pelo **agente de custódia**, do direcionamento realizado pelo **participante** parametrizado para **contas** no **agente de custódia** de titularidade do documento parametrizado.

A aprovação do direcionamento de custódia de forma automática está condicionada à existência de saldo de **ativos** suficientes para a oferta. Caso não haja saldo suficiente na **carteira** indicada no momento da aprovação automática, a **câmara** mantém a oferta doadora, porém sujeita à aprovação manual do **agente de custódia**, até o encerramento da grade horária de aprovações estabelecida no item 5.1.8, não se aplicando dessa forma o processo de aprovação automática.

5.2.5. Geração de pré-contrato de operação compromissada específica

O pré-contrato é o instrumento por meio do qual os **participantes** comprador e vendedor registram suas intenções de abrir **posição** de **operações compromissadas específicas**. A geração do pré-contrato ocorre nas seguintes situações:

1. quando o **participante de negociação pleno** comprador ou o **participante de liquidação** comprador confirma uma oferta vendedora privada no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**; e

2. quando o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** insere uma oferta direta.

O pré-contrato está sujeito à análise de limite de concentração de **posição** em aberto, conforme os procedimentos descritos no manual de administração de risco da **câmara**. Em caso de violação do limite pelo **participante** vendedor, o pré-contrato é cancelado e a quantidade da oferta vendedora não retorna ao livro de ofertas. Em caso de violação de limite pelo **participante** comprador, a quantidade da oferta vendedora retorna ao livro de ofertas.

Após a análise de adequação ao limite de concentração de **posição** em aberto, é gerada a **posição** de **operação compromissada específica**, quando ocorre a transformação do pré-contrato em contrato.

5.2.6. Atributos da oferta vendedora

A oferta vendedora tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno** vendedor ou **participante de liquidação** vendedor: **participante** responsável pelo **comitente** vendedor;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser vendida;
- **finalidade** da **conta de depósito SELIC** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser vendido;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **operação compromissada específica**;
- identificação do ativo-objeto da **operação compromissada específica**;
- tipo de taxa: pré-fixada ou pós-fixada;

- taxa: taxa utilizada na correção do valor de compra ou de venda da **operação compromissada específica**;
- indexador de correção: indexador utilizado alternativamente à taxa na correção do valor de compra ou de venda da **operação compromissada específica**;
- percentual de correção sobre um indexador;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada;
- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua **liquidação** antecipada, sendo sempre o dia útil anterior ao vencimento do título público federal, considerando o calendário nacional;
- **participante** vendedor *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente** vendedor sob o **participante** vendedor *carrying*;
- **agente de custódia** vendedor responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** na **central depositária da B3** sob o **agente de custódia** vendedor;
- indicador de reversibilidade ao vendedor: indicador que possibilita ao vendedor solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de reversibilidade ao comprador: indicador que possibilita ao comprador solicitar a **liquidação** antecipada;
- Volume financeiro: volume financeiro da **operação**, dado pelo produto da quantidade ofertada pelo preço do título público federal; e
- código de **participante autorizado** à contratação, no caso de oferta privada: código do **participante de negociação pleno** autorizado a ser o **participante** comprador do título público.

5.2.7. Atributos da confirmação do registro

A confirmação do **registro** tem os seguintes atributos:

- **participante de negociação pleno** comprador ou **participante de liquidação doador**: **participante** responsável pelo **comitente** comprador;
- quantidade de **ativos**: quantidade de **ativos** a ser comprada;
- **finalidade** da **conta de depósito SELIC** do **comitente** na qual está depositado o **ativo** a ser comprado;
- identificação do instrumento de **empréstimo**: código que representa o instrumento genérico utilizado nos contratos de **operação compromissada específica**;
- identificação do instrumento-objeto da **operação compromissada específica**;
- taxa: taxa utilizada na correção do valor inicial da **operação compromissada específica**;
- indexador de correção: indexador utilizado alternativamente à taxa na correção do valor inicial da **operação compromissada específica**;
- percentual de correção sobre um indexador;
- data de carência: data após a qual é possível solicitar a renovação ou a **liquidação** antecipada;
- indicador de reversibilidade ao comprador: indicador que possibilita ao comprador solicitar a **liquidação** antecipada;
- indicador de reversibilidade ao vendedor: indicador que possibilita ao vendedor solicitar a **liquidação** antecipada;
- data de vencimento: data em que o contrato é liquidado, caso não seja solicitada sua **liquidação** antecipada, sendo sempre o dia útil anterior ao vencimento do título público federal, considerando o calendário nacional;

- **participante** comprador *carrying*: **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pela **posição**;
- **conta de posição** do **comitente** comprador sob o **participante** comprador *carrying*;
- **agente de custódia** comprador responsável pela **entrega**/recebimento do **ativo**, se houver direcionamento de custódia;
- **conta de depósito** na **central depositária da B3** sob o **agente de custódia** comprador; e
- Volume financeiro: volume financeiro da **operação**, dado pelo produto da quantidade ofertada pelo preço do título público federal.

5.2.8. Cancelamento de oferta

O cancelamento de oferta é o mecanismo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** cancela suas próprias ofertas registradas no sistema, por meio de tela do **sistema de registro** de **operação compromissada específica** ou de **mensagens** eletrônicas, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

No momento do cancelamento de oferta vendedora, o saldo previamente transferido para a **finalidade** de **cobertura** de **operação compromissada** retorna à **finalidade** indicada na inserção da oferta.

5.2.9. Grade horária para contratação de operação compromissada específica

A contratação de **operação compromissada específica** segue os horários estabelecidos nas tabelas a seguir.

Participante executor		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Inserção de oferta	Até às 17h45	
Inserção de oferta com **repasse**	Até às 17h05	
Inserção de oferta com direcionamento de custódia	Até às 17h45	
Cancelamento de oferta	Até às 17h45 do dia útil anterior ao vencimento da oferta	
Fechamento de negócio	Até às 17h45	
Fechamento de negócio com **repasse**	Até às 17h05	
Fechamento de negócio com direcionamento de custódia vendedora	Até às 17h45	

Participante carrying		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**

Aceitação/Rejeição de oferta vendedora pelo **participante doador** carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, a oferta será aceita tacitamente pela **câmara**.
Aceitação/Rejeição de oferta vendedora (oriunda de fechamento de negócio) pelo **participante doador** carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, a oferta será aceita tacitamente pela **câmara**.
Aceitação/Rejeição de pré-contrato pelo participante comprador carrying	Até às 17h45 do dia da inserção da oferta	Caso não ocorra manifestação, o pré-contrato é aceito tacitamente pela **câmara**.

Agente de custódia		
Processo	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Aceitação/Rejeição de oferta vendedora com direcionamento de custódia	Até às 18h00 do dia da inserção da oferta	Caso ocorra a rejeição ou a não manifestação, a oferta é cancelada.
Aceitação/Rejeição de oferta (oriunda de fechamento de negócio) pelo **agente de custódia** vendedor	Até às 18h00	Caso ocorra a rejeição ou a não manifestação, a oferta é cancelada.
Aceitação/Rejeição de pré-contrato comprador com direcionamento de custódia	Até às 18h00 do dia de fechamento do negócio	Caso ocorra a rejeição ou a não manifestação, pré-contrato é rejeitado

Tabela 3

6. CAPTURA, ALOCAÇÃO E REPASSE DE OPERAÇÕES

6.1. Captura de operações

Observadas as regras e as características operacionais de cada **ambiente de negociação, ambiente de contratação de empréstimo** e **ambiente de registro**, são capturadas pela **câmara** as **operações** realizadas/registradas em conformidade com as práticas, as regras e os limites de negociação e de **registro** para cada um desses ambientes.

As **operações** capturadas pela **câmara** provenientes de **sistema externo** devem respeitar as regras de **captura** estabelecidas neste manual.

6.1.1. Validações na captura de operações

Dentre os requisitos a serem verificados no processo de **captura**, consideram-se:

1. A situação e a **habilitação** dos **participantes** envolvidos na **operação**;

2. A anuência do **participante** para que as **operações** realizadas em **sistema externo** sejam capturadas pela **câmara**;

3. A data e o horário da **operação**;

4. A data e o horário da **captura** da **operação** realizada em **sistema externo**;

5. A situação e validade do instrumento-objeto da **operação**. No caso de **operações** oriundas de entidade administradora de **sistema externo**, é validado se esta possui autorização para envio de **operações** para o instrumento; e

6. A **conta** informada pelo **participante de negociação pleno**, quando for o caso, que deve atender aos seguintes critérios:

i. Estar devidamente cadastrada nos sistemas de **cadastro** da B3 e não estar em situação "inativa" ou "suspensa";

ii. Estar na situação "ativa" ou "suspensa parcialmente". No segundo caso, somente serão aceitas **operações** que não causem aumento de **posições** registradas na **conta**;

iii. O instrumento-objeto da **operação** deve ser compatível com os mercados habilitados para a **conta**;

iv. Nas **operações** oriundas de acesso direto ao mercado, a **conta** indicada deve ser do tipo normal ou máster;

v. No caso de a **conta** indicada ser a origem de um **vínculo** de **repasse**, a **conta** destino deve atender aos mesmos critérios observados nos itens anteriores;

vi. No caso de **operações** no mercado de opções, com **repasse** para **conta** normal sob **participante de liquidação**, a **conta** destino deve ter **vínculo** de exercício de opções habilitado;

vii. Nas **operações** de integralização e resgate de cotas de fundos de investimento listados, na modalidade "com **garantia** total", a **conta** do **comitente** e a **conta** do fundo ou da classe de cota do fundo **emissor** devem ser do tipo normal;

viii. Nas **operações** do **mercado de renda fixa privada,** na modalidade "sem **garantia** e com **liquidação bruta**", as **contas** podem ser do tipo normal, máster ou captura, com ou sem **vínculo** de **repasse**;

ix. Nas ofertas públicas de aquisição (OPA), as **contas** devem ser do tipo normal, com ou sem **vínculo** de **repasse**;

x. Nas ofertas de distribuição de **ativos**, as **contas** devem ser do tipo normal sem **vínculo** de **repasse**; e

xi. Nas ofertas de integralização e resgate de cotas de fundos de investimento listados, na modalidade "sem **garantia** e com **liquidação bruta**", a **conta** do **comitente** e a **conta** do fundo ou da classe de cota do fundo **emissor** devem ser do tipo normal.

Na inobservância dos itens de i a vi, do item 6, a **operação** é alocada automaticamente para a **conta** erro do **participante de negociação pleno**. Na inobservância dos demais itens, ou seja, itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (itens de vii a xi), as **operações** não são capturadas pela **câmara**.

Caso não seja informada nenhuma **conta** quando da transmissão da oferta no **ambiente de negociação**, a **operação** é alocada automaticamente para a **conta captura** do **participante de negociação pleno**.

As **operações** que atenderem aos requisitos estabelecidos terão seus detalhes informados aos **participantes de negociação plenos**, por meio de tela do sistema da **câmara**, ou de **mensagens** e arquivos eletrônicos, conforme formatos estabelecidos no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

O **participante de negociação pleno** pode ainda solicitar arquivo com os detalhes das **operações** capturadas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Para o envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, a entidade administradora de **sistema externo** deve observar as regras, os procedimentos e os formatos estabelecidos no manual de integração para serviços de **compensação** e **liquidação** oferecidos pela **câmara** ao **sistema externo**.

6.1.1.1. *Horário-limite para captura de operações*

O horário-limite para **captura** de **operações** pela **câmara** é 20h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o horário-limite para **captura** de **operações**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** e as entidades administradoras de **sistema externo** em caso de antecipação ou de postergação do horário-limite para **captura** de **operações.** No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o atraso possa gerar impacto aos processos das referidas entidades ou **participantes**.

6.1.2. Cancelamento de operações

Tanto para uma **operação** cancelada no **ambiente de negociação**, no **ambiente de registro** ou no **ambiente de contratação de empréstimo** de **ativos** na forma de negociação eletrônica, de acordo com os regulamentos e os procedimentos desses ambientes, quanto para uma **operação** cancelada no ambiente de pós-negociação, a **câmara** envia aos **participantes de negociação plenos** ou aos **participantes de liquidação** responsáveis pela **operação,** as informações do cancelamento.

Caso a **operação** tenha sido alocada ou repassada, as **alocações** e os **repasses** relacionados a esta **operação** são automaticamente cancelados e todos os **participantes** envolvidos são informados.

A **câmara** informa o cancelamento das **operações** aos **participantes** envolvidos por meio de tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** de **operações**, de **mensagens** e de arquivos eletrônicos, conforme formatos estabelecidos no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3**.**

Para o envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, a entidade administradora de **sistema externo** deve observar as regras, os procedimentos e os formatos estabelecidos no manual de integração para serviços de **compensação** e **liquidação** oferecidos pela **câmara** aos **sistemas externos**.

6.1.3. Captura de operações em bloco

A **captura** de **operações** em bloco é o procedimento por meio do qual as **operações**, capturadas de acordo com as regras estabelecidas na subseção 6.1.1 deste manual, podem ser agrupadas em blocos de **operações** de características similares. A **câmara** realizará o agrupamento dos negócios utilizando os seguintes critérios: instrumento, preço, data de pregão, sessão automatizada, natureza da **operação**, **participante** e **conta**. Adicionalmente, é facultado à **câmara** incluir como critério o tipo da transação (*trade type*), o identificador da mesa de **operações** (*deskid*) e o código do operador. Os negócios serão agregados em intervalos de agregação e/ou número máximo de **operações** permitidas em um mesmo bloco.

Esse procedimento somente pode ser aplicado a **operações** no mercado futuro, realizadas por meio de sessão automatizada, em **conta** do tipo normal, com ou sem **repasse** para **conta** do tipo normal. A **câmara** determinará quais serão os **ativos** elegíveis para agregação de **operações** e o **participante** deverá indicar no sistema da **câmara** as **contas** que serão utilizadas para essa funcionalidade.

Ao efetuar a **captura** de uma **operação** elegível para o processo de agregação, de acordo com os critérios de instrumento, **participante** e **contas** habilitados, o sistema da **câmara** cria um bloco de **operações** com numeração específica e inicia o processo de agregação com as demais **operações** que atendam o mesmo filtro. O processo de agregação cria blocos distintos por natureza de **operação**, preço e dados de sessão automatizada.

O bloco de **operações** é fechado e enviado para o processo de **alocação** quando o intervalo de agregação, contado desde o horário de **captura** da primeira **operação** do bloco, é atingido, ou quando o parâmetro de número máximo de **operações** em um mesmo bloco é atingido. O horário de **captura** para efeito dos prazos de **alocação** e **repasse** é o horário de liberação do bloco para o sistema de **alocação**.

Para o processo de **alocação** e **repasse**, aplicam-se ao bloco de **operações** as mesmas regras previstas nos itens 6.2 e 6.3 deste manual, tal como uma **operação** regular. Exceção feita ao processo de **alocação** ou **repasse** em quantidade parcial que não pode ser aplicado a um bloco de **operações**.

Além das **mensagens** regulares de **captura** e **repasse** que são normalmente disponibilizadas após a criação do bloco, a **câmara** também informa aos **participantes** os detalhes das **operações** contidas em cada bloco por meio de tela, de **mensagens** e de arquivos eletrônicos, conforme formatos estabelecidos no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3**.**

O intervalo de agregação de **operações** e o número máximo de **operações** em um mesmo bloco serão publicados no *website* da B3.

6.1.3.1. Cancelamento de operação contida em um bloco

Para uma **operação** cancelada no **ambiente de negociação**, de acordo com os regulamentos e os procedimentos deste ambiente, que esteja contida dentro de um bloco de **operações**, a **câmara**, inicialmente, envia ao **participante de negociação pleno** e ao **participante-destino** do **repasse**, quando aplicável**,** a informação de cancelamento referente ao bloco que contém o negócio cancelado.

Caso o bloco de **operações** tenha sido alocado ou repassado, as **alocações** e os **repasses** relacionados a este bloco são automaticamente cancelados e todos os **participantes**

envolvidos são informados através de **mensagens** e de arquivos eletrônicos, conforme formatos estabelecidos no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3**.**

Após o cancelamento do bloco de **operações**, caso ainda existam **operações** não canceladas no bloco, o sistema da **câmara** gera um novo bloco de **operações** com outra numeração, removendo o negócio cancelado, e enviando novamente para o **participante** e **conta** informados na **captura** do bloco original. O horário de **captura** para efeito dos prazos de **alocação** e **repasse** é o horário de liberação do novo bloco para o sistema de **alocação**.

6.1.3.2. Cancelamento de bloco de operações

Por demanda dos **participantes** envolvidos ou sempre que julgar necessário, a **câmara** pode cancelar um bloco de **operações** já criado e enviar para o processo de **alocação** os negócios originais que faziam parte do bloco.

Para realizar este procedimento o sistema da **câmara** efetua o cancelamento das **operações** contidas no bloco, conforme estabelecido na subseção 6.1.3.1 deste manual, porém, em vez de enviar um novo bloco de **operações**, são enviadas ao **participante** as **operações** originais que faziam parte do bloco, utilizando-se a mesma **conta** informada na **captura** do bloco original. O horário de **captura** das **operações** originais para efeito dos prazos de **alocação** e **repasse** é o horário de liberação das **operações** para o sistema de **alocação**.

6.2. Alocação de operações

A **alocação** é o procedimento por meio do qual se identifica o **comitente** da **operação**, mediante a inserção de sua **conta** e de informações necessárias à **liquidação**, quando aplicável, como (i) o direcionamento da **entrega** de **ativos**, (ii) a **carteira** de depósito e (iii) a quantidade negociada pelo **comitente**.

No caso em que o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo processo de **alocação** da **operação**, também seja o **agente de custódia** responsável pela **entrega** ou pelo recebimento de **ativos**, a **alocação** da **operação** implica sua autorização à **câmara** para movimentar **ativos** na **central depositária da B3** para fins de **liquidação** da **operação**.

6.2.1. Procedimentos relativos à alocação de operações

O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, são os **participantes** responsáveis pelo processo de **alocação** na **câmara**.

O processo de **alocação** é realizado **operação** a **operação**, de maneira incremental, sendo composto de 3 (três) etapas:

1. Fornecimento de informações à **câmara**, com destaque para:

   i. A **conta** de titularidade do **comitente**, previamente cadastrada na **câmara** pelo **participante de negociação pleno**, pelo **participante de liquidação**, pelo **participante de negociação** ou pelo **participante estrangeiro**, observado que:

      a. Uma **conta** sob o **participante de liquidação**, sem **vínculo** de exercício de opções, não pode receber **alocação** de **operação** de opção; e

      b. A **conta** alocada deve estar habilitada para o mercado e para o **ativo/mercadoria** do instrumento-objeto da **operação**;

   ii. Quantidade de cada **alocação**, sendo que, no caso de um bloco de **operações**, conforme descrito na subseção 6.1.3 deste manual, a quantidade somente pode ser o total do bloco; e

iii. Demais informações para **liquidação**, quando necessárias, como direcionamento de **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** e **carteira** de custódia.

a. Direcionamento de **entrega** de **ativos**. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** deve indicar a **conta de depósito** do **comitente** sob sua responsabilidade, ou uma **conta** do mesmo **comitente** em outro **agente de custódia** que não o referido **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, para a **entrega** ou o recebimento de **ativos**. Essa última indicação é denominada procedimento de direcionamento de **entrega** de **ativos**. O direcionamento pode ser realizado de duas maneiras: (i) na **alocação** de **operações** ou (ii) por meio da indicação de **conta** sob o **participante de negociação pleno** ou sob o **participante de liquidação** com **vínculo** (custodiante opcional) preestabelecido no **cadastro**.

b. **Carteira** de depósito. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pela **operação**, pode indicar uma **carteira**, sob a **conta de depósito** do **comitente**, para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos**. Para tal indicação, não são permitidas: (i) **carteiras** de **cobertura** de opções, de contrato a termo e de **empréstimo** de **ativos**, no caso de **operação** de venda no mercado à vista, e (ii) **carteira** de **cobertura** de venda à vista, no caso de **operação** de compra no mercado à vista.

2. Confirmação ou rejeição do direcionamento de **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** e da **carteira** de custódia para **operações** de **empréstimo** de **ativos** contratadas na forma de negociação eletrônica. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pela **operação** doadora ou pela **operação** tomadora, com as

informações do **comitente tomador** ou do **comitente doador**, pode direcionar a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** que não o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** em questão, observando as seguintes regras:

a. Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (**participante** responsável pela **operação** quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse**) não direcione a **entrega** ou o recebimento de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento da **captura** ou da **alocação** da **operação**, a **câmara** verifica, na **conta** do **comitente**, a existência do **vínculo** de custodiante opcional. Se houver, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** atribuídos ao **vínculo** da **conta** do **comitente,** preestabelecido no **cadastro,** são indicados para a **entrega** ou o recebimento de **ativo**. Caso contrário, o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e a **conta** do **comitente** são indicados para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos**;

b. Caso o **participante de negociação pleno** ou o p**articipante de liquidação** (**participante** responsável pela **operação** quando não houver **repasse** ou o **participante** *carrying* quando houver **repasse)** direcione a **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia** no momento da **captura** ou da **alocação** da **operação**, as informações do **agente de custódia** e da **conta de depósito** do **comitente** são direcionados e ficam sujeitas à aprovação do **agente de custódia** direcionado;

c. O **agente de custódia** direcionado pelo responsável pela **operação** tem até o horário-limite da **alocação** conforme estabelecido na subseção 6.2.6, a partir do direcionamento da **entrega** de **ativos** a outro **agente de custódia**, para aceitá-la ou rejeitá-la. Se houver rejeição por parte do **agente de custódia** direcionado, o direcionamento é cancelado e o **agente de custódia** do próprio **participante de negociação pleno** ou

do **participante de liquidação** e a **conta** do **comitente** são indicados para fins de **entrega** ou de recebimento de **ativos**. Caso **o participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** não seja **agente de custódia**, a **conta** erro do próprio **participante** é atribuída à **operação**; e

d. Caso não ocorra manifestação por parte do **agente de custódia** direcionado, o direcionamento de custódia é aceito tacitamente pela **câmara** para **operações** tomadoras e rejeitado para **operações** doadoras.

3. Confirmação da **alocação**. Realizada a primeira etapa do processo de **alocação**, por meio do fornecimento de informações pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**, a **câmara** confirma, para os **participantes** envolvidos, (i) a efetivação do processo de **alocação** ou (ii) a ocorrência de erros ou violações.

No caso de **alocação** de **operação** para **conta** na situação "suspensa parcialmente", a **câmara** somente aceita **alocação** de **operação** de venda coberta no mercado à vista, utilizando a **carteira** 2409-0 para diminuição de saldo da **conta** de custódia na **central depositária da B3**. O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** são responsáveis pelas autorizações e controles necessários para venda utilizando o saldo em custódia de **conta** na situação "suspensa parcialmente".

No caso de **alocação** de **operação** de compra no mercado à vista previamente realizada utilizando a **carteira** de **garantias**, não é permitida nova inclusão de **alocação** com alteração do **agente de custódia**, **conta de depósito** e **carteira**. Para alterar a **alocação** previamente realizada, o **participante** deve excluir a **alocação** inicial e realizar uma nova inclusão de **alocação**.

As **operações** com grandes lotes, caracterizadas desta forma conforme a regulamentação em vigor, não podem ser alocadas para mais de um **comitente**, exceto

operações de grandes lotes de titularidade de fundos ou de classes de cota de fundos de investimento, **comitentes** não residentes e **carteiras** administradas cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor.

Portanto, é vedado ao **participante de negociação pleno** ou p**articipante de liquidação**:

1. Realizar a **alocação** de **operação** de grande lote para **comitentes** distintos, em quantidade inferior ao tamanho mínimo do lote aplicável ao **ativo**-objeto da **operação**, exceto no caso de **operação** indicada para **conta** máster e destinada a **contas** normais de **comitentes** residentes vinculadas à referida **conta** máster, ou no caso de **operação** alocada para **comitente** não residente cujo gestor, identificado no cadastro da **conta** do **comitente**, seja o mesmo em todas as **contas** identificadas na **alocação** do mesmo lado da **operação**; e

2. Manter, até o encerramento da grade de **alocação** do **mercado** à vista **de renda variável**, quantidade parcial de **operação** de grande lote, alocada na **conta** erro do **participante**, em **conta** transitória ou em **contas** de **comitentes** distintos, em quantidade inferior ao tamanho mínimo do lote aplicável ao **ativo**-objeto da **operação**, exceto no caso de **operação** alocada em **contas** normais de **comitentes** residentes vinculadas à mesma **conta** máster, ou no caso de **operação** alocada para **comitentes** não residentes cujo gestor, identificado no cadastro das **contas** do **comitentes**, seja o mesmo em todas as **contas** identificadas na **alocação** do mesmo lado da **operação**.

Os casos de irregularidade serão verificados pela **câmara** até o encerramento da grade de **alocação** do mercado à vista de renda variável e os **participantes** serão notificados para que providenciem a regularização. Em caso de não regularização até o encerramento da grade de **alocação**, a **câmara** cancelará a **alocação** da quantidade total da **operação** de grande lote, restando toda a **alocação** na **conta** erro do **participante**. As **operações** com irregularidade de **alocação** que estiverem alocadas em **contas** sob

participantes diferentes em virtude de **repasse** de **operação** terão o referido **repasse** rejeitado. A avaliação de conformidade de **operação** de grande lote é realizada individualmente para cada lado da **operação**.

Operações alocadas em **contas** consideradas transitórias (**conta** *brokerage*, **conta** captura**, conta** intermediária**, conta** fintermo**, conta** admincon**, conta** formador de mercado e **conta** máster) ou na **conta** erro admitem nova inclusão de **conta**, sem a necessidade prévia de cancelamento de **alocação**, conforme disposto na subseção 6.2.3.

No caso de **conta** máster, é permitida a inclusão somente de **contas** vinculadas à **conta** máster previamente indicada.

No caso de **operações** de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação, a **operação** originalmente registrada na **conta** captura admite **alocação** apenas para **contas** de **comitentes** do tipo pessoa física, clube de investimentos ou instituição não financeira. Estas **contas** podem ter **vínculo** de **repasse** somente quando a **conta** destino estiver cadastrada em **participante de liquidação** do mesmo **conglomerado financeiro** do **participante de negociação pleno**. O direcionamento de custódia somente é admitido quando o **agente de custódia** indicado possuir o mesmo código operacional do **participante** *carrying*.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, podem realizar a **alocação** por meio de tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

6.2.2. Alocação por preço médio

A **alocação** por preço médio é o processo que permite ao **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, criar,

no processo de **alocação**, bloco de **operações** agregadas com preço médio calculado pelo sistema da **câmara**.

Um bloco de **operações** agregadas por preço médio deve conter apenas **operações:**

- realizadas no mercado à vista de renda variável, executadas no lote padrão ou fracionário do **ativo**, ou no mercado futuro, com exceção de **operações** de estratégia ou **operações** de contratos futuros sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**;
- realizadas na mesma data de sessão de negociação, com mesmo instrumento e de mesma natureza; e
- originalmente alocadas em **contas** transitórias do tipo admincon, máster ou intermediária.

6.2.2.1. Criação de bloco de operações agregadas por preço médio

O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, são os **participantes** que podem solicitar a criação de bloco de **operações** agregadas por preço médio. Para tanto, os **participantes** devem informar:

(i) Data da sessão de negociação das **operações**;
(ii) Número da **conta** transitória na qual estão alocadas as **operações**;
(iii) Instrumento objeto das **operações**;
(iv) Natureza das **operações**; e
(v) Números das **alocações** das **operações**.

Operações com **alocação** com status pendente, ou que sejam parte de outro bloco, não são consideradas na composição do bloco.

A **câmara** pode determinar um limite para o número de **alocações** que podem ser incluídas no bloco a cada solicitação. Caso o **participante** queira criar um bloco com quantidade de **alocações** superior a este limite, deverá criar um bloco com número de **alocações** inferior ou igual ao limite estabelecido e, em seguida, por meio do processo de manutenção do bloco, incrementar este bloco com novas **alocações**.

A **câmara** também pode determinar limite para o número total de **alocações** que podem ser incluídas no bloco, sendo que, caso este limite seja atingido, a solicitação de criação do bloco não é acatada e o **participante** é informado por meio da **mensagem** de resposta da solicitação.

O sistema da **câmara** efetua as seguintes validações iniciais na solicitação:

(i) **Conta** informada: deve ser uma **conta** ativa e elegível para criação de bloco de **operações** agregadas por preço médio;

(ii) Data da sessão de negociação: deve ser uma data válida, podendo ser:
   a. a data de solicitação de criação do bloco;
   b. o dia útil anterior à data de solicitação de criação do bloco, no caso de **operações** no mercado à vista de renda variável; ou
   c. o dia útil seguinte à data de solicitação de criação do bloco, no caso de **operações** realizadas em sessão *after-hours* no mercado futuro.

(iii) Instrumento objeto da **operação**: deve ser um instrumento válido e elegível para criação de bloco de **operações** agregadas por preço médio.

Caso seja verificada inconsistência na validação de data, **conta** ou instrumento, ou caso o número de **alocações** a serem incluídas no bloco supere os limites estabelecidos pela **câmara**, o bloco não é criado e o **participante** é informado por meio da **mensagem** de resposta de criação do bloco.

Utilizando a data da sessão de negociação, instrumento, natureza da **operação** e número da **alocação**, é verificado se existem **operações** alocadas na **conta** informada para criação do bloco de **operações** agregadas por preço médio.

Caso não sejam encontradas **operações** com as características indicadas na solicitação, ou caso os números de **alocação** informados não correspondam à data da sessão de negociação, **conta**, natureza da **operação** e instrumento indicados na solicitação, o **participante** é informado por meio da **mensagem** de resposta sobre a impossibilidade de realizar as referidas **alocações** e é formado o bloco somente com as **alocações** válidas, se houver.

Um bloco de **operações** agregadas por preço médio não pode ser criado a partir de partes de outro bloco de **operações**, seja oriundo do processo de **captura** em bloco, seja oriundo de **alocação** por preço médio. Caso seja informada **alocação** pertencente a outro bloco, será rejeitada sua inclusão no bloco ao qual se refere a solicitação e o **participante** será informado por meio de **mensagem** de resposta da solicitação.

O **participante** pode solicitar a criação de bloco durante o período da janela de **alocação** para o mercado das **operações** a compor o bloco. Caso seja solicitada a criação de bloco fora da janela de **alocação**, a solicitação é rejeitada e o **participante** é informado por meio da **mensagem** de resposta da solicitação.

Em caso de sucesso na validação da solicitação de criação do bloco de **operações** agregadas por preço médio, e encontradas **alocações** com as caraterísticas informadas na solicitação, o sistema da **câmara** gera o bloco de **operações** com numeração específica, com:

(i) quantidade de **ativos** ou contratos do bloco igual ao somatório das quantidades de **ativos** ou contratos das **alocações** das **operações** que compõem o bloco; e

(ii) preço igual à média ponderada dos preços das **operações** que compõem o bloco pelas respectivas quantidades, apurado com até 6 (seis) casas decimais.

A partir de sua criação, o bloco de **operações** agregadas por preço médio pode ser alocado, tal como uma **operação** regular, seguindo o disposto no item 6.2 deste manual.

Blocos de **operações** agregadas por preço médio não podem ser repassados. O **repasse** de **operações**, não pertencentes a um bloco de **operações** agregadas por preço médio, continua autorizado, inclusive para formação de blocos no **participante** destino do **repasse**.

O horário médio de execução atribuído ao bloco é dado pela média ponderada dos horários de execução das **operações** que compõem o bloco pelas respectivas quantidades.

O **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, pode solicitar a criação de bloco por meio de tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

6.2.2.2. Manutenção de bloco de operações agregadas por preço médio

O **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** em nome do qual foi criado o bloco de **operações** agregadas por preço médio pode incluir ou excluir **operações** do bloco, solicitando um novo cálculo de preço médio, desde que o bloco esteja totalmente alocado na **conta** em que foi gerado.

Para inclusão de **operação** no bloco, o **participante** deve informar:

(i) Data da sessão de negociação das **operações** no bloco;

(ii) **Conta** de geração do bloco;

(iii) Número do bloco;

(iv) Instrumento objeto do bloco;

(v) Natureza da **operação**;

(vi) Número da **alocação** do bloco; e

(vii) Números das **alocações** das **operações** a serem incluídas no bloco, que devem estar alocadas na mesma **conta** de geração do bloco.

Para exclusão de **operação** do bloco, o **participante** deve informar:

(i) Data da sessão de negociação das **operações** no bloco;

(ii) **Conta** de geração do bloco;

(iii) Número do bloco;

(iv) Instrumento objeto do bloco;

(v) Natureza da **operação**;

(vi) Número da **alocação** do bloco; e

(vii) Opcionalmente, o número de **alocação** da **operação** a ser excluída do bloco. Caso não seja informado, o sistema da **câmara** considera que todas as **operações** que compõem o bloco devem ser excluídas.

Após a validação da solicitação, seguindo o procedimento informado no item 6.2.2.1 deste manual, o sistema da **câmara** recalcula o preço médio, o horário de execução e a quantidade do bloco, e informa ao **participante**.

Operações excluídas do bloco são novamente disponibilizadas para nova **alocação** na **conta** de geração do bloco.

O **participante** pode solicitar a manutenção do bloco durante o período da janela de **alocação** do mercado das **operações** do bloco.

O **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, podem realizar a manutenção de blocos por meio de tela

do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

6.2.2.3. Cancelamento de operação pertencente a um bloco

Caso ocorra o cancelamento de uma **operação** pertencente a um bloco de **operações** agregadas por preço médio:

(i) todas as **alocações** do bloco são canceladas, retornando o bloco para sua **conta** de geração;

(ii) a **operação** em questão é excluída do bloco;

(iii) são recalculados a quantidade, o horário de execução e o preço médio do bloco; e

(iv) esta atualização é disponibilizada para o **participante**, que poderá proceder novamente com o processo de **alocação** do bloco.

6.2.3. Procedimentos relativos à alocação de operações de swap cambial com origem em leilão do BCB

Após a realização do leilão no BCB e o recebimento, pela **câmara**, das propostas aceitas no leilão, o **participante de negociação pleno**, responsável pela confirmação da proposta do **comitente** no sistema da **câmara**, deverá informar, por meio de tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** de **operações**, os seguintes atributos:

- Número do Comunicado do BCB referente à oferta de swap cambial;
- Número da proposta aceita no leilão;
- Número da **conta Selic**;
- Data de vencimento do swap cambial; e
- Número da **conta** no **participante de negociação pleno**.

Após a validação dos dados informados, o sistema da **câmara** gera uma **operação** de swap cambial com data de início de valorização, quantidade, taxa e natureza de acordo

com a proposta gerada no leilão do BCB. A confirmação da proposta aceita no leilão deve ser realizada pelo **participante de negociação pleno** até às 18h00 do mesmo dia.

Após a geração da **operação** de swap cambial pelo sistema da **câmara**, esta pode ser alocada ou repassada seguindo os procedimentos e regras estabelecidos nos itens 6.2 e 6.3 deste manual.

6.2.4. Cancelamento de alocação de operação

O cancelamento de **alocação** de uma **operação** é o processo pelo qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** solicita à **câmara** a exclusão do **comitente** anteriormente alocado para tal **operação**.

Após o cancelamento da **alocação** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**, a **câmara** aloca a **operação**, automaticamente, para a **conta** erro do **participante** requisitante do cancelamento, salvo quando do cancelamento de **alocação** de uma **conta** vinculada à **conta** máster, caso em que a **operação** é alocada para a **conta** máster previamente indicada, ou quando do cancelamento de **alocação** oriunda de bloco de **operações** agregadas por preço médio, caso em que a **operação** é alocada para **conta** de geração do bloco.

Em casos excepcionais para tratamento de erros como, por exemplo, cadastramento incorreto de **conta** de **comitente** final, **operações** oriundas de acesso direto ao mercado também são passíveis de cancelamento da **alocação** e, adicionalmente, quando necessário, de inclusão de **conta** do tipo erro operacional.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, pode realizar o cancelamento da **alocação** por meio de tela do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas ou arquivos, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Não é permitido o cancelamento de **alocação** de:

- **operações** de **empréstimo** de **ativos** (i) registradas em **conta** de intermediação; (ii) contratadas por meio de negociação eletrônica de oferta doadora e certificada; e (iii) contratadas por meio de negociação eletrônica de oferta tomadora na **carteira cobertura** (2201-2); e
- **operações** de **empréstimo** compulsório.

Os prazos para cancelamento de **alocação** seguem a grade de horários estabelecida na subseção 6.2.7.

A solicitação de cancelamento de **alocação** está sujeita à análise e à autorização da **câmara**, que contemplando a verificação dos critérios de risco das **operações** e das **posições**, conforme descrito em seu manual de administração de risco.

6.2.5. Alteração de alocação de operação

Os procedimentos operacionais para solicitação de alteração de **alocação** contemplam o cancelamento da **alocação** realizada anteriormente e a solicitação da inclusão de nova **alocação**, como segue:

1. Cancelamento de **alocação**: o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** realiza a exclusão da **conta** alocada, conforme processo mencionado na subseção 6.2.4; e

2. **Inclusão** de nova **alocação**: o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** realiza a solicitação da **alocação** de nova **conta**.

As **operações** de integralização e resgate de cotas de fundos de investimento listados, bem como de oferta de distribuição de **ativos**, na modalidade "sem **garantia** com **liquidação bruta**", não estão sujeitas à alteração de **alocação**.

Em qualquer hipótese, alterações de **alocação** envolvendo **contas** de diferentes **comitentes** somente são admitidas em função de erro operacional. Tais alterações devem ser justificadas pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**, independentemente da grade de horários de **alocação** de **comitentes**. Excepcionalmente, apenas na mesma data da **operação**, não precisam ser justificadas as alterações de **alocação** entre **comitentes** vinculados à mesma **conta** máster.

A justificativa para a solicitação de alteração de **alocação** deverá ser realizada no processo de inclusão da nova **conta.**

A solicitação de alteração de **alocação** pode ser realizada pelos mesmos mecanismos utilizados na situação de **alocação** regular, ou seja, tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou envio de **mensagens** ou arquivos eletrônicos à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Quando se tratar de uma solicitação fora da grade horária, conforme estabelecido na subseção 6.2.6, na própria solicitação de alteração de **alocação** deve haver a indicação de que se trata de solicitação de **alocação** fora da grade, bem como a respectiva justificativa.

Todas as alterações de titularidade e todas as **alocações** fora dos prazos estabelecidos são violações das regras de identificação de **comitentes**. Além das justificativas enviadas no processo de inclusão de **conta**, o **participante** deve enviar à **câmara**, eletronicamente, no dia da ocorrência da violação, carta contendo as informações das **operações** envolvidas e a declaração de que a violação decorreu de erro operacional, a qual deverá ser assinada:

1. Pelos procuradores do **participante**, com anuência do Diretor de Controles Internos ou do Diretor de Relações com o Mercado do **participante**, devendo aquele que não a assinou constar entre os destinatários da **mensagem** eletrônica de envio da carta; ou

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

2. Apenas pelos procuradores do **participante**, desde que a carta seja substituída por outra, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, de igual conteúdo assinada por um dos diretores referidos acima.

Se houver arquivo eletrônico anexado à **mensagem** eletrônica, contendo as informações das **operações** envolvidas, a carta deve fazer menção ao nome do arquivo eletrônico.

Sempre que julgar necessário, a **câmara** notificará o **participante** e solicitará a regularização imediata dos processos operacionais, com o intuito de eliminar as situações em desacordo com as regras de **alocação**.

A notificação descrita no parágrafo acima também será encaminhada à BSM, para que tenha conhecimento e possa exercer a supervisão direta no **participante** e aplicar, se for o caso, as medidas de *enforcement* previstas em seu Regulamento Processual.

6.2.6. Procedimentos adotados para operações não alocadas em contas definitivas no encerramento do prazo limite de alocação

As **operações** que permanecerem alocadas em **contas** transitórias no encerramento do prazo limite de **alocação** serão automaticamente alocadas para a **conta** erro do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**.

Alternativamente, para os mercados de opções, futuros e suas **operações** estruturadas correlatas, o sistema da **câmara** pode efetuar, em **contas** distintas para compras e vendas, a **alocação** automática de **operações** que não estiverem alocadas em **contas** definitivas ou que tiverem o **repasse** rejeitado no encerramento do prazo limite de **alocação**.

Este tratamento alternativo visa permitir que as **operações** não alocadas por falha operacional ou sistêmica até o encerramento do prazo limite sejam segregadas em **contas** distintas, evitando a **compensação** entre **operações** de naturezas opostas e

possibilitando o tratamento no dia subsequente por meio de transferências de **posição** aos **comitentes**.

O **participante** deve ter o **cadastro** de uma **conta** do tipo normal de sua titularidade para recebimento de **operações** de compra e outra **conta** do mesmo tipo para recebimento de **operações** de venda.

O sistema da **câmara** reconhece as **contas** do tipo normal de titularidade do **participante** que devem ser utilizadas através de atributo específico no perfil da **conta** atribuído pelo sistema de **cadastro**. Caso não haja o **cadastro** de **contas** específicas para este fim no **participante** ou haja qualquer inconsistência no **cadastro** da **conta**, como, por exemplo, **conta** não ativa, **conta** com mercados não autorizados ou **conta** sem **vínculo** de exercício, no caso de **participante de liquidação**, o sistema da **câmara** efetua a **alocação** automática das **operações** para a **conta** erro do **participante**. No caso de mais de uma **conta** cadastrada para recebimento de **operações** de compra ou de venda, o sistema da **câmara** utilizará a **conta** atualizada mais recentemente.

As o**perações** de opção sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**, com possibilidade de exercício automático, realizadas na data de vencimento da opção, continuam a ser alocadas na **conta** erro do **participante** no encerramento da janela de **alocação** para estas **operações**.

A **câmara** e a BSM mantêm controles sobre as movimentações (i) da **conta** erro e (ii) das **contas** específicas do **participante** utilizadas para recebimento de **operações** no encerramento da **alocação**. Como responsável pela realização, a qualquer tempo, da supervisão direta no **participante**, a BSM será tempestivamente comunicada pela **câmara** em caso de uso frequente das **contas** mencionadas neste parágrafo pelos **participantes** para que tenha conhecimento e possa exercer a sua supervisão e aplicar, se for o caso, as medidas de *enforcement* previstas em seu Regulamento Processual.

6.2.7. Grade de horários para alocação de comitentes

As **operações** dos mercados à vista de renda variável, de renda fixa privada, de **derivativos** de renda variável, de **derivativos** financeiros e de *commodities* e de **empréstimo** de **ativos** contratadas na forma de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1, devem ser alocadas para os **comitentes** em até 30 (trinta) minutos após a realização da **operação** no **ambiente de negociação** ou a aprovação do **repasse**, conforme o caso, exceto nas situações em que os prazos para **alocação** sejam os indicados nas tabelas a seguir.

A **câmara** pode, a qualquer momento, para qualquer tipo de **comitente** e a seu critério, determinar a antecipação ou exigir a **alocação** imediata da **operação**, por razões prudenciais e de administração de risco.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento das grades e horários limites para **alocação** e aprovação de indicação de custodiante apresentadas neste item. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento das grades e horários limites para **alocação.** No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o atraso no encerramento das grades possa gerar impacto aos processos dos **participantes**.

i. **Mercado de derivativos** financeiros e de *commodities*

Situação	Grades e horários limites	Observações
Conta máster sob **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**	Até 1 hora após a realização da **operação** ou aprovação do **repasse**	**Operações** que não tenham sido indicadas para **conta** máster no prazo definido neste manual não poderão ser alocadas para **comitentes** vinculados a qualquer **conta** máster.

Situação	Grades e horários limites	Observações
Comitentes vinculados à **conta** máster	Até às 20h30 do dia da realização da **operação**	**Operações** originalmente indicadas para determinada **conta** máster não poderão ser posteriormente alocadas para **comitente** não vinculado à **conta** máster previamente indicada.
Comitentes não residentes, exceto aqueles sob o § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024	Até às 20h30 do dia da realização da **operação**	——
Conta intermediária	Até às 20h30 do dia da realização da **operação**	Identificação somente de **comitentes** não residentes.

Tabela 4

O horário-limite para **alocação** de **operações** dos **mercados derivativos** financeiros e de *commodities* é às 20h30 do dia da realização da **operação**, com exceção para:

1. **Comitentes** não residentes nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024: até às 17h30 do dia da realização da **operação** quando realizada em sessão regular de negociação; e

2. **Operações** de *commodities* em período de **entrega** física: até às 18h00 do dia da realização da **operação**.

ii. **Mercado de renda variável**

Grades e Horários Limites para Alocação - Renda Variável		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
Conta máster sob **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**	Até 1 hora após a realização da **operação** ou aprovação do **repasse**	**Operações** que não tenham sido indicadas para uma **conta** máster no prazo definido neste manual, não poderão ser alocadas para **comitentes** vinculados a qualquer **conta** máster.
Comitentes vinculados à **conta** máster	Até às 20h30 do dia da realização da **operação**, para **derivativos** e mercado à vista, quando o **comitente** for residente Até às 15h00 do dia seguinte da realização da **operação**, para mercado à vista, quando o **comitente** for não residente	**Operações** originalmente indicadas para determinada **conta máster** não poderão ser posteriormente alocadas para **comitente** não vinculado à **conta** máster previamente indicada.
Comitentes não residentes	Até às 20h30 do dia do **registro** da realização da **operação**, para **derivativos** Até às 15h00 do dia seguinte da realização da **operação**, para mercado à vista	
Ordem Administrada Concorrente (**conta** admincon)	Até 30 minutos da realização da **operação**, para indicação da **conta** admincon A partir de uma **conta** admincon, até às 20h30 do dia da realização da **operação** para indicação de **conta máster** e para identificação de **comitentes** para **derivativos** e mercado à vista, quando o **comitente** for residente A partir de uma **conta** admincon, até às 15h00 do dia seguinte da realização da **operação** para identificação de **comitentes** do mercado à vista quando o **comitente** for não residente	

Grades e Horários Limites para Alocação - Renda Variável		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
Conta intermediária	Até 30 minutos da realização da **operação**, para indicação da **conta** intermediária A partir de uma **conta** intermediária, até às 20h30 do dia da realização da **operação** para indicação de **conta máster** e para identificação de **comitentes** para **derivativos** Até às 15h00 do dia seguinte da realização da **operação** para identificação de **comitentes** do mercado à vista, quando o **comitente** for não residente	Identificação somente de **comitentes** não residentes.
Financiamento a termo (**conta** fintermo)	Até 30 minutos da realização da **operação** para indicação da **conta** fintermo A partir de uma **conta** fintermo, até às 20h30 do dia da realização da **operação** para indicação de **conta máster** e para identificação de **comitentes** para **derivativos** e mercado à vista quando o **comitente** for residente A partir de uma **conta** fintermo, até às 15h00 do dia seguinte da realização da **operação** para identificação de **comitentes** do mercado à vista quando o **comitente** for não residente	**Conta** exclusiva para **alocação** de **operações** de venda no mercado a termo e de compra do mercado à vista do mesmo **ativo-objeto** da **operação** de venda a termo, desde que com finalidade de **cobertura** do financiamento a termo.

Tabela 5

O horário-limite para **alocação** de **operações** do **mercado de renda variável** é às 15h00 do dia útil seguinte da realização da **operação**, com exceção para:

1. **Comitentes** residentes: até às 20h30 do dia da realização da **operação**;
2. **Operações** de contrato futuro sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**: até às 19h30 do dia da realização da **operação**;

3. **Operações** de opção sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**, com possibilidade de exercício automático, realizadas na data de vencimento da opção: até 1 hora após o horário de encerramento da sessão de negociação da opção vincenda; e

4. Demais **operações** de **derivativos**: até às 20h30 do dia da realização da **operação**.

A indicação de **carteira** de **cobertura** de venda à vista (**carteira** 2409-0) pode ser feita até o dia seguinte ao da realização da **operação**, com os seguintes limites de horário (i) às 20h00, se a indicação for feita no mesmo dia da realização da **operação** e (ii) às 15h00, se a indicação for feita no dia seguinte ao da realização da **operação**.

iii. **Mercado de renda fixa privada**, modalidade "com **garantia** total"

Grades e Horários Limites para Alocação - Renda Fixa Privada, para o módulo líquido		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
Conta máster sob **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**	Até 1 hora após a realização da **operação** ou aprovação do **repasse**	**Operações** que não tenham sido indicadas para **conta máster** no prazo definido neste manual não poderão ser alocadas para **comitentes** vinculados a qualquer **conta máster**.
Comitentes vinculados à **conta máster**	Até às 12h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia da sua realização. Até às 20h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia seguinte da sua realização	**Operações** originalmente indicadas para uma determinada **conta máster** não poderão ser posteriormente alocadas para **comitente** não vinculado à **conta máster** previamente indicada.
Comitentes não residentes	Até às 12h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia da sua realização Até às 20h30 do dia da realização da **operação**, para	

Grades e Horários Limites para Alocação - Renda Fixa Privada, para o módulo líquido		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
	operação com **liquidação** no dia seguinte da sua realização	
Ordem Administrada Concorrente	Até 30 minutos da realização da **operação** para indicação da **conta** admincon A partir de uma **conta** admincon, até às 12h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia da sua realização. A partir de uma **conta** admincon, até às 20h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia seguinte ao da sua realização	**Ordem Administrada Concorrente**
Conta intermediária	Até 30 minutos da realização da **operação** para indicação da **conta** intermediária Até às 12h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia da sua realização Até às 20h30 do dia da realização da **operação**, para **operação** com **liquidação** no dia seguinte da sua realização	Identificação somente de **comitentes** não residentes.

Tabela 6

Os horários-limites para **alocação** de **operações** do **mercado de renda fixa privada**, na modalidade "com **garantia** total", conforme a data de **liquidação**, são:

- 12h30 da data da realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** na mesma data; e

- 20h30 da data da realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** no dia útil seguinte.

As **operações** do **mercado de renda fixa privada**, na modalidade "sem **garantia** com **liquidação bruta**", devem ser alocadas em até 60 (sessenta) minutos após a realização da **operação** no **ambiente de negociação** e o horário-limite para **alocação** é 17h00 do dia da realização da **operação**.

iv. Mercado de **empréstimo** de **ativos**, na forma de negociação eletrônica

Grades e horários-limites para alocação – Empréstimo de ativos contratadas por meio de negociação eletrônica com liquidação em D+1		
Situação	**Grades e horários-limites**	**Observações**
Conta máster sob **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**	Até 1 hora após a realização da **operação**	**Operações** que não tenham sido indicadas para **conta** máster no prazo definido neste manual não poderão ser alocadas para **comitentes** vinculados a qualquer **conta** máster.
Comitentes vinculados à **conta** máster	Até às 19h45 do dia da realização da **operação**	**Operações** originalmente indicadas para determinada **conta** máster não poderão ser posteriormente alocadas para **comitente** não vinculado à **conta** máster previamente indicada.
Comitentes não residentes	Até às 19h45do dia da realização da **operação**	

Tabela 7

Os horários-limites para o **agente de custódia** aceitar ou rejeitar o direcionamento de custódia para operações de **empréstimo** de **ativos** contratadas na forma de negociação eletrônica, conforme a data de **liquidação**, são:

- 10h55 da data de realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** em D+0; e

- 20h30 da data de realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** em D+1.

Caso não ocorra manifestação por parte do **agente de custódia** para qual a **operação** tenha sido direcionada, o direcionamento de custódia será aceito tacitamente pela **câmara** no caso de **operações** tomadoras, e rejeitado tacitamente pela **câmara** no caso **operações** doadoras.

6.3. Repasse de operações

O **repasse** de **operações** é o procedimento por meio do qual o **participante-origem** de uma **operação** e o respectivo **membro de compensação**, transferem a responsabilidade pela administração de risco, pela administração de **posição** e pela **liquidação**, derivadas da **operação**, ao **participante-destino** e ao respectivo **membro de compensação**, mediante a confirmação, explícita ou tácita, do **participante-destino**.

O **repasse** de **operações** é operacionalizado por meio dos processos de **alocação** descritos nos itens 6.2.1 e 6.2.3. admitindo-se, inclusive, a possibilidade de **repasse parcial** da **operação**, se o instrumento objeto da **operação** assim permitir, exceto no caso de **captura** de **operações** em bloco, conforme descrito na subseção 6.1.3 deste manual, onde a quantidade repassada somente pode ser o total do bloco.

Os blocos de **operações** agregadas por preço médio, conforme disposto no item 6.2.2 deste manual, não podem ser repassados.

O **participante-origem** é o **participante de negociação pleno** que realiza a **operação** nos **ambientes de negociação**, por conta e ordem de **comitente**, de outro **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **participante de negociação** ou **participante estrangeiro**.

O **participante-origem** é responsável pelas seguintes atividades:

1. **Registro** da ordem no sistema do **participante** e execução da ordem no **ambiente de negociação**; e
2. **Alocação** da **operação** em **conta** que possua **vínculo** de **repasse** previamente estabelecido.

O **participante-destino** é o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** que recebe a **operação** via **repasse** realizado pelo **participante-origem**.

O **participante-destino** é responsável pelas seguintes atividades:

1. **Alocação** da **operação** quando a **conta** destino do **repasse** for uma **conta** máster, **conta** admincon ou uma **conta** *brokerage*;
2. Controle da **posição**, inclusive no que diz respeito à administração de risco; e
3. **Compensação** e **liquidação** da **operação**.

O **participante-origem** permite que a **câmara** utilize e transmita ao **participante-destino** as informações do **ambiente de negociação** relacionadas à **operação** repassada.

6.3.1. Tipos de repasse

Os tipos de **repasse** são:

1. *Brokerage*: Este tipo de **repasse** ocorre por ordem do **participante-destino**, que emite a ordem diretamente para o **participante-origem,** para cumprimento e subsequente devolução das **operações**. O **participante-origem** e o **participante-destino** envolvidos no **repasse** do tipo *brokerage* devem estar vinculados por contrato, que estabeleça os direitos e os deveres de cada parte. Tal contrato envolve apenas os referidos **participantes**, sendo dever do **participante-destino** manter seu **comitente** informado de que as

ordens por ele emitidas podem ser cumpridas, nos **ambientes de negociação**, por outros **participantes**; e

2. Tripartite: Este tipo de **repasse** é realizado por ordem emitida pelo **comitente** ou pelo intermediário que o represente diretamente para o **participante-origem**, para posterior **repasse** da **operação** ao **participante-destino**, no qual devem ser mantidas as **posições** e efetuadas as correspondentes **liquidações**. Os **participantes** envolvidos no **repasse** do tipo tripartite (**comitente** ou intermediário que o represente, **participante-origem** e **participante-destino**) devem estar vinculados por contrato que estabeleça os direitos e os deveres de cada parte. No caso de não haver a estrutura de por conta e ordem, conforme descrito na subseção 2.2.1, o **comitente** deve manter contrato de intermediação com os dois **participantes** (podendo-se adotar um único instrumento com tal finalidade, envolvendo as três partes), e também ser regularmente cadastrado em ambos.

6.3.2. Procedimentos de repasse

A efetivação do **repasse** está condicionada à existência de **vínculo** de **repasse** entre **contas** dos **participantes-origem** e do **participante**-**destino** no sistema de **cadastro** da B3.

O processo de **repasse** contempla 3 (três) etapas:

1. Indicação de **conta** com **vínculo** de **repasse**. A indicação do **repasse** pode ocorrer:

   i. No **ambiente de negociação**. nesse caso, o **participante-origem** indica, na oferta, o código da **conta** com **vínculo** de **repasse** para uma **conta** do **participante-destino**; e

ii. No ambiente de pós-negociação. por meio de **alocação** da **operação** para uma **conta** com **vínculo** de **repasse** para uma **conta** no **participante-destino**, nos prazos estabelecidos pela **câmara** na subseção 6.3.3 deste manual, utilizando-se de um dos seguintes meios:

a. tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação**; ou

b. envio de **mensagens** eletrônicas, ou arquivos, à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da **câmara**.

2. Confirmação/rejeição do **repasse**. Compete ao **participante-destino** confirmar ou rejeitar a **operação** repassada, nos prazos e nos horários estabelecidos neste manual, via tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou por meio de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da **câmara**. Não poderão ser rejeitados pelo **participante-destino** os **repasses** de:

a. **operações** oriundas de acesso direto ao mercado de conexão co-location de **comitente**, conforme definido no manual de procedimentos operacionais de negociação da B3. Somente a **câmara**, com base na justificativa apresentada pelos **participantes** e **comitentes** envolvidos e na avaliação de risco, poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a rejeição do **repasse** de tais **operações**; e

b. **operações** oriundas de exercício de **opções**.

Caso não ocorra a manifestação da aceitação nem da rejeição da **operação** repassada até o término do referido prazo, considera-se, automaticamente, confirmado o **repasse** e o sistema da **câmara** atribui a **operação** ao **participante-destino** (confirmação tácita).

No caso de **repasse** rejeitado pelo **participante-destino**, a **operação** retorna para a **conta** erro do **participante-origem** do **repasse**. Nesse caso, o **participante-origem** será responsável pela **liquidação** da **operação**.

3. **Alocação**. Após a confirmação do **repasse** pelo **participante-destino**, este pode proceder à **alocação** da **operação**, caso a **conta**-destino do **repasse** não corresponda a um **comitente** final da **operação**, observando os procedimentos e os prazos determinados neste manual.

6.3.3. Grade de horários para repasse e confirmação ou rejeição de repasse

A **câmara** determina prazos específicos para o **participante-origem** solicitar o **repasse** e para o **participante-destino** confirmar ou rejeitar tal solicitação, conforme os horários apresentados a seguir:

1. O **participante-origem** do **repasse** poderá solicitá-lo em até 20 (vinte) minutos a partir do **registro** da **operação** no **ambiente de negociação**, exceto nos casos dispostos nas tabelas 8 e 9:

i. Mercado de renda variável

Grades e Horários de indicação de repasse - Renda Variável		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
Comitentes com **vínculo** de **repasse** a partir de **alocação** de ordem administrada concorrente	Até às 18h50 do dia da realização da **operação**, para mercado à vista, quando o **comitente** for residente, e **derivativos**, exceto contrato futuro sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** Até às 19h00 do dia da realização da **operação**, para contrato futuro sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**	

Grades e Horários de indicação de repasse - Renda Variável		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
	Até às 13h20 do dia seguinte da realização da **operação**, para mercado à vista, quando o **comitente** for não residente	
Comitentes com **vínculo** de **repasse** a partir de **alocação** de **conta** fintermo	Até às 18h50 do dia da realização da **operação**, para mercado à vista, quando o **comitente** for residente, e **derivativos**, exceto contrato futuro sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** Até às 19h00 do dia da realização da **operação**, para contrato futuro sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** Até às 13h20 do dia seguinte da realização da **operação**, para mercado à vista, quando o **comitente** for não residente	**Conta** exclusiva para **alocação** de **operações** de venda no mercado a termo e de compra no mercado à vista do mesmo ativo-objeto da **operação** de venda a termo, desde que com a finalidade de **cobertura** do financiamento a termo.

Tabela 8

O prazo-limite para **repasse** de **operações** de opção sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** com possibilidade de exercício automático, realizadas na data de vencimento da opção é de 20 minutos após o horário de encerramento da sessão de negociação da opção vincenda.

ii. **Mercado de derivativos** financeiros e de *commodities*

O horário-limite para **repasse** de **operações** dos **mercados derivativos** financeiros e de *commodities* é às 20h10 do dia da realização da **operação**, com exceção para:

1. **Comitentes** não residentes nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024: até às 17h10 do dia da realização da **operação** quando realizada em sessão regular de negociação; e

2. **Operações** de *commodities* em período de **entrega** física: até às 17h40 do dia da realização da **operação**.

iii. **Mercado de renda fixa privada**, modalidade "com **garantia** total"

Grades e Horários Limites para indicação de repasse - Renda Fixa Privada, modalidade com garantia total		
Situação	**Grades e horários limites**	**Observações**
Comitentes com **vínculo** de **repasse** a partir de **alocação** de ordem administrada concorrente	Até às 11h50 do dia da realização da **operação,** para negócios com **liquidação** no dia da sua realização Até às 18h50 do dia da realização da **operação,** para negócios com **liquidação** no dia seguinte da sua realização	

Tabela 9

iv. Mercado de **empréstimo** de **ativos**, na forma de negociação eletrônica

Os horários-limites para **repasse** de **operações** de **empréstimo** de **ativos**, na forma de negociação eletrônica, conforme a data de **liquidação**, são:

- 10h05 da data de realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** em D+0; e
- 19h05 da data de realização da **operação**, no caso de **operações** com **liquidação** em D+1.

2. O **participante-destino** poderá confirmar ou rejeitar o **repasse** em até 40 (quarenta) minutos a partir da realização da **operação** no **ambiente de negociação**, caso a indicação de **repasse** ocorra em até 20 (vinte) minutos a partir do **registro** da **operação** e não seja caracterizada nenhuma das exceções mencionadas nas tabelas 8 e 9. A não manifestação do **participante-destino** em até 40 (quarenta) minutos a partir da realização da **operação** no **ambiente de negociação** implica a confirmação automática do **repasse**.

3. O **participante-destino** poderá confirmar ou rejeitar o **repasse** em até 40 (quarenta) minutos a partir da indicação do **repasse**, caso esta seja caracterizada como uma das exceções apontadas nas tabelas 8 e 9. A não manifestação do **participante-destino** em até 40 (quarenta) minutos a partir da indicação do **repasse** implica sua confirmação automática.

4. O **participante-destino** poderá confirmar ou rejeitar o **repasse** em até 40 (quarenta) minutos a partir da indicação do **repasse**, caso esta ocorra fora dos prazos constantes no tópico 1 acima. A não manifestação do **participante-destino** em até 40 (quarenta) minutos a partir da indicação do **repasse** implica sua rejeição automática.

No caso de indicação de **repasse** já aprovada pelo **participante-destino**, a rejeição poderá ser efetuada da seguinte forma:

1. se a **operação** estiver dentro do prazo de 40 (quarenta) minutos, contados da realização da **operação** ou da indicação do **repasse**, conforme o caso, o **participante-destino** poderá efetuar a rejeição pelos meios usuais de **repasse**; e

2. se a **operação** estiver fora do prazo de 40 (quarenta) minutos, contados da realização da **operação** ou da indicação do **repasse**, conforme o caso, o **participante-destino** deverá adotar os procedimentos operacionais de rejeição de **repasse** fora da grade horária, conforme descrito na subseção 6.3.4.

A **câmara** pode, a seu critério, alterar tais horários, bem como determinar a antecipação do **repasse** ou exigir o **repasse** imediato da **operação**.

6.3.4. Tratamento de violação de regras de repasse

São consideradas violações das regras de **repasse** o envio ou a rejeição de **repasse** fora dos horários estabelecidos neste manual, bem como a alteração da titularidade do **comitente** no processo de **repasse**.

Os seguintes eventos são caracterizados como envio ou rejeição de **repasse** fora do horário:

1. Indicação do **repasse** após o prazo de 20 (vinte) minutos a partir da realização da **operação**, caso não seja caracterizada nenhuma das exceções mencionadas nas tabelas do tópico 1 da subseção 6.3.3;

2. Solicitação de rejeição após o prazo de 40 (quarenta) minutos a partir da realização da **operação**, caso a indicação do **repasse** ocorra em até 20 (vinte) minutos da realização da **operação** e não seja caracterizada nenhuma das exceções mencionadas nas tabelas do tópico 1 da subseção 6.3.3; e

3. Solicitação de rejeição após o prazo de 40 (quarenta) minutos a partir da indicação de **repasse**, nas situações de exceção mencionadas nas tabelas do tópico 1 do item 6.3.3 e na situação em que o **repasse** foi indicado fora de horário e aprovado pelo **participante-destino**.

Nas situações 2 e 3 acima, como a solicitação original havia sido aprovada pelo **participante-destino** do **repasse** por meio do sistema ou de forma tácita, o **participante-origem** tem o prazo de 40 (quarenta) minutos, a partir da solicitação de rejeição do **repasse**, para aceitar ou recusar a solicitação de rejeição do **participante-destino**. Ao término desse prazo, caso o **participante-origem** não se manifeste, a solicitação de rejeição será automaticamente recusada, o que significa que a **operação** permanecerá no **participante-destino**.

Os seguintes eventos são caracterizados como alteração de titularidade do **comitente** no processo de **repasse**:

1. Inclusão de **alocação**, de **operação** alocada na **conta** erro, para uma **conta** origem de **repasse**, no caso de **operação** previamente alocada em **conta** de titularidade diferente da titularidade da **conta** origem de **repasse**; e

2. Inclusão de **alocação**, de **operação** alocada na **conta** erro, para uma **conta** origem de **repasse**, no caso de **operação** previamente indicada para **repasse** em **conta** de titularidade diferente da titularidade da **conta** origem de **repasse**.

Em qualquer hipótese, alterações de **alocação** envolvendo **contas** de diferentes **comitentes**, sendo ou não origem de **repasse,** somente são admitidas em caso de erro operacional. Tais alterações devem ser justificadas pelo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, independentemente da grade de horários de **repasse**.

As indicações, confirmações ou rejeições de **repasse**, fora da grade horária ou com alteração de titularidade, poderão ocorrer pelos mesmos mecanismos utilizados em situações regulares, ou seja, via tela do sistema da **câmara** destinado à **alocação** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara.**

Os **participantes** devem indicar no sistema da **câmara** a justificativa da violação da regra de **repasse** e identificar o **participante** faltoso (origem ou destino). Após a aprovação da indicação do **repasse** pelo **participante-destino** ou da rejeição do **repasse** pelo **participante-origem**, a regularidade deste processo de **repasse** é avaliada pela **câmara**.

Todas as alterações de titularidade e todos os **repasses** fora dos prazos estabelecidos constituem violações das regras de **repasse**. Além das informações enviadas no processo de inclusão da **conta** pelo **participante-origem** ou de rejeição de **repasse** pelo **participante-destino**, o **participante**, identificado no processo como faltoso, deve enviar à **câmara**, eletronicamente, no dia da ocorrência da violação, carta contendo as

informações das **operações** envolvidas e declaração de que a violação decorreu de erro operacional, a qual deverá ser assinada:

1. Pelos procuradores do **participante**, com anuência do Diretor de Controles Internos ou do Diretor de Relações com o Mercado do **participante**, devendo aquele que não a assinou constar entre os destinatários da **mensagem** eletrônica de envio da carta; ou

2. Apenas pelos procuradores do **participante**, desde que a carta seja substituída por outra, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, de igual conteúdo assinada por um dos diretores referidos acima.

Se houver arquivo eletrônico anexado à **mensagem** eletrônica, contendo as informações das **operações** envolvidas, a carta deve fazer menção ao nome do arquivo eletrônico.

A **câmara** encaminha diariamente para o **participante** arquivo eletrônico com a relação das violações das regras de **repasse** verificadas no dia anterior. Adicionalmente, a **câmara** encaminha mensalmente para o Diretor de Relações com o Mercado do **participante** a relação das violações das regras de **repasse** verificadas no mês anterior, solicitando a adoção de providências para evitar sua recorrência.

Sempre que julgar necessário, a **câmara** notificará o **participante** e solicitará a regularização imediata dos processos operacionais, com o intuito de eliminar as situações em desacordo com as regras de **repasse**.

A notificação descrita no parágrafo acima também será encaminhada à BSM, para que tenha conhecimento e possa exercer a supervisão direta no **participante** e aplicar, se for o caso, as medidas de *enforcement* previstas em seu Regulamento Processual.

A rejeição do **repasse** de **operação** cuja **alocação** tenha sido alterada ou cancelada pelo **participante-destino** não pode ser realizada por este **participante**. Neste cenário, somente a **câmara**, com base nas justificativas apresentadas pelos **participantes**,

poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a rejeição do **repasse**, bem como a respectiva avaliação de risco.

6.3.5. Vedações

São vedadas as seguintes operações:

1. realização de **repasse** de **operações** realizadas em **mercado de balcão organizado** de **derivativos** financeiros e de *commodities*; e

2. **repasse parcial** de **operação** estruturada que tenha critério de arredondamento na quebra nos contratos subjacentes.

7. CONTROLE DE POSIÇÕES

O **controle de posições** é o processo que permite aos **participantes de negociação plenos**, aos **participantes de liquidação** e aos **membros de compensação**, além da própria B3, acompanhar e gerenciar os direitos e as obrigações dos **participantes**, relativos a:

1. **Operações** aceitas e ainda não liquidadas; e
2. Estoque de **posições** em aberto.

Os tipos de **posição** abrangidos pelo **controle de posições** são:

1. **Posição** de mercado à vista: **posições** de renda variável e de renda fixa privada, com **liquidação pelo saldo líquido multilateral** e em processo de **liquidação** junto à **contraparte central**;

2. **Posição** de **falha de entrega**: **posições** de **falha de entrega** de **ativos** no **mercado de renda variável**;

3. **Posição** de recompra de **ativos**: **posições** oriundas de **posições** de **falha de entrega** não liquidadas do **mercado de renda variável** e de **falhas de entrega** de **ativos** do **mercado de renda fixa privada** e do **mercado de renda fixa pública**. A **posição** de recompra garante os direitos do credor em **ativos** que deixou de recebê-los em função de **falhas de entrega** do devedor em **ativos**;

4. **Posição** de **derivativos** fungíveis: **posições** em **derivativos** financeiros, **derivativos** de *commodities* e de opções sobre ações;

5. **Posição** não fungível: **posições** em (i) contratos a termo de **ativos** do mercado à vista, contrato a termo de moedas, contratos de **empréstimo** de **ativos**, **operações compromissadas**, contratos de swap e contratos de opções flexíveis registrados nos **ambientes de registro** administrados pela B3, na modalidade

com **garantia** total" ou "com **garantia** parcial" e (ii) contratos originados em sistema de **empréstimo** de **ativos** administrado pela B3 ou por entidade administradora de **sistema externo**; e

6. **Posição** de **entrega** física de *commodities*: **posições** de *commodities* em processo de **liquidação** física junto à **contraparte central**.

As **operações** do mercado à vista com **liquidação bruta** não geram **posições** na **câmara** e, portanto, não são disponibilizadas no sistema de **controle de posições**.

As **posições** são atualizadas a cada evento que afete os direitos e as obrigações dos **participantes**, como:

1. Novas **operações** aceitas pela **câmara**;
2. Cancelamento de **operações** aceitas pela **câmara**;
3. **Repasse** e **alocação** de **operações**;
4. Quebra de **operações** estruturadas;
5. Transferência de **posições**;
6. Atualização de preços;
7. Vencimento de **posições**;
8. Encerramento de **posições** por **entrega** física;
9. Exercício de opções;
10. **Liquidação** de **operações** por **entrega** do **ativo**;
11. **Liquidação** antecipada de contratos a termo, de swap, de opções flexíveis e de **empréstimo** de **ativos** e de **operações compromissadas**;

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

12. Renovação de contratos de **empréstimo** de **ativos** e de **operações compromissadas**;

13. Alteração de contratos de **empréstimo** de **ativos** e de **operações compromissadas**;

14. Solicitação de **cobertura** ou de retirada de **cobertura** de **posições** em aberto;

15. Cancelamento, execução e reversão de **posições** de recompra**;**

16. **Eventos corporativos** aplicáveis às **posições** de **derivativos** de renda variável, de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, de **falhas de entrega** e de recompra de **ativos**;
17. Falhas no cumprimento de obrigações, inclusive decorrentes de **liquidação**; e

18. Outros eventos definidos pela **câmara**.

O sistema de **controle de posições** é responsável por realizar o desmembramento das **operações** estruturadas, realizadas no **mercado de derivativos financeiros e de** *commodities*, nos contratos-base de tais **operações**.

O resultado do desmembramento das **operações** estruturadas pode ser alterado, até a data em que estas **operações** gerarem **posições** finais, pelas **alocações** realizadas e por novas informações de preços.

As **posições** nos contratos-base das **operações** estruturadas são atualizadas de acordo com o resultado do processo de desmembramento de tais **operações**.

Os itens a seguir descrevem os processos de consulta de **posição**, de exercício de opções, de transferência de **posições**, de **liquidação** de **posições** em contratos a termo, de **cobertura** de **posições**, de manutenção de **posições** de **empréstimo** de **ativos** e de tratamento de **eventos corporativos**.

7.1. Consulta de posição

A consulta de **posição** é o processo de fornecimento de informações aos **participantes**, incluindo:

1. Composição das **posições** dos **participantes** e dos **comitentes**; e
2. Prévia do resultado financeiro a ser liquidado no próximo **ciclo de liquidação**, quando aplicável aos instrumentos. Os resultados calculados podem ser alterados até o final do dia devido a eventos que afetem as **posições**.

As **posições** geradas por **operações** realizadas no **mercado de derivativos** agropecuários em sessão *after-hours* são demonstradas com data de **posição** para o dia útil seguinte.

As **posições** no **mercado de derivativos** geradas por **registro** primário de contratos originados de leilões do BCB são demonstradas com data de **posição** igual à data de início de valorização estabelecida no leilão para o contrato respectivo.

As **posições** no mercado à vista de renda variável são demonstradas com as informações de **agente de custódia**, **conta de depósito** e **carteira**, quando houver direcionamento de custódia, até o término do período de **alocação** de **operações**. A partir do dia útil seguinte, as **posições** são consolidadas, de forma que as informações de **agente de custódia**, **conta de depósito** e **carteira** somente serão demonstradas no módulo de **liquidação** do sistema da **câmara**.

As **posições** em contrato a termo são demonstradas durante o dia da negociação sem o número do contrato. A geração do código dos contratos a termo é realizada ao término do dia da **operação** e é disponibilizada a partir do dia útil seguinte.

As **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável contratadas por meio de **registro** e as **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operações compromissadas** têm o número de contrato gerado no momento da criação da **posição**. Para as **operações** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável contratadas por meio de negociação eletrônica, o número do contrato é gerado após o término do prazo de **alocação**.

7.1.1. Informações gerais

Os **participantes de negociação plenos**, os **participantes de liquidação**, os **membros de compensação** e os **agentes de custódia** são os **participantes** que podem realizar consulta de **posição** detalhada por **conta**.

1. Os **agentes de custódia** têm acesso às informações de **posições** no mercado à vista (durante o período de **alocação** de **operações**), de **posições** de **falha de entrega**, de **posições** de recompra, de **posições** a termo e de **posições** de **empréstimo** de **ativos** e de **posições** de **operações compromissadas** às quais foram indicados por **participante de negociação pleno** ou por **participante de liquidação**; e

2. Os **membros de compensação** não têm acesso aos dados cadastrais de **comitentes**.

A consulta de **posição** pode ocorrer de três formas, apresentadas a seguir.

1. Consulta por **mensagem**:

   i. Solicitação de consulta por **mensagem**. O **participante** efetua a solicitação de consulta de **posição** por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3; e

ii. Recebimento de arquivo unificado de **posição**. Gerado pela **câmara,** por **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **membro de compensação** e **agente de custódia**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

2. Envio automático de arquivo. Após o processamento ao final do dia, o arquivo unificado de **posição** é gerado automaticamente pela **câmara** para todos os **participantes** que possuam **posições**.

3. Consulta em tela. Alternativamente, as **posições** podem ser consultadas pelo **participante de negociação pleno**, pelo **participante de liquidação**, **membro de compensação** e pelo **agente de custódia** por meio de tela do sistema da **câmara** destinado ao **controle de posições**.

7.1.2. Consulta de operações estruturadas

A consulta do desmembramento de **operações** estruturadas é disponibilizada ao **participante de negociação pleno** e ao **participante de liquidação** que mantiver a **operação** estruturada no momento da consulta.

A consulta de **posição** pode ocorrer de três formas, demonstradas a seguir:

1. Consulta por **mensagem**:

   i. Solicitação de consulta. O **participante** efetua a solicitação de consulta de **posição** por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3; e

   ii. Recebimento de arquivo de quebra de **operações** estruturadas. Gerado pela **câmara**, por **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

2. Envio automático de arquivo. Após o processamento ao final do dia, o arquivo de quebra de **operações** estruturadas é gerado automaticamente pela **câmara** para todos os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** que possuam **operações** estruturadas.

3. Consulta em tela. Alternativamente, as **posições** podem ser consultadas pelo **participante de negociação pleno** e pelo **participante de liquidação** por meio de tela do sistema da **câmara** destinado ao **controle de posições**.

7.1.3. Horários-limites para consulta de posição

O **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação**, o **membro de compensação** ou o **agente de custódia** podem solicitar a consulta de **posição** até às 20h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para consulta de **posição**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento**.** No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

7.2. Exercício de opções listadas

O exercício de opções é operacionalizado pelo **registro**, no sistema de exercício do **ambiente de negociação**, de **operação** de exercício em instrumento específico para esse fim. No caso de exercício de opção sobre futuro ou sobre índices de ações, além da **operação** de exercício, é gerada **operação** complementar no **ativo**-objeto da opção.

São passíveis de exercício:

(i) as **posições** de abertura do dia; e

(ii) as **posições** em opção sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** com possibilidade de exercício automático, adquiridas na data de vencimento da opção.

No caso (ii), o exercício se dá de forma automática na data de aquisição.

A **operação** de exercício e a **operação** complementar, esta última somente quando se tratar de exercício de opção sobre futuro ou sobre índices de ações, são capturadas pelo sistema de pós-negociação e são utilizadas para:

1. Encerramento da **posição** de opção na quantidade exercida;

2. Abertura de **posição** no mercado à vista, no caso de opção sobre **ativos** do mercado à vista;

3. Abertura de **posição** no **derivativo-**objeto da opção, no caso de opção sobre futuro; e

4. Cálculo de direitos e obrigações relacionados ao exercício, quando aplicável.

A **operação** de exercício e a **operação** complementar são divulgadas aos **participantes** envolvidos pelos mesmos mecanismos das demais **operações** realizadas.

O exercício de opções listadas pode ser efetuado de forma automática ou por solicitação do titular da **posição**, de acordo com as regras estabelecidas para o **ambiente de negociação** em que o exercício é realizado:

1. Para a situação em que o exercício é solicitado pelo titular da **posição**:

   i. Caso a **posição** de opção esteja sob **participante de negociação pleno**, o exercício pode ser realizado por esse **participante de negociação pleno**, que mantém a **posição** de opção, ou por outro **participante de negociação pleno** que tenha **conta** com **vínculo** de

exercício com a **conta** sob o **participante de negociação pleno** que mantém a **posição**. Nessa situação, o **repasse** da **operação** de exercício é automaticamente aceito, não podendo ser rejeitado pelo **participante de negociação pleno** detentor da **posição**; e

ii. Caso a **posição** de opção esteja sob **participante de liquidação**, o exercício pode ser realizado por qualquer **participante de negociação pleno** que tenha **conta** com **vínculo** de exercício com a **conta** sob o **participante de liquidação** que mantém a **posição**. Nessa situação, o **repasse** da **operação** de exercício é automaticamente aceito pelo **participante de liquidação**.

Para **posição** lançadora de opção que esteja sob **participante de liquidação** ou sob **participante de negociação pleno** que tenha optado para que a **posição** seja exercida por outro **participante de negociação pleno**, o **vínculo** de exercício principal estabelece a **conta** sob o **participante de negociação pleno** que receberá a **operação** de exercício. Essa mesma **conta** possui **vínculo** de **repasse** para a **conta** sob o **participante de liquidação** ou sob o **participante de negociação pleno** detentor da **posição**. Nesse caso, o **repasse** da **operação** de exercício é automaticamente aceito pelo **participante-destino**.

2. Para a situação em que o exercício é automático:

i. Caso a **posição** de opção esteja sob **participante de negociação pleno**, a **conta** que mantém a **posição** de opção é atribuída na **operação** de exercício ou, caso exista, o **vínculo** de exercício principal estabelece a **conta** sob outro **participante de negociação pleno** que receberá a **operação** de exercício. Essa mesma **conta** possui **vínculo** de **repasse** para a **conta** sob o **participante de negociação pleno** detentor da **posição**. Nessa situação, o **repasse** da **operação** de exercício é automaticamente aceito pelo **participante-destino**; e

ii. Caso a **posição** de opção esteja sob **participante de liquidação**, o **vínculo** de exercício principal estabelece a **conta** sob o **participante de negociação pleno** que receberá a **operação** de exercício. Essa mesma **conta** possui **vínculo** de **repasse** para a **conta** sob o **participante de liquidação**. Nessa situação, o **repasse** da **operação** de exercício é automaticamente aceito pelo **participante de liquidação**.

O exercício tem prioridade de tratamento em relação aos outros eventos de atualização de **posições**, como transferências e **operações** realizadas na data de exercício, ou seja, em caso de solicitação de transferência de uma **posição** exercida naquele dia, o exercício é efetivado e a solicitação de transferência é rejeitada automaticamente ao final do dia. Da mesma maneira, no caso de **operações** realizadas na data de exercício, o exercício é efetivado e as **operações** geram novas **posições**.

Para o exercício de opções de ações com **cobertura**, o sistema da **câmara** automaticamente adiciona às informações da **operação** de exercício os dados do **agente de custódia**, da **conta de depósito** e da **carteira** de **cobertura** para fins de **liquidação**. Essas informações não podem ser alteradas pelo **participante**.

7.2.1. Bloqueio de exercício

O bloqueio de exercício permite que o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável por **posição** titular de opção restrinja o exercício desta opção. No caso em que o **participante de negociação pleno** seja o responsável pela **posição**, a restrição para solicitar o exercício no **ambiente de negociação** aplica-se ao próprio **participante** ou a outro **participante de negociação pleno** que tenha **conta** com **vínculo** de exercício com **conta** sob o **participante** que mantém a **posição**. No caso em que a **posição** seja de responsabilidade do **participante**

de liquidação, a restrição aplica-se ao **participante de negociação pleno** que tenha **conta** com **vínculo** de exercício com **conta** sob o **participante de liquidação**.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode solicitar o bloqueio de exercício de **posição** de opção nas **contas** sob sua responsabilidade.

Para realizar o bloqueio de exercício, o **participante** deve acessar o sistema da **câmara** e informar:

1. A **conta** do **comitente**;
2. O instrumento de opção; e
3. A quantidade a ser bloqueada no exercício.

O bloqueio de exercício é válido até que o **participante** efetue a alteração ou a sua exclusão, ou até o vencimento do instrumento de opção.

O bloqueio de exercício pode ser solicitado mesmo que não haja **posição** da referida opção no momento da solicitação. Após o processamento ao final do dia, o sistema da **câmara** aplica às **posições** em aberto de opções as solicitações de bloqueio efetuadas, sendo que o bloqueio passa a ser válido para o dia útil seguinte.

A verificação do bloqueio de exercício é efetuada no momento da solicitação de exercício no **ambiente de negociação**.

Não é possível realizar o bloqueio de exercício na data de vencimento da opção no ambiente de pós-negociação. Para opções sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**, o bloqueio do exercício automático na data de vencimento deve ser realizado no **ambiente de negociação**.

7.3. Transferência de posições

A transferência de **posição** é o procedimento por meio do qual se transferem os direitos e as obrigações entre **contas** sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou sob o mesmo **participante de liquidação** ou entre **participantes de negociação plenos** ou entre **participantes de liquidação**.

O procedimento de transferência de **posição** é aplicado somente às **posições** em **derivativos**, **empréstimo** de **ativos** e **operações compromissadas**.

7.3.1. Procedimentos de transferência de posições

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** são os **participantes** que podem solicitar a transferência de **posições**, a pedido do **comitente** detentor das **posições**.

São denominados: (i) "**participante**-destino" o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** recebedor das **posições** transferidas e (ii) "**participante**-origem" o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **posição** a ser transferida, solicitante da transferência. O **participante**-origem e o **participante**-destino da transferência podem ser o mesmo **participante de negociação pleno** ou o mesmo **participante de liquidação**.

São realizados dois tipos de transferência de **posições**, conforme discriminados a seguir.

1. Com alteração de **comitente**. Transferências de **posição** envolvendo alteração de **comitente** somente são efetivadas, a critério da **câmara**, mediante documentação comprobatória de:

    i. Reorganização societária (cisão, fusão, incorporação ou transformação); e

ii. Correção de registro indevido decorrente de **alocação** incorreta.

2. Sem alteração de **comitente**. Nesse caso, a **posição** é transferida:

i. Para outra **conta** de mesma titularidade sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou sob o mesmo **participante de liquidação**; ou

ii. De uma **conta** sob um **participante de negociação pleno** ou sob um **participante de liquidação** para **conta** de mesma titularidade sob outro **participante de negociação pleno** ou sob outro **participante de liquidação**.

A critério da **câmara**, também são admitidas transferências de **posição** com alteração de **comitente** nos processos de tratamento de **comitentes inadimplentes**.

A transferência de **garantias** pode ser realizada em conjunto com o processo de transferência de **posições**, atendidos os critérios de análise de risco.

No momento da solicitação de transferência de **posição** de **empréstimo** de **ativos** ou de **operações compromissadas**, o **participante**-origem (**participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**) pode solicitar a transferência de **posição** com alteração (i) da **conta de depósito** da **posição,** no caso de **ativos** de renda variável, ou (ii) da **conta de depósito de título público federal**, no caso de **ativo** de renda fixa pública.

Ao solicitar a transferência de **posição** de **empréstimo** de **ativos**, o **participante**-origem pode alterar a indicação de **participante** e **conta** executora da **operação** de **empréstimo** de **ativos** a ser transferida, desde que o **participante**-origem da transferência também seja o **participante** executor da **operação**. Quando a transferência é efetivada, o sistema da **câmara** automaticamente define o **participante** e **conta** destino da transferência como novo **participante** e **conta** executora da **operação** de **empréstimo** de **ativos**.

Para transferência de **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável com troca de titularidade, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** destinos são alterados sem a necessidade de solicitação do **participante** à **câmara**.

O **agente de custódia** e a **conta de depósito** destinos são derivados da **conta no participante**-destino:

1. Se a **conta** no **participante**-destino for também uma **conta de depósito**, esta será utilizada como nova **conta de depósito**;

2. Se a **conta** no **participante**-destino não for **conta de depósito**, mas tiver **vínculo** de custodiante opcional, será utilizado esse **vínculo** para definição do novo **agente de custódia** e da nova **conta de depósito**; e

3. Se a **conta** no **participante**-destino não for **conta de depósito** e não tiver **vínculo** de custodiante opcional, a recepção da transferência no **participante**-destino não é aceita.

Para transferência de **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operações compromissadas** com troca de titularidade, o **agente de custódia** e a **conta de depósito de título público federal** destinos são alterados sem necessidade de solicitação do **participante** à **câmara**. O **agente de custódia** e a **conta de depósito de título público federal** destinos são derivados da **conta** no **participante**-destino:

1. Se a **conta** no **participante**-destino for também uma **conta de depósito de título público federal**, esta será utilizada como nova **conta de depósito de título público federal**;

2. Se a **conta** no **participante**-destino não for **conta de depósito de título público federal** e tiver **vínculo** de custodiante opcional, será utilizado esse

vínculo para definição do **agente de custódia** e da **conta de depósito de título público federal** destinos; e

3. Se a **conta** no **participante**-destino não for **conta de depósito de título público federal** e não tiver **vínculo** de custodiante opcional, a recepção da transferência no **participante**-destino é rejeitada.

A transferência de **posição** de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operação compromissada** é automaticamente rejeitada pela **câmara** caso a **conta de depósito de título público federal** indicada não possua **vínculo conta SELIC**.

O processo de transferência de **posições** é composto das etapas a seguir:

1. Solicitação de transferência. O **participante**-origem (**participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**) solicita a transferência de **posições** via tela do sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara,** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

   As informações necessárias para efetuar a transferência de **posições** são:

   i. **Conta** origem;

   ii. **Posições**-objeto de transferência;

   iii. Quantidade a ser transferida. As **posições** podem ser transferidas em quantidades parciais, porém, para posições em swap cambial, contratos a termo, **empréstimo** de **ativo** e **operação compromissada**, a transferência somente pode ser realizada pela quantidade total. Para **posições** em opções sobre **ativos** do mercado à vista, a quantidade a ser transferida deve ser múltipla do lote-padrão de negociação;

iv. Indicação de que, se for o caso, a transferência será realizada em conjunto com a transferência de **garantias**; e

v. Indicação de que, se for o caso, a transferência será realizada com alteração do **agente de custódia** e (i) da **conta de depósito** no caso de **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda variável ou (ii) da **conta de depósito de título público federal**, no caso de **posições** de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operação compromissada**.

Por meio do sistema da **câmara**, é gerado o código da transferência.

2. Recepção da transferência. O **participante**-destino (**participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**) recebe a transferência no sistema da **câmara** e informa:

i. A **conta** destino; e

ii. O código da transferência.

3. Avaliação de risco. A avaliação de risco considera as **posições** das **contas** de origem e de destino conforme os critérios estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**.

i. Para transferência conjunta de **garantias**: a avaliação de risco ocorre em conjunto com a disponibilização da informação, pelo **participante**-origem, das **garantias** a serem transferidas.

4. Aprovação.

i. O **membro de compensação** do **participante**-destino deve aprovar a transferência.

ii. Se a transferência envolver alteração do **comitente,** a **câmara** também deve aprovar a transferência, mediante recebimento e análise da documentação comprobatória enviada pelos **participantes,** conforme descrito na subseção 6.3.1 deste manual.

ii.a. A **câmara** analisa a documentação comprobatória enviada pelos **participantes** e, caso não seja satisfatória, pode exigir documentação adicional ou recusar a solicitação de transferência de **posições**.

ii.b. Os critérios para aprovação de transferência de **posições** com alteração de **comitente** são periodicamente revisados, incluindo, mas não se limitando a (i) legislação e regulamentação aplicáveis; e (ii) regras e procedimentos internos da B3.

ii.c. Adicionalmente, para os casos em que julgar necessário, a **câmara** encaminha os documentos da transferência de **posições** à BSM, no intuito de que esta, a qualquer tempo, possa verificar o cumprimento das obrigações do **participante** em relação às regras estabelecidas neste manual.

iii. Para transferência conjunta de **posições** e **garantias**, a **câmara** deve aprovar a transferência.

iv. A **câmara** pode, por motivos prudenciais, rejeitar uma solicitação de transferência ou cancelar uma transferência já efetivada.

v. Caso a solicitação de transferência de **posições** não seja aprovada no mesmo dia da solicitação, por qualquer parte envolvida no processo de aprovação, a transferência de **posição** não será efetivada.

5. Efetivação da transferência. Não havendo inconsistência ou pendência, a transferência de **posições** é efetivada pela **câmara**.

   i. Será revertida toda e qualquer transferência de **posições** que tenham sido liquidadas por **entrega** física ou exercidas no dia de sua solicitação.

   ii. Para transferência conjunta de **posições** e **garantias**, os **participantes** devem, com o código gerado pelo sistema de controle de posições, solicitar as devidas transferências no sistema de **garantias** da **câmara**. Após confirmação pelo sistema de **garantias**, o processo de transferência das **posições** é concluído.

Para **posições** cobertas nos **mercados de renda variável** e **de renda fixa pública**, são adotados os seguintes procedimentos em caso de transferência, sujeitos à análise de risco:

1. **Posição** em contrato a termo de ação: caso a **posição** esteja coberta na origem, o contrato permanece coberto no destino da transferência;

2. **Posição** de opção sobre ação: caso a **posição** esteja coberta na origem, as **coberturas** não são transferidas automaticamente e a **posição** é considerada sem **cobertura** no destino da transferência; e

3. **Posição** de **empréstimo** de **ativos** e de **operação compromissada** com **cobertura** na origem:

   a. no caso de transferência de **posição** para mesma titularidade, sem alteração de dados de custódia, o contrato permanece coberto no destino da transferência;

   b. no caso de transferência com mudança de titularidade, a **cobertura** não é transferida automaticamente e a **posição** é considerada sem **cobertura**

no destino da transferência o contrato fica automaticamente sem **cobertura** após a transferência da **posição**.

Não são passíveis de transferência:

- As **posições** na data de vencimento, com exceção das **posições** de opções sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável** com possibilidade de exercício automático, que podem ser transferidas na data de vencimento até 1 hora após o horário de encerramento da sessão de negociação da opção vincenda;
- As **posições** em contrato a termo, **empréstimo** de **ativos** e **operação compromissada** que estejam em processo de **liquidação**, ou de renovação ou de alteração da **posição**;
- As **posições** em contrato de **empréstimo** de **ativos** na **conta** de intermediação que estejam compondo uma intermediação registrada no sistema da **câmara**, exceto em situações especiais, conforme descrito na subseção 7.6.7 deste manual;
- As **posições** no mercado à vista em processo de **liquidação** junto à **contraparte central**, **posições** de **falha de entrega, posições** de recompra de **ativos e posições** de **entrega** física de *commodities*.

Para as **posições** em **derivativos** de balcão, o processo para transferência é descrito nos normativos específicos do **ambiente de registro**.

A **câmara** monitora diariamente as transferências realizadas e fornece as correspondentes informações aos **participantes de negociação plenos**, aos **participantes de liquidação** e aos **membros de compensação** envolvidos por meio de tela do sistema da **câmara** e do envio de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.3.2. Cancelamento de transferência de posições

O processo de cancelamento de transferência de **posições** é distinto, conforme o caso:

1. Se a transferência não tiver sido concluída, o **participante**-origem ou o **participante**-destino pode solicitar o cancelamento por meio de tela do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3; e

2. Se a transferência já tiver sido efetuada, deve ser encaminhada à **câmara** solicitação por escrito, juntamente com os detalhes das transferências a serem canceladas e com a aprovação dos **participantes** e dos **membros de compensação** envolvidos. A efetivação do cancelamento está sujeita à análise da **câmara**.

7.3.3. Horários-limites para transferência de posições

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode solicitar a transferência de **posições** até às 19h30, observando o seguinte:

1. As transferências envolvendo troca de titularidade devem ter seus documentos comprobatórios enviados à **câmara** até às 12h00. Com a aprovação prévia da **câmara** e, em casos excepcionais, o prazo para envio dos documentos comprobatórios poderá ser estendido; e

2. As transferências envolvendo contratos a termo, futuro e de opções de produtos agropecuários de **comitentes** não residentes, nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024, devem ser finalizadas até o horário-limite de 17h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para transferência de **posição**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento**.** No caso de postergação, a comunicação somente será

realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

7.3.4. Transferência de obrigações e direitos por substituição de membro de compensação

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode solicitar a substituição de seu **membro de compensação** à B3, por meio de comunicação formal à central de **cadastro** de **participantes** da B3. O **membro de compensação** indicado como substituto assume todos os direitos e todas as obrigações resultantes das **operações** sob responsabilidade do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** em questão, mesmo que contratadas previamente à existência de seu vínculo contratual com este **participante**, sendo responsável por sua **liquidação** a partir do primeiro dia do estabelecimento do vínculo entre as partes no sistema da central de **cadastro** de **participantes** da B3, inclusive.

O **membro de compensação** indicado como substituto deve aceitar formalmente a indicação, por meio do envio de carta à **câmara**.

7.4. Liquidação antecipada de contrato a termo

A **liquidação** de contratos a termo pode ocorrer na data de vencimento do contrato ou antecipadamente, mediante pedido, da parte compradora, de antecipação da **liquidação**.

7.4.1. Liquidação antecipada

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** são os **participantes** que podem solicitar a **liquidação** antecipada de contratos a termo, a pedido do **comitente** comprador, via tela do sistema da **câmara** ou por meio do envio

de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Os procedimentos para a **liquidação** antecipada de swaps, de termos de moeda e de opções flexíveis estão dispostos no Manual do Usuário do Sistema de Registro de Derivativos de Balcão.

7.4.1.1. Liquidação antecipada de contrato a termo de ativos do mercado à vista de renda variável

A **liquidação** antecipada de contrato a termo de **ativos** do mercado à vista de renda variável pode ser solicitada pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável pela **posição** comprada, a partir do dia útil seguinte à abertura do contrato, se o contrato estiver totalmente coberto, e até o dia útil anterior à data de vencimento do contrato, dependendo do tipo de **liquidação** solicitado.

A **cobertura** do contrato a termo de **ativos** do mercado à vista de renda variável é de responsabilidade exclusiva do **comitente** vendedor. Se o contrato não estiver totalmente coberto, a **liquidação** antecipada somente pode ser solicitada após 7 (sete) dias úteis decorridos da data da abertura do contrato e, nesse caso, o contrato deve ser integralmente liquidado.

Caso ocorra **falha de entrega** de **ativos** na data de **liquidação** do contrato, os procedimentos para tratamento de falha são adotados, conforme descritos na subseção 9.1.5.2.

Para solicitar a **liquidação** antecipada o **participante** deve informar:

i. A **conta** detentora da **posição**;

ii. O contrato;

iii. A quantidade a ser liquidada antecipadamente; e

iv. O tipo da **liquidação**.

Há dois tipos de **liquidação** antecipada, conforme a data de **liquidação**:

i. **Liquidação** antecipada para o dia útil seguinte, a qual pode ser solicitada até o dia útil anterior ao vencimento do contrato; e

ii. **Liquidação** antecipada para 2 (dois) dias úteis após a solicitação, a qual pode ser solicitada até 2 (dois) dias úteis antes do vencimento do contrato.

No momento da solicitação de **liquidação** antecipada, o **participante** responsável pelo **comitente** comprador pode informar a **conta de depósito** sob outro **agente de custódia**, que não este **participante**, para recebimento dos **ativos** oriundos do processo de **liquidação**. A **conta de depósito** informada deve ser de mesma titularidade da **conta** do **comitente** comprador na **câmara**.

Em caso de direcionamento de custódia para outro **agente de custódia** no pedido de **liquidação** antecipada, este **agente de custódia** deve aprovar o direcionamento da totalidade da quantidade no próprio dia da solicitação. As solicitações de **liquidação** antecipada não aprovadas até o final do dia pelo **agente de custódia** indicado para o direcionamento são descartadas no encerramento do sistema.

O valor financeiro da **liquidação** é calculado conforme preço estabelecido pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{PT} = \mathbf{PA} \times (\mathbf{1} + \mathbf{i})$$

onde:

$\mathbf{PT}$ = preço do ativo-objeto a termo, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PA}$ = preço à vista do ativo-objeto, informado pelo **participante**, com até 8 (oito) casas decimais; e

i = taxa de juros acordada entre as partes e informada no momento do **registro**, com até 6 (seis) casas decimais.

7.4.1.2. Cancelamento de liquidação antecipada

Se a solicitação de **liquidação** antecipada não for direcionada para outro **agente de custódia** ou se o for, mas não houver aprovação do **agente de custódia** direcionado, a solicitação de cancelamento da **liquidação** antecipada é atendida.

Se houver direcionamento de custódia e este tiver sido aprovado pelo **agente de custódia** direcionado, o cancelamento da **liquidação** antecipada está sujeito à aprovação do **agente de custódia** direcionado. Caso não ocorra a aprovação da solicitação de cancelamento da **liquidação** antecipada pelo **agente de custódia** direcionado, a solicitação de **liquidação** antecipada continua válida.

Para contrato a termo de **ativos** do mercado à vista, o cancelamento de **liquidação** antecipada para 2 (dois) dias úteis pode ser solicitado pelo **participante** até o dia útil seguinte à data do pedido de **liquidação** antecipada. Nesse caso, deve haver aprovação do **participante** responsável pela **posição** vendedora e do **agente de custódia**, se houver direcionamento de custódia. Não havendo as duas aprovações até o final do dia da solicitação do cancelamento, o pedido de **liquidação** antecipada continua válido.

7.4.1.3. Horário-limite para liquidação antecipada

A solicitação de **liquidação** antecipada, com ou sem direcionamento de custódia, e a solicitação de cancelamento de **liquidação** antecipada podem ser solicitadas e aprovadas até às 19h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para **liquidação** antecipada. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de

postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

7.4.2. Direcionamento de custódia para a liquidação no vencimento do contrato a termo de ativos do mercado à vista

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** é o **participante** que pode solicitar o direcionamento de custódia para a **liquidação** no vencimento do contrato a termo de ações, a pedido do **comitente** comprador, via tela do sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

O direcionamento de custódia para a **liquidação** no vencimento do contrato pode ser realizado a partir do dia útil seguinte à abertura do contrato e até o dia útil anterior ao vencimento do contrato, devendo abranger a quantidade total.

Para solicitar o direcionamento de custódia, o **participante** deve informar:

I. A **conta** detentora da **posição**;
II. O contrato;
III. O **agente de custódia**; e
IV. A **conta de depósito** sob o **agente de custódia** indicado no item anterior.

A **conta de depósito** indicada deve ter a mesma titularidade da **conta** na **câmara**.

O **agente de custódia** indicado deve efetuar a aprovação da indicação no mesmo dia da solicitação do direcionamento de custódia.

As solicitações não aprovadas até o final do dia da solicitação são descartadas.

7.4.2.1. Cancelamento de direcionamento de custódia para a liquidação no vencimento do contrato a termo de ativos do mercado à vista

Se a solicitação de direcionamento de custódia não tiver sido aprovada pelo **agente de custódia**, a solicitação de cancelamento do direcionamento de custódia é prontamente atendida.

Se a solicitação de direcionamento de custódia tiver sido aprovada pelo **agente de custódia**, a solicitação de cancelamento fica sujeita a sua aprovação. Caso o **agente de custódia** não aprove a solicitação de cancelamento, o direcionamento de custódia continua válido.

7.4.2.2. Horário-limite para direcionamento de custódia em contrato a termo de ativos do mercado à vista

As solicitações de direcionamento de custódia e de cancelamento de direcionamento de custódia de contrato a termo de ações podem ser realizadas e aprovadas até às 19h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para direcionamento de custódia. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

7.5. Cobertura

Os tipos de **posições** passíveis de **cobertura** são:

i. **Posição** vendida no mercado à vista de renda variável.

ii. **Posição** vendida em opção de compra de **ativos** do mercado à vista;
iii. **Posição** vendida em contrato a termo de **ativos** do mercado à vista;
iv. **Posição** tomadora em contrato de **empréstimo** de **ativos**; e
v. **Posição** *comprada em contrato de* **operação compromissada específica**.

A **cobertura** de **posições** vendidas em contrato a termo é obrigatória. As **posições** vendidas em contrato a termo sem **cobertura** estão sujeitas à aplicação de **multas**, cobradas por meio de lançamento a débito no **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** responsável pelo **comitente** vendedor.

Dependendo do tipo de **posição**, a **cobertura** pode ser constituída por meio do processo de **alocação** e/ou por meio de requisição diretamente no sistema de **controle de posições** da **câmara**.

7.5.1. Cobertura de venda à vista

Por meio do mecanismo de **cobertura** de **operação** de venda do mercado à vista, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** bloqueia o **ativo-**objeto da venda para fins de **entrega** na **liquidação**.

Para operacionalizar a constituição da **cobertura**, o **agente de custódia** deve transferir o **ativo-objeto** da venda para a **carteira** de **cobertura** de venda à vista. Em seguida, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidaçã**o deve alocar a **operação** de venda na **carteira** de **cobertura** de venda à vista, seguindo as regras e os prazos de **alocação**.

No momento da **alocação**, a **câmara** verifica a existência de saldo na **carteira** de **cobertura** de venda à vista para cobrir a **operação**. Se houver saldo maior ou igual à quantidade-objeto de **alocação**, a **câmara** aceita a **alocação** e considera a **operação** de venda coberta, garantindo o cumprimento da obrigação de **entrega** dos **ativos** no processo de **liquidação**. Se o saldo de **ativos** for insuficiente, a **câmara** recusa a

alocação para a **carteira** de **cobertura** e a **operação** de venda permanece sem **cobertura**.

Uma vez finalizado o processo de **cobertura**, não são permitidas a realocação da **operação** de venda e a movimentação dos **ativos** depositados na **carteira** de **cobertura** de venda à vista.

7.5.2. Cobertura de posições por meio de operações com o ativo-objeto

Para **posições** em contratos de opção e a termo de **ativos**, a requisição de **cobertura** pode ser realizada por meio da venda do contrato **derivativo** e da compra do seu **ativo**-objeto, realizadas na mesma sessão de negociação. Esse processo é chamado de "**cobertura** por compra vinculada". Nessa modalidade de **cobertura**, a **posição** somente é considerada coberta após a **liquidação** da **operação** do mercado à vista.

7.5.2.1. Cobertura de posições em contratos de opção

O processo de **cobertura** por compra vinculada é realizado no processo de **alocação** de **operações**.

Para que o sistema da **câmara** identifique tratar-se de uma requisição de **cobertura** por compra vinculada, o **participante** deve alocar a venda da opção de compra e a compra do **ativo**-objeto na **carteira** de **cobertura** de opções, respeitando as regras e os prazos de **alocação** de cada mercado. Ambas as **operações** podem ser direcionadas para outro **agente de custódia** ou para outra **conta de depósito**, utilizando a **carteira** de **cobertura** de opções.

No caso em que houver requisição de "**cobertura** por compra vinculada" para a **operação** de venda de opção de compra, mas não houver requisição de "**cobertura** por compra vinculada" para a **operação** de compra do **ativo**-objeto, a **câmara** verifica se há saldo suficiente na **carteira** de **cobertura** de opções e na **conta de depósito**. Esse

procedimento é aplicável somente quando a **conta** na **câmara** for igual à **conta de depósito**.

O sistema da **câmara** automaticamente verifica o saldo na **carteira** de **cobertura** e determina as **posições** em contratos de opção com compra vinculada, priorizando as opções com menor prazo e, posteriormente, aquelas com menor preço de exercício.

A quantidade considerada como compra vinculada segue o lote-padrão de negociação do instrumento de opção.

Se houver alterações de **alocação**, rejeição do **agente de custódia** na compra à vista ou **falha de entrega** na **liquidação** da **operação** à vista, a requisição de **cobertura** por compra vinculada é descartada e a **posição** permanece sem **cobertura**.

Se o **participante** efetuar uma requisição de **cobertura** diretamente por meio do sistema de controle de **posições**, conforme descrito na subseção 7.5.4, para uma **posição** que já possua uma requisição por meio de **alocação** de uma compra vinculada, o sistema da **câmara** acata a requisição por sistema de **controle de posições** e descarta a requisição por meio de **alocação** de uma compra vinculada.

7.5.2.2. Cobertura de posições a termo

O processo de **cobertura** por compra vinculada é realizado no processo de **alocação** de **operações**.

Para que o sistema da **câmara** identifique tratar-se de uma requisição de **cobertura** por compra vinculada, o **participante** deve alocar a compra do **ativo**-objeto no mercado à vista na **carteira** de **cobertura** de termo e a **operação** a termo, na **carteira** livre. A **operação** no mercado à vista também pode ser indicada para outro **agente de custódia** ou para outra **conta de depósito**, respeitando a **carteira** necessária para que o sistema da **câmara** identifique a compra vinculada.

O sistema da **câmara** automaticamente verifica o saldo alocado na **carteira** de **cobertura** e determina as **posições** a termo que têm compra vinculada, priorizando os contratos a termo com menor prazo e, posteriormente, aqueles com maior preço negociado.

Se houver alterações de **alocação** ou rejeição do **agente de custódia** na compra à vista, a compra vinculada é descartada e a **posição** permanece sem **cobertura**.
Em caso de **falha de entrega** na **liquidação** da **operação** de compra à vista, a **câmara** acompanha o tratamento da falha até a etapa de **registro** de **posição** de recompra. Se a recompra for revertida, a **posição** permanece sem **cobertura** e sem compra vinculada.

Caso a **posição** não tenha sua **cobertura** efetivada, o **comitente** vendedor está sujeito à aplicação de **multas**, conforme estabelecido na subseção 7.5.4.

7.5.3. Cobertura de posições de empréstimo de ativos por especificação da carteira de cobertura na alocação

Nesse tipo de **cobertura**, o **participante** deve alocar a **operação** tomadora de **empréstimo** de **ativos** na **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**, conforme as regras e os prazos de **alocação**.

Em caso de **falha de entrega** na **liquidação** da contratação do **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** executa o tratamento da **falha de entrega** até a etapa de **registro** da **posição** de recompra. Se a recompra for revertida, a **posição** tornar-se-á descoberta.

7.5.4. Cobertura de posições por requisição via sistema

O processo de **cobertura** diretamente por requisição ao sistema da **câmara** é aplicável às **posições** em contratos de opção sobre ações, a termo de **ativos**, de **empréstimo** de **ativos** e de **operação compromissada específica**. O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** são os **participantes** que podem requisitar a **cobertura**

de **posição**, a pedido do **comitente** vendedor, do **comitente tomador** ou do **comitente** comprador de **operação compromissada específica**, via tela do sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Para efetuar a **cobertura** da **posição** o **participante** deve informar:

i. A **conta** na **câmara**;

ii. O tipo de **posição** (opção, termo, **operação compromissada específica** ou **empréstimo** de **ativos**); e

iii. O **ativo-objeto** da **posição**.

Adicionalmente,

a. Para posições em contratos sobre ativos de renda variável:

- O **participante** pode informar outro **agente de custódia** e outra **conta de depósito** onde o saldo necessário para **cobertura** será verificado;
- Para contratos de **empréstimo** de **ativos**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** somente podem ser aqueles estabelecidos no contrato de **empréstimo**; e
- O **participante** pode informar a **carteira** onde o saldo necessário para **cobertura** será verificado, podendo ser a **carteira** livre, a **carteira** de **garantias** ou a própria **carteira** de **cobertura** aplicável a cada tipo de **posição**. Se nenhuma **carteira** for informada, o sistema verifica o saldo de custódia na **carteira** de **cobertura** aplicável a cada tipo de **posição**.

b. Para contratos de **empréstimo de ativos** de renda fixa pública ou **operação compromissada específica**:

- O **agente de custódia** e a **conta de depósito de título público federal** somente podem ser aqueles estabelecidos no contrato; e

- O saldo para **cobertura** é verificado na **finalidade** de **depósito de ativos** de renda fixa.

Ao informar os dados básicos, o sistema da **câmara** exibe as **posições** passíveis de **cobertura** e o **participante** seleciona as **posições** e as quantidades a serem cobertas, efetuando a requisição.

Para **cobertura** de diferentes tipos de **posição**, o **participante** deve efetuar diferentes requisições.

Se o **participante** solicitante não for o **agente de custódia** dos **ativos**, o **agente de custódia** direcionado deve aprovar o direcionamento no mesmo dia da solicitação.

No caso de a **cobertura** ser constituída por **ativos** alocados na **carteira** de **garantias**, a requisição de **cobertura** está sujeita aos critérios de liberação de **garantias**, conforme descrito no manual de administração de risco da **câmara**.

Caso todas as aprovações tenham sido efetuadas, o sistema da **câmara** verifica no sistema da **central depositária**, se existe saldo livre para atender à requisição de **cobertura**.

Caso haja saldo suficiente, o sistema da **câmara** efetua as devidas movimentações de custódia para os contratos, e **carteira** ou a **finalidade**, conforme o **ativo**, de **cobertura**, bloqueando o saldo para utilização como **cobertura** de **posições**.

As **posições** são atualizadas imediatamente após a efetivação da requisição.

A requisição é automaticamente cancelada caso:

- Haja rejeição por qualquer parte envolvida;
- Não seja aprovada no mesmo dia da solicitação; ou
- Não haja saldo na **central depositária da B3** ou no sistema de gestão de **ativos**, conforme o **ativo**.

7.5.5. Retirada de cobertura de posições por requisição via sistema

O processo de retirada de **cobertura** de **posição** por requisição no sistema da **câmara** é aplicável às **posições** em contratos de opção sobre ação, **empréstimo** de **ativos** e de **operação compromissada**. O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** são os **participantes** que podem requisitar a retirada de **cobertura** de **posição**, a pedido do **comitente** vendedor, via tela do sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Para efetuar a retirada de **cobertura** de **posição**, o **participante** deve informar:

i. A **conta** na **câmara**;

ii. O tipo de **posição** (opção, **operação compromissada** ou **empréstimo** de **ativos**); e

iii. O **ativo-**objeto.

No caso de **posições** em contratos de opção sobre ação e de **empréstimo** de **ativos** de renda variável:

- O **participante** deve informar o **agente de custódia** e a **conta de depósito** onde o saldo utilizado para **cobertura** está depositado e bloqueado;
- Para contratos de **empréstimo** de **ativos**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** somente podem ser aqueles vigentes no contrato; e
- Adicionalmente, o **participante** pode informar a **carteira** de custódia onde o saldo gerado pela retirada de **cobertura** será depositado, podendo ser a **carteira** livre, a **carteira** de **garantias** ou a própria **carteira** de **cobertura** aplicável a cada tipo de **posição**. Se não houver **carteira** informada, o sistema considera que o saldo de custódia ficará na própria **carteira** de **cobertura**.

No caso de **posições** em contratos de **empréstimo de ativos** de renda fixa pública ou **operação compromissada específica**:

- O **agente de custódia** e a **conta de depósito de título público federal** somente podem ser aqueles estabelecidos no contrato; e
- O saldo retirado da **finalidade** de **cobertura** (22) é movimentado para a **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21).

Ao informar os dados básicos, o sistema da **câmara** exibe as **posições** passíveis de retirada de **cobertura**, considerando o **agente de custódia** e a **conta de depósito** informados. O **participante** seleciona as **posições** e informa as quantidades a serem retiradas.

Para retirada de **cobertura** de diferentes tipos de **posição**, o **participante** deve efetuar diferentes requisições.

Se houver troca de **carteira** de custódia ou de **finalidade**, conforme o **ativo**, o **agente de custódia** indicado deve aprovar a requisição no próprio dia da solicitação.

Todo o pedido de retirada de **cobertura** de **posição** está sujeito à análise de risco.

Caso todas as aprovações tenham sido efetuadas, as devidas movimentações de custódia são realizadas e as **posições** são atualizadas imediatamente após a efetivação da requisição.

Caso a requisição seja rejeitada por qualquer parte envolvida ou não seja aprovada no próprio dia, a requisição é cancelada.

As **posições** de termo de **ativos** do mercado à vista não podem ter a **cobertura** retirada.

7.5.6. Retirada de cobertura e cobertura na mesma requisição via sistema

Para opção sobre ação, para **empréstimo** de **ativos** ou para **operação compromissada**, o **participante** pode solicitar em uma mesma requisição (i) a retirada de **cobertura** de uma determinada **posição** e (ii) a **cobertura** de outra **posição**, desde que as duas **posições** sejam do mesmo tipo, estejam sob a mesma **conta de posição** e os **ativos,** sob o mesmo **agente de custódia** e mesma **conta de depósito**. Esse procedimento

pode ser utilizado, por exemplo, nas seguintes situações: (i) para evitar a necessidade de **depósito de garantias** para dois contratos de **empréstimo** envolvidos no processo de encerramento de um contrato e de abertura de um novo contrato, e (ii) para retirar a **cobertura** de uma opção e cobrir outra opção com preços de exercício diferentes.

Para efetuar essa requisição, o **participante** deve informar:

i. A **conta de posição;**
ii. O tipo de **posição** (opção, **operação compromissada** ou **empréstimo** de **ativos**); e
iii. O **ativo-objeto**

O **participante** deve informar o **agente de custódia** e a **conta de depósito** onde o saldo utilizado para **cobertura** está depositado. Para contratos de **empréstimo** de **ativos** e de **operação compromissada**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** somente podem ser aqueles estabelecidos no contrato.

Ao informar os dados básicos, o sistema da **câmara** exibe as **posições**, considerando o **agente de custódia** e a **conta de depósito** informados, o **participante** seleciona as **posições** e informa as quantidades a serem retiradas ou cobertas.

Se houver necessidade de mais **ativos** para **cobertura**, o **agente de custódia** indicado deve aprovar a requisição no próprio dia da solicitação.

Todo pedido de retirada de **cobertura** de **posição** está sujeito à análise de risco, conforme disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Caso todas as aprovações tenham sido efetuadas, as devidas movimentações de custódia são realizadas e as **posições** são atualizadas imediatamente após a efetivação da requisição.

A requisição é automaticamente cancelada caso:

- Haja rejeição por qualquer parte envolvida;
- Não seja aprovada no próprio dia da solicitação; ou

- Não haja saldo na **central depositária da B3** ou no sistema de gestão de **ativos**, conforme o **ativo**.

7.5.7. Transferência de ativos entre carteiras de cobertura

Sob o mesmo **participante**, **conta de posição**, **agente de custódia** e **conta de depósito**, pode ser efetuada a retirada de **cobertura** de um tipo de **posição** e a **cobertura** de outro tipo de **posição** em uma única requisição.

Para efetuar essa requisição, o **participante** deve informar:

i. A **conta de posição**;
ii. O tipo de **posição** origem (opção ou **empréstimo** de **ativos**); e
iii. O **ativo**-objeto.

O **participante** deve informar o **agente de custódia** e a **conta de depósito** em que o saldo utilizado para **cobertura** está depositado. Para contratos de **empréstimo** de **ativos**, o **agente de custódia** e a **conta de depósito** somente podem ser aqueles estabelecidos no contrato.

Ao informar os dados básicos, o sistema da **câmara** exibe as **posições**, considerando o **agente de custódia** e a **conta de depósito** informados, o **participante** seleciona as **posições** e informa as quantidades a serem retiradas ou cobertas em cada **posição**. O saldo de **coberturas** ou de retiradas de diferentes **posições** do mesmo tipo deve gerar uma **retirada de ativos** utilizados para **cobertura**.

Nesse momento, o **participante** solicita que o destino dessa **retirada de ativos** de **cobertura** de determinado tipo de **posição** seja utilizado para **cobertura** de outro tipo de **posição** e, consequentemente, em outra **carteira** de **cobertura**. O sistema da **câmara** disponibiliza ao **participante** as **posições** que podem ser cobertas ou retiradas, considerando o tipo de **posição** destino informado, sob o mesmo **participante**, **conta de posição**, **agente de custódia** e **conta de depósito**.

O **participante** seleciona as **posições** e informa as quantidades a serem retiradas ou cobertas no tipo de **posição** destino. As **posições** de termo de ações não podem ter a **cobertura** retirada. O saldo de **coberturas** ou de retiradas de diferentes **posições** do mesmo tipo deve gerar uma **cobertura** de **ativos** no total.

As **posições** de **empréstimo de ativos** de renda fixa pública e de **operação compromissada** não podem ter a **cobertura** retirada para outro tipo de **posição** que não seja do **mercado de renda fixa pública**.

O saldo de **ativos** retirados no tipo de **posição** de origem deve ser maior ou igual ao saldo de ativos utilizados para **cobertura** no tipo de **posição** de destino. Eventual saldo remanescente continuará disponível na **carteira** de **cobertura** origem.

O sistema da **câmara** gera um número de requisição, com seu respectivo status.

Se o **participante** solicitante for diferente do **agente de custódia** dos **ativos**, o **agente de custódia** indicado deve aprovar a indicação no próprio dia da solicitação.

Todo pedido de retirada de **cobertura** de **posição** está sujeito à análise de risco, conforme disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Caso todas as aprovações tenham sido efetuadas, as devidas movimentações de custódia são realizadas e as **posições** são atualizadas imediatamente após a efetivação da requisição.

Caso a requisição seja rejeitada por qualquer parte envolvida ou não seja aprovada no próprio dia, a requisição é cancelada.

7.5.8. Cancelamento de requisição de cobertura via sistema

Se a requisição de **cobertura** não estiver efetivada com todas as aprovações necessárias, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da requisição de **cobertura** de **posição** e o pedido é imediatamente

efetivado. O pedido pode ser solicitado via telas do sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Se a requisição de **cobertura** já estiver efetivada, o cancelamento não é mais possível.

7.5.9. Movimentação de cobertura de empréstimo de ativos para inserção de oferta doadora certificada na conta de intermediação

Somente para **contas** de intermediação de **empréstimo** é possível utilizar o saldo depositado na **carteira** de **cobertura** (2201-2) para inserção de oferta doadora certificada no sistema de contratação de **empréstimo**, mesmo que este saldo esteja sendo utilizado para **cobertura** de **posição** tomadora.

Ao recepcionar o contrato oriundo de registro com doação da **carteira** de **cobertura** e ocorrer a **liquidação** da **entrega** do **ativo** do **doador** ao **tomador**, o sistema de **posições** efetua a avaliação de todas as **posições cobertas** e efetua a retirada de **cobertura** dos contratos tomadores conforme o critério abaixo:

1. O sistema de **posições** seleciona para retirada de **cobertura** somente os contratos tomadores com **posição coberta** que tenham o mesmo **ativo**-objeto, data de carência, data de registro, data de vencimento e taxa de remuneração do contrato **doador** recepcionado; e

2. A retirada de **cobertura** é efetuada seguindo a quantidade **coberta** de cada contrato, dos contratos com maiores quantidades para os contratos com menores quantidades.

De acordo com o critério acima, em caso de quantidade de **posição** coberta menor que a quantidade do contrato doado, o sistema de **posições** busca todos os contratos **tomadores** cobertos no mesmo **ativo**-objeto, buscando sempre retirar a **cobertura** do

contrato com maior quantidade **coberta** para o contrato com menor quantidade **coberta**.

7.5.10. Liquidação de posição coberta de empréstimo de ativos

No caso de **liquidação** de **posição** coberta de **empréstimo** de **ativos**, seja ela antecipada, ou no vencimento, a **câmara** adota os seguintes procedimentos para gerar as instruções de **liquidação** do **comitente tomador**:

i. Primeiro, gera instrução de **liquidação** de débito com a **carteira** de **cobertura**. A quantidade dessa instrução é limitada à quantidade coberta informada na **posição**; e

ii. Segundo, para a quantidade remanescente, se houver, ou seja, para a quantidade não coberta, a **câmara** verifica a **carteira** informada na **posição** de **empréstimo**. Se a **carteira** informada for a **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** gera instrução de **liquidação** de débito com a **carteira** livre. Se a **carteira** informada não for a **carteira** de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** gera instrução de **liquidação** de débito com a **carteira** informada na **posição** de **empréstimo**.

7.5.11. Movimentação de ativos na central depositária da B3 em carteiras de cobertura

A partir do momento em que a **posição** é considerada coberta, os **ativos** depositados na **central depositária da B3** para **cobertura** da **posição** ficam bloqueados para movimentação.

Caso o **agente de custódia** solicite a movimentação do **ativo**, o sistema da **central depositária da B3** verifica, no sistema da **câmara**, se a quantidade solicitada para movimentação não está sendo utilizada para **cobertura** de **posições**.

Se a quantidade solicitada estiver sendo utilizada como **cobertura,** o **agente de custódia**, para movimentar o saldo, deve, inicialmente, solicitar ao **participante** que está utilizando o saldo para **cobertura** que efetue a retirada de **cobertura** da **posição** no sistema da **câmara**.

7.5.12. Movimentação de ativos no SELIC

A partir do momento em que a **posição** é considerada coberta, os **ativos** depositados no SELIC para **cobertura** da **posição** ficam bloqueados para movimentação.

Caso o **agente de custódia** solicite a movimentação dos **ativos**, o sistema de gestão de **ativos** verifica se a quantidade solicitada para movimentação não está sendo utilizada como **cobertura** de **posições**.

Se a quantidade solicitada estiver sendo utilizada como **cobertura**, para movimentá-la o **agente de custódia** deve, primeiramente, solicitar ao **participante** que estiver utilizando o saldo como **cobertura** que efetue a retirada de **cobertura** da **posição** no sistema da **câmara**.

7.5.13. Multa por não cobertura de contrato a termo de ativos do mercado à vista

O contrato a termo de ativos do mercado à vista deve ser obrigatoriamente coberto pelo **comitente** vendedor, com a disponibilização à **câmara** dos **ativos-**objetos do contrato. O não cumprimento desse requisito gera **multa** para o **comitente** vendedor.

A partir do segundo dia útil da data de negociação do contrato, para o contrato que não estiver coberto com **ativos** depositados na **central depositária da B3** ou por meio de compras vinculadas, o **comitente** sofre **multa** de 0,5% (meio por cento) ao dia, aplicável sobre o volume não coberto. Tal **multa** será aplicada diariamente, até a **cobertura** do contrato, e possui valor diário limitado a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não cumulativos.

A partir do sétimo dia útil da data de negociação do contrato, para o contrato que não estiver coberto com **ativos** depositados na **central depositária da B3**, em decorrência de **falha de entrega** da compra vinculada e não execução de recompra emitida em favor do vendedor a termo, o **comitente** sofre **multa** de 0,5% (meio por cento) ao dia, aplicável sobre o volume não coberto. Tal **multa** será aplicada diariamente, até a **cobertura** do contrato, e possui valor diário limitado a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não cumulativos.

A cobrança da **multa** ocorre no dia útil seguinte a sua apuração, por meio do **saldo líquido multilateral**.

7.5.14. Horário-limite para manutenção de cobertura de posições

Todas as solicitações, aprovações e cancelamentos relativos à manutenção de **cobertura** de **posições** do **mercado de renda variável** podem ser efetuados até às 19h30.

Todas as solicitações, as aprovações e os cancelamentos relativos à manutenção de **cobertura** de **posições** do **mercado de renda fixa pública** podem ser efetuados até às 18h00.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para manutenção de **cobertura**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

7.5.15. Bloqueio de cobertura de posição sobre ativo de renda fixa pública

A transferência dos **ativos** da **finalidade depósito de ativos** de renda fixa pública (21) para a **finalidade** utilizada para fins de **cobertura** de **posições** em **ativos** de renda fixa

pública (22), constitui saldo apartado para fins de **liquidação** de **operações** realizadas na **câmara**.

7.6. Manutenção das posições de empréstimo

As posições de **empréstimo** de **ativos** são mantidas pela **câmara** até o seu encerramento e são passíveis de cancelamento, alteração, renovação e **liquidação** antecipada, conforme as regras dispostas nos itens a seguir.

7.6.1. Cancelamento de contrato

O cancelamento de contratos de **empréstimo** de **ativos** é o processo por meio do qual o contrato gerado é cancelado, de forma que a quantidade de **ativos** do contrato de **empréstimo** retorna à **conta de depósito** do **comitente doador**, sem efeitos para a **liquidação** financeira.

A solicitação de cancelamento é permitida somente na data de contratação do **empréstimo**. O **participante** responsável pelo **comitente tomador**, o **participante** responsável pelo **comitente doador** e os **agentes** de **custódia** direcionados, se houver direcionamento, devem enviar solicitação formal e documentação comprobatória de que houve erro operacional. No caso de **posição doadora** que esteja sendo utilizada para crédito de **margem**, a solicitação de cancelamento está sujeita aos critérios de risco, conforme disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

A solicitação formal de cancelamento de contrato dever ser assinada:

1. Pelos procuradores do **participante**, com anuência do Diretor de Controles Internos ou do Diretor de Relações com o Mercado do **participante**, devendo aquele que não a assinou constar entre os destinatários da **mensagem** eletrônica de envio da carta; ou
2. Pelos procuradores do **participante**, somente, desde que a carta seja substituída por outra de igual conteúdo assinada por um dos diretores referidos acima.

A solicitação está sujeita à análise da **câmara** que, a seu critério, pode exigir documentação adicional.

7.6.2. Alteração de contrato

A alteração de contratos de **empréstimo** de **ativos** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **posição** pode solicitar alterações de alguns parâmetros do contrato, mediante aprovação do **participante** detentor da **posição** de natureza oposta e, se forem alterações de custódia, mediante aprovação do **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito** objeto da alteração.

Para os contratos oriundos de **registro**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, **tomador** ou **doador** do contrato de **empréstimo**, pode solicitar alterações nos parâmetros listados abaixo, com efetivação somente após a aprovação do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** detentor de **posição** de natureza oposta à do contrato, e sujeita à avaliação de risco pela **câmara**:

- Data de carência;
- Reversibilidade ao **doador**; e
- Reversibilidade ao **doador** em caso de oferta pública de aquisição (OPA) no caso de **empréstimo** de **ativos** de renda variável.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, **tomador** ou **doador** do contrato de **empréstimo**, pode solicitar alterações nas informações de custódia, listadas abaixo, com efetivação somente após a aprovação do **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito** objeto da alteração:

- **Agente de custódia**;
- **Conta de depósito**, no caso de **empréstimo** de **ativos** de renda variável;
- **Conta de depósito de título público federal**, no caso de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública;

- **Carteira**, no caso de **empréstimo** de **ativos** de renda variável; e
- **Finalidade**, no caso **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública.

Em relação a trocas de **carteiras**, no caso de **empréstimo** de **ativos** de renda variável:

- para um contrato **doador** é permitida a troca entre as **carteiras** livre (2101-6) e de **garantias** (2390-6) e **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8); e
- para o **tomador** é permitida a troca entre as **carteiras** livre (2101-6) e de **cobertura** (2201-2) e **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** pelo **participante** (2906-8).

No caso de alteração do **agente de custódia** estabelecido no contrato, o novo **agente de custódia** deve aprovar a alteração, até às 19h45, e o anterior é informado.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo carregamento da **posição** de **empréstimo** de **ativos**, tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato, não há a necessidade de aprovação deste agente para as alterações que envolvem dados de custódia.

Não é permitida a alteração do **agente de custódia** estabelecido no contrato, caso a **posição** esteja coberta.

No processo de liquidação antecipada de contrato de **empréstimo**, uma vez criada a respectiva instrução de **liquidação**, a alteração do **agente de custódia** e das demais informações de custódia não é refletida na instrução de **liquidação** previamente criada.

As alterações de contrato podem ser solicitadas a partir do dia útil seguinte à contratação (D+1), até o dia útil anterior (Dv-1) ao vencimento do contrato, até às 19h30. No caso em que a aprovação não for efetivada até o término do mesmo dia da solicitação, a **câmara** descarta a solicitação de alteração.

Para os contratos de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa, após a alteração do custodiante e/ou **conta** de custódia do contrato do lado **doador**, o saldo analítico, com

as informações de preço e data de aquisição dos **ativos** doados no contrato, é movimentado para o novo **agente de custódia** e/ou **conta** de custódia.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de telas do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.6.3. Renovação de contrato

A renovação de contratos de **empréstimo** de **ativos** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** (este último no caso do **mercado de renda fixa pública**), que registrou a **operação** original pode solicitar a renovação do contrato, mediante as aprovações (i) do **participante** responsável pela **posição,** no caso de indicação de **participante** *carrying* na contratação, exceto na situação descrita na subseção 7.6.7.3 deste manual, (ii) do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** detentor da **posição** de natureza oposta e (iii) do **agente de custódia tomador** e **doador**. A efetivação da renovação está sujeita à avaliação de risco pela **câmara**.

Os contratos de **empréstimo** de **ativos** tomados compulsoriamente por **participante de liquidação** durante o processo de tratamento de **falhas de entrega** não são passíveis de renovação.

No processo de renovação, os parâmetros podem ser repactuados entre as partes, conforme o **ativo** objeto do contrato:

a. Contratação de **ativos** de renda fixa pública e ETF de renda fixa:

- Quantidade igual ou menor do contrato original;
- Taxa de remuneração do **empréstimo**;
- Percentual de correção sobre um indexador, no caso de **ativos** de renda fixa pública;
- Indexador de correção, no caso de **ativos** de renda fixa pública;

- Data de vencimento;
- Data de carência; e
- Reversibilidade ao **doador**.

No caso de contrato de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública, não podem ser informados, na mesma requisição, a taxa de remuneração do **empréstimo** e o percentual de correção, com o respectivo indexador de correção.

b. Contratação de **ativos** de renda variável por meio de negociação eletrônica:

    - Quantidade menor ou igual à do contrato original; e
    - Taxa de remuneração do **empréstimo**.

No caso de contratos de **ativos** de renda variável, a nova data de vencimento é definida conforme o padrão do contrato, a nova data de carência é definida para o dia útil subsequente e os dados de reversibilidade são copiados do contrato original.

Se o contrato possuir direcionamento de **entrega** ou de recebimento de **ativos** a um **agente de custódia**, este também deve aprovar a solicitação de renovação.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo carregamento da **posição** de **empréstimo** de **ativos**, tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato**,** não há a necessidade de aprovação deste agente para o processo de renovação.

As renovações de **empréstimo** de **ativos** de renda variável podem ser solicitadas até às 14h00, a partir da data de carência do contrato, até três dias úteis anteriores (Dv-3) ao vencimento do contrato. Para os contratos de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa, a renovação pode ser solicitada até 2 (dois) dias úteis anteriores (Dv-2) ao vencimento do contrato. No caso de indicação, na contratação da **operação**, de **participante** *carrying*, este (i) não pode solicitar a renovação do contrato e (ii) deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação até às 14h30 da data de solicitação. Caso

não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

O **participante** executor da **posição** de natureza oposta, após ser notificado da solicitação de renovação, deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação até às 16h00. O **participante** *carrying* da **posição** desta natureza, se houver, deve aprovar ou rejeitar a solicitação, até às 16h30. Caso não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

Após as aprovações dos **participantes** executores e *carrying*, os **agentes de custódia** devem aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 17h30. Caso não haja aprovação ou rejeição dos **agentes de custódia** até o horário-limite, a solicitação de renovação é rejeitada automaticamente.

As renovações de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública podem ser solicitadas até às 14h00, a partir da data de carência do contrato, até cinco dias úteis anteriores (Dv-5) ao vencimento do contrato. No caso de indicação, na contratação da **operação**, de **participante** *carrying*, este (i) não pode solicitar a renovação do contrato e (ii) deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 14h30 da data de solicitação. Caso não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

O **participante** executor da **posição** de natureza oposta, após ser notificado da solicitação de renovação, deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 16h00. O **participante** *carrying* da **posição** de natureza oposta, se houver, deve aprovar ou rejeitar a solicitação, até às 16h30. Caso não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

Após as aprovações dos **participantes** executores e *carrying*, os **agentes de custódia** devem aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 17h30. Caso não haja aprovação ou rejeição dos **agentes de custódia** até o horário-limite, a solicitação de renovação é rejeitada automaticamente

Na data de renovação do contrato de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública, o **preço de referência** do contrato é estabelecido com base no preço do **ativo** verificado no dia útil anterior, conforme definido nas especificações do contrato de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública.

No terceiro dia útil anterior ao vencimento (Dv-3), os contratos de **ativos** de renda variável com quantidade em aberto e que não estiverem em processo de **liquidação** serão renovados automaticamente, mantendo-se as características do contrato original, com nova data de vencimento e taxa de remuneração, conforme padrão do contrato.

No caso de **evento corporativo** aplicável ao **ativo** do mercado de renda variável objeto do contrato, no dia útil seguinte à data de atualização do **ativo** na **Central Depositária da B3**, a taxa de remuneração do novo contrato é definida da seguinte forma:

- **Evento corporativo** que não resulta em alteração do **ativo** objeto do contrato: utiliza-se a taxa média de mercado apurada no dia útil anterior, conforme padrão do contrato;
- **Evento corporativo** que resulta em alteração do **ativo** objeto do contrato devido à atualização da denominação social do **emissor** ou do código de negociação do **ativo** objeto: utiliza-se a taxa média de mercado apurada no dia útil anterior, conforme padrão do contrato; e
- Demais **eventos corporativos** que resultam em alteração do **ativo** objeto do contrato: a taxa do contrato original é aplicada ao novo contrato.

Na impossibilidade de apuração e consequente não divulgação da taxa média do mercado para o **ativo** objeto do contrato, utiliza-se a taxa de remuneração do contrato original para a renovação automática e geração do novo contrato oriundo da renovação. Na data de renovação, o **preço de referência** do contrato é estabelecido com base no preço médio do **ativo** verificado no dia útil anterior.

No dia útil seguinte à renovação, a remuneração do contrato de **empréstimo** de **ativos** e os emolumentos são liquidados pelo **saldo líquido multilateral**. Os valores financeiros

são apurados de forma *pro rata* a partir da data de contratação até o dia da solicitação de renovação do contrato.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de telas do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara,** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.6.4. Liquidação antecipada de contrato

A **liquidação** antecipada de contratos de **empréstimo** de **ativos** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pelo carregamento da **posição** pode solicitar a **liquidação** do contrato em data anterior ao vencimento, desde que previsto no contrato.

Quando solicitada a **liquidação** antecipada de **empréstimo** de **ativos**, pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação tomador** do contrato, a **liquidação** é agendada para o dia útil seguinte (Ds+1) da solicitação. Se houver direcionamento de **entrega** de **ativos** por um **agente de custódia**, este também deve aprovar a solicitação de **liquidação** antecipada. O **tomador** pode solicitar a **liquidação** antecipada a partir da data de carência do contrato, até dois dias úteis anteriores (Dv-2) ao vencimento do contrato.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação tomador,** responsável pelo carregamento da **posição** de **empréstimo** de **ativos,** tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato, não há a necessidade de aprovação deste agente para o processo de **liquidação** antecipada pelo **tomador**.

Quando solicitada pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação doador** do contrato de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, a **liquidação** é agendada para o segundo dia útil seguinte (Ds+2) da solicitação, se solicitada até às 9h30, ou para o terceiro dia útil seguinte (Ds+3) da solicitação, se solicitada após às 9h30. Para os contratos de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa,

a solicitação de **liquidação** antecipada pelo **doador** é agendada para o dia útil seguinte (Ds+1), se solicitada até às 9h30, ou para o segundo dia útil seguinte (Ds+2) da solicitação, se solicitada após às 9h30.

Finalmente, para os contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública, a solicitação de **liquidação** antecipada pelo **doador** é agendada para o quarto dia útil seguinte (Ds+4) à solicitação.

O **doador** pode solicitar a **liquidação** antecipada a partir da data de carência do contrato, até o dia em que o agendamento da **liquidação** não seja (i) para uma data posterior ao vencimento, para contrato de **empréstimo** de **ativos** de renda variável, e (ii) para uma data posterior ou igual ao vencimento, para contratos de **empréstimo** sobre os demais **ativos**.

No dia da **liquidação**, por vencimento ou por **liquidação** antecipada, os **ativos,** a remuneração do contrato de **empréstimo** de **ativos** e os emolumentos são liquidados pelo **saldo líquido multilateral**. Para os negócios contratados na forma de **registro** ou de negociação eletrônica com **liquidação** em D+0, os valores financeiros são apurados de forma *pro-rata* a partir da data de contratação, até o dia útil anterior à **liquidação** do contrato, com exceção dos emolumentos da B3, que são considerados até a data de **liquidação**. Para os negócios contratados na forma de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1, os valores financeiros são apurados de forma pro rata a partir do dia útil seguinte à data da contratação até o dia da **liquidação** do contrato.

Para os contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública, os valores financeiros são apurados de forma *pro rata* a partir da data de contratação até o dia da **liquidação** do contrato.

A exceção às regras mencionadas acima ocorre quando o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação tomador** solicita a **liquidação** antecipada no mesmo dia do **registro** da **operação** (D+0). Nesse caso, a solicitação não considera a data de carência e a **liquidação** é efetivada no dia útil seguinte (D+1) à solicitação. O valor financeiro considera a remuneração de contratos referente a um dia de prazo.

As **liquidações** antecipadas podem ser solicitadas até às 19h30 e aprovadas até às 19h45 e, no caso em que as aprovações não forem efetivadas até o término do mesmo dia da solicitação, a **câmara** descarta a solicitação de **liquidação** antecipada.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de telas do sistema da **câmara** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.6.5. Cancelamento de solicitação de alteração ou renovação

Se a solicitação de alteração ou de renovação não apresentar todas as aprovações necessárias, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação e o pedido é imediatamente efetivado. O pedido pode ser solicitado via telas do sistema da **câmara** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Se a solicitação de alteração ou de renovação já estiver efetivada, o cancelamento não é mais possível.

7.6.6. Cancelamento de solicitação de liquidação antecipada

Caso a solicitação de **liquidação** antecipada pelo **tomador** estiver pendente de aprovação do **agente de custódia**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação de **liquidação** antecipada e, nesse caso, o pedido é imediatamente efetivado.

Caso a solicitação de **liquidação** antecipada pelo **tomador** não esteja pendente de aprovação do **agente de custódia**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação, somente no próprio dia em que a solicitação foi realizada. A solicitação de cancelamento deve ser aprovada pelo **agente de custódia**. Após a aprovação do **agente de custódia**, o cancelamento da **liquidação** antecipada deve ser aprovado pelo **participante de**

negociação pleno ou pelo **participante de liquidação** detentor de **posição** de natureza oposta do contrato de **empréstimo** de **ativos**.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação de **liquidação** antecipada pelo **doador** até o dia útil anterior à data de **liquidação**. O cancelamento da **liquidação** antecipada deve ser aprovado pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** detentor de **posição** de natureza oposta do contrato de **empréstimo** de **ativos**.

O pedido pode ser solicitado via telas do sistema da **câmara** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

O cancelamento de **liquidação** antecipada pode ser solicitado até às 19h30 e aprovado até às 19h45.

7.6.7. Manutenção de operações oriundas de intermediação de empréstimo de ativos de renda variável

No caso de **operações** contratadas por meio da negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 e após o encerramento da grade de aceitação de indicação de custodiante, a **câmara** vincula automaticamente todos os contratos registrados na **conta** de intermediação, utilizando identificador numérico único, gerado pelo sistema de **controle de posições**, para cada intermediação.

No caso de **operações** contratadas por meio de **registro**, o **participante de negociação pleno** deve informar, no sistema de **controle de posições**, os contratos **doadores** e **tomadores** registrados com a utilização da **conta** de intermediação e que devem compor nova intermediação de **operações** de **empréstimo** de **ativos**. Nesse momento, são efetuadas as seguintes validações acerca dos contratos a compor a intermediação:

- Os contratos informados devem ter os mesmos **ativo**-objeto, taxa de remuneração, data de negociação, data de vencimento e carência mínima, bem como ser reversíveis aos **doadores**;

- Os contratos entre o **comitente tomador** titular de **conta** de intermediação e os **comitentes doadores** devem ter como **participante** executor, **participante** *carrying* e **agente de custódia** o próprio **participante de negociação pleno**, exceto quando houver indicação de **repasse** no lado **doador** do contrato para **conta** destino que esteja em **participante de liquidação** do mesmo **conglomerado financeiro** do **participante de negociação pleno**. O direcionamento de custódia no lado **doador** do contrato somente é admitido quando o **agente de custódia** indicado possuir o mesmo código operacional do **participante** *carrying*. Os **comitentes doadores** devem ser do tipo pessoa física, clube de investimentos ou pessoa jurídica não financeira;

- Os contratos onde o **comitente doador** é a própria **conta** de intermediação devem ter como **participante** executor, **participante** *carrying* e **agente de custódia** o próprio **participante de negociação pleno**;

- Os contratos realizados por intermédio da **conta** de intermediação, como **comitente doador** ou **comitente tomador**, não podem utilizar a **carteira** de **garantias** (2390-6);

- Um mesmo contrato não pode integrar, simultaneamente, mais de uma intermediação;

- Os contratos onde o **comitente tomador** é a própria **conta** de intermediação não podem ter quantidade coberta;

- A soma das quantidades dos contratos em que o titular da **conta** de intermediação figura como **comitente doador** deve ser igual à soma dos

contratos em que o titular da **conta** de intermediação figura como **comitente tomador**; e

- Os contratos não podem estar pendentes de alteração, renovação, **liquidação** antecipada ou transferência.

Após a validação, se cumpridas todas as condições necessárias para criação da intermediação, o sistema de **controle de posições** vincula os contratos informados pelo **participante de negociação pleno**, gerando um número de identificação único para a intermediação.

Todos os contratos nos quais o **comitente** é a própria **conta** de intermediação têm sua informação de **carteira** alterada automaticamente conforme abaixo:

- Contratos onde o **comitente tomador** é a própria **conta** de intermediação têm sua informação de **carteira** alterada no momento em que o contrato oriundo de **registro** é recepcionado pelo sistema da **câmara,** da **carteira** de **cobertura** (2201-2) para **carteira** livre (2101-6); e
- Após a criação da intermediação, a **carteira** dos contratos oriundos de **registro**, onde o **comitente doador** é a própria **conta** de intermediação, é alterada da **carteira** de **cobertura** (2201-2) para **carteira** livre (2101-6).

Em caso de erro operacional, a **câmara** pode, a seu critério e mediante solicitação do **participante negociação pleno**, realizar a vinculação, como componentes de uma mesma intermediação, de contratos com datas de negociação ou taxas de remuneração diferentes.

7.6.7.1. Alteração de doador

A alteração do **doador** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** solicita à **câmara** a substituição, em uma intermediação já registrada no sistema de **controle de posições**, de um ou mais contratos em que ele figura como **comitente tomador**.

Para solicitar alteração de **doador**, o **participante de negociação pleno** deve, no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, realizar uma nova contratação com um **comitente doador** do tipo pessoa física, clube de investimentos ou instituição não financeira, registrando-a na **conta** intermediação.

Após a contratação, o **participante de negociação pleno** deve, no sistema de **controle de posições**, realizar a substituição, informando o número da intermediação, os contratos a serem substituídos e os novos contratos a compor a intermediação. Os contratos substituídos têm a **liquidação** antecipada pelo **tomador**, solicitada automaticamente pelo sistema.

Para a efetivação do processo de alteração de **doador**, o sistema de **controle de posições** realiza as seguintes validações:

- Os contratos informados devem ter os mesmos **ativo**-objeto, data de vencimento e carência mínima, bem como serem reversíveis aos **doadores**;

- Os contratos devem ter como **participante** executor, **participante** *carrying* e o **agente de custódia**, o próprio **participante de negociação pleno**, exceto quando houver indicação de **repasse** no lado **doador** do contrato para **conta** destino que esteja em **participante de liquidação** do mesmo **conglomerado financeiro** do **participante de negociação pleno**. O direcionamento de custódia no lado **doador** do contrato somente é admitido quando o **agente de custódia** indicado possuir o mesmo código operacional do **participante** *carrying*.

- Os **comitentes doadores** devem ser do tipo pessoa física, clube de investimento ou pessoa jurídica não financeira;

- Os contratos realizados por intermédio da **conta** de intermediação não podem utilizar a **carteira** de **garantias** (2390-6);

- Um mesmo contrato não pode integrar, simultaneamente, a mesma intermediação;

- A soma das quantidades dos contratos substituídos deve ser igual à soma das quantidades dos novos contratos a compor a intermediação; e

- Os contratos não podem estar pendentes de alteração, renovação, **liquidação** antecipada ou transferência.

A alteração de **doador** pode ser solicitada para um **empréstimo** contratado por meio da negociação eletrônica com **liquidação** em D+1, a ser substituído por um **empréstimo** contratado por meio do **registro** de **empréstimo** de **ativos**, desde que as restrições acima elencadas sejam cumpridas.

7.6.7.2. Alteração de contrato

Os contratos de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação registrada no sistema de **controle de posições** não podem ter seus atributos alterados pelo **participante de negociação pleno** titular da **conta** de intermediação.

7.6.7.3. Renovação do contrato

Os contratos de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação registrada no sistema de **controle de posições** podem ser renovados mediante solicitação e aprovação de todos os **participantes** envolvidos.

O processo de renovação de contratos que compõem uma intermediação funciona da seguinte forma:

- Seguindo as mesmas regras e os mesmos horários estabelecidos na subseção 7.6.3, os contratos em que o titular da **conta** de intermediação figura como **comitente doador** podem ser renovados total ou parcialmente;

- Após a efetivação do processo de renovação, o sistema de **controle de posições** identifica, por meio do número da intermediação, os contratos em que o titular da **conta** de intermediação figura como **comitente tomador** e realiza a renovação automaticamente, utilizando os mesmos atributos da renovação estabelecidos na subseção 7.6.3. Não há aprovação de **participante** *carrying* ou **agente de custódia** na renovação deste contrato;

- Em caso de renovação parcial, ou seja, em que a renovação não abranja a quantidade total da intermediação, o **participante de negociação pleno** deve informar no sistema de **controle de posições** quais contratos, e respectivas quantidades, devem ser renovados. Caso o **participante de negociação pleno** não informe os contratos a serem renovados até o horário-limite para manutenção de contratos em **conta** de intermediação, o sistema de **controle de posições** efetua a renovação automática na seguinte ordem:

    - Contratos com as maiores quantidades; e
    - Contratos com numerações mais antigas.

Caso, durante o processo de renovação, algum contrato não seja renovado devido à violação de alguma regra, o sistema de **controle de posições** informa o fato ao **participante de negociação pleno** titular da **conta** de intermediação

7.6.7.4. Transferência de posições

Os contratos de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação não podem ser transferidos, exceto para os casos descritos na subseção 7.6.7.6.

7.6.7.5. Liquidação antecipada de contrato

Os contratos de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação registrada no sistema de **controle de posições** podem ser liquidados antecipadamente, mediante solicitação dos **participantes** envolvidos.

No caso de **liquidação** antecipada pelo **doador**, o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, responsável pelo **comitente doador**, solicita a **liquidação** antecipada dos contratos que tenham a **conta** de intermediação como **comitente tomador**. O sistema de **controle de posições** realiza automaticamente a solicitação de **liquidação** antecipada nos contratos realizados entre a **conta** de intermediação, como **comitente doador**, e os **comitentes tomadores**

No caso de **liquidação** antecipada pelo **tomador**, o **participante de negociação pleno** responsável pelo **comitente tomador** solicita a **liquidação** antecipada dos contratos que tenham a **conta** de intermediação como **comitente doador**. O sistema de **controle de posições** realiza automaticamente a **liquidação** antecipada dos contratos que compõem a mesma intermediação, nos quais o **participante de negociação pleno** figura como **comitente tomador**.

Em caso de **liquidação** antecipada pelo **tomador** parcial, ou seja, que não abrange a quantidade total da intermediação, o **participante de negociação pleno** deve informar, no sistema de **controle de posições**, quais contratos da intermediação, dentre aqueles em que o **participante de negociação pleno** figura como **comitente tomador** devem ser liquidados, e as respectivas quantidades. Caso o **participante de negociação pleno** não informe os contratos a serem liquidados até o horário-limite para manutenção de contratos em **conta** de intermediação, o sistema de **controle de posições** efetua a **liquidação** na seguinte ordem

- Contratos com as menores quantidades; e
- Contratos com as numerações mais antigas.

Caso, durante o processo de **liquidação** antecipada, algum contrato não seja **liquidado** devido à violação de alguma regra, o sistema de **controle de posições** informa o fato ao **participante de negociação pleno** titular da **conta** de intermediação

7.6.7.6. Assunção das operações oriundas de intermediação de empréstimo de ativos

Em caso de **inadimplência** ou **liquidação** extrajudicial do **participante de negociação pleno** detentor da **conta** de intermediação, de acordo com o regulamento e o manual de administração de risco da **câmara**, os contratos de **empréstimo** de **ativos** que compõem uma intermediação podem, a critério da **câmara** ou do liquidante, respectivamente, ser transferidos a um outro **participante de negociação pleno**.

Caso não seja possível realizar a transferência utilizando **conta** de intermediação do **participante destino**, ocorre a assunção dos contratos, onde os contratos originais serão substituídos por novos contratos, sem a utilização da **conta** de intermediação, diretamente entre **comitente doador** e o **comitente tomador**.

A manutenção de **operações** oriundas de intermediação de **empréstimo** de **ativos** pode ser efetuada até às 20h00 da data da solicitação.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para manutenção de **posições** de **empréstimo**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

Os **participantes** podem efetuar os procedimentos descritos na subseção 7.6.7 por meio de telas do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.7 Manutenção das posições em operações compromissadas específicas

As **posições** de **operações compromissadas específicas** são mantidas pela **câmara** até o respectivo encerramento e são passíveis de cancelamento, alteração, renovação e **liquidação** antecipada, conforme as regras dispostas nas subseções a seguir.

7.7.1. Cancelamento de contrato

O cancelamento de contratos de **operações compromissadas específicas** é o processo por meio do qual os **ativos** da **operação compromissada específica** retornam à **conta de depósito** do **comitente** vendedor no SELIC e o valor financeiro da **operação** retorna ao **comitente** comprador.

A solicitação de cancelamento é permitida somente na data de contratação da **operação compromissada específica**. O **participante** responsável pelo **comitente** comprador, o **participante** responsável pelo **comitente** vendedor e os **agentes** de **custódia** direcionados, se houver direcionamento, devem enviar solicitação formal e documentação comprobatória de que houve erro operacional.

A solicitação formal de cancelamento de contrato deve ser assinada:

1. Pelos procuradores do **participante**, com anuência do Diretor de Controles Internos ou do Diretor de Relações com o Mercado do **participante**, devendo aquele que não a assinou constar dentre os destinatários da **mensagem** eletrônica de envio da carta; ou
2. Pelos procuradores do **participante** somente, desde que a carta seja substituída por outra de igual conteúdo assinada por um dos diretores referidos acima.

A solicitação está sujeita à análise da **câmara** que, a seu critério, pode exigir documentação adicional.

7.7.2 Alteração de contrato

A alteração de contratos de **operação compromissada específica** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **posição** pode solicitar alterações de alguns parâmetros da **operação**, mediante aprovação do **participante** detentor da **posição** de natureza oposta e, se forem alterações de custódia, mediante aprovação do **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito** na **central depositária da B3** objeto da alteração.

No momento da alteração do contrato, a **câmara** verifica se a **conta de depósito** na **central depositária da B3** indicada possui **vínculo** com a **conta de depósito Selic**. Caso não tenha esse **vínculo**, a **câmara** rejeita automaticamente a alteração do contrato.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, comprador ou vendedor da **operação compromissada**, pode solicitar alterações nos parâmetros listados abaixo, com efetivação somente após a aprovação do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** detentor de **posição** de natureza oposta à da **operação**, e a avaliação de risco pela **câmara**.

- Data de carência;
- Reversibilidade ao comprador; e
- Reversibilidade ao vendedor.

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, comprador ou vendedor da **operação compromissada específica**, pode solicitar alterações nas informações de custódia listadas abaixo, com efetivação somente após a aprovação do **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito Selic** objeto da alteração:

- **Agente de custódia**; e

- **Conta de depósito**.

No momento da alteração do contrato, a **câmara** verifica se a **conta de depósito** na **central depositária da B3** indicada possui **vínculo** com a **conta de depósito Selic**. Caso não tenha esse **vínculo**, a **câmara** rejeita automaticamente a alteração do contrato.

No caso de alteração do **agente de custódia** estabelecido no contrato, o novo **agente de custódia** deve aprovar a alteração até às 19h15, sendo informado o **agente de custódia** anterior.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo carregamento da **posição** de **operação compromissada específica**, tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato, não há necessidade de aprovação desse agente para as alterações que envolvam dados de custódia.

Não é permitida a alteração do **agente de custódia** estabelecido no contrato, caso a **posição** esteja coberta.

No processo de liquidação antecipada de contrato de **operação compromissada específica**, uma vez criada a respectiva instrução de **liquidação**, a alteração do **agente de custódia** e das demais informações de custódia não é refletida na instrução de **liquidação** previamente criada.

As alterações de contrato de **operação compromissada específica** podem ser solicitadas a partir do dia útil seguinte à contratação (D+1) até o dia útil anterior (Dv-1) ao vencimento do contrato, até às 19h00. No caso em que a aprovação não seja efetivada até o término do mesmo dia da solicitação, a **câmara** descarta a solicitação de alteração.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de tela do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.7.3 Renovação de contrato

A renovação de contratos de **operações compromissadas específicas** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** que registrou a **operação** original pode solicitar a renovação do contrato, mediante as aprovações (i) do **participante** responsável pela **posição**, no caso de indicação de **participante** *carrying* na contratação, (ii) do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** detentor da **posição** de natureza oposta e (iii) dos **agentes de custódia** comprador e vendedor. A efetivação da renovação está sujeita à avaliação de risco pela **câmara**.

No processo de renovação, os parâmetros abaixo podem ser repactuados entre as partes do contrato:

- Quantidade menor ou igual à do contrato original;
- Taxa da **operação compromissada**;
- Percentual de correção sobre um indexador;
- Indexador de correção;
- Data de vencimento;
- Data de carência;
- Reversibilidade ao vendedor; e
- Reversibilidade ao comprador.

Se o contrato possuir direcionamento de **entrega** ou de recebimento de **ativos** a um **agente de custódia**, este também deve aprovar a solicitação de renovação.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo carregamento da **posição** de **operação compromissada específica**, tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato, não há necessidade de aprovação desse agente para o processo de renovação.

As renovações de **operações compromissadas específicas** podem ser solicitadas até às 14h00, a partir da data de carência do contrato, até cinco dias úteis anteriores (Dv-5) ao vencimento do contrato. No caso de indicação, na contratação da **operação compromissada**, de **participante** *carrying*, este (i) não pode solicitar a renovação do contrato e (ii) deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 14h30 da data de solicitação. Caso não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

O **participante** executor da **posição** de natureza oposta, após ser notificado da solicitação de renovação, deve aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 16h00. O **participante** *carrying* da **posição** dessa natureza, se houver, deve aprovar ou rejeitar a solicitação, até às 16h30. Caso não haja aprovação ou rejeição do **participante** *carrying* até o horário-limite, a solicitação de renovação é aprovada automaticamente.

Após as aprovações dos **participantes** executores e *carrying*, os **agentes de custódia** devem aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação, até às 17h30. Caso não haja aprovação ou rejeição dos **agentes de custódia** até o horário-limite, a solicitação de renovação é rejeitada automaticamente.

No dia útil seguinte à renovação, os emolumentos e a diferença entre os valores da **operação** renovada e da nova **operação** são liquidados pelo **saldo líquido multilateral**. Os valores financeiros da recompra e da revenda são apurados de forma *pro rata* a partir da data de contratação até o dia da solicitação de renovação do contrato.

Na data de renovação, o **preço de referência** do contrato é estabelecido com base no preço do título público federal verificado no dia útil anterior, conforme definido nas especificações do contrato de **operação compromissada específica**.

Para o contrato de **operação compromissada específica**, a contagem de prazo considera os dias úteis, conforme definido no capítulo 5.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de telas do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.7.4 Liquidação antecipada de contrato

A **liquidação** antecipada de contratos de **operação compromissada específica** é o processo por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pelo carregamento da **posição** pode solicitar a **liquidação** do contrato em data anterior ao vencimento, desde que previsto no contrato.

Quando solicitada pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** comprador ou vendedor do contrato, a **liquidação** é agendada para o quarto dia útil seguinte (Ds+4) à solicitação. Se houver direcionamento de **entrega** de **ativos** por um **agente de custódia**, este também deve aprovar a solicitação de **liquidação** antecipada.

Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** comprador, responsável pelo carregamento da **posição** de **operação compromissada específica**, tenha código operacional igual ao do **agente de custódia** do contrato, não há necessidade de aprovação desse **agente de custódia** para o processo de **liquidação** antecipada pelo comprador.

A **liquidação** antecipada pode ser solicitada a partir da data de carência do contrato, até o dia em que o agendamento da **liquidação** não for para uma data posterior ou igual ao vencimento.

Na data da **liquidação**, por vencimento ou por **liquidação** antecipada, os **ativos**, o valor corrigido da **operação** e os emolumentos são liquidados pelo **saldo líquido multilateral**.

Para o contrato de **operação compromissada específica**, a contagem de prazo considera os dias em que há reserva bancária.

As **liquidações** antecipadas podem ser solicitadas e aprovadas até às 19h00 e, no caso em que as aprovações não sejam efetivadas até o término do mesmo dia da solicitação, a **câmara** descarta a solicitação de **liquidação** antecipada.

Os **participantes** podem solicitar e aprovar as solicitações por meio de tela do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.7.5 Cancelamento de solicitação de alteração ou de renovação

Se a solicitação de alteração ou de renovação não apresentar todas as aprovações necessárias, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação, com o pedido sendo imediatamente efetivado. O pedido pode ser solicitado via telas do sistema da **câmara** ou do envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara** o conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

Se a solicitação de alteração ou de renovação já estiver efetivada, o cancelamento não é mais possível.

7.7.6 Cancelamento de solicitação de liquidação antecipada

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação de **liquidação** antecipada pelo vendedor ou pelo comprador até o dia útil anterior à data de **liquidação**. O cancelamento da **liquidação** antecipada deve ser aprovado pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** detentor de **posição** de natureza oposta à do contrato da **operação compromissada específica**.

Caso a solicitação de **liquidação** antecipada pelo comprador esteja pendente de aprovação pelo **agente de custódia**, o **participante de negociação pleno** ou o

participante de liquidação pode requisitar o cancelamento da solicitação de **liquidação** antecipada e, nesse caso, o pedido é imediatamente efetivado.

Caso a solicitação de **liquidação** antecipada pelo comprador não esteja pendente de aprovação pelo **agente de custódia**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode requisitar o cancelamento da solicitação, mas a solicitação de cancelamento deve ser aprovada pelo **agente de custódia**. Após a aprovação deste, o cancelamento da **liquidação** antecipada deve ser aprovado pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** detentor da **posição** de natureza oposta à do contrato da **operação compromissada específica**.

O pedido pode ser solicitado via tela do sistema da **câmara** ou envio de **mensagens** eletrônicas à **câmara**, conforme o formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

7.8. Informativos sobre as posições de empréstimo de ativos

A B3 envia o Informe de Rendimentos e o Informe de Reembolsos, em relação às **posições** de **empréstimo** diretamente aos **comitentes**, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas, conforme periodicidade a seguir:

- Informe de Reembolso para pessoa jurídica: contém informações referentes aos valores financeiros de **eventos corporativos** reembolsados para **doadores** e é gerado e enviado trimestralmente para os **comitentes** do tipo pessoa jurídica que tiveram informações no período;
- Informe de Reembolso para pessoa física: contém informações referentes aos valores financeiros de **eventos corporativos** reembolsados para **doadores** e é gerado e enviado anualmente para os **comitentes** do tipo pessoa física que tiveram informações durante o ano anterior;
- Informe de Rendimentos para pessoa jurídica: contém informações referentes aos rendimentos gerados pelas **operações** de **empréstimo** e é gerado e enviado

trimestralmente para **comitentes** do tipo pessoa jurídica que tiveram informações durante o período; e

- Informe de Rendimentos para pessoa física: contém informações referentes aos rendimentos gerados pelas **operações** de **empréstimo** e é gerado e enviado anualmente para **comitentes** do tipo pessoa física que tiveram informações durante o ano anterior.

Os informativos são enviados em formato eletrônico, com criptografia e senha pessoal, em formato impresso ou em ambos os formatos, de acordo com a opção escolhida pelo **comitente**.

7.9. Tratamento de eventos corporativos e eventos de renda fixa pública

O sistema de **controle de posições** é responsável por ajustar as **posições** em aberto de acordo com cada **evento corporativo** ou evento de renda fixa pública aplicado ao **ativo**-objeto das **posições** mantidas nesse sistema, bem como pela identificação, pelo **registro** e pela atualização dos direitos e das obrigações dos **participantes**.

O tratamento a ser aplicado depende de cada tipo de **posição** e dos correspondentes eventos, os quais podem ser classificados da seguinte forma:

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros: são considerados **eventos corporativos** em recursos financeiros as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos e depositados na **central depositária da B3** que resultam em pagamento em recursos financeiros. Exemplos: dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações em recursos financeiros, restituição de capital, juros, rendimentos e amortizações;
2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto: são considerados **eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos e depositados na **central depositária da B3** que resultem em alteração da quantidade de **ativos**,

de mesmo tipo, espécie ou classe. Exemplos: grupamento, desdobramento e bonificação em **ativos**;

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto: são considerados **eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos e depositados na **central depositária da B3** que resultem em crédito de **ativos**, de tipo, espécie ou classe diferente do **ativo** anterior ao **evento corporativo**. Exemplos: fusões, cisões e incorporações;
4. **Eventos corporativos** com geração automática de direitos na **central depositária da B3** – Direitos de Subscrição; e
5. **Eventos corporativos voluntários**: são considerados **eventos corporativos voluntários** as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos e depositados na **central depositária da B3** que proporcionam ao **comitente** titular do **ativo** ou da **posição** a opção de escolher se deseja exercer o **evento corporativo**. Exemplos: direito de preferência, oferta prioritária, oferta pública de aquisição (OPA) e conversão voluntária;
6. Eventos de renda fixa pública: são considerados eventos de renda fixa pública os repasses dos juros previstos para os títulos públicos federais com pagamento de cupom.

Quando a liquidez do **ativo** for alterada de forma significativa ou em casos de resgate do **ativo** pelo **emissor**, a B3 poderá realizar a **liquidação** financeira de **posições** em aberto ou acelerar o vencimento das **posições**, sendo o tratamento aplicado de acordo com o tipo de **posição**.

Caso haja alterações nas características originais do **evento corporativo** e não seja possível reverter o tratamento já realizado, a exclusivo critério da B3, os efeitos produzidos nas **posições** serão mantidos. Demais **eventos corporativos** que não estejam contemplados nesta seção ou que estejam contemplados, porém o tratamento descrito neste manual não preserve o valor econômico negociado originalmente, poderão ter tratamento informado previamente por Ofício Circular emitido pela B3.

Os **eventos corporativos** podem estar sujeitos à incidência de tributos, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis a cada tipo de **investidor**, devendo o contribuinte ou seu responsável tributário, conforme o caso, responsabilizar-se pelo recolhimento de eventual tributo.

7.9.1. Tratamento de eventos corporativos para opções sobre ativos do mercado à vista

A atualização das **posições** de opção, em caso de **evento corporativo**, ocorre no processamento noturno da última data antes da aplicação do **evento corporativo** no **ambiente de negociação**, sendo que as **posições** de abertura no dia útil seguinte à abertura de sua negociação já refletirão a aplicação do **evento corporativo**.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

Para os casos em que o valor do **evento corporativo**, líquido de imposto, é menor do que o preço de exercício da série de opção, ocorre somente a atualização do preço de exercício, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PE} - \mathbf{EV}$$

onde:

$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

$\mathbf{EV}$ = valor do **evento corporativo**, em moeda corrente, líquido de imposto, considerando o valor pago pelo **emissor**.

Para opções sobre BDRs (*Brazilian Deposit Receipts*), o valor em reais do **evento corporativo**, a ser subtraído do preço de exercício original, conforme fórmula descrita no parágrafo anterior, é aquele declarado pelo **emissor** do programa de BDR para

atualização do **ativo** à vista na data em que este passa da condição "com direito ao **evento corporativo**" para condição "sem direito ao **evento corporativo**".

Para os casos em que o valor líquido do **evento corporativo** é maior ou igual ao preço de exercício da série de opção, ocorre a atualização da quantidade da **posição** e do preço de exercício, conforme procedimento descrito abaixo:

- As opções de compra e de venda que estiverem em aberto ao final da data "com direito ao **evento corporativo**" terão seu preço de exercício e suas quantidades ajustadas de acordo com o fator de ajuste calculado com base na razão entre os preços "com direito ao **evento corporativo**" e "sem direito ao **evento corporativo**" do **ativo**-objeto.

  Atualização do preço de exercício, conforme fórmula abaixo:

$$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PE \times F}$$

  onde:

  $\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

  $\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

  $\mathbf{F}$ = fator de conversão, conforme **evento corporativo**:

F	Variáveis
$\mathbf{F} = \frac{\mathbf{P}_{ex}}{\mathbf{P}_{com}}$	$\mathbf{P}_{ex}$**=** preço de fechamento do **ativo** apurado após a aplicação do **evento corporativo**. $\mathbf{P}_{com}$**=** preço de fechamento do **ativo** antes da aplicação do **evento corporativo**.

  O fator de conversão é calculado com arredondamento na oitava casa decimal.

Atualização da quantidade, conforme fórmula abaixo:

$$\mathbf{QTD}_{\boldsymbol{Aj}} = \frac{\mathbf{QTD}}{\mathbf{F}}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\boldsymbol{Aj}}$ = quantidade ajustada, truncada em zero casas decimais;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade original da **posição**; e

$\mathbf{F}$ = fator de conversão.

- Após a aplicação do tratamento do **evento corporativo**, caso a quantidade total das **posições** compradas seja diferente da quantidade total das **posições** vendidas, a **câmara** ajusta as **posições** seguindo os critérios abaixo:

  i. A **posição**, comprada ou vendida, com a menor quantidade total é inalterada;

  ii. Calcula-se o fator de ajuste dividindo-se a quantidade total da **posição** com a menor quantidade pela quantidade total da **posição** de natureza oposta;

  iii. Todas as **posições** da natureza com a maior quantidade são corrigidas pela multiplicação da quantidade ajustada após o **evento corporativo** pelo fator de ajuste calculado no item (ii) anterior; e

  iv. Considerando-se apenas a parte inteira do resultado apurado no item (iii), as quantidades totais compradas e vendidas são novamente comparadas. Caso ainda haja discrepância, ordena-se de forma decrescente as partes decimais do resultado apurado no item (iii) e acrescenta-se uma quantidade na **posição** com a maior decimal. Este procedimento é realizado para as **posições** seguintes, até que as quantidades totais estejam equalizadas.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathrm{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada inteira, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade original da **posição**; e

$\mathbf{F}$ = fator de agregação, conforme o **evento corporativo** a seguir:

Evento Corporativo	**F**	**Variáveis**
Bonificação/Desdobramento	$1 + \mathrm{B}$	B é o percentual de bonificação/desdobramento divulgado pelo **emissor**
Grupamento	$1/\mathrm{RL}$	RL é a relação de troca divulgada pelo **emissor**

Após a aplicação do tratamento do **evento corporativo**, caso a quantidade total das **posições** compradas seja diferente da quantidade total das **posições** vendidas, a **câmara** ajusta as **posições** seguindo os critérios abaixo:

i. A **posição**, comprada ou vendida, com a menor quantidade total é inalterada;

ii. Calcula-se o fator de ajuste dividindo-se a quantidade total da **posição** com a menor quantidade pela quantidade total da **posição** de natureza oposta;

iii. Todas as **posições** da natureza com a maior quantidade são corrigidas pela multiplicação da quantidade ajustada após o **evento corporativo** pelo fator de ajuste calculado no item (ii) anterior; e

iv. Considerando-se apenas a parte inteira do resultado apurado no item (iii) anterior, as quantidades totais compradas e vendidas são novamente comparadas. Caso ainda haja discrepância, ordena-se de forma decrescente as partes decimais do resultado apurado no item (iii) anterior e acrescenta-se uma quantidade na **posição** com a maior decimal. Este procedimento é realizado para as **posições** seguintes, até que as quantidades totais estejam equalizadas.

Há a atualização do preço de exercício, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PE} \times \frac{\mathbf{1}}{\mathbf{F}}$$

onde:

$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

$\mathbf{F}$ = fator de agregação conforme detalhado no ajuste das quantidades.

Para bonificação em outras ações do mesmo **emissor**, não há alteração na quantidade da **posição** e o preço de exercício é atualizado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PE}_{\mathrm{Aj}} = \mathrm{PE} - \mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}}$$

onde:

$\mathbf{PE}_{\mathbf{Aj.}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

$\mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}}$ = valor de referência da bonificação em outro tipo de ação do mesmo **emissor**, calculado conforme a seguinte fórmula.

$$\mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}} = \mathbf{B}_{\mathbf{OT}} \times \frac{\mathbf{P}_{\mathbf{com,OT}}}{(\mathbf{1} + \mathbf{B}_{\mathbf{OT}})}$$

onde:

$\mathbf{B_{OT}}$ = percentual de bonificação em outro tipo de ação do mesmo **emissor**, divulgado pelo **emissor**; e

$\mathbf{P_{com,OT}}$ = preço com da ação na qual a bonificação foi feita, ou preço de fechamento da ação na qual a bonificação foi feita antes da data ex-provento.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

Para aplicação do tratamento descrito nesta seção, é avaliado se o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento:

(i) É (são) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) É (são) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**;

(iii) Possuem volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3;

(iv) Possuem liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3; e

(v) É (são) elegível(is) como **ativo**-objeto de opções listadas.

Há alteração do instrumento de opção e de seu **ativo**-objeto, conforme detalhado a seguir.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo**, uma nova **posição** é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathrm{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade da nova **posição**, arredondada ou truncada, conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

F =relação de troca de **ativos**, conforme divulgado pelo **emissor**.

Para cálculo do novo preço de exercício, a **câmara** aplica a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PE_{Aj}} = \mathbf{PE} \times \frac{\mathbf{1}}{\mathbf{F}}$$

onde:

$\mathbf{PE_{Aj}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

$\mathbf{F}$ =relação de troca de **ativos**, conforme divulgado pelo **emissor**.

A **câmara** adota o processo de criação de cesta de **ativos** para o tratamento do **evento corporativo**, caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em:

- **Ativo** e parcela financeira estabelecida pelo **emissor**;
- **Ativos**, com ou sem parcela financeira estabelecida pelo **emissor**; ou
- **Ativo(s)** passível(is) de ser(em) objeto de opção listada e **ativo(s)** não passível(is) de ser(em) objeto de opção listada, com ou sem parcela financeira estabelecida pelo **emissor.**

Essa cesta de **ativos** passa a ser o **ativo**-objeto dos novos instrumentos de opção.

No caso de **evento corporativo** em que parte dos **ativos** resultantes não pode ser objeto de opção listada, a **câmara** apura e incorpora à cesta de **ativos** a parcela financeira do preço do **ativo** original referente a estes **ativos**, a ser liquidada financeiramente na data de **liquidação** do exercício da opção sobre a cesta.

O valor desta parcela financeira é (i) debitado do vendedor da opção e creditado ao comprador da opção, no caso de opção de compra, e (ii) debitado do comprador da opção e creditado ao vendedor da opção, no caso de opção de venda.

Para o cálculo desta parcela financeira, a **câmara** utiliza como base as metodologias apresentadas no Manual de Precificação de Eventos Corporativos, disponível no *site* da B3, os dados dos **ativos** resultantes do **evento corporativo** e os insumos para os cálculos, disponíveis na última data de negociação do **ativo** original. Nas situações não

previstas no Manual de Precificação de Eventos Corporativos aplica-se tratamento divulgado previamente por meio de Ofício Circular emitido pela B3.

Caso a **câmara** julgue que, a seu exclusivo critério, o **ativo** resultante do **evento corporativo**, passível de ser objeto de opção, não tenha liquidez ou volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a **câmara** pode determinar a não criação de **posições** de opção após a aplicação do **evento corporativo** e a **liquidação** financeira das **posições** de opção sobre o **ativo** original. Com base no preço de fechamento do **ativo** original na sua última data de negociação, a **câmara** apura, para cada série de opção, o seu valor de **liquidação**, conforme metodologia descrita no Manual de Apreçamento B3 – Opções, disponível no *site* da B3. O valor de **liquidação** financeira da opção, multiplicado pela quantidade de cada **posição**, é objeto de **liquidação pelo saldo líquido multilateral** no segundo dia útil após a última data de negociação do **ativo** original. Este valor é creditado aos **comitentes** com **posição** comprada na opção e debitado dos **comitentes** com **posição** vendida na opção. Nas situações não previstas no Manual de Apreçamento B3 – Opções aplica-se tratamento divulgado previamente por meio de Ofício Circular emitido pela B3.

Com a criação das opções sobre a cesta de **ativos**, não há alteração da quantidade de **posições** e do preço de exercício original, preservando-se o equilíbrio econômico para os detentores de tais **posições**. A quantidade de cada **ativo** componente da cesta e, quando aplicável, o valor da parcela financeira, são apurados considerando-se o lote padrão da opção e a relação de troca de **ativos** definida pelo **emissor**.

A **cobertura** dessas opções passa a ser realizada por meio da cesta de **ativos** depositados na **carteira** de **cobertura** de opções no sistema da **central depositária da B3**.

Como não há negociação da cesta de **ativos**, a montagem da cesta para **cobertura** é realizada por meio do sistema da **central depositária da B3**. Caso a cesta seja formada por **ativos** e parcela financeira, a criação da cesta de **ativos** na **central depositária da B3** deve ser precedida pela **liquidação**, na **câmara**, da parcela financeira, sendo operacionalizada por meio de um débito no **saldo líquido multilateral** da **conta** do

comitente. No caso de exercício de opções cobertas com a cesta de **ativos**, os **comitentes** que possuírem estas **posições** cobertas deverão solicitar, à **central depositária da B3**, a desmontagem da cesta de forma a proceder à **liquidação por entrega** de **ativos** dos **ativos** resultantes do exercício. Caso a cesta possua parcela financeira, quando da desmontagem da cesta, a **câmara** efetua o crédito desta parcela no **saldo líquido multilateral** da **conta** do **comitente**.

Caso haja um **evento corporativo** sobre um **ativo** que é parte de uma cesta, se este **evento corporativo** gerar apenas alteração da quantidade do **ativo**, a proporção deste **ativo** na cesta é alterada para refletir o **evento corporativo**. No caso de **eventos corporativos** que geram a alteração do **ativo**, a **câmara** aplica as regras estabelecidas neste subitem para determinar a alteração dos componentes da cesta, a substituição do **ativo** original por parcela financeira ou, em um último caso, a **liquidação** financeira da **posição** de opção. No caso de **posições** cobertas com cesta de **ativos** na **central depositária da B3**, a alteração na cesta, de **ativo** para parcela financeira, gera a necessidade de **liquidação** desta parcela junto à **câmara**, sendo operacionalizada por meio de débito no **saldo líquido multilateral** da **conta** do **comitente**.

O exercício da opção gera negócios com a cesta de **ativos** e esses negócios são substituídos por negócios no mercado à vista dos **ativos** que compõem a cesta na data de exercício da opção. A quantidade dos negócios com **ativos** que compõem a cesta é apurada considerando-se o lote padrão da opção e a relação de troca de **ativos** definida pelo **emissor**, sendo sempre calculada em quantidades múltiplas das quantidades apuradas para o lote padrão da opção.

Caso a cesta possua frações que não possam ser liquidadas nos **ativos** que a compõem, estas frações são convertidas em valores financeiros a liquidar na data de **liquidação** do exercício. Para conversão das frações em valores financeiros é utilizado (i) o preço do **ativo** no momento imediatamente anterior ao exercício, no caso de exercício antecipado, ou (ii) o preço de fechamento do **ativo** na data de exercício, no caso de exercício automático. O valor financeiro resultante da conversão da fração será (i) debitado do **saldo líquido multilateral** do vendedor da opção e creditado ao **saldo líquido**

multilateral do comprador da opção, no caso de opção de compra, e (ii) debitado do **saldo líquido multilateral** do comprador da opção e creditado ao **saldo líquido multilateral** do vendedor da opção, no caso de opção de venda.

No caso de cesta com **ativos** e parcela financeira, na data de **liquidação** do exercício ocorre a **liquidação** do valor da parcela financeira componente da cesta através da **liquidação pelo saldo líquido multilateral**. O valor da parcela financeira é (i) debitado do **saldo líquido multilateral** do vendedor da opção e creditado ao **saldo líquido multilateral** do comprador da opção, no caso de opção de compra, e (ii) debitado do **saldo líquido multilateral** do comprador da opção e creditado ao **saldo líquido multilateral** do vendedor da opção, no caso de opção de venda.

Eventual diferença entre (i) a soma dos volumes financeiros dos negócios nos **ativos** que compõem a cesta e (ii) o volume financeiro do exercício da opção sobre a cesta é liquidada na data de **liquidação** do exercício, via **liquidação financeira pelo saldo líquido multilateral**.

Para opção sobre BDR, na ocasião do encerramento do programa do BDR objeto de opção ou em caso de **evento corporativo** que resulte em **ativos** que não sejam **ativo-**objeto de opção listada, a **câmara** apura, com base no preço de fechamento do **ativo** original na última data de negociação do **ativo**, o valor de **liquidação** para cada série de opção, conforme metodologia descrita no Manual de Apreçamento B3 – Opções, disponível no *site* da B3. O valor de **liquidação** financeira da série de opção, multiplicado pela quantidade de cada **posição**, é objeto de **liquidação pelo saldo líquido multilateral** no segundo dia útil após a última data de negociação do **ativo** original. Este valor é creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** com **posição** comprada na opção e debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** com **posição** vendida na opção. Caso o BDR objeto de **evento corporativo** ou encerramento de programa seja componente de uma cesta de **ativos**, a **câmara** apura, com base no preço fechamento do BDR na sua última data de negociação, o valor de **liquidação** financeira em reais, proporcional à quantidade do BDR na cesta. Esta parcela financeira é incorporada à cesta de **ativos** e será liquidada na ocasião do exercício. Caso o referido BDR seja o único **ativo**

da cesta, a **câmara** promove a **liquidação** financeira da **posição** de opção, conforme descrito no início deste parágrafo. Nas situações não previstas no Manual de Apreçamento B3 – Opções aplica-se tratamento divulgado previamente por meio de Ofício Circular emitido pela B3.

Após a aplicação do tratamento do **evento corporativo**, caso a quantidade total comprada da opção seja diferente da quantidade total vendida da opção, a **câmara** ajusta as **posições** seguindo o critério abaixo:

i. A natureza da **posição**, comprada ou vendida, com a menor quantidade total é considerada a correta;

ii. Calcula-se o fator de ajuste dividindo-se a quantidade total da natureza da **posição** com a menor quantidade pela quantidade total da natureza oposta;

iii. Todas as **posições** da natureza com a maior quantidade são corrigidas pela multiplicação da quantidade ajustada após o **evento corporativo** pelo fator de ajuste calculado no item (ii) anterior; e

iv. Considerando-se apenas a parte inteira do resultado apurado no item (iii) anterior, as quantidades totais compradas e vendidas são novamente comparadas. Caso ainda haja discrepância, ordena-se de forma decrescente as partes decimais do resultado apurado no item (iii) anterior e acrescenta-se uma quantidade na **posição** com maior decimal. Esse procedimento é realizado para as **posições** seguintes, até que as quantidades totais estejam equalizadas.

No caso de suspensão da negociação do **ativo** por decretação de falência ou liquidação extrajudicial do **emissor**, aplica-se o tratamento disposto na subseção 7.10 deste manual.

Na impossibilidade de aplicação em tempo hábil do tratamento dos **eventos corporativos** descritos nesta seção, a negociação da opção pode ser suspensa, conforme disposto no Regulamento de Negociação da B3.

No caso de **evento corporativo** que não esteja contemplado neste subitem ou que esteja contemplado, porém o tratamento aplicável descrito neste manual não preserva o valor econômico negociado originalmente, será aplicado tratamento divulgado previamente por meio de Ofício Circular emitido pela B3.

4. **Eventos corporativos** com geração automática de direitos **na central depositária da B3** – direitos de subscrição

Não há alteração da quantidade da **posição**, mas apenas a atualização do preço de exercício, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PE_{Aj} = PE - VRD}$$

onde:

$\mathbf{PE_{Aj}}$ = preço de exercício ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PE}$ = preço de exercício original; e

$\mathbf{VRD}$ = valor de referência do direito, calculado conforme o **ativo** subjacente do direito.

(i) Subscrição na mesma ação

$$\mathbf{VRD} = \frac{\mathrm{S}}{(1+\mathrm{S})} \times \mathrm{Máximo}[\mathrm{P_{com}} - \mathrm{P_{Sub}}; 0]$$

onde:

$\mathbf{P_{com}}$ = preço com da ação ou preço de fechamento da ação antes da data ex-provento;

$\mathbf{P_{sub}}$ = preço de subscrição da ação divulgado pelo **emissor**; e

S = percentual de subscrição divulgado pelo **emissor**.

(ii) Subscrição em outro tipo de ação do mesmo **emissor**

$$\mathbf{VRD} = \frac{\mathbf{S}}{(\mathbf{1}+\mathbf{S_{OT}})} \times \mathbf{Máximo}\left[\mathbf{P_{com,OT}} - \mathbf{P_{Sub,OT}}; \mathbf{0}\right]$$

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

onde:

$\mathbf{P_{com,OT}}$ = preço com da ação-objeto da subscrição, ou preço de fechamento da ação antes da data ex-provento;

$\mathbf{P_{sub,OT}}$ = preço de subscrição da ação-objeto da subscrição divulgado pelo **emissor**;

$\mathbf{S}$ = percentual de subscrição da ação ao qual o evento de se aplica, divulgado pelo **emissor**; e

$\mathbf{S_{OT}}$ = percentual de subscrição do outro tipo de ação na qual a subscrição será feita, divulgado pelo **emissor**.

(iii) Subscrição em outros **ativos**

O valor de referência é calculado pela B3 considerando as características do **ativo** divulgadas pelo **emissor**.

5. Eventos corporativos voluntários

i. Oferta pública de aquisição (OPA)

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, para as **posições** de opções que ainda estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a **câmara** procede, nessa data, a antecipação do vencimento de todas as opções, com a remoção destas **posições** do sistema da **câmara** no encerramento do dia.

A **liquidação** financeira entre lançador (débito) e titular (crédito), referente às **posições** vencidas, é efetuada no quarto dia útil subsequente à última data de negociação do **ativo**, conforme critério descrito a seguir.

Opção de compra

$$\mathrm{VL} = \mathrm{Máximo}(\mathrm{PA} - \mathrm{PE}, 0) * \mathrm{Q}$$

Opção de venda

$$\mathrm{VL} = \mathrm{Máximo}(\mathrm{PE} - \mathrm{PA}, 0) * \mathrm{Q}$$

Onde:

VL = valor de **liquidação** da **posição**;

PA = preço do **ativo** determinado por ocasião da OPA. Caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta, o preço do **ativo** na OPA pode ser corrigido da data de **liquidação** da oferta até a data de **liquidação** financeira dos contratos de opção;

PE = preço de exercício da série da opção;

Q = quantidade da **posição**.

Não pode ocorrer exercício de opções cuja data de **liquidação** seja maior ou igual à data de **liquidação** financeira das **posições**.

Para as opções com vencimento entre o dia útil subsequente à última data de negociação do **ativo** e o D+3 desta data, será realizada a **liquidação** financeira entre lançador (débito) e titular (crédito) das **posições** no quarto dia útil subsequente à última data de negociação do **ativo**, conforme descrito nas fórmulas acima.

Adicionalmente, dependendo das características da OPA, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de opção, por meio de Ofício Circular.

Não há tratamento específico para os demais tipos de **evento corporativo** voluntário para **posição** de opção. Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado à **posição** de opção por meio de Ofício Circular.

7.9.2. Tratamento de eventos corporativos para contrato a termo de ativos

A atualização das **posições** de contrato a termo de **ativos** ocorre no processamento noturno da última data antes da aplicação do **evento corporativo** no **ambiente de**

negociação, sendo que as **posições** de abertura no dia útil seguinte à abertura de sua negociação já refletirão a aplicação do **evento corporativo**.

A partir da realização da **operação** de termo de **ativos** do mercado à vista, todos os **eventos corporativos** deliberados pelo **emissor** são de titularidade do comprador a termo e o resultado de tais **eventos corporativos** é recebido por meio da **central depositária da B3**.

A atualização das **posições** de termo de **ativos** é realizada contrato a contrato.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

Há atualização da identificação do **ativo**-objeto no instrumento de termo.

Se o contrato a termo não tiver sido coberto pelo **comitente** vendedor até a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, independentemente da data de pagamento agendada pelo **emissor** e da sua efetivação, o sistema de **controle de posições** calcula o valor do **evento corporativo** sobre a quantidade descoberta do contrato a termo correspondente e, no dia útil seguinte, credita o comprador e debita o vendedor desse contrato a termo na **janela de liquidação** multilateral.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo emissor. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O volume do contrato permanece inalterado, porém como a quantidade é alterada, um novo preço a termo é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL/QTD}_{\mathbf{Aj}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço a termo;

$\mathbf{VOL}$ = volume do contrato (quantidade original multiplicada pelo preço original); e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada.

Caso, após a aplicação do **evento corporativo**, a quantidade da **posição** seja igual a zero, ocorrerá a **liquidação** financeira do contrato no dia útil seguinte à atualização do evento na **central depositária da B3**.

Eventuais frações resultantes da aplicação do evento sobre a **cobertura** do contrato são tratadas por meio da **central depositária da B3**.

Caso o **emissor** estabeleça o resgate do **ativo**, as **posições** a termo são removidas do sistema da **câmara** na mesma data em que o evento de resgate é processado na **central depositária da B3**. Para os contratos com quantidade coberta, a **liquidação** financeira do valor do contrato a termo referente à quantidade coberta ocorre na **janela de liquidação** multilateral da **câmara** no dia útil seguinte à remoção das **posições** a termo do sistema da **câmara**. Para os contratos com quantidade descoberta, ocorre a **liquidação** financeira na mesma data de **liquidação** das **posições** cobertas, com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{VL} = (\mathbf{PR} - \mathbf{PT})\ \mathbf{x}\ \mathbf{QTD}$$

onde:

$\mathbf{VL}$ = valor de **liquidação** financeira da parcela descoberta do contrato. Este valor, se positivo, gera um crédito para o comprador e um débito para o vendedor; se negativo, gera um débito para o comprador e um crédito para o vendedor;

$\mathbf{PR}$ = preço de resgate do **ativo**, se este possuir valor em reais já divulgado na data de processamento do evento de resgate na **central depositária da B3**. Na ausência deste preço é utilizado o último preço de fechamento disponível para o **ativo** origem do evento;

$\mathbf{PT}$ = preço a termo do contrato; e

$\mathbf{QTD}$ = quantidade descoberta no contrato.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento:

(i) For(em) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) For(em) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**; e

(iii) Possuir(írem) liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3.

Há a alteração do instrumento do termo e de seu ativo-objeto, conforme detalhado a seguir.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo** e este seja negociado no mercado a termo da B3, uma nova **posição** é gerada com a quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD_N} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD_N}$ = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

Como a quantidade é alterada e o volume do contrato permanece inalterado, um novo preço a termo é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço a termo;

$\mathbf{VOL}$ = volume do contrato (quantidade original multiplicada pelo preço original); e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e esses sejam negociados no mercado a termo, são criados tantos contratos a termo quantos forem os **ativos** gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O volume de cada novo contrato a termo gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}} = \mathbf{VOL} \times \mathbf{K}$$

onde:

$\mathbf{VOL_N}$ = volume do novo contrato;

$\mathbf{VOL}$ = volume do contrato original; e

$\mathbf{K}$ = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos **ativos**, gerados no dia útil da aplicação do **evento corporativo** na negociação.

A soma dos volumes dos contratos a termo gerados deve ser igual ao volume do contrato original.

Os preços dos contratos são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da **posição**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO_{Aj} = VOL_N / QTD_N}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO_{Aj}}$ = novo preço a termo;

$\mathbf{VOL_N}$ = volume do novo contrato; e

$\mathbf{QTD_N}$ = quantidade do novo contrato.

Caso após a aplicação do **evento corporativo**, a quantidade seja igual a zero, ocorrerá a **liquidação** financeira do contrato no dia útil seguinte à atualização do evento na **central depositária da B3**.

Eventuais frações resultantes da aplicação do evento sobre a **cobertura** do contrato são tratadas por meio da **central depositária da B3**.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e um destes **ativos** não seja negociado no mercado a termo da B3, não é gerada **posição** a termo neste **ativo**. Neste caso, o comprador do contrato a termo coberto recebe o resultado do

tratamento do evento corporativo referente ao **ativo** não negociado por meio da **central depositária da B3**.

No caso de **evento corporativo** que não resulte em **ativo** negociado no mercado a termo da B3 ou no caso de encerramento do programa de BDR objeto do contrato, as **posições** a termo são removidas do sistema da **câmara** na mesma data em que o evento é processado na **central depositária da B3**. Para os contratos com quantidade coberta, a **liquidação** financeira do valor do contrato a termo, referente à quantidade coberta, ocorre na **janela de liquidação** multilateral da **câmara**, no dia útil seguinte à remoção das **posições** a termo do sistema da **câmara**. Para os contratos com quantidade descoberta, a **liquidação** financeira ocorre na mesma data de l**iquidação** das **posições** cobertas, com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{VL} = (\mathbf{PF} - \mathbf{PT})\ \mathbf{x}\ \mathbf{QTD}$$

onde:

$\mathbf{VL}$ = valor de **liquidação** financeira da parcela descoberta do contrato. Este valor, se positivo, gera um crédito para o comprador e um débito para o vendedor; se negativo, gera um débito para o comprador e um crédito para o vendedor;

$\mathbf{PF}$ = último preço de fechamento disponível para o **ativo** origem do evento;

$\mathbf{PT}$ = preço a termo do contrato; e

$\mathbf{QTD}$ = quantidade descoberta no contrato.

Caso o **emissor** estabeleça parcela em dinheiro no tratamento do **evento corporativo**, o valor da parcela em dinheiro é pago ao comprador a termo, na data estabelecida pelo **emissor**, por meio da **central depositária da B3**, somente para os contratos que estiverem cobertos na data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3.** Para os contratos com quantidade descoberta, o sistema de **controle de posições** calcula o valor do **evento corporativo** sobre a quantidade descoberta do contrato a termo

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

correspondente e credita o comprador e debita o vendedor desse contrato a termo na **janela de liquidação** multilateral.

4. **Eventos corporativos** com geração automática de direitos na **central depositária da B3** – direitos de subscrição

Há atualização da identificação do **ativo**-objeto no instrumento de termo de **ativos**.

Se o contrato a termo não tiver sido coberto pelo **comitente** vendedor até a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, independentemente da data de pagamento agendada pelo **emissor** e de sua efetivação, o sistema de **controle de posições** calcula o valor do **evento corporativo** sobre a quantidade descoberta do contrato a termo e, no dia útil seguinte, credita o comprador e debita o vendedor do termo na **janela de liquidação** multilateral.

5. **Eventos corporativos** voluntários

i. Oferta pública de aquisição (OPA)

Em caso de oferta pública de aquisição (OPA) de **ativos**, o comprador a termo que desejar participar da oferta deverá realizar a **liquidação** antecipada de seu contrato, em tempo hábil para receber o **ativo** e depositá-lo na **carteira** específica na **central depositária da B3**. O comprador a termo deve considerar nesse processo os prazos de **liquidação** e possíveis **falhas de entrega** do **ativo**.

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, para os contratos a termo de **ativos** que estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a **câmara** procede, nessa data, sobre a quantidade coberta, o pedido de **liquidação** antecipada desses contratos para o dia útil seguinte. Os contratos que, em D+3 da última data de negociação do **ativo**, possuírem pedidos de **liquidação** antecipada em andamento para datas posteriores, tem a **liquidação** adiantada para o dia útil seguinte.

Para os contratos a termo que estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, porém com quantidade ainda não coberta, é realizada a **liquidação**

financeira da **posição** não coberta pela diferença entre o preço a termo e o preço dado por ocasião da OPA, sendo este corrigido da data de **liquidação** da oferta até D+4 da última data de negociação do **ativo**, caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta. Em caso de resultado positivo, o valor da **liquidação** financeira é debitado do comprador a termo e creditado ao vendedor a termo. Em caso de resultado negativo, o valor da **liquidação** financeira é debitado do vendedor a termo e creditado ao comprador a termo. A **liquidação** financeira ocorre em D+4 da última data de negociação do **ativo** na **janela de liquidação** multilateral da **câmara**.

Dependendo das características da OPA, a B3 pode ainda determinar o tratamento a ser aplicado sobre as **posições** de termo, por meio de Ofício Circular.

ii. Conversão voluntária de ativos

Em caso de conversão voluntária de **ativos**, o comprador a termo que desejar participar da oferta poderá realizar a **liquidação** antecipada de seu contrato a termo, em tempo hábil para receber o **ativo** e efetuar a solicitação de conversão na **central depositária da B3**. O comprador a termo deve considerar nesse processo os prazos de **liquidação** e possíveis **falhas** de **entrega** do **ativo**.

Alternativamente, caso o **ativo** resultante da conversão seja um **ativo** passível de negociação no mercado a termo, o **comitente** comprador poderá solicitar, por meio do seu **participante de negociação pleno** ou do seu **participante de liquidação**, a conversão do contrato a termo, desde que esse contrato atenda aos critérios de elegibilidade divulgados pelo **emissor**.

São elegíveis para conversão, os contratos que:

- possuírem solicitação de conversão na quantidade total do contrato recebida do **participante** comprador, dentro do prazo limite estipulado pela **câmara**;
- tiverem quantidade total em aberto superior à quantidade mínima necessária para conversão do **ativo**-objeto do contrato. No caso de contratos com quantidade total em aberto, não múltipla da quantidade mínima necessária para conversão do **ativo**-objeto na **central depositária da B3**, a sobra de **ativos**

resultante da conversão será entregue ao comprador por meio de transferência na **central depositária da B3**;

- possuírem vencimento posterior ao dia útil seguinte à data de conversão das **posições**;
- não possuírem pedidos de **liquidação** antecipada em andamento ao final da data de conversão. Após o prazo limite para solicitação de conversão, os contratos com solicitação de conversão não poderão ser liquidados pelo comprador até a efetivação da conversão; e
- estiverem totalmente cobertos.

A conversão das **posições** ocorre na mesma data da conversão do **ativo** na **central depositária da B3**.

Na data de conversão do **ativo** na **central depositária da B3**, os contratos que foram solicitados para conversão e continuarem elegíveis serão convertidos utilizando-se os fatores divulgados pelo **emissor**.

Os contratos terão os volumes originais preservados, sendo o preço ajustado para adequar a razão do volume à nova quantidade do contrato.

Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de termo, por meio de Ofício Circular.

7.9.3. Tratamento de eventos corporativos para posições de empréstimo de ativos de renda variável

A atualização das **posições** de contrato de **empréstimo** de **ativos** ocorre no processamento noturno da data de atualização do **ativo**-objeto na **central depositária da B3**.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

Os **eventos corporativos** em recursos financeiros não alteram o preço nem a quantidade da **posição**. O valor financeiro referente ao **evento corporativo** é calculado pela **câmara**, considerando as informações cadastrais do **comitente doador**, como por exemplo, tipo de **investidor** para fins de tributação. O lançamento financeiro é provisionado para a mesma data de pagamento pelo **emissor** e, caso este não liquide o **evento corporativo**, o lançamento financeiro é estornado.

Os contratos realizados por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 somente são elegíveis aos **eventos corporativos** em recursos financeiros a partir do dia útil seguinte à data de contratação.

Os valores financeiros referentes aos proventos provisionados são elegíveis ao processo de cessão. A cessão de proventos é o processo por meio do qual um provento provisionando é transferido da **conta** do cedente para **conta** do cessionário.

A solicitação de cessão de proventos é permitida até dois dias úteis antes da data de pagamento do provento.

Os **participantes** responsáveis pelos **comitentes** cedente e cessionário devem enviar solicitação formal, com o de acordo dos **comitentes** envolvidos. A solicitação estará sujeita à análise da **câmara** que, a seu critério, pode exigir documentação adicional.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O volume do contrato permanece inalterado, porém, como a quantidade é alterada, um novo **preço de referência** do **empréstimo** é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL/QTD}_{\mathbf{Aj}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo **preço de referência** do **empréstimo**;

VOL = volume do contrato; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada.

Caso o **emissor** estabeleça o resgate do **ativo**, as **posições** são ajustadas para refletir o evento de resgate e o valor financeiro referente a parcela resgata é provisionado para pagamento na mesma data estabelecida pelo **emissor**. Os valores financeiros das taxas e emolumentos do **empréstimo** referentes a parcela resgatada são liquidados no dia útil subsequente ao evento de resgate, utilizando o **preço de referência** do contrato, a proporção liquidada do volume do contrato e o prazo entre a data de abertura de cada contrato e a data de **liquidação** financeira.

Os **eventos corporativos** em **ativos** que geram frações na **posição** são tratados de acordo com as regras definidas pelo **emissor**. O tratamento pode ser: (i) leilão das frações realizado pelo **emissor**; (ii) compra das frações pelo **emissor**; (iii) doação pelo **emissor** da quantidade de **ativos** necessários para compor um **ativo**; ou (iv) cancelamento das frações sem pagamento. Para os itens (i) e (ii), o sistema de **controle de posições** realiza o débito no **comitente tomador** e o crédito no **comitente doador**. Para os itens (iii) e (iv), não há tratamento pelo sistema de **controle de posições** e as frações são canceladas.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento:

(i) For(em) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) For(em) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**;

(iii) Possuir(írem) volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3; e

(iv) Possuir(írem) liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3.

Caso o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento não se enquadrem no disposto acima, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado às **posições** de **empréstimo** de **ativos** por meio de ofício circular.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo**, uma nova **posição** é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

Como a quantidade é alterada e o volume do contrato permanece inalterado, um novo **preço de referência** do **empréstimo** é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo **preço de referência** do **empréstimo**;

$\mathbf{VOL}$ = volume do contrato; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e esses sejam passíveis de contratação no **sistema de contratação empréstimo**, são criados tantos contratos quantos forem os **ativos** gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento e efetua o tratamento das frações;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade do contrato original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O volume de cada novo contrato gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}} = \mathbf{VOL} \times \mathbf{K}$$

onde:

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}$ = volume do novo contrato;

$\mathbf{VOL}$ = volume do contrato original; e

$\mathbf{K}$ = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos **ativos** gerados no dia útil da aplicação do **evento corporativo** na negociação.

A soma dos volumes dos contratos gerados deve ser igual ao volume do contrato original.

Os preços dos contratos são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da **posição**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo **preço de referência** do **empréstimo**;

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}$ = volume do novo contrato; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade do novo contrato.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e um destes **ativos** não seja passível de contratação no **sistema de contratação empréstimo**, não é gerada **posição** de **empréstimo** neste **ativo**. Neste caso, no dia útil seguinte à data em que o evento é processado na **central depositária da B3**, ocorre a **liquidação** financeira com base em valor equivalente ao produto da quantidade gerada no evento e o preço do **ativo** apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. Caso julgue necessário, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do preço **ativo** por meio de Ofício Circular.

No caso de **evento corporativo** que não resulte em **ativo** passível de contratação no **sistema de contratação empréstimo** ou no caso de encerramento do programa de BDR objeto do contrato, as **posições** de **empréstimo** de **ativos** são removidas do sistema da **câmara** na mesma data em que o evento é processado na **central depositária da B3** e no dia útil seguinte ocorre a **liquidação** financeira com base no último preço disponível para o **ativo** original do contrato.

Por ocasião da **liquidação** financeira dos contratos, os valores referentes a taxas e emolumentos são calculados e liquidados na data de **liquidação** financeira, utilizando o

preço de referência de cada contrato, a proporção liquidada do volume do contrato e o prazo entre a data de abertura de cada contrato e a data de **liquidação** financeira.

Caso o **emissor** estabeleça parcela em dinheiro, a **câmara** operacionaliza a **liquidação** dessa parcela pelo **saldo líquido multilateral** na data de pagamento do **evento corporativo** pelo **emissor**. Os contratos realizados por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 somente são elegíveis à parcela em dinheiro a partir do dia útil seguinte à data de contratação.

Os **eventos corporativos** em **ativos** que geram frações na **posição** são tratados de acordo com as regras definidas pelo **emissor**. O tratamento pode ser: (i) leilão das frações realizado pelo **emissor**; (ii) compra das frações pelo **emissor**; (iii) doação pelo **emissor** da quantidade de **ativos** necessários para compor um **ativo**; ou (iv) cancelamento das frações sem pagamento. Para os itens (i) e (ii), o sistema de **controle de posições** realiza o débito no **comitente tomador** e o crédito no **comitente doador**. Para os itens (iii) e (iv), não há tratamento pelo sistema de **controle de posições** e as frações são canceladas.

4. **Eventos corporativos** com geração automática de direitos na **central depositária da B3** – direitos de subscrição

O **evento corporativo** de subscrição não altera o preço nem a quantidade do contrato de **empréstimo** de **ativos** original.

O processo de tratamento de subscrição para as **posições** de **empréstimo** de **ativos** é realizado da seguinte forma:

i. A partir da data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, o sistema de **controle de posições** calcula, automaticamente, a quantidade de direitos de subscrição aplicável a cada contrato de **empréstimo** de **ativos** e solicita a devolução do direito, em nome do **comitente doador**, para o **comitente tomador**.

ii. No sexto dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, é realizado *call* de fechamento para a precificação do direito de subscrição.

Caso o preço não seja definido no *call* de fechamento, a B3 calculará o preço do direito conforme as características da subscrição e metodologia divulgada no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. Caso julgue necessário, considerando as características da subscrição, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do direito de subscrição por meio de Ofício Circular.

É vedada a venda a descoberto do direito de subscrição durante o período em que esteja sendo negociado, inclusive no *call* de fechamento.

Para os contratos de **empréstimo** de cotas de fundo de investimento, o processo de apuração do preço do direito ocorre no terceiro dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

Caso o direito de subscrição não tenha a sua negociação iniciada no dia útil seguinte à última data com direito ao provento, a data de precificação dos direitos é deslocada em N dias úteis até que seja preservada a quantidade mínima original de sessões de negociação do direito até a sua precificação, caso não houvesse deslocamento na data de início de negociação do direito. As datas dos demais prazos do processo de subscrição também são deslocadas em N dias. Exceção a esta regra ocorre quando a data de efetivação de subscrição, definida pelo **emissor**, é anterior à data de **liquidação** financeira dos direitos. Nesse caso, o prazo entre a data de início de negociação de direitos e a sua data de precificação é reduzido até que a data de efetivação da subscrição seja no mínimo igual à data de **liquidação** financeira dos direitos.

Caso haja a criação de cesta de direitos na negociação ou em caso de alteração do fator de cotação do **ativo**, o preço do direito será dado sempre por seu valor unitário.

iii. Até o oitavo dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, o **comitente tomador** pode efetuar a devolução do direito de subscrição para o **comitente doador**, que foi solicitado conforme item (i) acima.

Para os contratos de **empréstimo** de cotas de fundo de investimento, o processo de devolução do direito de subscrição pode ser efetuado até o quinto dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

iv. No nono dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, é permitido ao **comitente doador**, que solicitou a devolução do direito de subscrição e que não o recebeu até o dia útil anterior optar, por meio de seu **participante de negociação pleno** ou de seu **participante de liquidação**, entre (a) o recebimento do valor financeiro referente ao direito de subscrição, conforme o item (ii) acima, e (b) o **registro** de contrato em recibo de subscrição, sendo a alternativa (b) admitida somente quando o ativo-objeto da subscrição for um **ativo** passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**. Nesse caso, o **comitente doador** deve informar também se deseja participar de eventuais rodadas de sobras de subscrição e a opção de retratação, podendo ser não retratável, parcialmente retratável ou totalmente retratável. Caso o **doador** opte pelo **registro** do contrato em recibo de subscrição, tal **registro** ocorrerá na data de efetivação da subscrição informada pelo **emissor**. Se o **comitente doador** não se manifestar ou a subscrição resultar em um **ativo** que não seja passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, o tratamento será o de recebimento do valor financeiro, a ser efetivado no décimo dia útil. Caso a subscrição tenha a **liquidação** financeira, o **comitente doador** não poderá participar de eventuais sobras de subscrição e não haverá possibilidade de retratação.

Para os contratos de **empréstimo** de cotas de fundo de investimento, a data para o **comitente doador** optar pela criação de contrato em recibo de subscrição ou **liquidação** financeira do direito, ocorre no sexto dia útil após a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

Se o **comitente doador** não se manifestar ou a subscrição resultar em um **ativo** que não seja passível de **contratação** no **sistema de contratação de**

empréstimo de **ativos**, o tratamento será o de recebimento do valor financeiro, a ser efetivado no dia útil seguinte.

v. Desde o dia útil seguinte a data de escolha do contrato de recibo de subscrição e até o dia útil anterior à data de efetivação da subscrição, é permitido ao **comitente doador** cancelar totalmente ou parcialmente a solicitação do **registro** de contrato em recibo de subscrição, realizada conforme item (iv) acima. Em caso de cancelamento do pedido de criação de contrato filhote não haverá o tratamento financeiro descrito no item (iv), opção (a) acima.

vi. Na data de efetivação da subscrição, o sistema da **câmara** registra o contrato em recibo de subscrição com prazo de 180 (cento e oitenta) dias para os casos em que o **comitente doador** tiver efetuado essa opção, descrita no item (iv), opção (b) acima, realizando os lançamentos financeiros referentes ao valor da subscrição, debitando o **comitente doador** e creditando o **comitente tomador**. Mesmo que o direito de participação no processo de subscrição tenha sido gerado a partir de um contrato oriundo de tela de negociação, o **registro** do contrato de recibo de subscrição é sempre realizado com as características de um contrato oriundo do **ambiente de registro**. Tal contrato não pode ser alterado ou renovado até a homologação da subscrição.

vii. Caso o **emissor** homologue parcialmente a subscrição e ela possua cláusula de retratação, o sistema da **câmara** adota o seguinte procedimento para os contratos em recibo:

   a. No caso da opção pela retratação total pelo **comitente doador** referida no item (iv), o contrato é cancelado e o lançamento financeiro efetuado no item (vi) é revertido totalmente;

   b. No caso da opção pela retratação parcial pelo **comitente doador** referida no item (iv), o contrato é reduzido proporcionalmente de acordo com o fator divulgado pelo **emissor**, e o lançamento financeiro efetuado no item (vi) é revertido parcialmente; e

c. No caso da opção pela não retratação pelo **comitente doador** referida no item (iv), não há nenhuma alteração no contrato em recibo.

viii. Na data de homologação da subscrição, os contratos em recibo são convertidos em contratos no próprio **ativo**-objeto da subscrição. Esses contratos vencem em 3 (três) dias úteis após a homologação da subscrição.

Em caso de subscrições que dão direito a bônus de subscrição, se esse bônus não for passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, ocorre a **liquidação** financeira por valor a ser apurado pela B3, utilizando-se as características do bônus de subscrição e da metodologia divulgada no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. A **liquidação** financeira do bônus ocorre no dia útil seguinte à data de homologação da subscrição. Caso julgue necessário, considerando as características da subscrição, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do bônus de subscrição por meio de Ofício Circular. Se esse bônus for passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, será criado contrato em bônus de subscrição na data de homologação da subscrição, tendo tal contrato vencimento de 3 (três) dias úteis após a homologação da subscrição.

Em caso de sobras de subscrições, os **comitentes doadores** que optaram pela participação nas rodadas de sobras terão a oportunidade, a cada rodada, de aumentar a quantidade de **ativos** subscritos proporcionalmente a sua participação nas rodadas anteriores. Novos lançamentos financeiros, debitando o **comitente doador** e creditando o **comitente tomador,** são efetivados. Cada nova rodada de **ativos** subscritos gerará um novo contrato em recibo de subscrição. Somente são consideradas as rodadas de subscrição onde há determinação, pelo **emissor**, do fator de subscrição a ser aplicado proporcionalmente à participação dos **comitentes doadores** nas rodadas anteriores.

Caso o **ativo**-objeto do contrato de **empréstimo** de **ativos** não esteja sujeito ao processo de subscrição na **central depositária da B3**, o processo de tratamento acima descrito não se aplica.

O horário-limite para manutenção dos processos de tratamento de subscrição é às 19h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para tratamento de subscrição no **empréstimo**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes**.

Os contratos realizados por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 somente são elegíveis aos **eventos corporativos** com geração automática de direitos a partir do dia útil seguinte à data de contratação.

5. **Eventos corporativos** voluntários

i. Oferta pública de aquisição (OPA) de ativos

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos**, o **comitente doador** do **empréstimo** de **ativos** que desejar participar da oferta deve realizar a **liquidação** antecipada de seu contrato, respeitada a característica de reversibilidade do contrato, em tempo hábil para receber o **ativo** e depositá-lo na **carteira** específica na **central depositária da B3**. O **comitente doador** deve considerar nesse processo os prazos de **liquidação** e possíveis **falhas de entrega** do **ativo**.

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, para os contratos de **empréstimo** que ainda estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a **câmara** procede, nessa data, a remoção das **posições** do sistema da **câmara** e, no dia útil seguinte, a **liquidação** financeira dos contratos entre **tomador** (débito) e **doador** (crédito) na **janela de liquidação** multilateral.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

A **liquidação** financeira dos contratos é efetuada com o preço determinado por ocasião da OPA, sendo este corrigido da data de **liquidação** da oferta até a data de **liquidação** financeira dos contratos de **empréstimos** de **ativos**, caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta.

Os **comitentes** que optarem pela **liquidação** antecipada dos contratos de **empréstimo** de **ativos** devem solicitá-la até o prazo-limite cuja data de **liquidação** seja anterior à data de **liquidação** financeira dos contratos em aberto. Dessa forma, pedidos de **liquidação** antecipada com data **liquidação** igual ou posterior à data de **liquidação** financeira dos contratos em aberto são desconsiderados e os contratos são liquidados financeiramente.

Por ocasião da **liquidação** financeira dos contratos, os valores referentes a taxas e emolumentos são calculados e liquidados na data de **liquidação** financeira, utilizando o preço de referência de cada contrato e considerando o prazo entre a data de abertura de cada contrato e a data de **liquidação** financeira.

ii. Oferta prioritária de distribuição de ativos

O **emissor** dos **ativos** determina, via comunicação ao mercado, qual o critério de elegibilidade para participação na oferta. Esse critério estabelece no mínimo uma data de corte para determinar a **posição** dos acionistas que podem participar da oferta. Caso haja apenas uma data de corte, as **posições** de **empréstimo** de **ativos** em aberto ao final dessa data são consideradas elegíveis para participação na oferta por meio do sistema de **controle de posições**. Caso haja mais de uma data de corte, as **posições** de **empréstimo** de **ativos** em aberto ao final da segunda data de corte, cujo **comitente doador** tinha **posição** de **empréstimo** ou no próprio **ativo** na primeira data de corte são considerados elegíveis para participação na oferta por meio do sistema de **controle de posições**.

Os contratos realizados por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 somente são elegíveis a participar de oferta prioritária a partir do dia útil seguinte à data de contratação.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

Para os contratos de **empréstimo** de **ativos** elegíveis ao tratamento de ofertas prioritárias de distribuição de **ativos**, o **comitente doador** que desejar participar da oferta prioritária deve manifestar seu interesse no sistema de **controle de posições**, por meio de seu **participante de negociação pleno** ou de seu **participante de liquidação**. Mesmo que o **ativo**-objeto da oferta seja diferente do **ativo**-objeto do contrato elegível a participação na oferta prioritária, a solicitação do **comitente doador** é realizada com base no contrato de **empréstimo** que gerou o direito de participação na oferta.

O **participante** deve realizar a solicitação no período definido para a oferta, informando a quantidade de **ativos** que o **comitente doador** deseja adquirir. A quantidade máxima de **ativos** que podem ser adquiridos é calculada pela multiplicação da quantidade de **ativos** de cada contrato elegível pelos fatores de subscrição prioritária divulgados pelo **emissor**, considerando inicialmente o fator divulgado pelo **emissor** com a colocação da totalidade de **ativos** da oferta, que pode ser alterado após o processo de *bookbuilding*. Adicionalmente, o **participante** também pode informar à **câmara** um preço máximo ou uma taxa mínima em caso de oferta pública de distribuição de debêntures com oferta prioritária.

Para as ofertas que envolvem contratos cujo **ativo**-objeto seja uma *unit*, caso o **emissor** defina os percentuais de participação na oferta somente para os **ativos** que compõem a *unit*, o sistema de controle de **posição** calcula a quantidade de **ativos** que podem ser adquiridos pelo **comitente doador** da seguinte forma:

i. Com base nos contratos de *units* elegíveis a participar da oferta, é apurada a quantidade de cada **ativo** componente da *unit*.

ii. Aplicam-se os fatores de participação na oferta divulgados pelo **emissor** sobre a quantidade de **ativos** componentes da *unit*.

iii. Com base na quantidade de **ativos** apuradas no item ii, apura-se a quantidade máxima de *units* que pode ser criada e solicitada pelo **comitente doador** através do sistema de controle de **posição**.

iv. Se houver diferença entre a quantidade de **ativos** apurada no item ii e a quantidade de **ativos** utilizada no item iii, a quantidade restante de **ativos** também ficará disponível para solicitação pelo **comitente doador**.

O horário-limite para solicitar a participação no tratamento de oferta prioritária é às 19h30.

A **câmara** pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para tratamento de oferta prioritária no **empréstimo**. A **câmara** comunicará previamente os **participantes** em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos **participantes.**

Na situação de alteração nos fatores de subscrição prioritária, ocorrem os seguintes procedimentos:

ii. caso o fator de subscrição seja reduzido, a quantidade solicitada originalmente pelo **comitente doador** para cada contrato será limitada à quantidade de **ativos** calculada pelo novo fator de subscrição;

iii. caso o fator de subscrição seja aumentado pelo **emissor** e o período de subscrição prioritária ainda estiver em curso, as quantidades de **ativos** que podem ser subscritos por contrato são atualizadas para a solicitação do **comitente doador** até o final do período de subscrição; e

iv. caso o fator de subscrição seja aumentado pelo **emissor** e o período de subscrição prioritária já tenha sido encerrado, somente os contratos que tiverem tido a subscrição da quantidade total pelo **comitente doador** é que poderão ter a subscrição de quantidade adicional, limitada pelo novo fator de subscrição.

Quando o **ativo**-objeto da oferta for um **ativo** passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, e tiver liquidez suficiente de acordo com exclusivo critério da B3, na data de **liquidação** da oferta, a **câmara** gera o contrato na

quantidade solicitada e realiza os lançamentos financeiros, debitando o **comitente doador** e creditando o **comitente tomador**, em valor equivalente ao produto da quantidade do contrato pelo preço da oferta. Tal contrato tem vencimento de 3 (três) dias úteis, contados da data de **liquidação** da oferta.

Quando o **ativo**-objeto da oferta não for um **ativo** passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** ou não tiver liquidez suficiente de acordo com exclusivo critério da B3, o tratamento a ser dado aos **doadores** elegíveis será exclusivamente financeiro. Na data de **liquidação** da oferta, a **câmara** gera crédito no **comitente doador** e débito no **comitente tomador**, em valor equivalente ao produto da quantidade solicitada pelo **comitente doador** pela diferença, se positiva, entre os preços (i) de referência calculado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos e (ii) de **liquidação** da oferta prioritária. Caso julgue necessário, considerando as características da oferta, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do **ativo** por meio de Ofício Circular.

Em caso de ofertas prioritárias que dão direito a bônus de subscrição, se o bônus não for passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, ocorre sua **liquidação** financeira por valor a ser apurado pela B3, utilizando-se as características do bônus de subscrição e a metodologia divulgada no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. A **liquidação** financeira ocorre na data de **liquidação** da oferta, quando a **câmara** gera crédito ao **comitente doador** e débito ao **comitente tomador** do valor financeiro equivalente ao produto do valor do bônus pela quantidade resultante da solicitação de subscrição na oferta.

iii. Conversão voluntária de ativos

O **comitente doador** que desejar participar de conversão voluntária de **ativos** pode solicitar, por meio de seu **participante de negociação pleno** ou de seu **participante de liquidação**, a **liquidação** antecipada do contrato, desde que o contrato seja reversível ao **doador**, em tempo hábil para participar da conversão de **ativos** via sistema da **central**

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

depositária da B3. O **comitente doador** deve considerar nesse processo os prazos de **liquidação** e possíveis **falhas de entrega** do **ativo**.

Alternativamente, caso o **ativo** resultante da conversão seja um **ativo** passível de contratação no **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos**, o **comitente doador** poderá solicitar, por meio do seu **participante de negociação pleno** ou do seu **participante de liquidação**, a conversão de seus contratos no sistema de **controle de posições**, desde que esses contratos atendam aos critérios de elegibilidade divulgados pelo **emissor**. Os **participantes** responsáveis pelos **comitentes tomadores** são avisados dessa solicitação.

São elegíveis para conversão, os contratos que:

- possuírem solicitação de conversão na quantidade total do contrato recebida do **participante doador** dentro do prazo limite estipulado pela **câmara**;
- tiverem quantidade total em aberto superior à quantidade mínima necessária para conversão do **ativo**-objeto do contrato;
- possuírem vencimento posterior ao segundo dia útil subsequente à data de conversão das posições;
- contratos com solicitação de conversão não poderão ter solicitação de **liquidação** antecipada pelo **doador** com data de **liquidação** igual ou posterior à data de conversão da **posição**. A solicitação de **liquidação** antecipada pelo **doador** poderá ser realizada após a conversão das posições; e
- contratos com solicitação de conversão não poderão ter **liquidação** antecipada tomadora com data de **liquidação** posterior à data limite para solicitação de conversão do ativo na **central depositária da B3** até o dia útil seguinte a data de conversão das posições.

A conversão das posições ocorre na mesma data da conversão do **ativo** na **central depositária da B3**.

Na data de conversão do **ativo** na **central depositária da B3**, os contratos que foram solicitados para conversão e continuarem elegíveis são convertidos utilizando-se os

fatores divulgados pelo **emissor**. Os contratos de **empréstimos** convertidos terão o **ativo**-objeto, o preço e a quantidade alterados mantendo-se todas as demais características do contrato.

Caso haja sobras de **ativos** que não puderam ser convertidos, devido ao contrato não ser múltiplo da quantidade mínima definida pelo **emissor**, será criado um contrato filhote que comportará a quantidade de ações que não puderam ser convertidas. Esse contrato manterá o **preço de referência** do contrato original e todas as demais características. A soma dos volumes financeiros do contrato convertido e do contrato filhote criado para tratar a sobra da conversão deverá ser igual ao volume financeiro do contrato original.

Os contratos realizados por meio de negociação eletrônica com **liquidação** em D+1 somente são elegíveis à conversão voluntária a partir do dia útil seguinte à data de contratação.

Os **eventos corporativos** em **ativos** que geram frações na **posição** são tratados de acordo com as regras definidas pelo **emissor**. O tratamento pode ser: (i) leilão das frações realizado pelo **emissor**; (ii) compra das frações pelo **emissor**; (iii) doação pelo **emissor** da quantidade de **ativos** necessários para compor um **ativo**; ou (iv) cancelamento das frações sem pagamento. Para os itens (i) e (ii), o sistema de **controle de posições** realiza o débito no **comitente tomador** e o crédito no **comitente doador**. Para os itens (iii) e (iv), não há tratamento pelo sistema de **controle de posições** e as frações são canceladas.

Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de **empréstimo** por meio de Ofício Circular.

7.9.4. Tratamento de eventos corporativos para posições de falha de entrega

A atualização das **posições** de **falha de entrega** ocorre no processamento noturno da data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3** e também produz efeito sobre as instruções de **liquidação** do dia útil subsequente.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

O sistema de **controle de posições** calcula o valor do **evento corporativo** sobre a quantidade da **posição** de **falha de entrega** e lança, no dia útil seguinte, crédito para o comprador e débito para o vendedor, na **janela de liquidação** multilateral.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** de **falha de entrega**; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos **ativos** gerados no dia útil da aplicação do **evento corporativo** na negociação.

A fração resultante do cálculo da quantidade ajustada, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A **câmara** lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na **janela de liquidação** multilateral do dia seguinte. Caso a quantidade ajustada seja menor que 1 (uma) quantidade, ocorre o encerramento da **posição** de **falha de entrega** e a **liquidação** financeira da fração.

Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL/QTD}_{\mathbf{AjFR}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{AjFR}}$ = quantidade ajustada, considerando-se a fração truncada na terceira casa decimal.

O volume da **posição** é ajustado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL} - \mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$$

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}}$ = novo volume ajustado;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$ = volume da fração, obtido por:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{FR}} \times \mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$$

Caso o **emissor** estabeleça o resgate do **ativo**, as **posições** são ajustadas para refletir o evento de resgate e o valor financeiro referente a parcela resgata é liquidado no dia útil seguinte à data de processamento do resgate na **central depositária da B3**.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento:

(i) For(em) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) For(em) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**;

(iii) Possuir(írem) volatilidade suficientemente semelhante ao **ativo** original, a exclusivo critério da B3; e

(iv) Possuir(írem) liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo**, uma nova **posição** é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade da nova **posição**, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

A fração resultante do cálculo da quantidade da nova **posição**, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A **câmara** lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na **janela de liquidação** multilateral do dia seguinte. Caso a quantidade ajustada seja menor que 1 (uma) quantidade, ocorre o encerramento da **posição** de **falha de entrega** e a **liquidação** financeira da fração.

Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$ = quantidade da nova **posição,** considerando-se a fração, truncada na terceira casa decimal.

O volume da **posição** é ajustado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL} - \mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$$

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}}$ = novo volume ajustado;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{VOL_{FR}}$ = volume da fração, obtido por: $\mathbf{QTD_{FR} \times PREÇO\ MÉDIO_{Aj}}$

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo**, são criadas tantas **posições** quantos forem os **ativos** gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD_N = QTD \times F}$$

onde:

$\mathbf{QTD_N}$ = quantidade da nova **posição**, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

A fração resultante do cálculo da quantidade da nova **posição**, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A **câmara** lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na **janela de liquidação** multilateral do dia seguinte. Caso a quantidade ajustada seja menor que 1 (uma) quantidade, ocorre o encerramento da **posição** de **falha de entrega** e a **liquidação** financeira da fração.

O volume de cada novo contrato gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL_N = (VOL \times K) - VOL_{FR}}$$

onde:

$\mathbf{VOL_N}$ = volume da nova **posição**;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição** original;

$\mathbf{K}$ = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos **ativos** gerados no dia útil da aplicação do **evento corporativo** na negociação; e

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$ = volume da fração, obtido por: $\mathbf{QTD}_{\mathbf{FR}} \times \mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$.

A soma dos volumes das **posições** geradas e os volumes das frações, caso aplicável, deve refletir o volume **da posição** original.

Os preços médios são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da **posição**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}_{\mathbf{N}} / \mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}$ = volume da nova **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$ = quantidade da nova **posição** com fração truncada na terceira casa decimal.

Caso o **emissor** estabeleça parcela de pagamento em dinheiro, a **câmara** operacionaliza a **liquidação** dessa parcela pelo **saldo líquido multilateral**.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e um destes **ativos** não seja passível de negociação, a **posição** de **falha de entrega** neste **ativo** é criada com base na quantidade gerada pelo evento e o volume é calculado com base no preço do **ativo** apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. Caso julgue necessário, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do preço do **ativo** por meio de Ofício Circular. Caso o **ativo** gerado não tenha negociação e não seja passível de **liquidação** junto à **central depositária da B3**, não ocorre a geração de **posição** de **falha de entrega** no **ativo**. Neste caso, ocorre a **liquidação** financeira da **posição** correspondente com base em valor equivalente ao produto da quantidade gerada no

ativo e o preço apurado pela B3. A **liquidação** financeira, quando aplicável, ocorre no dia útil seguinte a data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

No caso de **evento corporativo** que resulte em **ativo** que não seja passível de **liquidação** junto à **central depositária da B3**, as **posições** de **falha de entrega** são removidas do sistema da **câmara** na mesma data em que o evento é processado na **central depositária da B3**. No dia útil seguinte ocorre a **liquidação** financeira da **posição** com base no preço do **ativo** apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos.

4. **Eventos corporativos** com geração de direitos

Na data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, é criada uma **posição** adicional com o direito de subscrição, na proporção determinada pelo **emissor** do **ativo**. A soma dos volumes das **posições** e os volumes das frações, caso aplicável, será igual ao volume da **posição** original, sendo que a proporção dos volumes de cada **posição** é estabelecida em função da proporção dos preços teóricos de abertura do **ativo** e do direito de subscrição no dia da aplicação do **evento corporativo** no **ambiente de negociação**. Os preços médios de cada **posição** correspondem à razão do volume pela quantidade de cada **posição**.

Caso o direito não tenha o seu início de negociação na data em que o **ativo** passa a negociar na condição ex-subscrição, a **posição** de **falha de entrega** será criada com base na quantidade de direitos gerada pelo evento e no volume calculado com base no preço do direito apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos.

Caso o direito não seja criado na **central depositária da B3**, não há a criação de **posição** de **falha de entrega** do direito no dia útil seguinte à data de atualização do **ativo** e, portanto, ocorre a **liquidação** financeira com base no preço do direito apurado pela B3.

5. **Eventos corporativos voluntários**

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, para as **posições** de **falha de entrega** que estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a **câmara** procede, nessa data, a reversão da **posição**, com **liquidação** no dia útil seguinte utilizando como base o preço dado por ocasião da OPA, sendo este corrigido da data de **liquidação** da oferta até D+4 da última data de negociação do **ativo**, caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta.

Adicionalmente, dependendo das características da OPA, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de **falha de entrega**, por meio de Ofício Circular.

Não há tratamento específico para os demais tipos de **evento corporativo** voluntário para **posição** de **falha de entrega**.

Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de **falha de entrega** por meio de Ofício Circular.

7.9.5. Tratamento de eventos corporativos para posições de recompra de ativos

A atualização das **posições** de recompra ocorre no processamento noturno da data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3** e também produz efeito sobre as instruções de **liquidação** de cancelamento de recompra a serem liquidadas no dia subsequente. Para a referida atualização, não são consideradas as quantidades já executadas ou canceladas da recompra.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

O sistema de **controle de posições** calcula o valor do **evento corporativo** sobre a quantidade da **posição** de recompra de **ativos** e lança no dia útil seguinte, crédito para o comprador e de débito para o vendedor, na **janela de liquidação** multilateral.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** de **falha de entrega**; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

A fração resultante do cálculo da quantidade ajustada, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A **câmara** lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na **janela de liquidação** multilateral do dia seguinte. Caso a quantidade ajustada seja menor que 1 (uma) quantidade, ocorre o encerramento da **posição** de recompra e a **liquidação** financeira da fração.

Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{AjFR}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{AjFR}}$ = quantidade ajustada com fração ajustada na terceira casa decimal.

O volume da **posição** é ajustado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL} - \mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$$

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{Aj}}$ = novo volume ajustado;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$ = volume da fração, obtido por: $\mathbf{QTD}_{\mathbf{FR}} \times \mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$

Caso o **emissor** estabeleça o resgate do **ativo**, as **posições** são ajustadas para refletir o evento de resgate e o valor financeiro referente a parcela resgatada é liquidado no dia útil seguinte à data de processamento do resgate na **central depositária da B3**.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o(s) novo(s) ativo(s)-objeto resultante(s) do evento:

(i) For(em) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) For(em) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**;

(iii) Possuir(írem) volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3; e

(iv) Possuir(írem) liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo**, uma nova **posição** é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade da nova **posição**, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

A fração resultante do cálculo da quantidade da nova **posição**, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A **câmara** lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na **janela de liquidação** multilateral do dia seguinte. Caso a quantidade ajustada seja menor que 1 (uma) quantidade, ocorre o encerramento da **posição** de recompra e a **liquidação** financeira da fração.

Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}/\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$ = quantidade da nova **posição** com fração ajustada na terceira casa decimal.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo**, são criadas tantas posições quantos forem os **ativos** gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathbf{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade da nova posição, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** assume o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

$\mathbf{F}$ = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O volume de cada novo contrato gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}} = (\mathbf{VOL} \times \mathbf{K}) - \mathbf{VOL}_{\mathbf{FR}}$$

onde:

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}$ = volume da nova **posição**;

$\mathbf{VOL}$ = volume da **posição** original; e

$\mathbf{K}$ = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos **ativos** gerados no dia útil da aplicação do **evento corporativo** na negociação.

A soma dos volumes das **posições** geradas e o volume das frações, caso aplicável, deve refletir o volume da **posição** original.

Os preços médios são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da **posição**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{VOL}_{\mathbf{N}} / \mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$$

onde:

$\mathbf{PREÇO\ MÉDIO}_{\mathbf{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathbf{VOL}_{\mathbf{N}}$ = volume da nova **posição**; e

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{NFR}}$ = quantidade da nova **posição** com fração truncada na terceira casa decimal.

Caso o **emissor** estabeleça parcela em dinheiro, a **câmara** operacionaliza a **liquidação** dessa parcela pelo **saldo líquido multilateral**.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** e um destes **ativos** não seja passível de negociação, a **posição** de recompra neste **ativo** é criada com base na quantidade gerada pelo evento e o volume é calculado com base no preço do **ativo** apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos. Caso julgue

necessário, a B3 pode divulgar a metodologia de cálculo do preço do **ativo** por meio de Ofício Circular. Caso o **ativo** gerado não tenha negociação e não seja passível de **liquidação** junto a **central depositária da B3**, não ocorre a geração de **posição** de recompra no **ativo** ocorrendo a reversão da **posição** correspondente com base em valor equivalente ao produto da quantidade gerada no **ativo** e o preço apurado pela B3. A **liquidação** financeira, quando aplicável, ocorre no dia útil seguinte à data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**.

No caso de **evento corporativo** que não resulte em **ativo** passível de **liquidação** junto a **central depositária da B3**, as **posições** de recompra são removidas do sistema da **câmara** na mesma data em que o evento é processado na **central depositária da B3**. No dia útil seguinte ocorre a **liquidação** da reversão da **posição** com base no preço do **ativo** apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos.

4. **Eventos corporativos** com geração de direitos

Na data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, é criada **posição** adicional com o direito de subscrição, na proporção determinada pelo **emissor** do **ativo**. A soma do volume das **posições** e o volume das frações, caso aplicável, será igual ao volume da **posição** original, sendo que a proporção dos volumes de cada **posição** será estabelecida em função da proporção dos preços teóricos de abertura do **ativo** e do direito de subscrição na data ex-direito. Os preços médios de cada **posição** correspondem à razão do volume pela quantidade de cada **posição**.

Caso o direito não tenha o início de sua negociação na data em que o **ativo** passa a negociar na condição ex-subscrição, a **posição** de recompra será criada com base na quantidade de direitos gerada pelo evento e no volume calculado com base no preço do direito apurado pela B3, a partir das características do instrumento e de acordo com a metodologia disponível no Manual de Precificação de Eventos Corporativos.

Caso o direito não seja criado no dia útil seguinte à data de atualização do **ativo** na **central depositária da B3**, não há a criação de **posição** de recompra do direito e ocorrerá a reversão da **posição** com base no preço do direito calculado pela B3.

5. **Eventos corporativos voluntários**

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, para as **posições** de recompra, que estiverem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a **câmara** procede, nessa data, a reversão da **posição**, com **liquidação** no dia útil seguinte utilizando como base o preço dado por ocasião da OPA, sendo este corrigido da data de **liquidação** da oferta até D+4 da última data de negociação do **ativo**, caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta.

Adicionalmente, dependendo das características da OPA, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de recompra, por meio de Ofício Circular.

Não há tratamento específico para os demais tipos de **evento corporativo** voluntário para **posição** de recompra.

Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de recompra por meio de Ofício Circular.

7.9.6. Tratamento de eventos corporativos para contrato futuro sobre ativos negociados no mercado de renda variável

A atualização das **posições** em contratos futuros sobre **ativos** negociados no **mercado de renda variável**, em caso de **evento corporativo**, ocorre no processamento noturno da última data que antecede a aplicação do **evento corporativo** no **ambiente de negociação**, sendo que as **posições** de abertura no dia útil seguinte à abertura de sua negociação já refletirão a aplicação do **evento corporativo**.

1. **Eventos corporativos** em recursos financeiros

Não há alteração da quantidade da **posição**. Há atualização do preço de ajuste de cada vencimento em aberto, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PA} - \mathbf{EV}$$

onde:

$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de ajuste ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PA}$ = preço de ajuste original; e

$\mathbf{EV}$ = valor do **evento corporativo**, em moeda corrente, líquido de imposto, considerando o valor pago pelo **emissor**.

Dividendos extraordinários poderão ter tratamento distinto do descrito neste manual.

2. **Eventos corporativos** em **ativos** sem alteração do **ativo**-objeto

Há alteração da quantidade da **posição**, seguindo os percentuais estabelecidos pelo **emissor**, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{QTD} \times \mathrm{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{Aj}}$ = quantidade ajustada inteira, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** adota o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade original da **posição**; e

$\mathbf{F}$ = fator de agregação, conforme o tipo de **evento corporativo**:

Evento corporativo	**F**	**Variáveis**
Bonificação/desdobramento	$1 + \mathrm{B}$	B é o percentual de bonificação/desdobramento divulgado pelo **emissor**
Grupamento	$1/\mathrm{RL}$	RL é a relação de troca divulgada pelo **emissor**

Após a aplicação do tratamento do **evento corporativo**, caso a quantidade total das **posições** compradas seja diferente da quantidade total das **posições** vendidas, a **câmara** ajustará as **posições** seguindo os critérios abaixo:

i. A **posição**, comprada ou vendida, com a menor quantidade total é inalterada;

ii. Calcula-se o fator de ajuste dividindo-se a quantidade total da **posição** com a menor quantidade pela quantidade total da **posição** de natureza oposta;

iii. Todas as **posições** da natureza com a maior quantidade são corrigidas pela multiplicação da quantidade ajustada após o **evento corporativo** pelo fator de ajuste calculado no item (ii) anterior; e

iv. Considerando-se apenas a parte inteira do resultado apurado no item (iii) anterior, as quantidades totais compradas e vendidas são novamente comparadas. Caso ainda haja discrepância, ordenam-se de forma decrescente as partes decimais do resultado apurado no item (iii) anterior e acrescenta-se uma quantidade na **posição** com a maior decimal. Esse procedimento é realizado para as **posições** seguintes, até que as quantidades totais estejam equalizadas.

Há atualização do preço de ajuste, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PA_{Aj} = PA \times \frac{1}{F}}$$

onde:

$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de ajuste ajustado, expresso em reais;

PA = preço de ajuste original; e

F = fator de agregação, conforme detalhado no ajuste das quantidades.

No caso de bonificação em outras ações do mesmo **emissor**, não há alteração na quantidade da **posição** e o preço de ajuste é atualizado pela seguinte fórmula:

$$\mathrm{PA}_{\mathrm{Aj}} = \mathrm{PA} - \mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}}$$

onde:

$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj.}}$ = preço de ajuste ajustado, expresso em reais;

PA = preço de ajuste original; e

$\mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}}$ = valor de referência da bonificação em outro tipo de ação do mesmo **emissor**, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{VRB}_{\mathbf{OT}} = \mathbf{B}_{\mathbf{OT}} \times \frac{\mathbf{P}_{\mathbf{com,OT}}}{(\mathbf{1} + \mathbf{B}_{\mathbf{OT}})}$$

onde:

$\mathbf{B}_{\mathbf{OT}}$ = percentual de bonificação em outro tipo de ação do mesmo **emissor**, divulgado pelo **emissor**; e

$\mathbf{P}_{\mathbf{com,OT}}$ = preço com da ação na qual a bonificação foi feita ou preço de fechamento da ação na qual a bonificação foi feita antes da data ex-provento.

Caso o **emissor** estabeleça o resgate do **ativo**, as **posições** são removidas do sistema da **câmara** na data de processamento do resgate na **central depositária da B3**, sendo que no dia útil seguinte ocorre a **liquidação** financeira da última variação de ajuste, usando como preço de ajuste final da **posição** o preço de resgate definido pelo **emissor**.

3. **Eventos corporativos** em **ativos** com alteração do **ativo**-objeto

O tratamento descrito neste item aplica-se quando o(s) novo(s) **ativo(s)**-objeto resultante(s) do evento:

(i) For(rem) listado(s) e negociado(s) em **ambiente de negociação** administrado pela B3;

(ii) For(em) passível(is) de depósito na **central depositária da B3**;

(iii) Possuir(írem) volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3; e

(iv) Possuir(írem) liquidez suficientemente semelhante à do **ativo** original, a exclusivo critério da B3.

Há alteração do instrumento de futuro e de seu **ativo**-objeto, conforme detalhado a seguir.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em apenas um **ativo**, uma nova **posição** é gerada, com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}} = \mathbf{QTD} \times \mathrm{F}$$

onde:

$\mathbf{QTD}_{\mathbf{N}}$ = quantidade da nova **posição**, arredondada ou truncada, conforme divulgado pelo **emissor**. Caso o **emissor** não divulgue o critério, a **câmara** adota o truncamento;

$\mathbf{QTD}$ = quantidade da **posição** original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo **emissor**.

O novo preço de ajuste é dado pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PA} \times \mathbf{EV}$$

onde:

$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de ajuste ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

PA = preço de ajuste original; e

EV = valor de ajuste do **evento corporativo**, conforme parâmetros divulgados pelo **emissor**.

Caso a aplicação do **evento corporativo** resulte em mais de um **ativo** ou em **ativo** e **parcela financeira**, é criada uma cesta composta pelos **ativos** e pela parcela financeira estabelecida pelo **emissor**, para operacionalização do tratamento do **evento corporativo**, a qual passa a ser o **ativo**-objeto dos novos instrumentos de futuros.

Com a criação dos futuros sobre a cesta de **ativos**, não há alteração da quantidade de **posições**, preservando-se, assim, o equilíbrio econômico para os detentores de tais **posições**.

Caso o **ativo** resultante do **evento corporativo** não seja passível de ser objeto de contrato futuro, a **câmara** não cria **posições** após a aplicação do **evento corporativo**, ocorrendo, no dia útil seguinte, a **liquidação** financeira da última variação de ajuste com base nos preços de ajuste verificados no último dia de negociação do **ativo** original da **posição**.

Caso a **câmara** julgue que, a seu exclusivo critério, o **ativo** resultante do **evento corporativo**, passível de ser objeto de contrato futuro, não tenha liquidez ou volatilidade suficientemente semelhante à do **ativo** original, a **câmara** pode determinar a não criação de **posições** de futuro após a aplicação do **evento corporativo** e a **liquidação** financeira da última variação de ajuste com base no último preço de ajuste disponível.

Após a aplicação do tratamento do **evento corporativo**, caso a quantidade total comprada de futuros seja diferente da quantidade total vendida de futuros, a **câmara** ajusta as **posições** seguindo o critério abaixo:

1. A natureza da **posição**, comprada ou vendida, com a menor quantidade total é considerada a correta;

2. Calcula-se o fator de ajuste dividindo-se a quantidade total da natureza da **posição** com a menor quantidade pela quantidade total da natureza oposta;

3. Todas as **posições** da natureza com a maior quantidade são corrigidas pela multiplicação da quantidade ajustada após o **evento corporativo** pelo fator de ajuste calculado no item (ii) anterior; e

4. Considerando-se apenas a parte inteira do resultado apurado no item (iii) anterior, as quantidades totais compradas e vendidas são novamente comparadas. Caso ainda haja discrepância, ordenam-se de forma decrescente as partes decimais do resultado apurado no item (iii) anterior e acrescenta-se uma quantidade na **posição** com maior decimal. Esse procedimento é realizado para as **posições** seguintes, até que as quantidades totais estejam equalizadas.

4. Eventos corporativos com geração automática de direitos na **central depositária da B3** – direitos de subscrição

Não há alteração da quantidade da **posição**, mas apenas atualização do preço de ajuste, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}} = \mathbf{PA} - \mathbf{VRD}$$

onde:

$\mathbf{PA}_{\mathbf{Aj}}$ = preço de ajuste ajustado, expresso em reais, arredondado na segunda casa decimal;

$\mathbf{PA}$ = preço de ajuste original; e

$\mathbf{VRD}$ = valor de referência do direito, calculado conforme o **ativo** subjacente do direito.

(i) Subscrição na mesma ação

$$\mathbf{VRD} = \frac{S}{(1+S)} \times \text{Máximo}[P_{com} - P_{Sub}; 0]$$

onde:

$\mathbf{P_{com}}$ = preço com da ação ou preço de fechamento da ação antes da data ex-provento;

$\mathbf{P_{sub}}$ = preço de subscrição da ação divulgado pelo **emissor**; e

S = percentual de subscrição divulgado pelo **emissor**.

(ii) Subscrição em outro tipo de ação do mesmo **emissor**

$$\mathbf{VRD} = \frac{\mathbf{S}}{(\mathbf{1} + \mathbf{S_{OT}})} \times \mathbf{M\acute{a}ximo}\left[\mathbf{P_{com,OT}} - \mathbf{P_{Sub,OT}}; \mathbf{0}\right]$$

onde:

$\mathbf{P_{com,OT}}$ = preço com da ação-objeto da subscrição ou preço de fechamento da ação antes da data ex-provento;

$\mathbf{P_{sub,OT}}$ = preço de subscrição da ação-objeto da subscrição, divulgado pelo **emissor**;

S = percentual de subscrição da ação à qual o evento de se aplica, divulgado pelo **emissor**; e

$\mathbf{S_{OT}}$ = percentual de subscrição do outro tipo de ação na qual a subscrição será feita, divulgado pelo **emissor**.

(iii) Subscrição em outros **ativos**

O valor de referência é calculado pela B3 considerando as características do **ativo** divulgadas pelo **emissor**.

5. Eventos corporativos voluntários

i. Oferta pública de aquisição (OPA) de ativos

Em caso de oferta pública de aquisição de **ativos** (OPA), com posterior encerramento da negociação do **ativo** em decorrência da oferta, no último dia de negociação do **ativo**

ocorre a apuração regular dos preços de ajuste dos contratos futuros, com **liquidação** do valor de ajuste na **janela de liquidação multilateral** da **câmara** do dia útil seguinte.

Para as **posições** que permanecerem em aberto em D+3 da última data de negociação do **ativo**, a B3 procede, nessa data, a antecipação do vencimento de todas as **posições**, com a remoção do sistema da **câmara** no encerramento do dia.

A **liquidação** financeira das **posições** vencidas no dia útil anterior é efetuada no quarto dia útil subsequente à última data de negociação do **ativo** e o montante a ser liquidado é calculado pela diferença entre o preço dado por ocasião da OPA, sendo este corrigido, caso haja critério estabelecido pelo **emissor** no edital da oferta, da data de **liquidação** da oferta até D+4 da última data de negociação do **ativo**, e o preço de ajuste apurado no último dia de negociação do **ativo**.

Adicionalmente, dependendo das características da OPA, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado sobre as **posições** de futuro por meio de Ofício Circular.

Não há tratamento específico para os demais tipos de **evento corporativo** voluntário para **posição** em futuros.

Dependendo das características do **evento corporativo**, a B3 pode determinar o tratamento a ser aplicado para as **posições** de futuro por meio de Ofício Circular.

7.9.7 Pagamento de cupom de juros em posições de renda fixa pública

O evento de pagamento de juros não altera o preço ou a quantidade da **posição**. O valor financeiro referente ao evento é calculado pela **câmara** e o lançamento financeiro é efetuado na data de pagamento estabelecida no título público federal objeto da **posição**. Na data de pagamento, o **comitente tomador** do **empréstimo** e o **comitente comprador** da **operação compromissada** são debitados e o **comitente doador** e o **comitente vendedor** de **operação compromissada** são creditados na **janela de liquidação** multilateral.

7.10. Tratamento de posições em aberto em caso de leilão de ativo com a negociação suspensa por decretação de falência ou liquidação extrajudicial do emissor

Na ocorrência da suspensão da negociação de um **ativo** que seja objeto de **posições** em aberto junto à **câmara** em razão de decretação de falência ou liquidação extrajudicial do emissor, a B3 pode estabelecer, conforme disposto no Manual de Procedimentos Operacionais de Negociação da B3, leilão específico para determinação do **preço de referência** do **ativo**-objeto, conforme metodologia divulgada no Manual de Precificação de Eventos Corporativos.

Os procedimentos a serem aplicados a cada tipo de **posição** estão descritos a seguir, usando-se como base a data de realização do leilão referido no parágrafo acima:

1. **Posição de opção**

As **posições** de opção que apresentarem data de vencimento posterior ao dia útil subsequente da data de realização do leilão, têm sua data de vencimento ajustada para o dia útil seguinte a data do leilão. No caso de opções que vençam entre o dia útil seguinte à data de decretação de falência ou de liquidação extrajudicial do **emissor** e à data de realização do leilão, a data de vencimento é alterada para o dia útil seguinte à data do leilão.

No processamento noturno do dia útil subsequente à data de realização do leilão, ocorre o vencimento e a remoção do sistema da **câmara** de todas as **posições** em aberto de opção sobre o **ativo**-objeto.

A **liquidação** financeira das **posições** vencidas no dia útil anterior é efetuada no segundo dia útil subsequente a data de realização do leilão, conforme a seguir:

(i) Opção de compra

$$\boldsymbol{VL = \mathbf{MAX}(PR - PE; 0) \times Q}$$

onde:

VL = valor de **liquidação** da **posição**;

PR = **preço de referência** da série de opção;

PE = preço de exercício da série de opção; e

Q = quantidade da **posição**.

(ii) Opção de venda

$$\boldsymbol{VL = \mathbf{MAX}(PE - PR; 0) \times Q}$$

onde:

VL = valor de **liquidação** da **posição**;

PR = **preço de referência** da série de opção;

PE = preço de exercício da série de opção; e

Q = quantidade da **posição**.

O valor de **liquidação** financeira é creditado aos detentores de **posições** titulares e debitado dos detentores de **posições** lançadoras.

2. Posição de termo

Todos os contratos em aberto com vencimento posterior ao segundo dia útil subsequente à data do leilão têm a sua data de vencimento ajustada para esta data.

Os pedidos de **liquidação** antecipada continuam a ser aceitos desde que a data de **liquidação** não seja posterior ao segundo dia útil subsequente a data do leilão. Nesta data ocorre a última **liquidação** física e financeira de contratos a termo.

3. Posição de empréstimo de ativos

Todos os contratos em aberto com vencimento posterior ao segundo dia útil subsequente a data do leilão têm a sua data de vencimento ajustada para esta data.

Os pedidos de renovação de contratos somente são aceitos se a data de vencimento do novo contrato for anterior ou igual ao segundo dia útil subsequente a data do leilão.

Os pedidos de **liquidação** antecipada continuam a ser aceitos desde que a data de l**iquidação** não seja posterior ao segundo dia útil subsequente à data do leilão. Nesta data ocorre a última **liquidação** física e financeira de contratos de **empréstimo**.

Eventuais contratos de **empréstimo** com provisionamento de fração de **ativo** terão a respectiva fração liquidada na data de **liquidação** do leilão pelo **preço de referência** do **ativo**-objeto estabelecido a partir do procedimento de leilão.

4. Posição de falha de entrega

As posições de **falha de entrega** em aberto ao término da janela de **entrega de ativos** do segundo dia útil subsequente à data do leilão serão removidas do sistema da **câmara** e terão a **liquidação** financeira conforme previsto neste manual.

A **câmara** apurará a necessidade de ressarcimento, ao credor prejudicado pela **falha de entrega** do **ativo**, de eventuais prejuízos correspondentes ao **ativo** não entregue, calculado com base no **preço de referência** do **ativo**-objeto determinado no leilão.

Em caso de confirmação de ressarcimento, os valores serão creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais** do dia, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores, conforme abaixo:

$$\boldsymbol{V_{credor} = \mathbf{MAX}(PR - P_{credor}; 0) \times Q}$$

$$\boldsymbol{V_{devedor} = \mathbf{MAX}(PR - P_{Devedor}\,;\; P_{credor} - \; P_{Devedor}; 0) \times Q}$$

onde:

$\mathbf{V_{Credor}}$**:** valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

$V_{Devedor}$: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega**;

PR: **preço de referência** do **ativo**-objeto determinado em leilão;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, referenciados no **ativo**, do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** por **entrega** na ocasião da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do **contrato** para a composição do preço médio; e;

P_{credor}: preço médio do **ativo**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, referenciados no **ativo**, do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** por **entrega** quando da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do **contrato** para a composição do preço médio; e

Q: quantidade do **ativo** não liquidado.

5. Posição de recompra

A **posição** de recompra em aberto pode ser: (i) executada, até a data do leilão, inclusive; (ii) cancelada, até o dia útil subsequente à data do leilão; (iii) revertida, em caso de ausência de **registro** de execução ou cancelamento da ordem de recompra, para a **posição** de recompra em aberto ao término da janela de **entrega** de **ativos** do segundo dia útil subsequente a data do leilão. Nesta situação, a **posição** de recompra é revertida e removida do sistema da **câmara**. O valor financeiro da reversão é calculado com base no preço do **ativo** apurado a partir do leilão, e segue o tratamento e cálculos previstos neste manual, com **liquidação** financeira na janela de **liquidação** multilateral do dia.

6. Posição em contratos futuros de ativos de renda variável

No processamento noturno do dia útil subsequente à data de realização do leilão, ocorre a remoção, do sistema da **câmara**, de todas as **posições** em aberto de contratos futuros sobre o **ativo**-objeto, com **liquidação** financeira no dia útil seguinte da variação de ajuste entre o último preço de ajuste divulgado para cada **posição** e o preço do **ativo**-objeto definido no leilão.

8. COMPENSAÇÃO MULTILATERAL

A presente seção descreve os processos de **compensação** realizados pela **câmara**.

A **compensação** consiste na apuração dos direitos e das obrigações líquidos dos **participantes**. A **compensação** multilateral é o procedimento destinado à apuração da soma dos resultados devedores e credores de cada **participante** em relação aos demais. O procedimento de **compensação** multilateral gera um único resultado líquido entre os **membros de compensação** e a **câmara**, que é liquidado na forma estabelecida pela B3.

8.1. Procedimentos de compensação

A **câmara** atua como contraparte, perante os **membros de compensação**, para fins de **liquidação** das **operações** realizadas nos **ambientes de negociação,** em **ambiente de contratação de empréstimo** e registradas nos **ambientes de registro**, nas modalidades com **garantia** ou com **garantia** parcial, administrados pela B3 ou por entidade administradora de **sistema externo**.

Os **membros de compensação**, os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** têm acesso aos respectivos **saldos líquidos multilaterais** utilizando-se dos sistemas da B3 e de **mensagens** eletrônicas e arquivos, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

8.1.1. Apuração do saldo líquido multilateral em moeda nacional

O **saldo líquido multilateral** definitivo de um **participante** é o valor financeiro a liquidar, oriundo de suas **posições** mantidas na **câmara**, apurado por seus sistemas.

Além dos direitos e das obrigações oriundos das **posições**, também compõem os valores de **liquidação** as chamadas de **margem** em recursos financeiros em moeda nacional, os

custos, os **encargos** e as taxas de negociação decorrentes de **operações** capturadas pela **câmara** provenientes de **sistema externo**, sendo a entidade administradora de **sistema externo** responsável pelo cálculo e encaminhamento, à **câmara**, do valor a ser cobrado por cada contrato de **empréstimo**.

8.1.1.1. Saldo líquido multilateral do comitente

O **saldo líquido multilateral** do **comitente** considera as **posições** mantidas por ele sob cada estrutura de **participantes**, ou seja: (i) **participante de negociação**, **participante de negociação pleno** e **membro de compensação**; (ii) **participante estrangeiro**, **participante de negociação pleno** e **membro de compensação**; (iii) **participante de negociação pleno** e **membro de compensação**; ou (iv) **participante de liquidação** e **membro de compensação**.

Compõem o **saldo líquido multilateral** do **comitente** os lançamentos a seguir descritos, referentes aos **mercados de bolsa** e **de balcão organizado**, com **garantia** total ou parcial:

1. Ajustes periódicos oriundos das **posições** em **derivativos**;
2. Prêmios de opções;
3. Taxas de **empréstimo** de **ativos**;
4. Valor de **liquidação** no vencimento ou **liquidação** antecipada de **operações compromissadas**;
5. Resultados de exercícios de opção;
6. Eventos corporativos em dinheiro sobre **posições** de **empréstimo** de **ativos** e de **operações compromissadas**;
7. Valor de **liquidação** no vencimento de **posições** em **derivativos**;
8. Valor de **liquidação** resultante da **liquidação** antecipada de **posições** em **derivativos**;

9. Valor de **liquidação** resultante da **liquidação** antecipada de **posições** em **empréstimo** de **ativos** e em **operações compromissadas**;
10. **Pagamentos** e recebimentos referentes a **operações** no mercado à vista;
11. **Pagamentos** referentes à **liquidação** por **entrega** física;
12. Movimentações de **garantia** em recursos financeiros;
13. Valores referentes a eventos de **ativos** depositados em **garantia**;
14. **Custos** e **encargos**;
15. Taxas de negociação de contratos de **empréstimo** devidas à entidade administradora de **sistema externo** que tenha optado pela cobrança por meio dos processos de **liquidação** da **câmara**; e
16. **Multas**.

As **operações** do **mercado de balcão organizado** na modalidade com **garantia** parcial da **câmara** compõem o **saldo líquido multilateral** do **comitente** caso haja valor credor para a parte que requereu a **garantia.** Caso contrário, ou seja, se representar valor credor para a parte que não requereu a **garantia**, a **liquidação** financeira ocorre diretamente entre as partes, permanecendo a **câmara** isenta de qualquer responsabilidade pela **liquidação** desses valores.

O valor correspondente à chamada de **margem** de **garantia** representa valor devedor, sendo excluído do saldo líquido caso se efetue o depósito de valor equivalente, para cobertura da **margem**, em outros **ativos**, a exclusivo critério da **câmara** conforme disposto em seu manual de administração de risco.

Os valores correspondentes a **derivativos** cotados em **moeda estrangeira** e que compõem o **saldo líquido multilateral** a ser liquidado em moeda nacional são convertidos para a moeda nacional, conforme as definições de cada **contrato.**

O valor de **liquidação** convertido em reais do **comitente** não residente do mercado

agropecuário, que opera nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024, é incluído no **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** e do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, responsáveis pelo **comitente**, caso não haja confirmação do **pagamento** em dólares até o prazo estipulado pela **câmara**. Havendo tal confirmação, a **liquidação** segue por meio da modalidade de **liquidação** específica para esse tipo de **comitente**.

Para a **conta CEL**, o valor de **liquidação** do **comitente** titular dessa **conta** é incluído no **saldo líquido multilateral** provisório do **membro de compensação** e do **participante de negociação pleno**, ou **participante de liquidação**, que mantêm suas **posições** até o momento da confirmação do **pagamento** por ele devido à **câmara**, por meio do Banco B3 S.A.. Não havendo tal confirmação, a **liquidação** ocorre pela modalidade de **liquidação** dos **membros de compensação** por meio de **mensagens LDL**.

8.1.1.2. Saldo líquido multilateral do participante de negociação pleno e do participante de liquidação

O **saldo líquido multilateral** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** é o somatório de:

1. **Saldo líquido multilateral** dos **comitentes** que liquidam por seu intermédio;
2. Valor das movimentações de **garantias** em recursos financeiros do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, nos termos do regulamento da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**; e
3. **Custos**, **encargos** e **multas**, nos termos do regulamento da **câmara**, do presente manual de procedimentos operacionais e do manual de administração de risco da **câmara**.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

Conforme estabelecido no manual de acesso da B3, um **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** pode possuir vínculo com mais de um **membro de compensação**, porém para cada grupo de mercado, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** deve utilizar apenas um **membro de compensação**. Portanto, o mesmo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** pode possuir mais de um **saldo líquido multilateral**, um para cada **membro de compensação** ao qual esteja vinculado.

8.1.1.3. Saldo líquido multilateral dos membros de compensação

O **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** é o somatório:

1. Dos **saldos líquidos multilaterais** dos (i) **participantes de negociação plenos** e (ii) **participantes de liquidação**, que liquidem por seu intermédio;

2. Do valor das movimentações de **garantia** em recursos financeiros do **membro de compensação**, nos termos do regulamento da **câmara** integrada e do manual de administração de risco da **câmara**; e

3. Dos **custos**, **encargos** e **multas**, nos termos do regulamento da **câmara** integrada, do presente manual de procedimentos operacionais e do manual de administração de risco da **câmara**.

É credor da **câmara** o **membro de compensação** cujo **saldo líquido multilateral** é positivo e devedor aquele cujo **saldo líquido multilateral** é negativo.

Os **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação** são objeto da **liquidação** destes com a **câmara**.

8.1.1.4. Valor de liquidação atribuído ao liquidante

Diferentemente dos **membros de compensação**, dos **participantes de negociação plenos** e dos **participantes de liquidação**, é vedado ao **liquidante** compensar os **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação** contratantes de seus serviços.

Desse modo, cada **liquidante** pode possuir um conjunto de **participantes** com valores devedores e outro com valores credores, sempre que for o caso.

Caso seja decretado regime de recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, falência, liquidação extrajudicial ou administração especial temporária do **liquidante** pelo BCB, a **câmara** poderá determinar aos **participantes** que utilizam o serviço do **liquidante** a indicação de outro **liquidante** para substituí-lo, de forma a viabilizar a **liquidação** financeira, com consequente interrupção do tráfego de **mensagens** relacionadas ao **liquidante** em regime de resolução na RSFN.

8.1.2. Apuração do saldo líquido multilateral em ativos custodiados na central depositária da B3

A **câmara** calcula o resultado líquido em **ativos**, compensando **posições** do mercado à vista e **posições** oriundas de exercício de opção, **liquidação** antecipada de contratos a termo, vencimento de contratos a termo, contratação de **empréstimo** por meio de negociação com **liquidação** em D+0 ou em D+1, **liquidação** antecipada de contratos de **empréstimo** e vencimento de contratos de **empréstimo**, com a mesma data de **liquidação**, mesmo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, mesmo **comitente**, mesmo **agente de custódia** e mesma **conta de depósito**.

No caso de contratação de **empréstimo** de **ativos** por meio de **registro**, a **liquidação** da contratação é realizada pelo módulo de **liquidação bruta** e, portanto, não compõe o **saldo líquido multilateral** em **ativos**.

A **liquidação** do contrato de **empréstimo** de **ativos**, no vencimento ou por **liquidação** antecipada, quando o **ativo** retorna ao **doador**, independentemente da forma de contratação, ocorre pelo **saldo líquido multilateral**.

Cada uma das **posições** que compõem o resultado líquido possui sua respectiva instrução de **liquidação**. A instrução de **liquidação** é o conjunto de informações necessárias para fins de **liquidação** de **ativos** na **central depositária da B3**, contendo informações do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**, do **agente de custódia** responsável pela **entrega** ou pelo recebimento de **ativos**, do **ativo**, da **conta de depósito** do **comitente** e da **carteira**.

O processo de apuração do **saldo líquido multilateral** em **ativos** compensa as instruções de **liquidação** e gera instruções de **liquidação** líquidas. Para os **mercados de renda variável** e de **renda fixa privada**, tal compensação preserva as características das **carteiras** da **central depositária da B3** e, para preservar o intuito do **comitente** de realizar **cobertura** de **posições** perante a **câmara**, considera as restrições da tabela a seguir:

Instrução de liquidação na carteira:	**Compensa débito com demais instruções?**	**Compensa crédito com demais instruções?**
2101-6: **carteira** livre	Sim	Sim
2105-9: **carteira** utilizada para fins de informação de financiamento de **conta** margem	Sim	Sim
2201-2: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de **empréstimo** de **ativos**	Não	Não
2390-6: **carteira** utilizada para **depósito de garantias** de **participantes** a favor da **câmara**	Sim	Não
2409-0: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de venda à vista	Não	Não

2601-8: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de termo	Não	Não
2701-4: **carteira** utilizada para fins de **cobertura** de opções	Não	Não
2194-6: **carteira** utilizada para fins de controle de **ativos** com gravame para cumprimento de determinação judicial	Sim	Sim
2906-8: carteira utilizada para fins de controle de ativos pelo **participante**	Sim	Sim

Para cada **carteira** que não possua a característica de **compensação**, é gerada uma instrução de **liquidação** independente, apenas agrupando as **posições** daquela natureza (débito ou crédito) e **carteira**.

Para as **carteiras** relacionadas acima que possuem a característica de **compensação**, o sistema de **liquidação** calcula uma quantidade líquida a ser entregue ou recebida e gera uma ou mais instruções de **liquidação**, respeitando-se as quantidades líquidas alocadas por **carteira** como limite. Esta distribuição é feita prioritariamente na **carteira** livre (2101-6), tanto para instruções de **liquidação** de crédito quanto de débito.

Exemplo:

Considere as seguintes **operações** cursadas para a mesma data de **liquidação**:

Tipo Operação	Participante / Conta Investidor	Custodiante / Conta custódia	Ativo	Carteira	Natureza	Quantidade
Venda à vista	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	21016	Débito	1.000
Compra à vista	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	21016	Crédito	1.500
Venda à vista	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	23906	Débito	200

Exercício de opção lançadora	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	27014	Débito	600
Compra à vista	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	27014	Crédito	600

E considerando as características de **compensação** das **carteiras**, as seguintes instruções de **liquidação** seriam criadas:

Instrução	Participante / Conta Investidor	Custodiante / Conta custódia	Ativo	Carteira	Natureza	Quantidade
Instrução #1	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	21016	Crédito	300
Instrução #2	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	27014	Débito	600
Instrução #3	ABCD/100	DEF/200	BRWXYZACNOR9	27014	Crédito	600

8.1.2.1. Instruções de liquidação de ativos em conta erro

Para os negócios alocados para a **conta** erro, não há **compensação** entre créditos e débitos. Assim, mesmo para as **carteiras** que possuam a característica de **compensação**, haverá uma instrução de débito e outra de crédito.

8.1.2.2. Autorização de entrega ou de recebimento de ativos

A **entrega** ou o recebimento de **ativos** deve ser efetuado diretamente em uma **conta de depósito** na **central depositária da B3**, sob a responsabilidade de um **agente de custódia.** Caso não haja indicação de outro **agente de custódia**, considera-se o **agente de custódia** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** como o responsável pela **entrega** ou pelo recebimento dos **ativos**.

A **entrega** ou o recebimento de **ativos** pode ser efetuado diretamente em uma **conta de depósito** na **central depositária da B3,** sob a responsabilidade de um **agente de custódia** diferente do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pela **liquidação** da **operação**, desde que:

1. A devida indicação tenha sido realizada pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** no processo de **alocação** de **operações**; ou

2. A **conta** na qual a **operação** tenha sido alocada pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** possua **vínculo** de custodiante opcional preestabelecido no **cadastro** com **conta** do **comitente** sob o **agente de custódia**.

A efetiva **entrega** para a **conta de depósito** indicada fica condicionada à expressa autorização de **entrega** ou de recebimento a ser concedida exclusivamente pelo **agente de custódia** responsável.

O **agente de custódia** pode autorizar ou rejeitar a **entrega** ou o recebimento do saldo de **ativos** a ele direcionado, a partir de sua indicação, até às 20h30 de D+1, observando o seguinte:

1. Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** realize realocação de **operações** que impacte uma instrução de **liquidação** previamente autorizada pelo **agente de custódia** direcionado:

    a. Quando as realocações resultarem em uma instrução de **liquidação** de **ativos** de natureza devedora, as instruções de **liquidação** previamente aprovadas serão desautorizadas em sua quantidade total, ainda que, em virtude da realocação de **operações**, haja acréscimo ou decréscimo da quantidade previamente autorizada pelo **agente de custódia**; ou

b. Quando as realocações resultarem em uma instrução de **liquidação** de **ativos** de natureza credora, as instruções de **liquidação** serão automaticamente aprovadas nas novas quantidades alocadas;

2. Os **participantes de negociação plenos**, os **participantes de liquidação** e os **agentes de custódia** poderão obter as informações sobre a autorização ou a rejeição da **entrega** ou do recebimento do saldo de **posições**, em tempo de **alocação**, por meio de arquivo fornecido pela **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara**.

Em casos excepcionais, mediante solicitação à **câmara**, o **agente de custódia** pode autorizar ou rejeitar a **entrega** ou o recebimento do saldo de **posições** que lhe foi direcionado em D+2 do **registro** da **operação**, a partir das 07h00 até às 09h30.

A autorização de **entrega** ou de recebimento é o consentimento expresso dado pelo **agente de custódia** para que determinada quantidade de **ativos** seja debitada ou creditada em uma **conta de depósito** do **comitente** sob sua responsabilidade, pela **câmara**, durante o processo de **liquidação.**

O **agente de custódia** pode autorizar ou rejeitar a **entrega** ou o recebimento do saldo de **posições** a ele direcionado, utilizando os sistemas da B3 ou **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** recebem a confirmação da atuação do **agente de custódia** por meio dos sistemas da B3 e de arquivos **eletrônicos**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

O **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** são sempre responsáveis pela **liquidação** da **operação**, ainda que a **entrega** ou o recebimento dos **ativos** correspondentes esteja sujeito à autorização de um **agente de custódia**.

No caso de ocorrer rejeição pelo **agente de custódia** indicado, o seguinte procedimento é adotado:

1. Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **liquidação** seja autorizado também como **agente de custódia** na **central depositária da B3**, a **entrega** ou o recebimento ocorrerá na **conta de depósito** do **comitente** sob o **agente de custódia** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**; ou

2. Caso o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **liquidação** não seja autorizado como **agente de custódia** na **central depositária da B3**, a posição é assinalada para a **conta** erro sob o **participante de negociação pleno** ou sob o **participante de liquidação** responsável pela **liquidação.** Essa **conta** erro, por meio do **vínculo** de custodiante mandatório, indicará a **conta de depósito** para a **entrega** ou para o recebimento de **ativos**. O **agente de custódia** indicado no **vínculo** de custodiante mandatório não pode rejeitar a **entrega** ou o recebimento de **ativos**.

Caso o **agente de custódia** não se manifeste até o final do período de autorização, seu consentimento para a **entrega** ou para o recebimento que lhe foi direcionado será registrado da seguinte forma:

1. O crédito total de **ativos** é considerado autorizado; e
2. O débito total de **ativos** é considerado recusado.

Para as **operações** do mercado à vista a serem liquidadas a partir da **carteira** de **cobertura** de **operações**, a autorização de **entrega** é concedida pelo **agente de custódia** no momento em que este efetua a transferência dos **ativos** para a **carteira** de **cobertura** de venda à vista.

8.1.2.3. Alteração da conta de depósito

O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** pode solicitar a alteração da **conta de depósito** indicada na **alocação**, de **operações** do **mercado de renda variável,** em D+1 do **registro** da **operação**, a partir das 16h00 até o horário-limite de 20h30, desde que a instrução de **liquidação** não esteja autorizada pelo **agente de custódia**.

A nova **conta de depósito** deve ser de mesma titularidade da **conta de depósito** previamente indicada no período de **alocação**.

A solicitação de alteração de **conta de depósito** poderá ser realizada por meio de sistemas da B3 ou de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

8.1.2.4. Alteração da carteira na instrução de liquidação

Conforme disposto na subseção 8.1.2, no processo de **compensação** de **ativos**, a **câmara** calcula o resultado líquido em **ativos** e gera a respectiva instrução de **liquidação** líquida. Para as instruções de **liquidação** líquidas oriundas de posições dos **mercados de renda variável** e de **renda fixa privada**, o **agente de custódia** responsável pela **entrega** ou pelo recebimento dos **ativos** pode alterar a **carteira** assinalada na instrução.

No caso em que o **agente de custódia** responsável pela **entrega** ou pelo recebimento dos **ativos** não seja o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **liquidação** da **operação**, a alteração poderá ser realizada somente se a instrução de **liquidação** líquida estiver autorizada pelo **agente de custódia** direcionado.

As alterações de **carteiras**, em quantidade total ou parcial da instrução de **liquidação** líquida, podem ser realizadas apenas entre **carteiras** que aceitam **compensação**, conforme disposto na subseção 8.1.2. Exclusivamente para instruções de **liquidação** de crédito na **carteira** de **garantias**, somente é autorizada a alteração de **carteira** para instruções cujo crédito seja oriundo de vencimento ou de liquidação antecipada de contratos de **empréstimo**.

Para o **mercado de renda variável**, a alteração pode ser realizada em D+1 do **registro** da **operação**, das 16h00 às 20h30, ou em D+2 do **registro** da **operação**, até às 10h50.

Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+0, a alteração pode ser realizada das 12h30 às 12h50 da data da **operação** e, no caso de **liquidação** em D+1, desde a abertura de D+1 até às 12h50.

A solicitação de alteração de **carteira** pode ser realizada por meio de sistemas da B3 ou de **mensagens** eletrônicas, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

8.1.3. Apuração do saldo líquido multilateral em ativos custodiados no SELIC

A **câmara** calcula o resultado líquido em **ativos**, compensando **liquidação** antecipada e vencimento de contratos de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operações compromissadas** na mesma data de **liquidação** sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, o mesmo **comitente**, o mesmo **agente de custódia** e a mesma **conta de depósito de títulos públicos federais**.

No caso de contratação de **empréstimo** de **ativos** de renda fixa pública e de **operação compromissada**, a **liquidação** da contratação é realizada pelo módulo de **liquidação bruta** e, portanto, não compõe o **saldo líquido multilateral** em **ativos**.

Cada uma das **posições** que compõem o resultado líquido possui instrução de **liquidação** própria. A instrução de **liquidação** é o conjunto de informações necessárias para fins de **liquidação** de **ativos**, contendo informações: (i) do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**; (ii) do **agente de custódia**; (iii) do **ativo**; (iv) da **conta de depósito de títulos públicos federais** do **comitente;** e (v) da **finalidade**.

O processo de apuração do **saldo líquido multilateral** em **ativos** compensa as instruções de **liquidação** e gera instruções de **liquidação** líquidas. Para o **mercado de renda fixa pública**, tal **compensação** conserva as características das **finalidades** do sistema de gestão de **ativos** e, para preservar o intuito do **comitente** de realizar a **cobertura** de **posições** perante a **câmara**, considera as restrições da tabela a seguir:

Instrução de liquidação na finalidade	Compensação de débito com demais instruções	Compensação de crédito com demais instruções
finalidade 21 (**depósito de ativos** de renda fixa pública)	Sim	Sim
finalidade 22 (**cobertura** de **posições** de **ativos** de renda fixa pública)	Não	Não

Tabela 10

Para cada **finalidade** que não possua a característica de **compensação**, é gerada uma instrução de **liquidação** independente, agrupando apenas as **posições** de mesma natureza (débito ou crédito) e mesma **finalidade**.

Para as **finalidades** relacionadas na tabela 10 que possuam a característica de **compensação**, o sistema de **liquidação** calcula uma quantidade líquida a ser entregue ou recebida.

8.1.3.1. Instruções de liquidação de ativos em conta erro

Créditos e débitos resultantes de contratos gerados na **conta** erro não são compensados, mesmo que suas instruções de **liquidação** indiquem as **finalidades** com a característica de **compensação** indicada na tabela 10.

9. LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL

9.1. Procedimentos de liquidação multilateral

A **liquidação** consiste no processo de extinção de obrigações remanescentes após o processo de **compensação** multilateral, sendo composta das seguintes etapas:

1. **Entrega** de **ativos** dos **comitentes** devedores em **ativos** à **câmara**;
2. **Pagamento** dos devedores líquidos em recursos financeiros à **câmara**; e
3. **Entrega** de **ativos** aos credores em **ativos** e **pagamento** aos credores líquidos em recursos financeiros.

A **liquidação** multilateral entre a **câmara** e seus **membros de compensação** ocorre diariamente, se dia útil, observada a grade de horários específica, conforme subseção 9.1.4.

Para efeito de **liquidação** multilateral, considera-se dia útil o dia em que há contratação ou negociação na B3 nos mercados de **empréstimo** de **ativos**, **derivativos**, **renda variável**, **renda fixa privada** e **renda fixa pública**. Os dias não úteis são aqueles em que não há negociação na B3, quais sejam: sábados, domingos, feriados de âmbito nacional e outros que venham a ser instituídos.

Para efeito de **liquidação** multilateral decorrente de **derivativos** agropecuários, considera-se dia útil o dia em que há negociação na B3 para **operações** com **derivativos** e que não seja feriado bancário na praça de Nova Iorque.

A **liquidação** multilateral do dia útil imediatamente seguinte à ocorrência do feriado em Nova Iorque abrange os resultados acumulados e não liquidados.

9.1.1. Entrega de ativos dos comitentes devedores em ativos à câmara

9.1.1.1. Entrega de ativos custodiados na central depositária da B3 nos processamentos cíclicos de entrega de ativos

O processamento cíclico de **entrega** de **ativos** é aquele por meio do qual a **câmara** pode, no período entre a abertura da **câmara** e o processamento regular de **entrega** de **ativos**, realizar a solicitação de **transferência de ativos** da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara**, relativamente a instruções de **liquidação** devedoras de **ativos** a serem executadas no dia.

A **câmara** pode avaliar, a seu exclusivo critério, solicitação de não adesão aos processamentos cíclicos por parte de **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** e **agente de custódia**. Em caso de concordância da **câmara** com a não adesão, as instruções de **liquidação** de débito de **ativos** sob responsabilidade do **participante** em questão são desconsideradas dos processamentos cíclicos e consideradas no processamento regular de **entrega** de **ativos**.

O processo de **transferência de ativos** da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3**, durante um processamento cíclico, compreende as seguintes etapas:

1. Para cada **conta de depósito**, caso haja instruções de **liquidação** de naturezas opostas do mesmo **ativo**, da mesma **conta** sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou sob o mesmo **participante de liquidação** e na mesma data de negociação, a menor quantidade dentre as quantidades das duas instruções é considerada liquidada nas instruções de débito e de crédito, apenas para **carteiras** que aceitam **compensação**, conforme disposto na subseção 8.1.2;
2. A seguir, a **câmara** procede com a **entrega** de **ativos** que estejam depositados na **conta de depósito** e na **carteira** assinaladas nas instruções de **liquidação** de débito, até as quantidades apontadas nas instruções de **liquidação**;

3. Caso não seja entregue a quantidade prevista na instrução da **liquidação**, a **câmara** considera a quantidade não entregue como a ser liquidada e gera, em caso de **entrega** em quantidade parcial, uma nova instrução de **liquidação** com a quantidade a ser entregue;

4. A **câmara** finaliza o processo de **entrega** de **ativos** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3**, caracterizando as instruções de **liquidação** conforme o resultado deste processo, ou seja:

    a. Liquidadas: instruções devedoras que foram liquidadas no processamento cíclico de **entrega** de **ativos** e instruções credoras que foram objeto de **compensação**; e

    b. A serem liquidadas: instruções devedoras que não foram liquidadas ao término do processamento cíclico de **entrega** de **ativos**.

5. A quantidade não entregue, ao término do processamento cíclico, não gera **posições** de falha ou de recompra, sendo submetida a uma nova tentativa de **liquidação** no próximo processamento cíclico ou no processamento regular de **entrega** de **ativos**.

6. A **câmara** informa aos **agentes de custódia**, por meio de acesso ao sistema da **câmara** ou por meio de **mensagem**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara**, as instruções de **liquidação** liquidadas.

9.1.1.2. Entrega de ativos custodiados na central depositária da B3 no processamento regular de entrega de ativos

O processo de **transferência de ativos** da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3** compreende as seguintes etapas:

1. Para cada **conta de depósito**, caso haja instruções de **liquidação** de naturezas opostas do mesmo **ativo,** da mesma **conta** sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou sob o mesmo **participante de liquidação** e do mesmo

grupo de **liquidação**, a menor dentre as quantidades das duas instruções é considerada liquidada nas instruções de débito e de crédito, apenas para **carteiras** que aceitam compensação conforme disposto na subseção 8.1.2. Considera-se grupo de **liquidação** a característica da instrução de **liquidação** como sendo: (i) primeira tentativa de **entrega**; (ii) instruções de **falha de entrega** de dias anteriores; ou (iii) instruções geradas a partir de cancelamento de recompra.

2. A seguir, a **câmara** procede com a **entrega** de **ativos**, exceto das instruções de **liquidação** categorizadas previamente como liquidadas, que estejam depositados na **conta de depósito** e na **carteira** assinaladas nas instruções de **liquidação** de débito, até as quantidades apontadas nas instruções de **liquidação**;

3. Se houver falhas de **entrega** parciais ou totais, a **câmara** identifica as instruções de **liquidação** credoras que deixarão de receber **ativos**, seguindo os critérios dispostos na subseção 9.1.1.2.1;

4. Para a **liquidação** de um débito por meio de um crédito gerado por **falha de entrega** ocorrida no dia útil anterior, a **câmara** otimiza a **compensação** de instruções de **liquidação** credoras com instruções de **liquidação** devedoras, independentemente da data de negociação que originou a instrução de **liquidação**, a fim de minimizar **falhas de entrega**, seguindo os critérios dispostos na subseção 9.1.1.2.1;

5. Para as instruções de **liquidação** devedoras que permanecerem não liquidadas ou parcialmente liquidadas após as etapas anteriores, a **câmara** aciona o mecanismo de **empréstimo** compulsório de **ativos**;

6. Se houver **falhas de entrega** parciais ou totais remanescentes, a **câmara** identifica as instruções de **liquidação** credoras que deixarão de receber **ativos**, seguindo os critérios dispostos na subseção 9.1.1.2.1;

7. A **câmara** otimiza a **compensação** de instruções de **liquidação** credoras com instruções de **liquidação** devedoras, a fim de minimizar **falhas de entrega**, seguindo os critérios dispostos na subseção 9.1.1.2.1;

8. A **câmara** finaliza o processo de **entrega** de **ativos** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária** da B3, caracterizando as instruções de **liquidação** conforme o resultado final deste processo, ou seja:

    a. Liquidadas: instruções devedoras que foram liquidadas em alguma das etapas do processo de **entrega** de **ativos** e instruções credoras que foram liquidadas no processo de otimização de instruções, conforme subseção 9.1.1.2.2.1, e que, portanto, receberão os ativos no horário de crédito dos **ativos**;

    b. A serem liquidadas: instruções credoras que receberão **ativos** no horário de crédito dos **ativos** às 15h50;

    c. Parcialmente liquidadas: instruções devedoras ou credoras que foram liquidadas parcialmente ao término do processo regular de **entrega** de **ativos**; e

    d. Não liquidadas: instruções devedoras ou credoras que não foram liquidadas ao término do processo regular de **entrega** de **ativos**.

9. A quantidade não liquidada ao término do processo regular de **entrega** de **ativos** gera as **posições** de **falha de entrega** ou de recompra, conforme a subseção 9.1.5.2.

9.1.1.2.1. Processo de identificação de instruções credoras não liquidadas

O algoritmo de identificação de instruções credoras não liquidadas, utilizado em dois momentos durante o processo de **entrega** de **ativos**, conforme disposto na subseção 9.1.1.2, tem o objetivo de definir quais instruções de **liquidação** credoras deixarão de receber **ativos** em função de **falhas de entrega** de instruções de **liquidação** devedoras, de acordo com os seguintes critérios:

1. Somente são consideradas as instruções de **liquidação** credoras que possuem o mesmo **ativo** e a mesma data de **liquidação** da instrução de **liquidação** devedora;
2. O primeiro critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **participante de negociação pleno** ou do mesmo **participante de liquidaçã**o e do mesmo **agente de custódia** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade;
3. O segundo critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **participante de negociação pleno** ou do mesmo **participante de liquidação** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade;
4. O terceiro critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **membro de compensação** e do mesmo **agente de custódia** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade; e
5. O quarto critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **membro de compensação** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade.

Caso os critérios acima não sejam suficientes para determinar as instruções credoras que deixarão de receber **ativos**, a **câmara** determinará, em ordem decrescente de quantidade, as instruções credoras que não serão liquidadas.

9.1.1.2.2. Processo de otimização de compensação de ativos

A otimização de **compensação** de **ativos** é o processo de **liquidação** de uma instrução de débito por meio da verificação de instruções credoras de mesmas características, considerando os seguintes critérios:

1. Somente são consideradas as instruções de **liquidação** devedoras caracterizadas, até o início do processo de otimização, como não liquidadas ou como parcialmente liquidadas;
2. Somente são consideradas as instruções de **liquidação** credoras que possuam, até o início do processo de otimização, quantidade a ser liquidada superior a 0 (zero);
3. O sistema busca instruções de **liquidação** credoras para liquidar instruções de **liquidação** devedoras, desde que ambas as instruções sejam do mesmo **ativo**, mesmo **participante de negociação pleno** ou mesmo **participante de liquidação**, mesmo **agente de custódia**, mesma **conta de depósito** e que as **carteiras** sejam permitidas para compensação, de acordo com o disposto na subseção 8.1.2, independentemente da data de negociação que originou a instrução de **liquidação**; e
4. A quantidade das instruções de **liquidação** devedoras considerada liquidada é a quantidade mínima entre a quantidade a ser liquidada da instrução de **liquidação** credora e a quantidade não liquidada da instrução de **liquidação** devedora.

9.1.1.3. Entrega de ativos custodiados no SELIC

O processo de **transferência de ativos** da **conta de depósito de título público federal** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** no SELIC compreende as seguintes etapas:

1. Para cada **conta de depósito de título público federal**, caso haja instruções de **liquidação** de naturezas opostas para o mesmo **ativo**, a mesma **conta** sob o mesmo **participante de negociação pleno** ou sob o mesmo **participante de liquidação** e o mesmo grupo de **liquidação**, a menor quantidade entre as duas instruções é considerada liquidada nas instruções de débito e de crédito para **finalidades** que aceitem **compensação**, conforme disposto na subseção 8.1.3. Considera-se grupo de **liquidação** a característica da instrução de

liquidação como sendo: (i) primeira tentativa de **entrega**; (ii) instruções de **falha de entrega** de dias anteriores; ou (iii) instruções geradas a partir de cancelamento de recompra;

2. Em seguida, a **câmara** procede à **entrega** de **ativos** que estejam depositados na **conta de depósito de título público federal** e nas **finalidades** assinaladas nas instruções de **liquidação** de débito, até a quantidade apontada nas instruções de **liquidação**;

3. Se houver **falhas de entrega** parciais ou totais, a **câmara** identifica as instruções de **liquidação** credoras que deixarão de receber **ativos**, seguindo os critérios dispostos na subseção 9.1.1.2.1;

4. Para as instruções de **liquidação** devedoras que permanecerem não liquidadas ou parcialmente liquidadas após as etapas anteriores, a **câmara** aciona o mecanismo de **empréstimo** compulsório de **ativos**;

5. Se houver **falhas de entrega** parciais ou totais remanescentes, a **câmara** identifica as instruções de **liquidação** credoras que deixarão de receber **ativos**, seguindo os critérios na subseção 9.1.1.2.1;

6. A **câmara** realiza o processo de tratamento de **falha de entrega** de **ativos** de renda fixa pública, conforme a subseção 9.1.5.2.3;

7. A **câmara** finaliza o processo de **entrega** de **ativos** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** no SELIC, caracterizando as instruções de **liquidação** conforme o resultado final desse processo, ou seja:

    a. Liquidada: instruções devedoras que foram liquidadas em alguma das etapas do processo de **entrega** de **ativos** e que, portanto, receberão os **ativos** no horário de crédito de **ativos**;

    b. A ser liquidada: instruções credoras que receberão **ativos** no horário de crédito de **ativos** às 15h50;

    c. Parcialmente liquidada: instruções devedoras ou credoras que foram liquidadas parcialmente ao término do processo de **entrega** de **ativos**;

d. Não liquidada: instruções devedoras ou credoras que não foram liquidadas ao término do processo de **entrega** de **ativos**; e

e. Tratada: instruções devedoras que receberam o tratamento de **falha de entrega** pela **câmara**, conforme o procedimento descrito na subseção 9.1.5.2.3; e

8. A quantidade não liquidada ao término do processo de **entrega** de **ativos** gera as **posições** de recompra, conforme a subseção 9.1.5.2.3.

9.1.1.3.1. Processo de identificação de instruções credoras não liquidadas

O algoritmo de identificação de instruções credoras não liquidadas, utilizado em dois momentos durante o processo de **entrega** de **ativos**, conforme disposto na subseção 9.1.1.2, tem o objetivo de definir quais instruções de **liquidação** credoras deixarão de receber **ativos** em função de **falhas de entrega** de instruções de **liquidação** devedoras, de acordo com os seguintes critérios:

1. Somente são consideradas as instruções de **liquidação** credoras que possuam o mesmo **ativo** e a mesma data de **liquidação** da instrução de **liquidação** devedora;

2. O primeiro critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **participante de negociação pleno** ou do mesmo **participante de liquidaçã**o e do mesmo **agente de custódia** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade;

3. O segundo critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **participante de negociação pleno** ou do mesmo **participante de liquidação** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade;

4. O terceiro critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **membro de compensação** e do mesmo **agente de custódia** da instrução

de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade; e

5. O quarto critério é buscar instruções de **liquidação** credoras do mesmo **membro de compensação** da instrução de **liquidação** devedora com **falha de entrega** de **ativos**, em ordem decrescente de quantidade.

Caso os critérios acima não sejam suficientes para determinar as instruções credoras que deixarão de receber **ativos**, a **câmara** determinará, em ordem decrescente de quantidade, as instruções credoras que não serão liquidadas.

9.1.1.4. Entrega de mercadorias

Os derivativos de *commodities* agrícolas negociados no **ambiente de negociação** da B3 podem ser elegíveis à **liquidação** por **entrega**, conforme os prazos e as condições específicos de cada contrato.

Na **liquidação** por **entrega** de *commodities* agropecuárias considera-se habilitado a **entrega**/recebimento:

1. O lote de **mercadoria** que esteja em conformidade com os padrões estabelecidos no respectivo contrato, devidamente classificado por empresa(s) credenciada(s) ou pela B3 e devidamente depositado em unidades armazenadoras credenciadas, conforme a **mercadoria**;
2. O **comitente** vendedor que comprove, por meio de documentação específica, a titularidade dos lotes da **mercadoria** a serem entregues;
3. O **comitente** vendedor que, além dos itens anteriores, possua **posição** vendida no contrato futuro elegível à **liquidação** por **entrega**; e
4. O **comitente** comprador, com **posição** comprada no contrato futuro elegível à **liquidação** por **entrega**, que não tenha restrições, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor, ao recebimento físico da **mercadoria**-objeto do contrato futuro.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

O processo de **liquidação** por **entrega** de contratos referenciados em *commodities* agropecuárias é composto de oito etapas, descritas na tabela a seguir.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	**D+0 do cadastro da solicitação de entrega (de acordo com a data estipulada em cada contrato)**	**Até às 18h00**	• **Participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** vendedor cadastra a solicitação de **entrega** através do **aviso de entrega** ou **aviso da intenção de entrega**, conforme o contrato, mediante: (i) envio da documentação requerida, conforme determinado em contrato; e (ii) **registro** eletrônico da solicitação, no sistema de classificação e **liquidação** física da **câmara**. O envio da documentação e a liberação da solicitação podem, conforme o contrato, serem efetuados pelo estabelecimento depositário onde a **mercadoria** encontra-se armazenada.
2	**D+0 do cadastro da solicitação de entrega (de acordo com a data estipulada em cada contrato)**	**Até às 20h00**	• **Câmara** aprova ou reprova a solicitação de **entrega** cadastrada, após a conferência da documentação recebida e das informações registradas no sistema.
3	**D+n (prazo de acordo com cada contrato)**	**10h00 às 18h00**	• **Câmara** disponibiliza aos **participante**s **de negociação plenos** ou aos **participantes de liquidação** responsáveis pelos **comitentes** compradores a informação acerca da solicitação de **entrega** aprovada por meio dos sistemas da B3.

4	**D+n (prazo de acordo com cada contrato)**	**Até às 18h00**	• No caso de solicitação de **entrega** por meio de **aviso de entrega**: **comitentes** compradores, através de seus **participantes de negociação plenos** ou seus **participantes de liquidação**, escolhem a **mercadoria** a ser recebida, dentre todos os **avisos de entrega** disponíveis e seguindo a ordem de antiguidade das **posições**. Não havendo interessados pelo recebimento da **mercadoria**, no todo ou em parte, a B3 efetua, após às 18h00, a determinação de compradores para os lotes de **mercadoria** designados nos **avisos de entrega** disponíveis, de forma automática e seguindo a ordem de antiguidade das **posições**. • No caso de solicitação de **entrega** por meio de **aviso de entrega**, a B3 efetua, após às 18h00, a determinação de compradores para os lotes de **mercadoria** designados nos **avisos de entrega** disponíveis, de forma automática e seguindo a ordem de antiguidade das **posições**.
5	**D+n, em data posterior a etapa 4 (prazo de acordo com cada contrato)**	**-**	• **Participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** comprador que tenha escolhido o **aviso de entrega** ou que tenha sido indicado pela B3 efetua o **registro**, no sistema de classificação e **liquidação** física da **câmara**, dos dados para faturamento da **mercadoria**, conforme o contrato. • **Participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** vendedor deve encaminhar a nota fiscal à **câmara**, que então a envia ao **participante de negociação pleno** ou ao **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** comprador. O prazo para envio da nota fiscal à **câmara** é estabelecido em contrato.
6	**D+n, em data posterior a etapa 5 (prazo de acordo com cada contrato)**	**Até às 14h50**	• **Pagamento** à **câmara** do valor financeiro da **liquidação** devido pelo **comitente** comprador, por meio do **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** responsável.

7	**D+n, após a efetivação da liquidação do comitente comprador (prazo de acordo com cada contrato)**	**-**	• **Câmara** encaminha vias impressas da **ordem de entrega por liquidação física** ao **participante de negociação pleno** ou ao **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** comprador e ao estabelecimento depositário onde a **mercadoria** encontra-se armazenada. • A partir de então, o **comitente** comprador pode retirar a **mercadoria** no estabelecimento depositário indicado pelo **comitente** vendedor.
8	**D+n, em data posterior a etapa 7 (prazo de acordo com cada contrato)**	**-**	• **Pagamento** da **câmara** do valor financeiro da **liquidação** devido ao **comitente** vendedor, por meio do **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** responsável.

Tabela 11

Para os contratos que preveem o **termo de qualidade e recebimento** (TQR), a B3 considera como entregues os lotes:

1. No recebimento do TQR enviado à **câmara** pelo **comitente** comprador, ou por seu substituto, atestando a conformidade da **mercadoria** recebida; ou

2. Ao término do prazo estabelecido para envio do TQR, definido conforme o contrato.

Para os **derivativos** que não preveem o envio do **termo de qualidade e recebimento** (TQR) à **câmara**, esta considera como entregue a **mercadoria** que tiver sido (i) paga pelo **comitente** comprador, (ii) não questionada pelo **comitente** comprador com relação à **qualidade** ou armazenagem da referida **mercadoria** no prazo estabelecido em cada contrato, e (iii) faturada pelo **comitente** vendedor até o término do prazo estabelecido em cada contrato.

Determinados contratos preveem **entrega**/recebimento da **mercadoria** conforme cadência prevista em programação definida pelo **comitente** comprador ou pelo

comitente vendedor. Para tanto, tal programação deve ser comunicada à **câmara** através do envio da **programação de entrega**.

Determinados contratos estabelecem procedimentos específicos para o caso de **mercadorias** destinadas à exportação, como a exigência de documentação declaratória e comprobatória de tal destinação, para as devidas providências, especialmente no se refere aos tributos.

O **comitente** vendedor que decidir não efetuar a **entrega** da **mercadoria** ou o **comitente** comprador que decidir não receber a **mercadoria** deve, obrigatoriamente, encerrar sua **posição** até o final do período de negociação do contrato.

Sem prejuízo das sanções previstas no regulamento da **câmara**, de acordo com o estabelecido em cada contrato, a **câmara** pode aplicar **multas** ou outras penalidades aos **comitentes** compradores ou vendedores, no caso de atrasos no envio das documentações relacionadas à **entrega** de **mercadoria** ou notas fiscais.

9.1.1.4.1. Indicação de terceiros para recebimento e para entrega de mercadorias

A **câmara** faculta aos **comitentes** comprador e vendedor residentes indicar terceiros, respectivamente, para recebimento e para a **entrega** da **mercadoria**.

É obrigatório aos **comitentes** comprador e vendedor não residentes, nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024, indicar terceiros, respectivamente, para o recebimento e para a **entrega** da **mercadoria**, sendo que:

1. O **comitente** vendedor não residente deve indicar um terceiro, residente no Brasil, a quem são cedidos os direitos e as obrigações da **entrega**; e

2. O **comitente** comprador não residente deve indicar um terceiro, residente no Brasil, a quem são cedidos os direitos e as obrigações da **entrega**. Caso

o **comitente** comprador não residente tenha a intenção de receber a **mercadoria**, o terceiro indicado deverá ser constituído seu representante legal, para, em seu nome, providenciar o transporte e o embarque da **mercadoria** para exportação e atender às eventuais exigências dos órgãos públicos competentes.

O terceiro indicado deve fornecer todas as informações para faturamento, assumindo toda e qualquer obrigação de ordem financeira, comercial ou tributária, dentre outras, decorrente ou relacionada ao respectivo contrato, até sua **liquidação** final. Conforme o contrato, o terceiro indicado deve estar devidamente cadastrado como cliente do **participante de negociação pleno** intermediador da **entrega** e, conforme o caso, do **participante de liquidação** e/ou do **participante de negociação**.

A indicação de terceiros deve ocorrer, no caso do **comitente** vendedor, quando do **registro** da solicitação de **entrega** e, no caso do **comitente** comprador, até o momento de envio das informações para faturamento.

Os **comitentes** comprador e vendedor originais permanecem responsáveis por todas as obrigações dos terceiros por eles indicados até a **liquidação** final do contrato, inclusive com a possibilidade de execução de **garantias** desses **comitentes** para cumprimento das obrigações de terceiros por eles indicados.

9.1.2. Pagamento dos devedores líquidos em recursos financeiros à câmara

Essa etapa é realizada por meio da:

1. **Liquidação** dos **membros de compensação** por meio de transferências no sistema STR do BCB;

2. **Liquidação** dos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** titulares de **conta CELP** no Banco B3 S.A.;

3. **Liquidação** dos **comitentes** detentores de **conta CEL** no Banco B3 S.A.; ou

4. **Liquidação** de **comitentes** não residentes, nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024, por meio da instituição financeira contratada pela **câmara** para prestação desse serviço no exterior.

9.1.2.1. Liquidação dos membros de compensação

A **liquidação** multilateral entre a **câmara** e seus **membros de compensação** ocorre por meio da movimentação de reservas entre a **conta de liquidação da câmara** e as **contas Reservas Bancárias** ou as **contas de Liquidação** dos **liquidantes**, via sistema STR do BCB. A comunicação sobre tais movimentações entre a **câmara**, os **liquidantes** e o BCB é feita por meio de **mensagens LDL.**

A **liquidação** dos **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação** envolve o **pagamento** dos devedores à **câmara** e o **pagamento** da **câmara** aos credores.

1. **Pagamentos** à **câmara**. Período que se estende da abertura ao término da etapa de créditos em favor da **câmara**, das 14h10 às 14h50. Para tanto:

   i. Os **membros de compensação** devem depositar, junto aos respectivos **liquidantes**, os recursos correspondentes a seus saldos devedores; e

   ii. Os **liquidantes** devem enviar as correspondentes ordens de crédito em favor da **câmara**.

Sem prejuízo da obrigação assumida pelos **membros de compensação** em liquidar seus **saldos líquidos multilaterais** perante a **câmara**, a **liquidação** financeira entre os **participantes** deve ocorrer antes da **janela de liquidação** da **câmara**, na seguinte ordem: (i) até às 13h30, os **comitentes** devedores liquidam com os respectivos

participantes de negociação plenos, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** ou **participantes estrangeiros**, conforme o caso; (ii) até às 13h40, os **participantes de negociação** ou **participantes estrangeiros** liquidam com os respectivos **participantes de negociação plenos**; e (iii) até às 14h00, os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** liquidam com seus respectivos **membros de compensação**.

9.1.2.2. Liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL)

A **liquidação** por meio da **conta CEL** é um mecanismo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral** diretamente entre os **comitentes** e a **câmara**.

A **conta CEL** é uma **conta** especial mantida e administrada pelo Banco B3 S.A. com características de conta corrente, de titularidade do **comitente**, por meio da qual ocorre a **liquidação** financeira de seus direitos e obrigações com a **câmara**, de forma segregada dos fluxos financeiros do **participante de negociação pleno**, do **participante de liquidação** e do **membro de compensação** responsáveis. Essa **conta** deve ser utilizada exclusivamente para a movimentação de recursos inerentes ao processo de **liquidação** e ao **depósito** e à retirada **de garantias** em moeda nacional.

9.1.2.2.1. Habilitação à liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL)

Podem habilitar-se à **liquidação** via **conta CEL**: as instituições financeiras não detentoras de **conta Reservas Bancárias** ou de **conta de Liquidação**; os fundos e as classes de cotas de fundos de investimento; os **comitentes** não residentes nos termos da Resolução CMN 4.373; e outras entidades, a critério da B3.

A concessão da condição de titular da **conta CEL** ao **comitente** é realizada por meio do seguinte processo:

1. Solicitação da condição de titular da **conta CEL** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável pelo **comitente**;

2. Avaliação, pela B3, da adequação do **comitente** a níveis mínimos de volume de negociação por ela determinados;

3. Aprovação da concessão à condição de titular da **conta CEL**; e

4. Solicitação de abertura da **conta CEL** no Banco B3 S.A. pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** à área responsável pelo **cadastro** de **participantes** da B3.

Pode ser cancelada a autorização para **liquidação** via **conta CEL** concedida ao **comitente**, e, por conseguinte, encerrada a **conta CEL**, nas seguintes situações:

1. Se a **conta CEL** não for movimentada por período superior a 90 (noventa) dias;

2. Se evidenciado o não atendimento, pelo **comitente**, pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável, dos requisitos para a concessão, bem como das condições e dos procedimentos estabelecidos no regulamento da **câmara**, neste manual de procedimentos operacionais e nos demais normativos editados pela B3;

3. A pedido do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável, mediante correspondência encaminhada à B3 com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

4. Se encerrado o relacionamento comercial entre o **comitente** e o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**; e

5. Em outras situações, a critério da B3.

9.1.2.2.2. Responsabilidades na liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL)

Apesar da segregação entre o valor de **liquidação** do **comitente** e os fluxos financeiros do **participante de negociação pleno**, ou do **participante de liquidação**, e do **membro de compensação**, a utilização da **conta CEL** não altera os direitos e as obrigações entre os **participantes** e o **comitente**. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, conforme o caso, permanece responsável perante os **membros de compensação**, pela **liquidação** das **operações** próprias e de seus **comitente**s, e os **membros de compensação** figuram como responsáveis por todos os **pagamentos** perante a **câmara**. Assim, caso o saldo da **conta CEL** do **comitente** seja, por qualquer razão, insuficiente para o **pagamento** de suas obrigações, os valores por ele devidos devem ser pagos pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável ao seu **membro de compensação** e, por este, à **câmara**.

Os horários para a **liquidação** via **conta CEL** estão contidos na **janela de liquidação pelo saldo líquido multilateral** dos **membros de compensação** por meio do sistema STR, uma vez que, havendo falha na **liquidação** via **conta CEL**, são transferidas aos **membros de compensação** e ao **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsáveis as obrigações do **comitente**.

9.1.2.2.3. Procedimentos de liquidação via conta especial de liquidação (conta CEL)

O processo de **liquidação** por meio da **conta CEL** é efetivado através da transferência de recursos entre e a **conta Reservas Bancárias** do Banco B3 S.A. e a **conta de liquidação da câmara.** O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, conforme o caso, com base em informações disponibilizadas pela **câmara** por meio de arquivos e telas, informa ao **comitente** o valor a liquidar no dia.

Mediante a confirmação da transferência dos valores devedores depositados em **conta CEL** para a **conta de liquidação da câmara,** pelo Banco B3 S.A., fica impedido aos **membros de compensação**, os **participantes de negociação pleno** ou os **participantes de liquidação** vinculados ao **comitente,** o acionamento do mecanismo de restrição de **entrega** da **posição** da **conta CEL**, uma vez que foi honrado o pagamento da obrigação financeira.

9.1.2.3. Liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP)

O procedimento especial de **liquidação** é um mecanismo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral** em moeda nacional diretamente entre (i) o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** e (ii) a **câmara**, através do Banco B3 S.A, via **conta CELP**.

A **conta CELP** é uma **conta** especial mantida e administrada pelo Banco B3 S.A., com característica de conta corrente, de titularidade do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, por meio da qual ocorre a **liquidação** financeira de seus direitos e obrigações diretamente com a **câmara**, de forma segregada do fluxo financeiro do **membro de compensação** responsável. Essa **conta** deve ser utilizada exclusivamente para a movimentação de recursos inerentes ao processo de **liquidação** e para movimentação de **garantias** em moeda nacional.

A **liquidação** via **conta CELP** somente pode ser realizada mediante determinação da B3, que deverá enviar notificação aos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** e o **membro de compensação** a respeito do acionamento deste procedimento especial, por meio de contato telefônico, correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação. A ausência de confirmação de recebimento dessa notificação pelo **membro de compensação** não impactará o processo de **liquidação** via **conta CELP**.

A **conta CELP** é criada pela **câmara**, seguindo os procedimentos estabelecidos pelo Banco B3 S.A., para o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** que não atue como seu próprio **membro de compensação**.

9.1.2.3.1. Responsabilidades na liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP)

A consequente segregação entre os valores de **liquidação** dos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** e o fluxo financeiro do **membro de compensação**, mediante utilização da **conta CELP**, não altera os direitos e as obrigações do **membro de compensação** e dos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação**. O **membro de compensação** permanece responsável perante a **câmara** pela **liquidação** das **operações** de seus **participantes**. Assim, caso o saldo da **conta CELP** do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** seja, por qualquer razão, insuficiente para a **liquidação** de suas obrigações, o valor por ele devido deve ser pago pelo **membro de compensação**.

Os horários para a **liquidação** via **conta CELP** estão contidos na **janela de liquidação pelo saldo líquido multilateral** dos **membros de compensação** por meio do sistema STR, uma vez que, havendo falha na **liquidação** via **conta CELP** de um **participante**, a responsabilidade pelo adimplemento da obrigação permanecerá atribuída ao **membro de compensação**.

9.1.2.3.2. Procedimentos de liquidação via conta especial de liquidação de participante (conta CELP)

O processo de **liquidação** por meio da **conta CELP** é realizado através da transferência de recursos entre e a **conta Reservas Bancárias** do Banco B3 S.A. e a **conta de liquidação da câmara**.

Mediante a confirmação da transferência dos valores devedores depositados em **conta**

CELP para a **conta de liquidação da câmara**, pelo Banco B3 S.A., fica impedido aos **membros de compensação** vinculados aos **participantes de negociação plenos** ou os **participantes de liquidação**, o acionamento do mecanismo de restrição de **entrega** da **posição** da **conta CELP**, uma vez que foi honrado o pagamento da obrigação financeira.

9.1.2.4. Liquidação de comitentes não residentes – Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024

O **comitente** não residente nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024 é o **investidor** não residente que negocia contratos agropecuários da B3 e liquida suas **operações** em dólares dos Estados Unidos da América.

9.1.2.4.1. Processo de liquidação de comitentes não residentes – Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024

As obrigações e os direitos dos **comitentes** não residentes nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024 são liquidados em dólares dos Estados Unidos da América, diretamente com a **câmara**, na praça de Nova Iorque, EUA, por meio de instituição financeira contratada pela **câmara** para prestação deste serviço.

Alternativamente à **liquidação** direta com o **comitente** não residente, a **câmara** pode, a seu critério, autorizar que a **liquidação** seja efetuada com a instituição responsável no exterior pelo **comitente** não residente, desde que devidamente comprovada a relação com o **comitente** e com a anuência do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**.

Na eventualidade do **comitente** não residente não honrar a **liquidação** de suas obrigações junto à **câmara**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pela **operação** assume a responsabilidade perante seu **membro de compensação** e este último, perante a **câmara**, para **liquidação** no mesmo dia, em

moeda nacional. Desse modo, os horários para a **liquidação** do **comitente** não residente nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024 estão contidos na **janela da liquidação** dos **membros de compensação**.

Em caso do não **pagamento** do **comitente** não residente até o horário-limite estabelecido neste manual e caso haja solicitação do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** para que o valor não depositado não seja incorporado ao **saldo líquido multilateral** definitivo, a **câmara** poderá, a seu exclusivo critério:

1. Bloquear as **garantias** disponíveis do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável, em montante no mínimo equivalente ao valor devido; e

2. Estender o horário para a efetivação do **pagamento** do valor devido até às 16h00 do mesmo dia. Não ocorrendo tal **pagamento** até às 16h00 do mesmo dia, a **câmara** exigirá do **membro de compensação** responsável que efetue o **pagamento** no mesmo dia e, confirmado o recebimento, desbloqueará as **garantias** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**. A informação do valor a ser liquidado é enviada ao **liquidante** do **membro de compensação** pela **mensagem LDL**0013.

9.1.3. Entrega de ativos aos credores em ativos e pagamento aos credores líquidos em recursos financeiros

Nessa etapa, a **câmara** coordena a **entrega** dos **ativos** contra o **pagamento** do valor financeiro de forma simultânea, final e irrevogável, instruindo:

- O débito de sua **conta de liquidação de ativos** mantida na **central depositária da B3** ou no SELIC e o crédito na **conta de depósito** ou na **conta de depósito de título público federal**, conforme o **ativo**, credora líquida de **ativos.** Para operações de **empréstimo** de cotas de ETF de renda fixa, a **câmara** considera o

regime (LIFO/FIFO) cadastrado na **conta de depósito** do **doador** para atualização do seu saldo analítico, com as informações de preço e data de aquisição dos **ativos** doados, na **central depositária da B3**; e

- O débito de sua **conta de Liquidação** de recursos financeiros mantida no STR e o crédito aos **membros de compensação** credores líquidos por meio de seus **liquidantes**.

9.1.4. Grade de horários

As atividades de **liquidação** seguem a seguinte grade de horários:

Etapa	Horário	Evento	Mensagem no STR
1	**06h30 às 06h45**	• **Câmara** informa a abertura para **liquidação**.	LDL0028
2	**07h00 às 07h30**	• **Câmara** comunica aos **liquidantes** os valores provisórios dos **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação**. • **Câmara** comunica ao Banco Central do Brasil os valores provisórios a serem liquidados pelos **liquidantes**.	LDL0001 LDL0002
3	**07h00 às 10h30**	• **A câmara** pode processar ciclicamente tentativas de **transferência de ativos** da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3.**	
4	**07h30**	• Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+1 da **operação**, a **câmara** informa o **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito** alocada e solicita autorização ou rejeição de **entrega**, quando aplicável.	
5	**07h30 às 13h30**	• **Membros de compensação**, **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação** e **comitentes** indicam/depositam **garantias** para atendimento de chamada de **margem**, de acordo com o disposto no manual de administração de risco da **câmara**. • Horário-limite para o depósito da parcela de **margem** a ser atendida em recursos financeiros	-

		em moeda nacional na **conta CEL** ou na **conta CELP**.
6	**11h00**	• Para o **mercado de renda variável**, a **câmara** faz o processamento regular da transferência de **ativos** da **conta de depósito** do **comitente** devedor líquido de **ativos** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3**.
7	**até às 10h30**	Para **liquidação** de **comitentes** não residentes nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024: • **Participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** informam à **câmara** os valores de corretagem para incorporação no **saldo líquido multilateral** do **comitente**.
8	**12h00**	Para **liquidação** de **comitentes** não residentes nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução Conjunta BCB e CVM 13/2024: • Horário-limite para a transferência dos valores devedores dos **comitentes** não residentes para a **conta** da **câmara** na instituição financeira contratada pela B3 no exterior, para a **liquidação** das **operações**.
9	**12h00**	Para o **mercado de renda fixa pública**, a **câmara** processa a **entrega** de **ativos**, transferindo o título de renda fixa pública da **conta de depósito Selic** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara**, ambas mantidas no SELIC.
10	**Até às 12h30**	• Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+0 da **operação,** o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** efetua a **alocação** da **operação**, informando, quando aplicável, o **agente de custódia**, a **conta de depósito** do **comitente** sob o **agente de custódia** e a **carteira**.

11	**12h30**	• Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+0 da **operação**, a **câmara** informa o **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito** alocada e solicita autorização ou rejeição de **entrega**, quando aplicável.
12	**Até às 13h00**	• Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+0 da **operação, agente de custódia** deve aceitar ou recusar, total ou parcialmente, a **entrega** de títulos que lhe foi direcionada, quando aplicável. • Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+1 da **operação**, o **agente de custódia** deve aceitar ou recusar, total ou parcialmente, a **entrega** de **ativos** que lhe foi direcionada, quando aplicável.
13	**13h00**	• Para o **mercado de renda fixa privada** com **liquidação** em D+0 da **operação**, a **câmara** processa a **entrega** de **ativos**, transferindo o título de renda fixa privada da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3**. • Para os mercados de ouro **ativo** financeiro e de renda fixa privada com **liquidação** em D+1 da **operação**, a **câmara** processa a **entrega** de **ativos**, transferindo o título da **conta de depósito** do **comitente** devedor para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária da B3**.
14	**13h45**	Para **liquidação** por meio da **conta CELP**: • Horário-limite para a transferência para a **conta CELP** do valor devido pelo **participante** devedor. • **Câmara** exclui dos **saldos líquidos multilaterais** provisórios dos respectivos **membros de compensação**: (i) os valores devedores depositados em **contas CELP**; e (ii) os valores

		credores autorizados para **liquidação** via **conta CELP**. Para **liquidação** por meio da **conta CEL**: • Horário-limite para: (i) a transferência para a **conta CEL** do valor devido pelo **comitente** devedor; e (ii) que o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor determine o não pagamento via **conta CEL**. **Câmara** exclui dos **saldos líquidos multilaterais** provisórios dos respectivos **participantes de negociação**, **participantes estrangeiros**, **participantes de negociação plenos** ou **participantes de liquidação** e **membros de compensação**: (i) os valores devedores depositados em **contas CEL**; e (ii) os valores credores autorizados para **liquidação** via **conta CEL**.	
15	**Até às 13h30**	• **Liquidação** dos **comitentes** devedores a favor dos **participantes de negociação plenos**, dos **participantes de liquidação**, dos **participantes de negociação** ou dos **participantes estrangeiros**, conforme o caso. • **Liquidação** dos **participantes de negociação** ou dos **participantes estrangeiros** de **comitentes** devedores a favor dos **participantes de negociação plenos**.	
16	**Até às 14h00**	• **Liquidação** dos **participantes de negociação plenos** ou dos **participantes de liquidação devedores** a favor dos **membros de compensação**.	
17	**14h10 às 14h15**	• **Câmara** comunica aos **liquidantes** os valores definitivos dos **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação**. • **Câmara** comunica ao Banco Central do Brasil os valores definitivos a serem liquidados pelos **liquidantes**.	LDL0001 LDL0002

18	**14h10 às 14h30**	• **Liquidantes** confirmam a disponibilidade de recursos dos **membros de compensação** para **liquidação** das obrigações, discriminando as parcelas disponíveis dos **saldos líquidos multilaterais** de cada **membro de compensação**.	LDL0003
19	**Até às 14h50**	• **Liquidação** dos **membros de compensação** devedores: créditos a favor da **câmara** (**pagamentos** à **câmara**). • **Liquidantes** enviam solicitação de transferência de recursos de suas **contas Reservas Bancárias** ou **contas de Liquidação** para a **conta de liquidação da câmara**, liquidando os **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação** devedores.	LDL0004
20	**14h50 às 15h49**	• Verificação de falhas e execução de procedimentos para solução de falhas de pagamento.	-
21	**15h50**	• **Câmara** envia solicitação de transferência de recursos de sua **conta de Liquidação** para as **contas Reservas Bancárias** ou para as **contas de Liquidação** dos **liquidantes**, liquidando os **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação** credores.	LDL0005
		• **Câmara** efetua os **pagamentos** devidos aos **comitentes** não residentes credores.	
		• **Câmara** coordena a **entrega** dos **ativos** contra o **pagamento** do valor financeiro de forma simultânea, final e irrevogável, instruindo o débito de suas **contas de liquidação de ativos** mantida na **central depositária da B3** e no SELIC e o crédito, respectivamente nas **contas de depósito Selic** credora líquida de **ativos**.	
22	**15h55**	Para **liquidação** por meio da **conta CEL** ou **conta CELP:** • Horário-limite para o Banco B3 S.A. transferir os recursos recebidos da **câmara** para as devidas **contas CEL** ou **conta CELP**.	
23	**06h30 às 18h29**	• **Câmara** e **liquidantes** realizam a devolução de créditos indevidos, quando aplicável.	LDL0006
24	**18h30**	• **Câmara** informa o fechamento para **liquidação**.	LDL0029

Tabela 12

9.1.4.1. Alteração do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR)

Quando fatos extraordinários o justificarem, o BCB poderá realizar a declaração excepcional de alteração do horário de funcionamento do STR. A **câmara** poderá determinar a mudança de seus horários de **liquidação** e dos processos relacionados, caso a alteração do horário de funcionamento do STR impacte tais processos.

Caso haja postergação do horário de fechamento do STR para após às 23h59 da sessão específica, os **liquidantes** deverão estar aptos a realizar o processamento de **liquidação** referente à data de **liquidação** ainda vigente.

9.1.5. Tratamento de falha

9.1.5.1. Falha de pagamento do saldo líquido multilateral

Na inobservância dos prazos estabelecidos para os procedimentos da **liquidação** dos **membros de compensação**, a **câmara** aciona os mecanismos de tratamento de falhas em recursos financeiros, de acordo com os procedimentos estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**.

Falhas em recursos financeiros acarretam a aplicação de **multas**. O valor da **multa** por atraso no **pagamento** do **saldo líquido multilateral** é um percentual do valor financeiro do atraso e varia conforme o tempo de regularização, sendo limitado por valores mínimos e máximos.

A tabela a seguir descreve os percentuais e os valores aplicados.

	Tempo de regularização		
	Até 15 minutos	De 15 minutos a 3 horas	A partir de 3 horas
Percentual de **multa**	0,5%	0,75%	1%
Valor mínimo de **multa**	R$5.000,00	R$7.500,00	R$10.000,00
Valor máximo de **multa**	R$50.000,00	R$100.000,00	R$200.000,00

Tabela 13

Os percentuais previstos na tabela 13 são dobrados a cada reincidência de atraso de **pagamento** pelo **membro de compensação**. Após 12 (doze) meses consecutivos sem a observação de ocorrência de atrasos, os percentuais retornam para os valores originais da tabela.

O horário considerado para determinação do tempo de regularização do **membro de compensação** perante a **câmara** é o horário em que os recursos financeiros forem creditados na **conta de liquidação da câmara** no sistema STR, constante na **mensagem** de resposta do BCB.

As **multas** por atraso de pagamento serão cobradas por meio de lançamento no **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** responsável no dia seguinte da falha e destinadas às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

9.1.5.1.1. Mecanismo de restrição

O mecanismo de restrição permite:

1. À **câmara** restringir a **entrega** do **ativo** para os **comitentes** vinculados ao **membro de compensação** que não tenha honrado com a totalidade de seu **pagamento**;

2. Ao **membro de compensação** solicitar restrição à **entrega** da **posição** do **ativo** para os **comitentes** vinculados ao **participante de negociação pleno** ou ao **participante de liquidação** que não tenha honrado o seu **pagamento**;

3. Ao **participante de negociação pleno** e ao **participante de liquidação** solicitar restrição à **entrega** da **posição** do **ativo** para o **comitente** que não tenha honrado o seu **pagamento**; ou

4. Ao **agente de custódia** solicitar restrição à **entrega** da **posição** do **ativo** para o **comitente** que não tenha honrado seu **pagamento**.

Os **membros de compensação**, os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** e os **agentes de custódia** podem solicitar a restrição da **entrega** da **posição** do **ativo** até às 14h45 da data da **liquidação** da **operação**, e podem, também, solicitar o cancelamento da restrição da **entrega** do **ativo** (i) para os **mercados de renda variável** e **renda fixa privada**, até às 18h30 do mesmo dia; e (ii) para o **mercado de renda fixa pública**, até às 17h45 do mesmo dia.

Caso ocorra a solicitação do cancelamento da restrição da **entrega**, o **ativo** é entregue na **conta de depósito** definida no processo de **alocação**.

Caso não ocorra a solicitação do cancelamento da restrição da **entrega**, o **ativo** é entregue em **conta** de titularidade da **câmara**, do **membro de compensação**, do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** ou do **agente de custódia**, respeitando-se essa ordem em caso de existência de restrição por mais de um **participante**.

A **câmara** fornece o mecanismo de restrição para as **operações** realizadas em:

- **mercado de renda variável**;
- **mercado de renda fixa pública**; e
- **mercado de renda fixa privada.**

As solicitações de restrição da **entrega** e de cancelamento da restrição da **entrega** podem ser realizadas por meio de acesso ao sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagem** eletrônica para a **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara**.

9.1.5.2. Falha de entrega de ativos

9.1.5.2.1. Falha de entrega de ativos no mercado de renda variável

Em caso de **falha de entrega** da quantidade Q do **ativo** pelo **comitente** detentor de **saldo líquido multilateral** devedor de **ativo**, a **câmara** toma, na ordem apresentada, as seguintes providências.

(i) Contratação compulsória de **operação** de **empréstimo** do **ativo** pelo **comitente** devedor, sob a responsabilidade do **participante de negociação**, do **participante estrangeiro**, do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e do **membro de compensação** responsáveis pela **falha de entrega**, junto ao **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** mantido pela B3, cumprindo-se a obrigação de **entrega** da quantidade Q_1 do **ativo** ($Q_1 \leq Q$) obtida por meio dessa **operação**.

Caso $Q_1 = Q$, o tratamento de falha é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas.

(ii) Cobrança de **multa** do **comitente** faltoso, conforme critério estabelecido na subseção 9.1.5.

(iii) Denotando-se por Q_2 a quantidade ainda não liquidada ($Q_2 = Q - Q_1$), ocorrem em D:

1. A seleção dos **comitentes** credores de **ativo** que serão impactados pela não **entrega** da quantidade Q_2 do **ativo** (ou seja, que não receberão a

quantidade esperada do **ativo**) e da quantidade que não será entregue a cada um.

Essa seleção é definida por meio de algoritmo da B3, que busca preservar a **entrega** do **ativo** para aqueles que não estejam sob a responsabilidade dos **participantes** responsáveis pela **falha de entrega** e que sejam credores das menores quantidades do **ativo**;

2. O **registro** de **posição** de **falha de entrega** para cada **comitente** credor selecionado na etapa (iii)(1), tendo como efeito:
   a. A transferência, para D+1, da sua obrigação de **pagamento**, se houver, correspondente ao preço médio das **operações** com o **ativo** e à quantidade do **ativo** ainda não recebida;
   b. A transferência, para D+1, do seu direito de recebimento da quantidade do **ativo** ainda não recebida; e
   c. Caso a quantidade ainda não recebida pelo **comitente** credor corresponda à **liquidação** de **posição** doadora em contrato de **empréstimo** do **ativo**: o lançamento a crédito, no seu **saldo líquido multilateral** em moeda nacional, a liquidar em D+0, do valor dado pelo produto $q \times p$, onde q é a quantidade-objeto do contrato de **empréstimo** ainda não recebida e p é o preço de fechamento de D-1 do **ativo**.

   A **posição** de **falha de entrega** do **comitente** credor é considerada no cálculo de risco para fins de atualização da **margem** requerida desse **comitente** ou de seu **participante de negociação pleno** ou de seu **participante de liquidação**, conforme a modalidade de colateralização de **operações** do mercado à vista sob a qual o **comitente** atue; e

3. O **registro** de **posição** de **falha de entrega** para o **comitente** devedor faltoso, tendo como efeito:

a. A transferência, para D+1, da sua obrigação de **entrega** da quantidade Q_2 do **ativo**;

b. A transferência, para D+1, do seu direito de recebimento do **pagamento**, se houver, correspondente à quantidade Q_2 do **ativo**; e

c. Caso a quantidade Q_2 corresponda à **liquidação** de **posição** tomadora em contrato de **empréstimo** do **ativo**: o lançamento a débito, no seu **saldo líquido multilateral** em moeda nacional, a liquidar em D+0, do valor dado pelo produto $q' \times p$, onde q' é a quantidade-objeto do contrato de **empréstimo** ainda não entregue e p é o preço de fechamento de D-1 do **ativo**.

A **posição** de **falha de entrega** do **comitente** devedor é considerada no cálculo de risco, para fins de atualização da **margem** requerida do **comitente**, sendo vedada a colateralização dessa **posição** sob a modalidade de colateralização pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**.

Caso julgue necessário, a **câmara** pode optar pela não criação de **posição** de **falha de entrega** e proceder a criação de **posição** de recompra para evitar falhas intencionais na data fim do período determinado pelo **emissor**, para escolha pelos investidores de tratamento de **evento corporativo** sobre **ativo** específico. Neste cenário não há transferência para D+1 do valor de **liquidação** financeira da obrigação não cumprida. O acionamento deste dispositivo é oportunamente divulgado pela B3 por meio de Ofício Circular. Os procedimentos a serem observados no tratamento desta **posição** de recompra seguem o disposto nesta subseção, observando a redução de 1 (um) dia útil nos prazos de tratamento da **posição**, dado que a emissão da ordem de recompra ocorre na mesma data da **falha de entrega**.

(iv) Caso o **comitente** devedor faltoso cumpra integralmente a obrigação de **entrega** da quantidade Q_2 do **ativo** em D+1, estabelecida pela **posição** de **falha de entrega**, então em D+1:

1. A quantidade Q_2 é distribuída entre os **comitentes** credores, conforme a seleção da etapa (iii)(1), lançando-se como crédito no **saldo líquido multilateral** em **ativo** de cada um, a liquidar em D+1, a correspondente quantidade;
2. Para cada **comitente** credor selecionado na etapa (iii)(1), o valor financeiro correspondente à quantidade do **ativo** a ele creditada é lançado como débito no seu **saldo líquido multilateral** em moeda nacional a liquidar em D+1;
3. O valor financeiro correspondente à quantidade Q_2 do **ativo** é lançado como crédito no **saldo líquido multilateral** em moeda nacional do **comitente** devedor, a liquidar em D+1; e
4. Todas as obrigações e todos os direitos associados às **posições** de **falha de entrega** registradas em D são considerados liquidados em D+1 e as **posições** de **falha de entrega** são extintas, encerrando-se o tratamento da **falha de entrega**.

(v) Caso o **comitente** devedor faltoso cumpra parcialmente a obrigação de **entrega** da quantidade Q_2 do **ativo** em D+1, restando a quantidade Q_3 do **ativo** a entregar ($Q_3 \leq Q_2$), então ocorrem em D+1:

1. A contratação compulsória de **operação** de **empréstimo** do **ativo** pelo **comitente** devedor, sob a responsabilidade do **participante de negociação**, do **participante estrangeiro**, do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e do **membro de compensação** responsáveis pela **falha de entrega**, junto ao **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** mantido pela B3, cumprindo-se a obrigação de **entrega** da quantidade Q_4 do **ativo** obtida por meio

dessa **operação**. Caso Q_4 for igual a Q_3, o tratamento de falha é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas;

2. A cobrança de **multa** do **comitente** faltoso, conforme critério estabelecido na subseção 9.1.5;

3. A extinção das **posições** de **falha de entrega**;

4. O lançamento a débito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor de **ativo**, do valor financeiro correspondente à sua **falha de entrega**, dado pelo produto da quantidade do **ativo** não entregue pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de crédito provisório originalmente efetivado;

5. O lançamento a crédito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor de **ativo**, do valor financeiro dado pelo produto da quantidade de **ativo** a ele não entregue pelo preço médio do **ativo** que se previa receber em decorrência de todas as suas **posições.** Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de débito provisório originalmente efetivado;

6. O **registro** de **posição** de recompra para cada **comitente** credor que ainda não tenha recebido a quantidade total a ele devida, tendo como efeito a emissão pela **câmara**, para o **comitente** credor, de ordem de recompra da quantidade do **ativo** ainda não recebida por ele, cujas características e efeitos são descritos nas próximas seções.

   A **posição** de recompra do **comitente** credor é considerada no cálculo de risco para fins de atualização da **margem** requerida do **comitente** ou do seu **participante de negociação pleno** ou de seu **participante de liquidação**, conforme a modalidade de colateralização de **operações** do mercado à vista sob a qual o **comitente** atue; e

7. O **registro** de **posição** de recompra para o **comitente** devedor, tendo como efeito a obrigação de **pagamento** dos valores indicados nas próximas seções.

   A **posição** de recompra do **comitente** devedor é considerada no cálculo de risco, para fins de atualização da **margem** requerida do **comitente**, sendo vedada a colateralização dessa **posição** sob a modalidade de colateralização pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**.

9.1.5.2.1.1. Execução de ordem de recompra

O procedimento para execução da ordem de recompra é descrito a seguir.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	D+1 da data da **falha de entrega**	Até às 12h00	Emissão da ordem de recompra A ordem de recompra é emitida pela **câmara**, por meio de **registro** em sistema, em favor do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor.
2	Até D+3 da data da **falha de entrega**, inclusive	Horário de pregão	Execução da ordem de recompra A ordem de recompra deve ser executada pelo **participante de negociação pleno**; caso a ordem de recompra tenha sido emitida a favor de **participante de liquidação**, as **operações** correspondentes à execução da ordem devem ser a ele repassadas pelo **participante de negociação pleno**.

Etapa	Data	Horário	Evento
3	Até D+4 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Notificação da execução da ordem de recompra A execução deve ser notificada à **câmara**, por meio de **registro** em sistema, pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** a favor do qual foi emitida a ordem de recompra.

Tabela 14

A exclusivo critério da **câmara**, a execução da ordem de recompra poderá ser por ela executada ou por corretora indicada, e não pelo **participante de negociação pleno**.

A execução da ordem de recompra, pelo **participante**, deve ser realizada em **mercado de bolsa** administrado pela B3.

As **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra são liquidadas conforme os procedimentos usuais da **liquidação pelo saldo líquido multilateral** em **ativos** e da **liquidação pelo saldo líquido multilateral** em moeda nacional dos **membros de compensação** das partes compradora e vendedora de tais **operações**. Adicionalmente, as despesas da parte compradora, decorrentes de tais **operações**, e os valores especificados a seguir são creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais** em moeda nacional, respectivamente do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega** e do **comitente** devedor faltoso, para **liquidação** em D+1 da data da execução da ordem de recompra. Eventual diferença entre o valor debitado e o valor creditado que não for utilizada pela **câmara** no cumprimento de suas atividades será destinada às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

$$V_{Credor} = Q \times \max\left(P_{Exec} - P_{Credor}\ ,\ 0\right)$$

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Exec} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

onde:

V_{Credor}: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** em moeda nacional do **comitente** credor prejudicado;

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** em moeda nacional do **comitente** devedor faltoso;

Q: quantidade do **ativo**-objeto das **operações** realizadas pela parte credora como parte da execução da ordem de recompra;

P_{Exec}: preço médio de aquisição do **ativo**-objeto das **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra, indicadas pela parte credora;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, referenciados no **ativo**, do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** por **entrega** na ocasião da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do contrato para composição do preço médio; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** física quando da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do contrato para composição do preço médio.

9.1.5.2.1.2. Cancelamento da ordem de recompra

A ordem de recompra pode ser cancelada se:

(i) As partes envolvidas – a parte responsável pela **falha de entrega** e a parte credora prejudicada – concordarem com o cancelamento; e

(ii) O **ativo** devido estiver disponível para **entrega**.

O cancelamento da ordem de recompra envolve os procedimentos descritos na tabela a seguir, os quais devem ser realizados no mesmo dia.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	Até D+3 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	**Registro** de solicitação de cancelamento da ordem de recompra A solicitação de cancelamento, total ou parcial, deve ser registrada em sistema da **câmara** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável pela **falha de entrega**.
2	Até D+3 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	**Entrega** do **ativo** A quantidade de **ativo**-objeto da **entrega** corresponde ao saldo do **ativo** indicado na solicitação de cancelamento da ordem de recompra. Para efetivação da **entrega**, é requerido que esse saldo esteja disponível para o **agente de custódia** do **comitente** devedor faltoso.

Etapa	Data	Horário	Evento
3	Até D+3 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Confirmação da solicitação de cancelamento da ordem de recompra O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** comprador deve formalizar, por meio de **registro** em sistema da **câmara**, seu consentimento quanto ao cancelamento da ordem de recompra.
4	Até D+3 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Análise da solicitação de cancelamento de recompra. A **câmara** analisa a solicitação e decide sobre seu deferimento ou indeferimento. Em caso de deferimento, que requer o cumprimento de todas as etapas anteriores, a **câmara** cancela a ordem de recompra e apura os valores a creditar e a debitar dos **saldos líquidos multilaterais** em moeda nacional, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Em caso de indeferimento, a ordem de recompra permanece válida para execução no prazo regulamentar e a **câmara** devolve à **conta de depósito** de origem o **ativo** entregue, conforme a etapa 2, pelo **comitente** devedor.

Tabela 15

A **entrega** do **ativo** indicada na etapa 2 e a **liquidação** financeira dos valores indicada na etapa 4 da tabela 12 ocorrem:

(i) No mesmo dia do registro da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso a solicitação seja feita até às 11h00; ou

(ii) No dia útil seguinte à data do registro da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso contrário.

9.1.5.2.1.3. Reversão da recompra

A **câmara** procede à reversão da recompra na ausência de (a) registro de execução ou (b) cancelamento da ordem de recompra, ou seja, quando o **participante** responsável pelo **comitente** credor prejudicado:

(i) Executar a ordem de recompra e não notificar tal execução à **câmara** na forma e nos prazos estabelecidos; ou

(ii) Não executar e também não cancelar a ordem de recompra na forma e nos prazos estabelecidos.

Nos dois casos, a ordem de recompra é cancelada e a **operação** é liquidada financeiramente. No caso (i), as **operações** realizadas são liquidadas usualmente, como as demais **operações**.

A reversão é realizada pela **câmara** em D+5 da data da **falha de entrega**, e resulta no ressarcimento, ao credor em favor do qual foi emitida a correspondente ordem de recompra, de eventuais custos e prejuízos correspondentes ao **ativo** não entregue. Adicionalmente ao valor dos custos incorridos pela parte credora, os seguintes valores são creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais**, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Eventual diferença entre o valor debitado e o valor creditado que não for utilizada pela **câmara** no cumprimento de suas atividades será destinada às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

$$V_{Credor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Credor}\ ,\ 0\right)$$

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

onde:

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

V_{Credor}: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega**;

Q: quantidade do **ativo** pendente de **entrega** quando da reversão da recompra;

$P_{Fechamento}$: cotação de fechamento do **ativo** ao final de D+4 da **falha de entrega**. Caso, a critério da **câmara**, tal cotação não seja representativa, o $P_{Fechamento}$ pode ser por ela arbitrado;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra objeto da reversão, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, referenciados no **ativo**, do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** por **entrega** na ocasião da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do contrato para a composição do preço médio; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra objeto da reversão, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, referenciados no ativo, do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** por **entrega** quando da **falha de entrega**. Para as **posições** de **empréstimo** de **ativos**, a **câmara** assume o preço de fechamento do dia anterior à **liquidação** do **contrato** para a composição do preço médio.

*9.1.5.2.1.4. Caracterização das **falhas de entrega***

A **câmara** caracteriza as **falhas de entrega** como:

- Causadas por falhas anteriores cometidas por terceiros;
- De natureza operacional; e
- De natureza não operacional.

9.1.5.2.1.4.1. Falhas causadas por falhas anteriores cometidas por terceiros

As falhas causadas por falhas anteriores cometidas por terceiros são caracterizadas quando o devedor em **ativos** faltante na **entrega** possui um direito de recebimento do **ativo**, cuja **liquidação** no tempo regulamentar viabilizaria a **liquidação** do débito. Tais falhas não são sujeitas à cobrança de **multa** pela **câmara**.

9.1.5.2.1.4.2. Falhas de natureza operacional

As **falhas de entrega** relacionadas a seguir serão caracterizadas como de natureza operacional mediante a apresentação das informações e evidências cabíveis:

i. **Falhas de entrega** regularizadas por meio da **entrega** dos **ativos** na manhã de D+3, durante a janela de **entrega** de **ativos** da **câmara,** exceto falhas que forem regularizadas por meio da **entrega** do **ativo** adquirido em *follow-on*;

ii. **Falhas de entrega** decorrentes de erro de **alocação** de **comitente** das vendas (por exemplo, quando um gestor vende ativos para o fundo ou a classe de cota de fundo A e, por falha operacional, a **operação** é alocada para a classe de cota de fundo B do mesmo gestor, sendo o fundo ou a classe de cota de fundo A, comprovadamente, detentora dos **ativos** vendidos e não entregues) ou de contratos de **empréstimo** tomados com o objetivo de cobrir obrigações, desde que o saldo de **ativos** tomado não seja utilizado para cumprimento de outra obrigação;

iii. **Falhas de entrega** decorrentes de erro de **alocação** de **conta de depósito** de mesma titularidade (por exemplo, quando um **comitente** possui mais de uma **conta de depósito** e a **alocação** da **operação** é feita para a **conta de depósito** incorreta, sendo que o **comitente**, comprovadamente, possui o **ativo** vendido em outra **conta de depósito** de mesma titularidade);

iv. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de arbitragem entre futuros de índices de ações e a carteira de ações subjacente, com compra do contrato futuro e venda da carteira de ações subjacente no mesmo instante, ocorrendo **falha de entrega** em virtude de ausência de ofertas doadoras para **empréstimo** de **ativos**;

v. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de arbitragem entre ETFs (nacionais e estrangeiros) e a carteira de **ativos** subjacente, com compra do ETF e venda da carteira de **ativos** no mesmo instante, ocorrendo **falha de entrega** de um ou mais **ativos** em virtude de ausência de ofertas doadoras para **empréstimo** de **ativos**;

vi. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de arbitragem entre **ativos** e American Depositary Receipts (ADRs), com compra de ADRs no exterior e venda de **ativos** no Brasil no mesmo instante, ocorrendo **falha de entrega** em virtude de descasamento da **liquidação** da **operação** à vista com o processo de conversão dos ADRs em **ativos** ou em virtude de ausência de ofertas doadoras para **empréstimo** de **ativos**;

vii. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de arbitragem entre **ativos** e BDRs, com compra ou contratação de **empréstimo** de **ativos** no exterior e venda de BDRs no Brasil no mesmo instante, ocorrendo **falha de entrega** em virtude de descasamento da **liquidação** da **operação** à vista com BDRs com o processo de conversão de **ativos** internacionais em BDRs;

viii. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de formadores de mercado de **ativos** credenciados pela B3, exclusivamente no que diz respeito às **operações** alocadas para a **conta** destinada à atividade de formador de mercado ou em **conta** comprovadamente vinculada à atividade de formador de mercado;

ix. **Falhas de entrega** decorrentes de **operações** de formadores de mercado de opções de ações credenciados pela B3, exclusivamente no que diz respeito às **operações** alocadas para a **conta** destinada à atividade de formador de mercado e exclusivamente no que diz respeito ao delta-*hedge* das opções;

x. **Falhas de entrega** decorrentes de venda de **ativo** em D+0 combinadas com reversão de **posição** doadora de **empréstimo** de **ativos** em D+0 ou em D+1 até às 9h30, ocorrendo **falha de entrega** em virtude do descasamento da **liquidação** da **operação** de venda e da **liquidação** da reversão do **empréstimo** de **ativos**;

xi. **Falhas de entrega** decorrentes de exercício de opção de compra descoberta em D+0 seguido de compra do **ativo** subjacente da opção no mercado à vista em D+1 por intermédio do mesmo **participante de negociação pleno**; e

xii. **Falhas de entrega** decorrentes de **evento corporativo** do tipo grupamento em que a data da realização da **operação** coincida com a data da aplicação do evento na negociação e quando o **emissor** tenha comunicado o evento com menos de 3 (três) dias úteis de antecedência.

No que diz respeito aos itens (viii) e (ix) acima, que tratam, respectivamente, da atuação de formadores de mercado de ações e de opções sobre ações, as **falhas de entrega** decorrentes de **operações** de venda de blocos de ações ou de blocos de opções de ações (operações de "*facilitation*"), alocadas para a **conta** de formador de mercado, não serão consideradas como de natureza operacional. A **câmara** definirá, para cada **ativo**, os critérios para classificação de **operações** como blocos.

9.1.5.2.1.4.3. Falhas de natureza não operacional

Todas as falhas **de entrega** que não forem caracterizadas como de natureza operacional serão automaticamente associadas a **operações** de venda descoberta e os pedidos de reconsideração de **multa**, se houver, não serão aceitos pela **câmara**.

Em relação às falhas **de entrega** não caracterizadas como de natureza operacional, são

destacadas as seguintes situações e regras:

i. As falhas em D+2 regularizadas em D+3, por meio da compra do **ativo** em D+1 por intermédio do mesmo **participante de negociação pleno** ou do mesmo **participante de liquidação**, que não forem caracterizadas como de natureza operacional, sofrem **multa** de 1% (um por cento) em D+2, sendo 0,5% (meio por cento) referente à aplicação de **multa** mínima e 0,5% (meio por cento) referente à aplicação de **multa** adicional); e

ii. As falhas em D+3 que não forem caracterizadas como de natureza operacional, em que o **comitente** tenha comprado o **ativo** em D+1 por intermédio de outro **participante de negociação pleno** ou de outro **participante de liquidação**, sofrem **multa** de 1% (um por cento) em D+2 sendo 0,5% (meio por cento) referente à aplicação de **multa** mínima e 0,5% (meio por cento) referente à aplicação de **multa** adicional) e de 0,5% (meio por cento) em D+3.

*9.1.5.2.1.5. **Multas** por **falha de entrega** de **ativos***

As **multas** por **falhas de entrega** de **ativos** são classificadas como **multa** mínima ou **multa** adicional e são destinadas às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

*9.1.5.2.1.5.1. **Multa** mínima*

Nas **falhas de entrega** de natureza operacional e não operacional, será aplicada **multa** mínima de 0,5% (meio por cento) sobre **falhas de entrega** em D+2 e **multa** mínima de 0,5% (meio por cento) sobre **falhas de entrega** em D+3, independentemente da existência de pedido de reconsideração e de sua avaliação por parte da **câmara**.

Data da falha	Caracterização	Valor da multa mínima (% do valor da falha)
D+2	**Falhas em D+2 não vinculadas a falhas**	**0,5%**, limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

	anteriores cometidas por terceiros	
D+3	**Falhas em D+3 não vinculadas a falhas anteriores cometidas por terceiros**	**0,5%**, limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Tabela 16

As **multas** serão cobradas por meio de lançamento no **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** responsável. As **multas** mínimas referentes a **falhas de entrega** em D+2 e em D+3 serão cobradas nas **janelas de liquidação** de D+2 e D+3, respectivamente.

*9.1.5.2.1.5.2. **Multa** adicional*

Nas falhas caracterizadas como de natureza não operacional, além da **multa** mínima prevista, são aplicadas **multas** adicionais às **falhas de entrega** de ativos.

Os valores das **multas** adicionais aplicados em caso de **falha de entrega** de **ativos** são apresentados na tabela a seguir:

Data da falha	Caracterização	Valor da multa adicional (% do valor da falha)
D+2	Falhas em D+2 não caracterizadas como falha operacional	0,5%
D+2	Falhas em D+2 regularizadas em D+3, associadas a **operação** de compra em *follow-on*	4,5%
D+3	Falhas em D+3 não caracterizadas como falha operacional	4,5%

Tabela 17

As **multas** adicionais incidentes sobre **falhas de entrega** de D+3 terão o percentual aumentado de 4,5% (quatro e meio por cento) para 9,5% (nove e meio por cento), caso o **investidor** que tenha falhado no cumprimento da obrigação tenha incorrido em **falha de entrega** não operacional nos 6 (seis) meses anteriores, ainda que por intermédio de **participantes de negociação pleno** diferentes.

*9.1.5.2.1.6. Pedido de reconsideração de **multa***

Os pedidos de reconsideração das **multas** das **falhas de entrega** de **ativos** são aplicáveis somente para as **multa**s adicionais que porventura incidam sobre as falhas de D+2 e D+3. As **multas** mínimas incidentes sobre as **falhas de entrega** de **ativos** não são suscetíveis a pedidos de reconsideração perante a **câmara**.

O pedido de reconsideração da **multa** e de caracterização da falha como sendo de natureza operacional deve ser requerido por declaração do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente**.

Para cada **comitente** e para cada falha, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** deverá indicar, por meio do acesso aos sistemas da **câmara**, até D+5, inclusive, o tipo de situação que motivou a falha operacional, sempre que for o caso.

Todas as falhas ocorridas em D+2 e regularizadas por meio da **entrega** dos **ativos** na manhã de D+3 serão automaticamente caracterizadas como sendo de natureza operacional, exceto quando a regularização ocorrer por meio da **entrega** do **ativo** adquirido em **operação** de *follow-on*.

Na ausência de declaração, ou caso a declaração apresentada não seja deferida pela **câmara**, a **falha de entrega** será considerada como não sendo de natureza operacional, e as **multas** adicionais serão cobradas em D+6.

A declaração deverá ser acompanhada de informações complementares e evidências sobre as **operações** realizadas, segundo lista de informações solicitadas pela **câmara**.

A **câmara** analisará as declarações registradas em seus sistemas e as respectivas evidências. Declarações incorretas ou incompletas serão desconsideradas e informadas aos **participantes de negociação plenos** e aos **participantes de liquidação** até D+10.

Nesse caso, a **falha de entrega** será considerada como não sendo de natureza operacional e as **multas** adicionais previstas, serão cobradas na **janela de liquidação** de D+11.

Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** poderão obter os valores das **multas** adicionais previstas, bem como as justificativas registradas, no sistema da **câmara**, por meio dos seguintes mecanismos:

1. acesso ao sistema da **câmara**; e
2. arquivo fornecido pela **câmara,** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara**.

9.1.5.2.2. Falha de entrega de ativos negociados no mercado de renda fixa privada

A **câmara** toma as seguintes providências em caso de **falha de entrega** de **ativo** negociado no **mercado de renda fixa privada**, referenciado nesta seção como **ativo**.

Especificamente no caso de cotas de ETF de renda fixa, anteriormente às demais providências efetua-se a contratação compulsória de **operação** de **empréstimo** do **ativo** pelo **comitente** devedor, sob a responsabilidade do **participante de negociação**, do **participante estrangeiro**, do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e do **membro de compensação** responsáveis pela **falha de entrega**, junto ao **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** mantido pela B3,

cumprindo-se a obrigação de **entrega** da quantidade do **ativo** obtida por meio dessa **operação**.

Caso a quantidade obtida na contratação compulsória de **empréstimo** seja igual à quantidade não entregue do **ativo**, o tratamento de **falha** é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas, na ordem apresentada, e que se aplicam igualmente aos demais **ativos**.

(i) A seleção dos **comitentes** credores do **ativo** que serão impactados pela **falha** da quantidade não entregue, ou seja, que não receberão a quantidade esperada do **ativo**. Essa seleção é definida por meio de algoritmo da B3 que busca preservar a **entrega** do **ativo** para aqueles que não estejam sob responsabilidade dos **participantes** responsáveis pela falha e que sejam credores das menores quantidades do **ativo**.

(ii) Para cada **comitente** credor selecionado na etapa anterior, o lançamento a crédito, no seu **saldo líquido multilateral** do dia, do valor financeiro dado pelo produto da quantidade de **ativo** a ele não entregue pelo preço médio do **ativo** que se previa receber em decorrência de todas as suas **posições.** Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de débito provisório originalmente efetivado. Caso a quantidade não recebida corresponda à **posição** doadora em contrato de **empréstimo**, o lançamento a crédito corresponderá ao valor financeiro do **ativo** não recebido, dado pelo produto da quantidade objeto do contrato do **empréstimo** ainda não recebido pelo preço de fechamento de D-1 do **ativo**.

(iii) O lançamento a débito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor de **ativo** no dia, do valor financeiro correspondente à sua **falha de entrega**, dado pelo produto da quantidade do **ativo** não entregue pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de crédito provisório originalmente efetivado. Caso a quantidade não entregue corresponda à **posição** tomadora em contrato de **empréstimo**, o lançamento a débito corresponderá ao valor financeiro do **ativo** não entregue,

dado pelo produto da quantidade objeto do contrato do **empréstimo** ainda não entregue pelo preço de fechamento de D-1 do **ativo**.

(iv) A cobrança de **multa** pela **falha de entrega** do **comitente** faltoso, correspondente a 0,5% (meio por cento) do valor da **falha de entrega**.

(v) O registro de **posição** de recompra para cada **comitente** credor selecionado na etapa (i), tendo como efeito a emissão pela **câmara**, para o **comitente** credor, de ordem de recompra da quantidade do **ativo** não recebida por ele. A ordem de recompra tem prazo definido de execução e suas características são descritas nas próximas seções.

A **posição** de recompra do **comitente** credor é considerada no cálculo de risco para fins de atualização da **margem** dele requerida.

(vi) O registro de **posição** de recompra para o **comitente** devedor, tendo como efeito a obrigação de **pagamento** dos valores indicados nas próximas seções.

A **posição** de recompra do **comitente** devedor é considerada no cálculo de risco, para fins de atualização da **margem** dele requerida.

9.1.5.2.2.1. Ordem de recompra

A ordem de recompra é o instrumento por meio do qual o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor do **ativo** é autorizado a executar, a preço de mercado, **operações** de compra do **ativo** do **mercado de renda fixa privada**, conforme o caso, totalizando a quantidade não recebida, com ressarcimento dos custos de tais **operações** e de eventual prejuízo. O prejuízo a ser ressarcido é apurado considerando:

(i) O preço de aquisição do **ativo** adquirido no **mercado de renda fixa privada** por meio de tais **operações**; e

(ii) Os preços de aquisição do **ativo** do **mercado de renda fixa privada**, conforme o caso, associados aos negócios e às **posições**, do **comitente** credor, com previsão de **entrega** no **ciclo de liquidação** em que se deu a falha do devedor.

9.1.5.2.2.2. Execução de ordem de recompra

O procedimento para execução da ordem de recompra é descrito a seguir.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	Data da **falha de entrega**	Até às 13h00	Emissão da ordem de recompra A ordem de recompra é emitida pela **câmara**, por meio de registro em sistema, em favor do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor do **ativo**.
2	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Execução da ordem de recompra A ordem de recompra deve ser executada pelo **participante de negociação pleno**; caso a ordem de recompra tenha sido emitida a favor de **participante de liquidação**, as **operações** correspondentes à execução da ordem devem ser-lhe repassadas pelo **participante de negociação pleno**.

Etapa	Data	Horário	Evento
3	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Notificação da execução da ordem de recompra A execução deve ser notificada à **câmara**, por meio de registro em sistema, pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** a favor do qual foi emitida a ordem de recompra.

Tabela 18

A execução da ordem de recompra, pelo **participante**, deve ser realizada em **mercado de bolsa** administrado pela B3.

A exclusivo critério da **câmara**, a execução da ordem de recompra poderá ser executada por ela ou por corretora indicada e não pelo **participante de negociação pleno**.

As **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra são liquidadas conforme os procedimentos usuais da **liquidação pelo saldo líquido multilateral** dos **membros de compensação** das partes compradora e vendedora de tais **operações**. Adicionalmente, as despesas da parte compradora, decorrentes de tais **operações**, e os valores especificados a seguir são creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais**, respectivamente do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega** e do **comitente** devedor faltoso, para **liquidação** em D+1 da data da execução da ordem de recompra. Eventual diferença entre o valor debitado e o valor creditado que não for utilizada pela **câmara** no cumprimento de suas atividades será destinada às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Exec} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

$$V_{Credor} = Q \times \max\left(P_{Exec} - P_{Credor}\ ,\ 0\right)$$

onde:

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

V_{Credor}: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor prejudicado;

Q: quantidade do **ativo**-objeto das **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra;

P_{Exec}: preço médio de aquisição do **ativo**-objeto das **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra, indicadas pela parte credora;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** física na ocasião da **falha de entrega**; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** física quando da **falha de entrega**.

9.1.5.2.2.3. Cancelamento da ordem de recompra

A ordem de recompra do **ativo** do **mercado de renda fixa privada**, conforme o caso, pode ser cancelada se:

(i) Todas as partes envolvidas – a parte responsável pela **falha de entrega** e a parte credora prejudicada – concordarem com o cancelamento; e

(ii) O **ativo** devido estiver disponível para **entrega**.

O cancelamento da ordem de recompra envolve os procedimentos descritos na tabela a seguir, os quais devem ser realizados no mesmo dia:

Etapa	Data	Horário	Evento
1	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Registro de solicitação de cancelamento da ordem de recompra A solicitação de cancelamento deve ser registrada em sistema da **câmara** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável pela **falha de entrega**, sendo permitido solicitar cancelamento total ou parcial da ordem de recompra.
2	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	**Entrega** do **ativo** A quantidade do **ativo**-objeto da **entrega** corresponde ao saldo do **ativo** indicado na solicitação de cancelamento da ordem de recompra. Para efetivação da **entrega**, é requerido que tal saldo esteja

Etapa	Data	Horário	Evento
			disponível para o **agente de custódia** do **comitente** devedor faltoso.
3	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Confirmação da solicitação de cancelamento da ordem de recompra O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** comprador deve formalizar, por meio de registro em sistema da **câmara**, seu consentimento quanto ao cancelamento da ordem de recompra.
4	Até D+1 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até 18h	Análise da solicitação de cancelamento de recompra. A **câmara** analisa a solicitação e decide sobre seu deferimento ou indeferimento. Em caso de deferimento, que requer o cumprimento de todas as etapas anteriores, a **câmara** cancela a ordem e apura os valores a creditar e debitar dos **saldos líquidos multilaterais**, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Em caso de indeferimento, a ordem de recompra permanece válida para execução no prazo regulamentar e a **câmara** devolve à **conta de depósito**

Etapa	Data	Horário	Evento
			de origem o **ativo** entregue, conforme etapa 2, pelo devedor.

Tabela 19

A **entrega** do **ativo** indicada na etapa 2 e a **liquidação** financeira dos valores indicada na etapa 4 da tabela 19 ocorrem:

(i) No mesmo dia do **registro** da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso a solicitação seja feita até às 11h00; ou

(ii) No dia útil seguinte à data do **registro** da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso contrário.

9.1.5.2.2.4. Reversão da recompra

A **câmara** procede à reversão da recompra na ausência de **registro** de execução ou de cancelamento da ordem de recompra, ou seja, quando o **participante de negociação pleno** responsável pelo **comitente** credor prejudicado:

(i) Executar a ordem de recompra e não notificar tal execução à **câmara** na forma e nos prazos estabelecidos; ou

(ii) Não executar e também não cancelar a ordem de recompra na forma e nos prazos estabelecidos.

Nos dois casos, a ordem de recompra é cancelada e a **operação** é liquidada financeiramente. No caso (i), as **operações** realizadas são liquidadas usualmente, como as demais **operações**.

A reversão é realizada pela **câmara** em D+2 da data da **liquidação** em que se deu a **falha de entrega**, e resulta no ressarcimento, ao credor do **ativo** em favor do qual foi emitida a correspondente ordem de recompra, de eventuais custos e prejuízos correspondentes ao **ativo** não entregue. Adicionalmente ao valor dos custos incorridos

pela parte credora, os seguintes valores são creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais,** respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Eventual diferença entre o valor debitado e o valor creditado que não for utilizada pela **câmara** no cumprimento de suas atividades será destinada às atividades de supervisão, regulação, educação financeira e sociais.

$$V_{Credor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Credor}\ ,\ 0\right)$$

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

onde

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

V_{Credor}: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega**;

Q: quantidade do **ativo** pendente de **entrega** quando da reversão da recompra;

$P_{Fechamento}$: preço de fechamento do **ativo** em D+1 da data da **liquidação** em que se deu a **falha de entrega**. Caso, a critério da **câmara**, esse preço não seja representativo, o $P_{Fechamento}$ pode ser por ela arbitrado;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra objeto da reversão, obtido a partir de todos os negócios e **posições**, do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** física na ocasião da **falha de entrega**; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante na ordem de recompra objeto da reversão, obtidos a partir de todos os negócios e **posições**, do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** física quando da **falha de entrega**.

9.1.5.2.3. Falha de entrega de ativos no mercado de renda fixa pública

A **câmara** toma as seguintes providências em caso de **falha de entrega** de **ativo** negociado no **mercado de renda fixa pública**, referenciado nesta subseção como **ativo**.

Em caso de **falha de entrega** da quantidade Q do **ativo** pelo **comitente** detentor de **saldo líquido multilateral** devedor de **ativo**, a **câmara** toma, na ordem apresentada, as providências a seguir.

(i) Contratação compulsória de **operação** de **empréstimo** do **ativo** pelo **comitente** devedor faltoso, sob a responsabilidade do **participante de negociação**, do **participante estrangeiro**, do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** e do **membro de compensação** responsáveis pela **falha de entrega**, junto ao **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** mantido pela B3, cumprindo-se a obrigação de **entrega** da quantidade Q_1 do **ativo** ($Q_1 \leq Q$) obtida por meio dessa **operação**.

Caso $Q_1 = Q$, o tratamento de **falha de entrega** é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas.

(ii) Cobrança de **multa** do **comitente** faltoso, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor da **falha de entrega,** limitado a cem mil reais;

(iii) Denotando-se por Q_2 a quantidade ainda não liquidada ($Q_2 = Q - Q_1$), ocorre em D a seleção dos **comitentes** credores de **ativo** que serão impactados pela não **entrega**

da quantidade Q_2 do **ativo** (ou seja, que não receberão a quantidade esperada do **ativo**) e da quantidade que não será entregue a cada um.

Essa seleção é definida por meio de algoritmo da B3, que busca preservar a **entrega** do **ativo** para aqueles que não estejam sob a responsabilidade dos **participantes** responsáveis pela **falha de entrega** e que sejam credores das menores quantidades do **ativo**.

(iv) A **câmara** busca obter, no **mercado de balcão**, a quantidade Q_2 do **ativo** por meio de **operações** definitivas, **compromissadas** ou **compromissadas** conjugadas com o BCB por meio de instituições credenciadas, conforme segue:

1. **Operações** definitivas:

   Caso a **câmara** obtenha a quantidade Q_3 do **ativo** ($Q_3 \leq Q_2$) por meio de **operação definitiva**, são lançados a débito no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso, para **liquidação** no próprio dia:

   a. O lançamento a débito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor de **ativo**, do valor financeiro correspondente a sua **falha de entrega**, dado pelo produto da quantidade Q_3 pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de crédito provisório originalmente efetivado ou de liquidar financeiramente o valor dos **ativos** não entregues, no caso de **liquidação** de **posição** tomadora em contrato de **empréstimo** do **ativo**;

   b. O lançamento a débito da diferença entre o valor de compra da quantidade Q_3 do **ativo**, no **mercado de balcão**, pela **câmara** e o preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, caso positiva; e

   Caso $Q_3 = Q_2$, o tratamento de **falha de entrega** é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas.

2. **Operações compromissadas**:

Denotando-se por Q_4 a quantidade ainda não obtida da **falha de entrega** ($Q_4 = Q_2 - Q_3$), caso a **câmara** obtenha a quantidade Q_5 do **ativo** ($Q_5 \leq Q_4$) por meio de **operação compromissada**:

a. São lançados a débito no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso:

   - O valor financeiro correspondente a sua **falha de entrega**, dado pelo produto da quantidade Q_5 pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de crédito provisório originalmente efetivado ou de liquidar financeiramente o valor dos **ativos** não entregues, no caso de **liquidação** de **posição** tomadora em contrato de **empréstimo** do **ativo**; e

   - A diferença entre o valor da compra do **ativo,** no **mercado de balcão**, pela **câmara** e o preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, caso positiva; e

b. Registra-se uma **posição** de recompra a favor da **câmara**, cujas características e efeitos são descritos nas próximas seções, de quantidade Q_5 e preço igual ao preço negociado na **operação compromissada** realizada pela **câmara**, com o intuito de manter a obrigação do **comitente** de entregar o **ativo** originalmente pactuado ou de honrar eventual diferença de preços para sua obtenção em mercado do mesmo **ativo**.

Caso $Q_5 = Q_4$, o tratamento de **falha de entrega** é dado por encerrado. Caso contrário, procede-se às próximas etapas.

3. **Operações compromissadas** conjugadas com o BCB por meio de instituições credenciadas:

Denotando-se por Q_6 a quantidade ainda não tratada da **falha de entrega** ($Q_6 = Q_4 - Q_5$), caso a **câmara** obtenha a quantidade Q_7 do **ativo** ($Q_7 <= Q_6$) por meio de **operação compromissada** conjugada com o BCB:

a. Os direitos em outros **ativos** do **comitente** devedor faltoso são restringidos;

b. É lançada a débito no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso a diferença entre o valor de compra e o valor de venda do **ativo** que compõem as **operações compromissadas** conjugadas, caso positiva; e

c. Registra-se uma **posição** de recompra, a favor da **câmara**, cujas características e efeitos são descritos nas próximas subseções, de quantidade Q_7 e preço igual ao preço utilizado na **operação compromissada** conjugada, realizada pela **câmara**, com o intuito de manter a obrigação do **comitente** devedor faltoso de entregar o **ativo** originalmente pactuado ou de honrar eventual diferença de preços para obtenção do mesmo **ativo** em mercado.

(v) Caso todas as iniciativas de tratamento de **falhas de entrega** adotadas pela **câmara** não sejam suficientes para adquirir a totalidade do **ativo** não entregue, a **câmara** registrará uma **posição** de recompra entre o **comitente** devedor faltoso e cada **comitente** credor de **ativo** que ainda não tenha recebido a quantidade total a ele devida, de quantidade Q_8 ($Q_8 = Q_6 - Q_7$) e preço igual ao preço médio da instrução de **liquidação** de cada **comitente**, tendo como efeito a obrigação de **pagamento** dos valores indicados nas próximas subseções. Nessa hipótese, a **câmara** ainda realiza:

1. O lançamento a débito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso, do valor financeiro correspondente a sua **falha de entrega**, dado pelo produto da quantidade (Q_8) do **ativo** não entregue pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o

lançamento de crédito provisório originalmente efetivado ou de liquidar financeiramente o valor dos **ativos** não entregues, no caso de **liquidação** de **posição** tomadora em contrato de **empréstimo** do **ativo**; e

2. O lançamento a crédito, no **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor de **ativo** que ainda não tenha recebido a quantidade total a ele devida, do valor financeiro correspondente ao produto da quantidade (Q_8) do **ativo** não recebido pelo preço médio do **ativo** que se previa ser entregue, considerando-se todas as **posições** e negócios que implicavam tal **entrega**. Esse lançamento tem o objetivo de estornar o lançamento de débito provisório originalmente efetivado ou de liquidar financeiramente o valor dos **ativos** não recebidos, no caso de **liquidação** de **posição** doadora em contrato de **empréstimo de ativos**.

9.1.5.2.3.1. Execução de ordem de recompra

O procedimento para execução da ordem de recompra é descrito a seguir.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	D+0 da data da **falha de entrega**	Até às 13h30	Emissão da ordem de recompra A ordem de recompra é emitida pela **câmara**, por meio de **registro** em sistema, em favor do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor.
2	Até D+2 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 17h00	Execução da ordem de recompra O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, responsável pelo **comitente** credor, deve solicitar à **câmara** a execução da ordem de recompra.

Tabela 19

A exclusivo critério da **câmara**, a execução da ordem de recompra poderá ser por ela executada sem a solicitação do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor.

A solicitação de execução da recompra é condicionada ao depósito, pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação** responsável pelo **comitente** credor, do valor originalmente contratado, discriminado na ordem de recompra, na forma descrita na tabela 19.

Com base na solicitação do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**, a **câmara** empreenderá os melhores esforços para adquirir o **ativo**-objeto da ordem de recompra. Caso não seja obtido o **ativo**-objeto da recompra por meio de **operações** no **mercado de balcão**, a recompra permanecerá aberta, podendo ser cancelada até o prazo-limite descrito na subseção 9.1.5.2.3.2, e o valor previamente depositado pelo **participante** responsável pelo **comitente** credor de **ativo** será devolvido pela **câmara**.

Caso a **câmara** obtenha êxito na compra do **ativo**-objeto da recompra, as **operações** realizadas como parte da execução são liquidadas pela **câmara** e eventuais despesas delas decorrentes, bem como os valores especificados a seguir, são debitadas do **saldo líquido multilateral**, em moeda nacional, do **comitente** devedor faltoso, para **liquidação** em D+1 da data da execução da ordem de recompra.

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Exec} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

onde:

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

Q: quantidade do **ativo**-objeto das **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra;

P_{Exec}: preço médio de aquisição do **ativo**-objeto das **operações** realizadas como parte da execução da ordem de recompra;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante da ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições** do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** na ocasião da **falha de entrega**; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante da ordem de recompra emitida pela **câmara**, obtido a partir de todos os negócios e **posições** do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** quando da **falha de entrega**.

9.1.5.2.3.2. Cancelamento da ordem de recompra

A ordem de recompra do **ativo** do **mercado de renda fixa pública** pode ser cancelada se:

(i) Todas as partes envolvidas – a parte responsável pela **falha de entrega** e a parte credora prejudicada – concordarem com o cancelamento; e

(ii) O **ativo** devido estiver disponível para **entrega**.

O cancelamento da ordem de recompra envolve os procedimentos descritos na tabela a seguir, os quais devem ser realizados no mesmo dia.

Etapa	Data	Horário	Evento
1	Até D+2 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Registro de solicitação de cancelamento da ordem de recompra A solicitação de cancelamento deve ser registrada em sistema da **câmara** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo

Etapa	Data	Horário	Evento
			participante de liquidação responsável pela **falha de entrega**, sendo permitido solicitar cancelamento total ou parcial da ordem de recompra.
2	Até D+2 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	**Entrega** do **ativo** A quantidade do **ativo**-objeto da **entrega** corresponde ao saldo do **ativo** indicado na solicitação de cancelamento da ordem de recompra. Para efetivação da **entrega**, é requerido que tal saldo esteja disponível para o **agente de custódia** do **comitente** devedor faltoso.
3	Até D+2 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até às 18h00	Confirmação da solicitação de cancelamento da ordem de recompra O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** comprador deve formalizar, por meio de registro em sistema da **câmara**, seu consentimento para o cancelamento da ordem de recompra.
4	Até D+2 da data da **falha de entrega**, inclusive	Até 18h00	Análise da solicitação de cancelamento de recompra A **câmara** analisa a solicitação e decide sobre seu deferimento ou indeferimento. Em caso de deferimento, que requer o cumprimento de todas as etapas anteriores, a **câmara** cancela a ordem e apura os valores a creditar e a debitar dos **saldos**

Etapa	Data	Horário	Evento
			líquidos multilaterais, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Em caso de indeferimento, a ordem de recompra permanece válida para execução no prazo regulamentar e a **câmara** devolve à **conta de depósito de título público federal** de origem o **ativo** entregue, conforme a etapa 2, pelo devedor.

Tabela 20

A **entrega** do **ativo** indicada na etapa 2 e a **liquidação** financeira dos valores indicada na etapa 4 da tabela 20 ocorrem:

(i) No mesmo dia do registro da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso a solicitação seja feita até às 12h00; ou

(ii) No dia útil seguinte à data do registro da solicitação de cancelamento da ordem de recompra, caso contrário.

9.1.5.2.3.3. Reversão da recompra

A **câmara** procede à reversão da recompra na ausência de registro de execução ou de cancelamento da ordem de recompra, ou seja, quando o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** não solicitar a execução à **câmara** e também não cancelar a ordem de recompra na forma e nos prazos estabelecidos. Nessa hipótese, a ordem de recompra é liquidada financeiramente.

A reversão é realizada pela **câmara** em D+3 da data da **liquidação** em que se deu a **falha de entrega** e resulta no ressarcimento, ao credor do **ativo** em favor do qual foi emitida a correspondente ordem de recompra, de eventuais custos e prejuízos correspondentes ao **ativo** não entregue. Adicionalmente ao valor dos custos incorridos

pela parte credora, os seguintes valores são creditados e debitados dos **saldos líquidos multilaterais**, respectivamente, dos **comitentes** credores e devedores. Eventual diferença entre o valor debitado e o valor creditado que não seja utilizada pela **câmara** no cumprimento de suas atividades será destinada às atividades de supervisão, regulação e educação financeira.

$$V_{Credor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Credor}\ ,\ 0\right)$$

$$V_{Devedor} = Q \times \max\left(P_{Fechamento} - P_{Devedor}\ ,\ P_{Credor} - P_{Devedor}\ ,\ 0\right)$$

onde

$V_{Devedor}$: valor debitado do **saldo líquido multilateral** do **comitente** devedor faltoso;

V_{Credor}: valor creditado ao **saldo líquido multilateral** do **comitente** credor prejudicado pela **falha de entrega**;

Q: quantidade do **ativo** pendente de **entrega** quando da reversão da recompra;

$P_{Fechamento}$: preço estabelecido com base no preço do título público federal verificado no dia útil anterior. Caso, a critério da **câmara**, esse preço não seja representativo, o $P_{Fechamento}$ pode ser por ela arbitrado;

$P_{Devedor}$: preço médio do **ativo**, constante da ordem de recompra objeto da reversão, obtido a partir de todos os negócios e **posições** do **comitente** devedor faltoso, com previsão de **liquidação** na ocasião da **falha de entrega**; e

P_{Credor}: preço médio do **ativo**, constante da ordem de recompra objeto da reversão, obtidos a partir de todos os negócios e **posições** do **comitente** credor prejudicado, com previsão de **liquidação** quando da **falha de entrega**.

9.1.5.3. Da entrega de mercadoria

Em caso de impossibilidade de se realizar a **entrega** de contratos referenciados em *commodities* agropecuárias por **falha de entrega** pelo vendedor ou pela impossibilidade de recebimento pelo comprador, nos termos da legislação em vigor, a **câmara** poderá:

1. Estender os prazos e as datas de **liquidação**;

2**.** Indicar vendedor ou comprador substituto para a efetivação da **liquidação**; e

3**.** Determinar a **liquidação** financeira da **operação** por meio de preço que reflita a condição de mercado da *commodities*.

Para qualquer um dos casos, a **câmara** pode estabelecer **multas** e outras sanções para a parte faltosa.

O **membro de compensação** responsável pela parte faltosa deverá arcar com eventuais **multas** e diferenças de valores na **liquidação** financeira da **operação**, sem prejuízo à **câmara**.

10. LIQUIDAÇÃO BRUTA E LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO BILATERAL

A **câmara** oferece serviços de **liquidação bruta** e de **liquidação pelo saldo líquido bilateral** para **operações** realizadas nos **ambientes de negociação** ou registradas em **ambientes de registro** administrados pela B3, não atuando como **contraparte central** garantidora de tais **operações**.

A **câmara** atua como facilitadora da **liquidação**, fornecendo a infraestrutura necessária para eficiente preparação e **liquidação** das **operações** realizadas nos **ambientes de negociação** e dos direitos e das obrigações em recursos financeiros decorrentes do **registro** dos **ativos** e das **operações** em **sistema de registro**.

As **operações** objeto de **liquidação bruta** ou de **liquidação pelo saldo líquido bilateral** são liquidadas pelos valores brutos ou bilaterais, conforme o caso, não sendo objeto de **compensação** multilateral em recursos financeiros dos **membros de compensação**.

São passíveis de **liquidação bruta** e de **liquidação pelo saldo líquido bilateral** pela **câmara** as **operações**:

I - do **mercado de renda variável**;

II - do **mercado de renda fixa pública**;

III - do **mercado de renda fixa privada**;

IV - de **derivativos** de balcão;

V - de **registro** de títulos de renda fixa privada;

VI - de **registro** de ETFs;

VII - oriundas de distribuições e de aquisições públicas de **ativos**;

VIII - determinadas pela CVM, pelo BCB ou pelo poder judiciário; e

IX - especiais, previamente autorizadas pela **câmara**.

A **liquidação bruta** ou bilateral entre a **câmara** e o **liquidante** ocorre diariamente, se dia útil, observando-se grade de horários específica.

Para efeito de **liquidação bruta** ou de **liquidação pelo saldo líquido bilateral**, considera-se dia útil o dia em que há negociação ou **registro** na B3 para os **ativos** passíveis desse tipo de **liquidação**.

10.1. Processo de liquidação bruta

A **liquidação bruta** é operacionalizada pela **câmara** por meio da coordenação entre as transferências de **ativos** na correspondente **central depositária** do **ativo**, quando aplicável, e dos recursos financeiros no STR.

A **liquidação bruta** de **ativos** depositados na **central depositária da B3** segue as etapas abaixo:

1. Os **sistemas de negociação** informam aos sistemas da **câmara** a **operação** realizada ou o **sistema de registro** informa aos sistemas da **câmara** o **ativo** ou a **operação** registrada a serem liquidados, de forma automática e por meio de integração eletrônica existente entre esses sistemas;
2. O **participante** vendedor **entrega** os **ativos** para a **conta de liquidação de ativos** na **central depositária da B3**, quando aplicável;
3. Pela **mensagem** LTR0001, a **câmara** informa ao **liquidante** do **agente de custódia** devedor em recursos financeiros o valor financeiro a liquidar;
4. O **liquidante** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor em recursos financeiros confirma, por meio de acesso aos sistemas da **câmara** ou do envio da **mensagem** LTR0002, o valor financeiro a liquidar;
5. O **liquidante** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor em recursos financeiros

transfere, via LTR0004, os recursos financeiros para a **conta de liquidação da câmara** no STR;

6. Para o caso das **operações** realizadas nos **ambientes de negociação**, após verificar a transferência dos **ativos** da **conta de depósito** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** vendedor para a **conta de liquidação de ativos** na **central depositária da B3** ou em outras depositárias, a **câmara** transfere os recursos financeiros, pela LTR0005, para o **liquidante** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** vendedor. Concomitantemente à transferência de recursos financeiros no STR, a **câmara** transfere os **ativos** para a **conta de depósito** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** comprador na **central depositária da B3** ou em outras depositárias, coordenando a **entrega** contra **pagamento**. Para os casos de **comitentes** não residentes, se o **participante de negociação pleno** não informar o valor financeiro líquido de imposto a ser debitado, em conformidade com os prazos estabelecidos no edital da oferta, a **câmara** prosseguirá com a **liquidação** pelo valor financeiro bruto;

7. Para os casos de **liquidação** de **operações** e **ativos** registrados no **sistema de registro**, a LTR0005 e, eventualmente, a LTR0006 serão enviadas imediatamente após o recebimento e o processamento da **mensagem** LTR0004R2 pelos **sistemas** da **câmara**. Os sistemas da **câmara** informam o **sistema de registro** a anotação da **liquidação** para o adequado tratamento conforme os termos das regras e dos procedimentos do **sistema de registro**;

8. Para os casos em que o **liquidante** do credor e do devedor em recursos financeiros seja o mesmo, em substituição às mensagens do fluxo descrito acima, serão utilizadas as mensagens LTR0007 para comunicação ao **liquidante** do resultado a ser liquidado entre os **participantes** e LTR0008 para que o **liquidante** comunique à **câmara** que a transferência entre os **participantes** foi processada; e

9. Caso a **entrega** de **ativos** ou os **pagamentos** não se realizem, ou o **liquidante** do **agente de custódia** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor não cumpra os prazos estabelecidos, a **câmara** considera, e informa, que a **operação** ou os direitos e as obrigações em recursos financeiros decorrentes do **registro** dos **ativos** e das **operações**, conforme o caso, não foram liquidados. Neste caso, a **câmara** devolve os **ativos** ou os recursos financeiros para o **agente de custódia,** ou do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** que cumpriu com sua obrigação. Nessa situação, para cancelar o valor financeiro a liquidar informado pelas mensagens LTR0001 e LTR0007, a **câmara** utilizará a **mensagem** LTR0012.

A **câmara** não utiliza em seus processos e sistemas, em qualquer hipótese, a **mensagem** LTR0003.

A **liquidação bruta** de títulos públicos federais depositados no SELIC segue as etapas abaixo:

1. Como etapa preliminar ao processo de aceitação de oferta de **empréstimo** de **ativos** e **operações compromissadas**, os **participantes** doadores de **empréstimo** ou vendedores de **operação compromissada** realizam o **depósito de ativos** na **conta de depósito Selic** dos **comitentes**, conforme descrito nos itens 5.1.4.1 e 5.2.2;
2. Para **operações compromissadas**, os **participantes** compradores solicitam o depósito do recurso financeiro na **conta de depósito de título público federal** de seus **comitentes**, conforme descrito na subseção 4.2.1;
3. O **sistema de contratação de empréstimo** de **ativos** e **operação compromissada** informa aos sistemas da **câmara** a **operação** realizada a ser liquidada, de forma automática e por meio da integração eletrônica existente entre esses sistemas;

4. A **câmara** debita os **ativos** da **conta de depósito Selic** do **comitente doador** de **empréstimo** ou vendedor de **operação compromissada** e os credita na **conta de liquidação de ativos**, no SELIC;

5. Para as **operações compromissadas**, a **câmara** transfere o recurso financeiro representado graficamente na **conta de depósito de título público federal** do comprador para a **conta de liquidação da câmara**, no sistema de gestão de **ativos**;

6. A **câmara** credita os **ativos** na **conta de depósito de título público federal** do **comitente tomador** ou comprador da **operação compromissada**; e

7. Para as **operações compromissadas**, a **câmara** transfere o recurso da **conta de liquidação da câmara** para a **conta de depósito de título público federal** do vendedor, representada graficamente no sistema de gestão de **ativos**.

10.1.1. Prazos e horários do ciclo de liquidação bruta

Os prazos e os horários do **ciclo de liquidação bruta** seguem a tabela abaixo:

1	**08h00**	• Horário de início de recebimento de ordens para **liquidação bruta**	-
2	**17h30**	• Horário-limite para informação do resultado bruto devedor de recursos financeiros aos **liquidantes**	LTR0001 LTR0007
3	**18h00**	• Horário-limite para confirmação do **liquidante**	LTR0002

4	**18h00**	• Horário-limite para **pagamento** pelo **liquidante** devedor do resultado bruto de recursos financeiros	LTR0004 LTR0008
5	**18h00**	• Horário de cancelamento, pela **câmara**, do valor financeiro a liquidar dos resultados brutos não liquidados	LTR0012

Tabela 21

A **mensagem** LTR0005 e, eventualmente, a LTR0006 serão enviadas automaticamente, via sistema da **câmara**, assim que verificado o recebimento pela **câmara** do recurso financeiro referente à obrigação, por meio da **mensagem** LTR0004R2, em sua **conta de liquidação da câmara** no STR.

10.2. Processo de liquidação bilateral

As **operações** objeto de **liquidação pelo saldo líquido bilateral** são liquidadas pelos valores bilaterais, não sendo objeto de **compensação** multilateral em recursos financeiros dos **membros de compensação** e são efetivadas pelas **mensagens** LTR.

A **liquidação pelo saldo líquido bilateral** é operacionalizada pela **câmara** por meio do recebimento e do **pagamento** dos recursos financeiros no STR resultantes do cálculo de **compensação** de direitos e de obrigações em recursos financeiros decorrentes de **registro** de **ativos** e de **operações** no **sistema de registro**, entre dois **participantes**, sejam **participantes de negociação plenos** ou **participantes de liquidação**.

A **câmara** estabelece prazos e horários, definidos como **ciclo de liquidação**, para o cumprimento de obrigações decorrentes de **liquidação** bilateral de direitos e obrigações em recursos financeiros decorrentes do **registro** de **ativos** e de **operações** no **sistema de registro**.

O **ciclo de liquidação** obedece aos seguintes prazos e horários:

1. O **sistema de registro** informa aos sistemas da **câmara** a **operação**, o **ativo** ou o evento a serem liquidados pelo módulo de **liquidação pelo saldo líquido bilateral**, de forma automática e por meio de integração eletrônica existente entre esses sistemas;
2. A **câmara** processa a **compensação** dos valores informados em cada **operação**, **ativo** ou evento gerado no **sistema de registro**, criando um resultado líquido para cada combinação de dois **participantes**, sejam **participantes de negociação plenos** ou **participantes de liquidação**;
3. A **câmara** informa o **liquidante** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor, por meio da **mensagem** LTR0001, sobre o valor financeiro a liquidar;
4. O **liquidante** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor de recursos podem confirmar ou divergir o saldo devedor, por meio dos sistemas da **câmara** ou do envio da **mensagem** LTR0002, a ser efetuado para a **câmara** até o horário-limite para confirmação do **liquidante**, estabelecido na tabela de prazos e horários;
5. O não recebimento da **mensagem** LTR0002 ou a não confirmação por meio dos sistemas da **câmara** implica a assunção, por parte da **câmara**, de que o **liquidante** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** devedor confirma o débito, conforme o caso, da totalidade dos recursos financeiros que compõem o seu saldo;
6. O **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação** devedores em recursos financeiros devem instruir, através de seus **liquidantes**, o **pagamento** relativo ao saldo devedor, pela **mensagem** LTR0004, para a **conta de liquidação**. Para considerar o **pagamento** efetivado, a **câmara** deve receber a confirmação do **pagamento** do STR através da **mensagem**

LTR0004R2 até horário-limite para **pagamento** do saldo líquido de recursos, estabelecido na tabela de prazos e horários;

7. Em caso de recebimento de valor parcial, a **câmara** devolve os recursos financeiros para o **liquidante** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação**, por meio da **mensagem** LTR0006, e não considera liquidado o resultado líquido;

8. Em caso de recebimento de valor excedente ao valor do resultado líquido, a **câmara** utiliza o valor devido para **liquidação** do resultado líquido e devolve o excedente ao **participante de negociação pleno** ou ao **participante de liquidação**, por meio de **mensagem** LTR0006;

9. A **câmara** transfere os recursos financeiros, pela **mensagem** LTR0005, imediatamente após o recebimento e processamento da **mensagem** LTR0004R2 pelos sistemas da **câmara**, para o **liquidante** do **participante de negociação pleno** ou do **participante de liquidação** credor. Os sistemas da **câmara** informam o **sistema de registro** a situação da **liquidação** para o adequado tratamento conforme os termos das regras e dos procedimentos do **sistema de registro**;

10. Para os casos em que o **liquidante** do credor e do devedor em recursos financeiros seja o mesmo, em substituição às **mensagens** do fluxo descrito acima, serão utilizadas as **mensagens** LTR0007 para comunicação ao **liquidante** do resultado a ser liquidado entre os **participantes**, e LTR0008, para que o **liquidante** comunique à **câmara** que a transferência entre os **participantes de negociação pleno** ou entre os **participantes de liquidação** foi processada; e

11. Ao final do **ciclo de liquidação**, para cancelar o valor financeiro a liquidar dos resultados líquidos não liquidados (informados pelas **mensagens** LTR0001 e LTR0007), a **câmara** utilizará a **mensagem** LTR0012. Nesses casos, a **câmara** considera que o resultado bilateral não foi liquidado e procede com a **liquidação bruta** de cada componente do resultado bilateral original.

10.2.1. Prazos e horários do ciclo de liquidação bilateral

Os prazos e os horários do **ciclo de liquidação** bilateral seguem a tabela abaixo:

1	**08h00**	• Horário de início de recebimento de ordens para **liquidação bilateral**	-
2	**11h10**	• Apuração dos resultados líquidos bilaterais	-
3	**11h15**	• Horário-limite para informação do saldo devedor de recursos financeiros aos **liquidantes**	LTR0001 ou LTR0007
4	**12h00**	• Horário-limite para confirmação do **liquidante**	LTR0002
5	**12h15**	• Horário-limite para **pagamento** pelo **liquidante** devedor do saldo de recursos financeiros	LTR0004 ou LTR0008
6	**12h15**	• Horário de cancelamento, pela **câmara**, do valor financeiro a liquidar dos resultados líquidos não liquidados	LTR0012
7	**12h15**	• Horário de início da **liquidação bruta** de cada componente do resultado **bilateral** não liquidado	LTR0001 ou LTR0007

Tabela 22

As **mensagens** LTR0005 e, eventualmente, a LTR0006 serão enviadas automaticamente, via sistema da **câmara**, assim que verificado o recebimento pela **câmara** do recurso financeiro referente à obrigação, por meio da **mensagem** LTR0004R2, em sua **conta de liquidação da câmara** no STR.

11. ROL DE COMITENTES INADIMPLENTES

Este capítulo descreve os procedimentos de inclusão de **comitente** no rol de **inadimplentes** da B3 e da correspondente exclusão.

11.1. Inclusão de comitente no rol de inadimplentes

A inclusão de um **comitente** no rol de **inadimplentes** da B3, a qual pode ser realizada pela B3 ou pelo **participante** do **comitente** faltoso, decorre do não cumprimento, pelo **comitente** perante o **participante de negociação** ou **participante estrangeiro**, **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** por ele responsável, de obrigações financeiras decorrentes de **operações** realizadas ou registradas em nome do **comitente**, objeto de **liquidação** na **câmara**.

O **participante de negociação**, **participante estrangeiro**, **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação** são referidos nesta e na seguinte seção apenas como **participante**.

Quando realizada pelo **participante**, a responsabilidade pela notificação ao **comitente**, bem como sua inclusão no rol de **inadimplentes** é do próprio **participante**. A B3 atua apenas de forma operacional para o registro das inclusões realizadas pelo **participante** no rol de **inadimplentes** e as respectivas consequências de tratamento da **inadimplência**, de modo que não realiza validações de natureza técnica ou informacional. Assim, a B3 não é responsável pela inclusão do apontamento da **inadimplência**, tampouco por sua permanência, e não possui qualquer ingerência na cobrança de eventuais obrigações pendentes do **comitente** pelo **participante**.

O processo tem início com o **participante** inserindo as seguintes informações no sistema da **câmara**:

- nome ou razão social e o documento (CPF, CNPJ, código CVM) do **comitente**;
- data de início do inadimplemento;
- valor da pendência financeira;

- segmento da **operação** referente ao não cumprimento de obrigações financeiras, decorrentes de **operações** realizadas ou registradas em nome do **comitente**, objeto de **liquidação** na **câmara**;
- *e-mail* do **comitente**.

É responsabilidade do **participante**:

- realizar previamente a cobrança do saldo devedor junto ao **comitente**;
- validar a exatidão e veracidade das informações e autenticidade de documentos comprobatórios dos débitos e dos dados cadastrais, isentando a B3 de quaisquer responsabilidades porventura decorrentes da divulgação ao mercado do **investidor** como **comitente inadimplente**;
- ressarcir à B3 e, conforme o caso, seus diretores, empregados e representantes, por quaisquer reclamações de terceiros contra eles intentadas, relacionadas à inclusão do **comitente** no rol de **inadimplentes**, bem como dos efeitos derivados desse evento, em especial resultantes da insuficiência, falta de atualização ou ausência de veracidade das informações e documentos necessários para a efetivação da comunicação de **inadimplência** ora realizada, incluindo, mas não se limitando à indenizações, honorários advocatícios contratuais e legais de assessores escolhidos pela B3, **multas**, custas processuais ou outros **encargos**/**pagamentos** de qualquer natureza que a B3 eventualmente tenha que suportar; e
- notificar o **comitente**, determinando o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização. O **comitente** deve efetivar, junto ao **participante**, o **pagamento** devido para evitar a inclusão no rol de **inadimplentes**.

- Cabe à **câmara**:

  (i) divulga o fato aos **participantes**, disponibilizando o nome ou a razão social e o documento (CPF, CNPJ, código CVM) do **comitente**;

  (ii) registrar o **comitente** no rol de **inadimplentes** da B3; e

(iii) atualizar o status do **comitente** para "parcialmente suspenso" no sistema de **cadastro** da B3, o que impede o **comitente** de contratar, alocar ou registrar novas **operações** em seu nome, exceto **operações** com o propósito de reduzir **posições** em aberto. Para **operação** de venda no mercado à vista, faz-se necessário a indicação de **carteira** de **cobertura** de venda à vista (**carteira** 2409-0) no processo de **alocação** das **operações**. Caso a indicação não seja realizada, as **operações** ficarão alocadas na **conta** erro do **participante**, ainda que o **comitente** possua os **ativos** depositados na **central depositária da B3**.

A inclusão de um **comitente inadimplente** no rol não impede que novas inclusões sejam realizadas por outros **participantes** nos quais o **comitente** também possua débitos referentes ao não cumprimento de suas obrigações financeiras, decorrentes de **operações** realizadas ou registradas em nome do **comitente**, objeto de **liquidação** na **câmara**. Todas as inclusões realizadas após a primeira serão devidamente consideradas, não havendo, entretanto, nova divulgação de atualização do rol de **comitentes inadimplentes** para um mesmo **comitente**.

11. 2 Exclusão de comitente do rol de inadimplentes

A exclusão de **comitente** do rol de **inadimplentes** da B3, a qual pode ser realizada pela B3 ou pelo **participante** do **comitente** faltoso, decorre do cumprimento, pelo **comitente**, de todas as suas obrigações.

Quando realizada pelo **participante**, a responsabilidade pela exclusão do **comitente** no rol de **inadimplentes** é do próprio **participante**. A B3 atua apenas de forma operacional para o registro das exclusões realizadas pelo **participante** no rol de **inadimplentes** e as respectivas consequências de tratamento da **inadimplência**, de modo que não cabe a ela a realização de validações de natureza técnica ou informacional.

Para tanto, o **participante** deve inserir no sistema da **câmara**: o nome ou razão social e o documento (CPF, CNPJ, código CVM) do **comitente**.

Após inserida a exclusão e, não havendo outras inclusões no rol de **inadimplentes** do mesmo **comitente** por outros **participantes**, a B3:

(i) divulga o fato aos **participantes**, disponibilizando o nome ou a razão social e o documento (CPF, CNPJ, código CVM) do **comitente** excluído do rol de **inadimplentes** da B3; e

(ii) atualiza o status do **comitente** para "ativo" no sistema de **cadastro** da B3, tornando o **comitente** apto para contratar, alocar ou registrar **operações** em seu nome.

A permanência máxima do **comitente** no rol de **inadimplentes** da B3 é de até 5 (cinco) anos, contados a partir da sua inclusão. Em caso de inclusão do **comitente** no rol de **inadimplentes** por mais de um **participante**, o prazo máximo de 5 (cinco) anos para exclusão do **comitente** será contado da data da última inclusão.

12. OFERTAS DE DISTRIBUIÇÃO E DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS

12.1. Ofertas públicas de distribuição de ativos

O processo de distribuição pública ocorre sempre que um **emissor** ou um detentor de **ativos** decide realizar uma oferta ao mercado. A **câmara** atua como facilitadora desse processo desde que os **ativos**-objeto da oferta sejam passíveis de depósito na **central depositária da B3** e a distribuição ocorra aos **comitentes** por intermédio dos **participantes** da B3.

As ofertas de distribuição podem ser de **ativos** de renda variável ou de renda fixa privada. Também podem ser ofertas iniciais ou subsequentes (*follow-on*).

Cada oferta de distribuição de **ativos** possui sua documentação específica que estabelece as características e os prazos de cada etapa da oferta. A **câmara** é responsável por parametrizar seus sistemas conforme tais condições e acompanhar as etapas da oferta de sua competência, tais como:

- Formação do consórcio de distribuição, se aplicável;
- Intenções de investimento (reservas);
- **Alocação** da oferta; e
- **Liquidação** da oferta.

A parametrização efetuada pela **câmara** tem por objetivo:

- Inserir nos sistemas as características definidas nos documentos da oferta;
- Definir as modalidades que serão utilizadas em atendimento às condições da oferta; e
- **Autorizar o acesso** dos **participantes** do esforço de distribuição aos sistemas da B3, para inclusão de intenções de investimento (reservas), consultas e emissão de relatórios.

12.1.1. Consórcio de distribuição

A formação do consórcio (*pool*) de distribuição é de responsabilidade do coordenador líder. No caso de o consórcio ser aberto para todos os **participantes** da B3, a **câmara** poderá ser solicitada a disponibilizar a carta-convite do **emissor** em página específica da oferta.

Para compor o consórcio de distribuição, é necessário que o **participante** seja um **agente de custódia**.

Nas ofertas em que o **emissor** conceder direito de prioridade e não houver restrição para formação do consórcio de distribuição por meio de convite do coordenador líder, a B3 permitirá que todos os **participantes** na categoria de **agente de custódia** encaminhem, por meio do Sistema de Distribuição de Ativos (Sistema DDA), pedidos de reserva, em valor financeiro ou quantidade, decorrentes do exercício do direito de prioridade de detentores de **ativos** do **emissor** da oferta que sejam seus **comitentes.**

O acesso ao Sistema DDA estará condicionado ao envio prévio, pelos **agentes de custódia**, de termo de **habilitação** específico a ser disponibilizado na página da oferta no *website* da B3, por meio do qual os **agentes de custódia** anuem às condições e se comprometem a cumprir os procedimentos estabelecidos nos normativos da B3. O termo de **habilitação** deverá ser enviado à B3, sob os cuidados da área responsável pelo **cadastro** de **participantes** da B3, e será válido para quaisquer ofertas públicas primárias subsequentes de **ativos** em que a B3 venha a ser contratada para prestação do serviço de distribuição pública.

12.1.2. Intenções de investimento (reservas)

A coleta de intenções de investimento (reservas) é o processo por meio do qual os **agentes de custódia** enviam à **câmara** as intenções de seus **comitentes** em adquirir

ativos distribuídos no âmbito de cada oferta, por meio de registro eletrônico ou em tela, informando:

- Identificação do **comitente** (**conta de depósito** e documento de identificação);
- Valor financeiro ou quantidade em **ativos**; e
- Preço máximo ou a taxa mínima de remuneração.

Ao receber as intenções, a **câmara** efetua as validações e informa o resultado aos **agentes de custódia**. Até o término do período de registro de intenções, a **câmara** informa diariamente aos **agentes de custódia** o acumulado das intenções e, caso necessário, as informações também podem ser enviadas sob demanda.

As intenções de investimento, assim como eventuais correções, podem ser realizadas por meio de telas do sistema da **câmara** ou envio de arquivos à **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da **câmara**.

O horário para o registro das intenções de investimento é das 08h00 às 19h30, durante os dias úteis do período de coleta de intenções de investimento, respeitando as condições específicas estabelecidas nos documentos da oferta.

Para distribuições públicas (tanto de renda variável quanto de renda fixa) que ofereçam direito de prioridade, a B3 utiliza a base completa de detentores de **ativos** do **emissor**, sendo necessária para tanto, inclusive, a base de **ativos** no livro do **escriturador**. No caso de ofertas com duas datas de corte, quando na primeira data de corte ocorre o processo de determinação dos **comitentes** elegíveis a participar da oferta, o Sistema DDA também utiliza a base de **comitentes** com **posição** doada de **empréstimo** na **câmara**. Na segunda data de corte, somente é considerada a base de detentores de **ativo** na **central depositária da B3** e no **escriturador**. É responsabilidade do **emissor**, diretamente ou por meio de seu **escriturador**, informar a Câmara B3, em tempo hábil para início do processo de reservas, a relação de detentores de **ativos** mantidos na instituição escrituradora.

Cabe ao **emissor** estabelecer na documentação da oferta os procedimentos relativos ao exercício do direito de prioridade, inclusive informando as datas de corte para verificação da base de detentores de **ativos** do **emissor**, o prazo para exercício do direito, os fatores de subscrição e o tratamento a ser conferido em relação aos direitos de prioridade na hipótese de não observância dos procedimentos estabelecidos neste Manual e na regulamentação pertinente.

É responsabilidade dos **agentes de custódia** assegurar que o registro de intenções de investimento seja realizado para **comitentes** que estejam aderentes ao público-alvo da oferta.

12.1.3. Alocação da oferta

A **alocação** da oferta é o processo por meio do qual são definidos os **comitentes** e as quantidades do ativo-objeto da oferta a serem distribuídas a cada um destes. Esse processo, administrado pela **câmara**, é baseado nas características da oferta, nas intenções de investimento e no preço único de distribuição em um mesmo dia para valores mobiliários da mesma espécie, classe ou série definido para a oferta.

O resultado da **alocação** da oferta é informado aos **agentes de custódia participantes** da distribuição por meio de telas do sistema da **câmara** ou arquivos eletrônicos, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da **câmara**.

Para distribuições nas quais a **alocação** de parcela dos **ativos** a serem ofertados é de responsabilidade exclusiva dos coordenadores, o processo ocorre no âmbito dos coordenadores da oferta, sendo repassada por estes à **câmara**, que efetua as validações e informa o resultado para os coordenadores.

A **alocação** da oferta direta sob o regime FÁCIL deve observar os critérios e limites inferiores e superiores, tanto de preço quanto de quantidade, conforme estabelecidos na regulamentação vigente. Caso a oferta não alcance o limite inferior ou ultrapasse o limite superior, a **alocação** não será realizada. O preço unitário final de distribuição nas

ofertas diretas é único dentro de uma mesma espécie, classe ou série de valores mobiliários ofertada.

12.1.4. Liquidação da oferta

A **liquidação** da oferta segue os prazos estabelecidos em documentação específica e ocorre pelo módulo de **liquidação bruta**, na qual a **câmara** não atua como **contraparte central** garantidora.

12.1.4.1. Processo de liquidação da oferta

Para **ofertas públicas**, a **câmara** atua como facilitadora do processo de **entrega** de **ativos** contra **pagamento**, fornecendo a infraestrutura necessária para a eficiente preparação e **liquidação** das **operações**.

As **operações** são liquidadas pelos valores brutos, não sendo objeto de **compensação** multilateral em recursos financeiros dos **agentes de custódia**.

Na data da **liquidação** de uma oferta pública, o seguinte processo é realizado:

1. Após confirmado o depósito dos ativos, a **câmara** inicia o processo de **liquidação bruta**, debitando as **contas** de custódia dos vendedores, nas quais os **ativos** estão depositados, e creditando a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** na **central depositária da B3**;

    - Para o caso de ofertas em que exista parcela secundária, os **ativos** deverão ter sido integralmente depositados pelos **agendes de custódia** vendedores junto à **central depositária da B3** antes da data de precificação da oferta e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, **encargos** ou gravames, em conformidade com as normas da **central depositária da B3**;

- Para o caso de ofertas em que exista parcela primária, até às 10h00 da data de **liquidação**, os **ativos** deverão ter sido integralmente depositados pelos **agentes de custódia** junto à **central depositária da B3**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, **encargos** ou gravames, em conformidade com as normas da **central depositária da B3**;

2. Até às 11h00, a **câmara** informa ao **liquidante** do **agente de custódia** devedor em recursos financeiros, o valor financeiro a liquidar, por meio do envio da **mensagem** LTR0001;

3. O **liquidante** do **agente de custódia** devedor em recursos financeiros confirma, por meio de acesso aos sistemas da **câmara** ou do envio da **mensagem** LTR0002, o valor financeiro a liquidar;

4. Até às 13h00, a **câmara** deverá receber do coordenador líder, ou, no caso de uma oferta pública direta sob o regime FÁCIL, do responsável indicado pelo ofertante, as seguintes informações:

   - valor financeiro líquido a ser transferido a cada **agente de custódia** vendedor;

   - valores referentes às comissões devidas; e

   - valores referentes à remuneração relativa à prestação dos serviços pela B3.

5. Até às 14h30, o **liquidante** do **agente de custódia** devedor em recursos financeiros transfere, via LTR0004, os recursos financeiros para a **conta de liquidação da câmara** no STR e o **agente de custódia** credor em **ativos** pode solicitar a restrição à **entrega** da **posição** do **ativo** para o **comitente** que não tenha honrado seu **pagamento**;

6. Para os casos em que o **liquidante** do credor e do devedor em recursos financeiros seja o mesmo, em substituição às **mensagens** do fluxo descrito acima, podem ser utilizadas as **mensagens** LTR0007 para comunicação ao **liquidante**

do resultado a ser liquidado entre os **participantes** e LTR0008 para que o **liquidante** comunique à **câmara** a confirmação ou rejeição do valor financeiro a liquidar;

7. Caso as transferências não se efetivem de forma total ou parcial até 14h30, ou o **liquidante** do **agente de custódia** devedor não cumpra os prazos estabelecidos, a **câmara** considera que as obrigações em recursos financeiros não foram liquidadas e aciona o tratamento de falhas de **pagamento**, conforme descrito na subseção 12.1.5.2.

8. Mediante verificação das transferências de recursos devidos, a **câmara** transfere os recursos financeiros, via LTR0005, até às 16h30, para os **liquidantes** dos **agentes de custódia** vendedores. Concomitantemente à transferência de recursos financeiros no STR, a **câmara** transfere os **ativos** para as **contas de depósito** dos **agentes de custódia** credores na **central depositária da B3**, coordenando a **entrega** contra **pagamento**.

Os horários acima estabelecidos podem sofrer alterações em função de atraso em processos preliminares realizados fora do ambiente da B3 e/ou no cumprimento dos prazos estabelecidos pelos **agentes de custódia** envolvidos na **liquidação** da oferta.

12.1.4.2. Depósito e administração de garantias relativas à parcela do varejo e ao exercício do direito de prioridade

Caso a **câmara** seja contratada para prestação dos serviços de administração de **garantias**, poderá promover, integralmente, perante o coordenador líder da oferta, a **liquidação** financeira da subscrição de **ativos** decorrentes (i) da parcela de varejo das ofertas públicas de distribuição ou (ii) do exercício do direito de prioridade nos termos da regulamentação da CVM.

A **liquidação** será junto aos **agentes de custódia**, por meio da administração de **garantias** depositadas, de titularidade dos **agentes de custódia** ou de titularidade do

próprio detentor de **ativos** origem da oferta sob a responsabilidade dos **agentes de custódia** (neste caso, exclusivamente quanto aos detentores de **ativos** origem da oferta que forem **investidores** institucionais), perante a **câmara**, que serão executadas na hipótese de o **agente de custódia** não realizar, tempestivamente, o **depósito** dos recursos financeiros necessários à **liquidação** do montante efetivamente alocado, conforme procedimentos descritos neste manual.

12.1.4.3. Procedimento para depósito de garantias

O **depósito de garantias** deve ser efetuado pelos **agentes de custódia** até às 13h00 do dia posterior ao final do período de reservas, em moeda corrente nacional ou títulos públicos federais.

Para os depósitos realizados em moeda corrente nacional alocados para garantir as intenções de investimento das parcelas da oferta destinadas a **investidores** não institucionais e a concessão de direito de prioridade**,** é possível a utilização destes recursos para a **liquidação financeira** do valor devido pelo **agente de custódia** perante a **câmara**.

O procedimento operacional é realizado mediante solicitação dos **agentes de custódia** no Sistema de Gestão de Garantias para Terceiros – GG3 até o dia útil anterior a data de **liquidação**.

A confirmação do pedido de reserva realizado pelos **investidores** que participam da parcela prioritária ou não institucional da oferta ocorrerá mediante o depósito de valor estipulado e divulgado pela B3 para cada **operação** em conjunto com os respectivos procedimentos até a data de **chamada de margem**.

Caso o **agente de custódia** não deposite qualquer valor a título de **garantia** dos pedidos de reserva, conforme exigido pela **câmara** nos termos indicados neste manual, nos prazos e condições estipulados, os respectivos pedidos de reserva realizados pelo **agente de custódia** serão desconsiderados.

Caso o **agente de custódia** deposite apenas parte do valor exigido, o referido **agente de custódia** deve cancelar, no sistema DDA, os pedidos de reserva não confirmados, ou seja, aqueles cujo valor correspondente não foi depositado perante a **câmara**. Esse cancelamento deve ocorrer até às 13h00 do dia útil posterior ao final do período de reservas.

Após esse procedimento, os demais pedidos de reserva efetuados pelo **agente de custódia** referentes aos valores efetivamente depositados perante a **câmara** serão confirmados.

12.1.5. Tratamento de falha em oferta pública de distribuição de ativos

12.1.5.1. Mecanismo de restrição

O mecanismo de restrição permite ao **agente de custódia** credor de **ativos** solicitar restrição à **entrega** da **posição** do **ativo** para o **comitente** que não tenha honrado seu **pagamento**.

Os **agentes de custódia** podem solicitar a restrição da **entrega** da **posição** do **ativo** na data da **liquidação** da oferta, até às 14h30.

A **entrega** dos **ativos** restritos respeita o tratamento de falhas de pagamento previsto na subseção 12.1.5.2, seguindo a modalidade da parcela restrita da oferta pública:

1. Na parcela varejo sem garantia, o **ativo** restrito pelo **agente de custódia** credor em **ativos**, que corresponde ao recurso não transferido à **câmara** por seu **liquidante**, é entregue, até às 16h30 da data de **liquidação**, conforme tratamento de falhas de **pagamento**, para a **conta** indicada pelo vendedor de **ativos**, sejam **emissor**(es) ou detentor(es) de **ativos**;

2. Na parcela institucional, o **ativo** restrito pelo **agente de custódia** credor de **ativos**, que corresponde ao recurso não transferido à **câmara** por seu **liquidante**, é entregue, até às 16h30 da data da **liquidação**, para a **conta de depósito** indicada pelo **agente de custódia** do coordenador responsável por tal parcela, ou, no caso de uma oferta pública direta sob o regime FÁCIL, pelo responsável indicado pelo ofertante, desde que atendidas as condições descritas para tratamento de falhas;
3. Na parcela varejo com garantia, o **ativo** restrito pelo **agente de custódia** credor de **ativos** é entregue às 18h30 da data de **liquidação**, para a **conta** indicada e de titularidade do **agente de custódia**, desde que atendidas as condições para tratamento de falhas.

Para a parcela de varejo com garantia, os **agentes de custódia** podem, também, solicitar o cancelamento da restrição da **entrega** do **ativo,** até às 18h30 do mesmo dia**.** Caso ocorra a solicitação de cancelamento, o **ativo** é transferido para a **conta de depósito** do **comitente** definida no processo de **alocação** da oferta pública. Caso não ocorra a solicitação de cancelamento, o **ativo** restrito é transferido, às 18h30, para a **conta de depósito** indicada e de titularidade do **agente de custódia**.

As solicitações de restrição da **entrega** e de cancelamento da restrição da **entrega** podem ser realizadas por meio de acesso ao sistema da **câmara** ou por meio do envio de **mensagem** eletrônica para a **câmara**, conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** da **câmara**.

12.1.5.2. Procedimentos para tratamento de falhas de pagamento

Para ofertas não garantidas, a parcela de recurso financeiro não transferida parcial ou totalmente pelo **liquidante** do **agente de custódia** devedor à **câmara** é considerada como falha. A **câmara** informa o(s) vendedor(es) da oferta pública, sejam esses **emissor** ou detentores de **ativos,** o valor não liquidado na oferta, e transfere os **ativos** restritos

pelo **agente de custódia** comprador, que correspondem ao recurso não liquidado, para a **conta de depósito** indicada e de titularidade do(s) vendedor(es).

Para ofertas garantidas, a parcela institucional não transferida total ou parcialmente pelo **liquidante** do **agente de custódia** devedor à **câmara** é considerada como falha. A obrigação financeira é direcionada e informada pela **câmara**, via **mensagem** LTR0001, ao **liquidante** do **agente de custódia** coordenador responsável por tal parcela, ou, no caso de uma oferta pública direta sob o regime FÁCIL ao responsável indicado pelo ofertante, que se torna responsável por cumprir esta obrigação de **pagamento**. Mediante verificação de transferência de recursos, via LTR0004, para a **conta de liquidação da câmara** no STR, a **câmara** transfere os **ativos** restritos pelo **agente de custódia** comprador, referente ao recurso não liquidado, para a **conta de depósito** indicada e de titularidade do coordenador.

No caso da oferta de varejo com **garantias**, a parcela de recurso financeiro não transferido parcial ou totalmente pelo **liquidante** do **agente de custódia** devedor à **câmara** é considerada como falha, situação na qual a **câmara** executará as **garantias** depositadas pelo **agente de custódia** para cumprir com a obrigação financeira. Os **ativos** restritos pelo **agente de custódia** comprador serão transferidos para **a conta de depósito** indicada e de titularidade do **agente de custódia**, ainda que as garantias executadas tenham sido aportadas pelo **participante** por ele apontado.

12.1.6. Procedimentos para Oferta Pública Direta no regime FÁCIL

No âmbito do regime de Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivos a Listagens (FÁCIL), conforme regulamentação vigente, serão admitidas ofertas públicas de distribuição que utilizem as regras gerais da CVM aplicáveis a ofertas públicas, bem como ofertas públicas diretas que utilizem as regras específicas descritas no regime FÁCIL.

Considera-se oferta pública direta no regime FÁCIL a oferta pública inicial ou subsequente de distribuição de valores mobiliários, realizada diretamente em sistema

administrado por entidade administradora de mercado organizado, no qual o **emissor** classificado como CMP esteja listado ou venha a ser listado, sem a participação de entidade registrada como coordenadora de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

No regime FÁCIL, são objeto de oferta pública direta, com liquidação realizada via **câmara**, ações e certificados de ações.

A B3 manterá procedimentos e rotinas de acompanhamento necessários ao cumprimento de seus deveres enquanto entidade administradora de mercados organizados e central depositária no regime FÁCIL, firmando convênio ou acordo de cooperação técnica com a CVM, de modo a detalhar e complementar, no que couber, o disposto em suas normas.

12.1.6.1. Análise das ofertas diretas no regime FÁCIL

A documentação da oferta pública direta será analisada para determinar sua viabilidade operacional considerando os seguintes critérios:

1. classificação do emissor como CMP – Companhia de Menor Porte, em conformidade com as disposições previstas na regulamentação vigente;
2. limite de R$ 300 milhões, considerando ofertas com dispensas previstas no regime FÁCIL e ofertas públicas diretas realizadas no período de 12 (doze) meses;
3. conformidade da estrutura da oferta pública direta com as disposições previstas na regulamentação vigente;
4. cumprimento dos prazos e etapas da oferta pública direta, conforme descrito nos documentos da oferta pública direta, em conformidade com a regulamentação vigente;
5. divulgação dos documentos da oferta pública direta, do tipo e da forma de divulgação das ofertas de compra;
6. adequação às funcionalidades oferecidas pelo Sistema DDA da B3.

A B3 admite pedido de análise reservada de oferta no âmbito do FACIL, a qual ocorrerá, preservando o sigilo da operação, restringindo aos demandantes o retorno da análise realizada pela B3.

O término do caráter reservado da oferta ocorre mediante o pedido de admissão da emissão, acompanhado dos documentos finais, ou mediante divulgação da oferta ao mercado.

Caso ocorra alguma perda de controle sobre a informação durante a etapa de análise reservada, o ofertante deve proceder à imediata divulgação da oferta ao mercado.

O prazo para devolutiva da análise da oferta pública direta é de 12 (doze) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação pela B3. Caso sejam solicitados ajustes, a nova submissão será analisada em até 8 (oito) dias úteis.

A B3 pode **(i)** requerer a adequação das informações prestadas no âmbito das ofertas públicas às disposições legais e regulamentares pertinentes, **(ii)** determinar retificações, alterações ou a cessação da publicidade da oferta caso identifique inconformidade com algum dos critérios mencionados acima, e **(iii)** solicitar a inclusão no formulário FÁCIL de informações adicionais que julgar adequadas, além de advertências e considerações que entender cabíveis para sua análise e compreensão pelos investidores destinatários da oferta.

Cumpridos eventuais apontamentos feitos pela B3 nos documentos da oferta, será criada página no site da B3 com as informações e documentos da oferta, inclusive com a divulgação das ordens de compra. Caso seja necessário, o ofertante poderá solicitar à B3 a atualização da página, enviando, para tanto, as informações e os documentos a serem atualizados. A B3 atualizará referida página, até o final do dia em que se encerre a oferta, indicando se houve ou não encerramento com êxito. Ainda, em caso de encerramento

da oferta pública direta com êxito, serão incluídas na página da oferta as informações exigidas na regulamentação vigente.

A oferta pública direta seguirá o previsto em sua documentação, na regulamentação vigente e neste capítulo, com exceção do item 12.1.1, que não se aplica às ofertas públicas diretas.

12.1.6.2. Participantes da oferta direta no regime FÁCIL

Todos os **participantes** classificados como **agentes de custódia** serão incluídos na distribuição, sem a necessidade de formação de *pool* ou envio do termo de habilitação, sendo os requisitos mínimos de qualificação técnica previstos no Manual de Acesso da B3.

A B3 pode excluir o **agente de custódia,** bem como impedir temporariamente **agentes de custódia** específicos de representar investidores em ofertas diretas, caso identifique descumprimento de regras ou procedimentos estabelecidos para a oferta direta, nos termos do regime FÁCIL e de seus normativos. A oferta poderá seguir seu curso em caso de exclusão de determinado **agente de custódia**, a critério do ofertante, exceto em casos em que a B3 determinar a interrupção da oferta.

A B3 enviará notificação ao **agente de custódia,** comunicando a exclusão ou o impedimento temporário, conforme o caso, e fixando prazo para apresentação de recurso, que deverá ser enviado por meio de canal disponibilizado para tanto. A B3 analisará o recurso e comunicará ao **agente de custódia** acerca de sua decisão final.

Os **agentes de custódia** poderão cancelar ordens inseridas em nome dos **investidores** em até 24 (vinte e quatro) horas antes da **alocação** da oferta direta. As ordens inseridas pelos **agentes de custódia,** na oferta pública direta, em desacordo com os limites inferiores e superiores de preço serão rejeitadas.

Em caso de interrupção ou adiamento da oferta direta, todas as ordens de compra enviadas até àquele momento serão canceladas automaticamente. O ofertante deve, após cessada conduta irregular ou tendo sido feito o devido tratamento ao fato que originou a interrupção ou o adiamento, divulgar comunicação ao mercado atualizando o cronograma da oferta, prevendo, inclusive, novas datas para envio de ordens de compra pelos **agentes de custódia**.

As ofertas diretas, caso apurada demanda para aquisição da quantidade base ao preço unitário base, podem ser encerradas antes da data e hora previstas nos documentos da oferta, desde que observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação do formulário FÁCIL. O preço unitário final da oferta direta será único dentro da mesma espécie, classe ou série de valores mobiliários ofertada, após procedimento de **alocação**.

12.2. Oferta pública de aquisição de ativos

A B3 atua como facilitadora do processo de **liquidação** das ofertas públicas de aquisição de **ativos**, coordenando a **entrega** dos **ativos** contra o **pagamento** do valor financeiro de forma simultânea, final e irrevogável. Os prazos de **liquidação** bem como os detalhes operacionais de cada oferta são publicados por meio de edital e podem variar a cada oferta.

Para adesão à oferta pública de aquisição de **ativos**, os **investidores** devem instruir seus **agentes de custódia** a transferir os **ativos** para a **carteira** mantida pela **central depositária da B3** para esse fim.

As informações das **contas** sob o **participante de negociação pleno**, do **agente de custódi**a, da **conta de depósito** e da **carteira,** que serão debitadas na **liquidação** da oferta, são recebidas quando da **captura** das **operações** do **sistema de negociação** e não são passíveis de alteração.

Caso o **agente de custódia** indicado seja diferente do **participante de negociação pleno** que representou o **comitente** no leilão, a B3 considera a transferência do saldo para a **carteira** de bloqueio de ofertas como a autorização do **agente de custódia** para a **liquidação** da **operação**.

13. LEILÃO DE FUNDOS SETORIAIS

Esta seção descreve os procedimentos relativos à **liquidação** de leilões especiais, ocorridos no **ambiente de negociação** da B3, de ações de empresas beneficiadas por fundos setoriais ou regionais cujas cotas estejam depositadas na **central depositária da B3**, tais como: Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Conforme estabelecido em edital ou em documentação específica de cada leilão, os **comitentes** participantes do leilão podem optar em liquidar as **operações** (i) por meio de transferência de recursos financeiros no STR, (ii) mediante transferência, na **central depositária da B3**, de cotas do fundo ou (iii) uma combinação entre as alternativas (i) e (ii). Qualquer que seja a alternativa, a **liquidação** deve ocorrer em D+2 da realização do leilão.

A **liquidação** ocorre em duas etapas:

1. Transferência de recursos financeiros ou de cotas do fundo:

   (i) Para a parcela com **liquidação** financeira

   Em D+2 da realização do leilão, o **participante** responsável pelo **comitente** transfere os recursos financeiros à **câmara** por meio de **mensagens** LTR no STR e a **câmara** repassa os recursos financeiros ao banco administrador do fundo.

   (ii) Para a parcela com transferência de cotas

   Até D+2 da realização do leilão, o **agente de custódia** do **comitente** transfere as cotas do fundo para **conta** específica na **central depositária da B3**.

2. Transferência de ações-objeto do leilão: até D+15 da realização do leilão, a empresa **emissora** transfere as ações adquiridas no leilão, no livro de ações, ao **comitente**.

14. CUSTOS E ENCARGOS

Esta seção descreve os procedimentos relativos à divulgação, pela **câmara**, dos **custos** e dos **encargos** decorrentes de **operações** e de **posições** de seus **participantes**.

Os **custos** e os **encargos** cobrados pela B3 estão descritos em sua política de tarifação, divulgada por meio de ofício circular.

A seu critério, a B3 pode conceder, a categorias de **participantes**, descontos ou incentivos na cobrança de **custos** e **encargos**.

Os **custos** e os **encargos** são cobrados no mesmo **participante** em que as **operações** são liquidadas, ou seja, no **participante-destino** em caso de **repasse** de **operações**.

A B3 pode, a seu critério e a qualquer momento, diferenciar a tarifação para **operações** caracterizados como estratégias, *day trade*, rolagem e *brokeragem*, bem como restringir os fatos geradores das tarifas para grupos de produtos específicos ou para volume de contratos e volume financeiro.

A **câmara** considera *day trade* as **operações** de compra e de venda de um mesmo **ativo**, realizadas em uma mesma data de negociação, por um mesmo **participante** e em uma mesma **conta de posição**.

As **operações** do **mercado de balcão organizado** sem **garantia**, ainda que não liquidadas por meio dos serviços de **liquidação** da **câmara**, estão sujeitas à tarifação da B3.

14.1. Divulgação dos resultados de custos e encargos

O processo de divulgação dos resultados dos **custos** e dos **encargos** para cada **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação** é realizado, diariamente, ao final do processamento noturno, por meio de envio de arquivos pela **câmara** conforme formato estabelecido no catálogo de **mensagens** e arquivos da B3.

15. PLANO DE RECUPERAÇÃO

Conforme disposto no regulamento da **câmara**, a B3 pode adotar procedimentos específicos no caso de acionamento do **plano de recuperação** em decorrência de insuficiência, temporária ou definitiva, de recursos da estrutura de **salvaguardas** da **câmara**, ou da materialização de cenário de indisponibilidade, ou de falha de integridade na sua infraestrutura tecnológica ou na do STR.

Este capítulo descreve os procedimentos especiais de **liquidação** que podem ser adotados pela **câmara** em virtude do acionamento do **plano de recuperação.**

A B3 comunicará aos **participantes**, por meio de seus canais usuais de comunicação, a adoção dos referidos procedimentos.

15.1. Postergação da janela de liquidação

Caso a B3 decida postergar a **janela de liquidação** dos **saldos líquidos multilaterais** em moeda nacional e/ou **moeda estrangeira** dos **membros de compensação** credores e/ou a **janela de liquidação** dos **saldos líquidos multilaterais** credores em **ativos**, a **câmara** determinará o novo horário da janela, observadas as restrições de horário do STR.

15.2. Falha da infraestrutura tecnológica da câmara e/ou STR

A **câmara** pode adotar procedimentos especiais de **liquidação** em caso de indisponibilidade ou falha de integridade da infraestrutura tecnológica da **câmara** e/ou STR, bem como de seus planos de continuidade operacional, exceto, no caso do STR, se o BCB disponibilizar sistema alternativo para processamento da **liquidação** durante o período de indisponibilidade.

Na data do restabelecimento da disponibilidade ou integridade da infraestrutura tecnológica da B3 e/ou STR:

- Retomam-se a negociação, o **empréstimo** de **ativos** e o **registro** de **derivativos** de balcão com **garantia** total ou parcial da **câmara**;
- Procede-se à **liquidação** das obrigações não liquidadas no período de suspensão das atividades da **câmara**, conforme descrito adiante; e
- Retomam-se os demais procedimentos da **câmara** e da **central depositária da B3**, no caso de indisponibilidade da infraestrutura tecnológica da **câmara**.

Os procedimentos descritos nesta seção destinam-se ao tratamento dado pela **câmara** para os negócios, **posições** e **liquidação** de obrigações não liquidadas no período de suspensão de suas atividades.

Adota-se, como convenção, os seguintes termos:

N: número de dias úteis de indisponibilidade da **câmara**,

D+0: último dia útil antes de indisponibilidade da **câmara**;

D+N: último dia útil de indisponibilidade antes da retomada das atividades da **câmara**;

D+N+1: primeiro dia útil após a retomada das atividades da **câmara**;

D+N+2: segundo dia útil após a retomada das atividades da **câmara**; e

D+N+3: terceiro dia útil após a retomada das atividades da **câmara**.

15.2.1. Negócios realizados no after-hours

As **operações** realizadas no **mercado de derivativos** agropecuários em sessão de *after-hours* terão suas datas de negociação ajustadas para o dia útil seguinte ao fim do período de suspensão da **liquidação**, ou seja, para D+N+1.

15.2.2. Alocação de operações

No dia útil imediatamente seguinte ao fim da suspensão das atividades da **câmara**, ou seja, D+N+1, a **câmara** estará apta a processar negócios do mercado à vista de renda variável realizados em D+0, passíveis de **alocação** ou cancelamento.

15.2.3. Leilão de swap cambial

Os leilões de swap cambial realizados pelo BCB durante o período de suspensão da **liquidação** serão disponibilizados para **alocação** pelos **participantes** no dia útil seguinte ao fim do período de suspensão da **liquidação**, ou seja, em D+N+1.

Os negócios oriundos de leilão de swap cambial com data de início de valorização durante o período de suspensão da **liquidação** terão suas datas de negociação ajustadas para D+N+1. O resultado financeiro a ser liquidado em D+N+2 considerará a data de início de valorização original.

15.2.4. Controle de posição

15.2.4.1. Prêmio e ajuste

A **liquidação** financeira referente ao prêmio de opções negociadas em D+0 será realizada em D+N+1.

O ajuste diário de **posição** em contratos futuros referente ao D+0 é calculado de forma regular, utilizando as informações de preços e indicadores disponíveis em D+0. Os lançamentos financeiros referentes a ajuste são postergados para **liquidação** em D+N+1.

O cálculo de ajuste diário será novamente efetuado ao final de D+N+1, respeitando os critérios de ajuste e preço definidos nas especificações dos contratos, no que tange ao tratamento em caso de suspensão das atividades da **câmara**.

15.2.4.2. Liquidação antecipada e renovação de contrato

Os processos relacionados à **liquidação** antecipada em andamento ocorridos durante o período de suspensão das atividades da **câmara** serão defasados em N dias das datas originalmente contratadas.

Os prazos limites para renovação de contrato de **empréstimo** e **liquidação** antecipada de contratos a termo e de **empréstimo** acompanharão a postergação dos vencimentos.

15.2.4.3. Vencimento de contrato

Os processos relacionados a vencimentos ocorridos durante o período de suspensão das atividades da **câmara** serão defasados em N dias das datas de vencimento originalmente contratadas, conforme descrito a seguir.

i. Contrato de **empréstimo** de **ativos**

O vencimento de contrato de **empréstimo** de **ativos** ocorrido no período de suspensão das atividades da **câmara** ou até D+N+3 será defasado em N dias, não superando D+N+4.

ii. Contrato a termo

O vencimento de contrato a termo ocorrido no período de suspensão das atividades da **câmara** ou até D+N+2 será defasado em N dias, não superando D+N+3.

iii. Contratos futuros e opções

As **posições** com vencimento ou data de formação de preço ocorridos em data durante o período de suspensão da **câmara** serão tratadas conforme os critérios definidos nas

especificações dos contratos, no que tange ao tratamento em caso de suspensão das atividades da **câmara**.

15.2.4.4. Cobertura de posição

O processo de **cobertura** de opção sobre **ativos** negociados no mercado à vista ou de contrato a termo, por meio da compra do **ativo** objeto no mercado à vista, será defasado na mesma quantidade de dias de defasagem aplicada ao mercado à vista. Dessa forma, as **posições** cobertas por negócio realizado no mercado à vista permanecerão cobertas até a finalização do fluxo de **liquidação** deste mercado.

15.2.4.5. Eventos corporativos

i. Tratamento de **eventos corporativos** com impacto sobre **posições** em aberto

Na ocorrência de **evento corporativo** durante o período de suspensão das atividades da **câmara**, assume-se que a atualização das **posições** ocorrerá simultaneamente à atualização do **ativo** no **sistema de negociação** ou na **central depositária da B3**, a depender do tipo de **posição**.

ii. **Pagamento** de **eventos corporativos** provisionados

Havendo previsão de **pagamento** de proventos durante o período de suspensão da **liquidação**, sua **liquidação** financeira será postergada para data estabelecida pela **central depositária** da **B3**.

iii. Subscrição

Os prazos para o processo de subscrição de ações sobre **posições** em contrato de **empréstimo** de **ativos** serão postergados em N dias. A data de efetivação da subscrição deverá ser a mesma estipulada pelo **emissor** dos **ativos**.

iv. Oferta prioritária

Os prazos para o processo de oferta prioritária de ações sobre **posições** em contrato de **empréstimo** de **ativos** serão postergados de acordo com os prazos estipulados pelo **emissor** do **ativo**.

15.2.5. Entrega física de commodities

Os contratos futuros de commodities que estejam em período de **entrega** física e que tenham o encerramento no período de suspensão da **liquidação,** terão a data fim de **entrega** postergada para D+N+1 e a data de vencimento postergada para o dia útil seguinte ao fim da **entrega**, ou seja, D+N+2.

Alternativamente, a **câmara** poderá, a seu exclusivo critério, postergar o período de **entrega** física e a data de vencimento do contrato em N dias para possibilitar a conclusão do processo de **entrega** física.

15.2.6. Processo de liquidação

15.2.6.1. Autorização de entrega ou recebimento de ativos

Na retomada de suas atividades, a **câmara** não realizará a **compensação** de **operações** com datas de **liquidação** originalmente distintas.

No dia útil imediatamente seguinte ao fim da suspensão da **câmara**, ou seja, em D+N+1, a **câmara** estará apta a processar as instruções de **liquidação** de **operações** com data de negociação em D+0 passíveis de autorização de **entrega** ou recebimento de **ativos**.

15.2.6.2. Liquidação de posições

As **posições** com **liquidação** por **entrega** de **ativos**, originalmente prevista para ocorrer no período de suspensão das atividades da **câmara**, ou seja, até D+N, inclusive, terão a **liquidação** postergada por N dias das datas de **liquidação** originalmente previstas. Os lançamentos financeiros referentes às **liquidações** previstas para ocorrer até D+N,

inclusive, serão postergadas, não ocorrendo o acúmulo, em um único dia, de **liquidações** financeiras referentes a datas distintas.

A **liquidação** financeira de **posições** que não envolvem **liquidação** por **entrega** de **ativo**, originalmente prevista para D+1, serão postergadas para D+N+1.

As instruções de **liquidação** de **falha de entrega**, com data **liquidação** originalmente prevista para D+1 serão liquidadas em D+N+1. A aplicação de **multa** e a justificativa referente a **falha de entrega** serão processadas pela **câmara** em D+N+1.

As instruções de **liquidação** geradas em virtude de cancelamento de recompra, com data de **liquidação** originalmente prevista para ocorrer em D+1, serão ajustadas para **liquidação** em D+N+1.

15.2.6.3. Recompra de ativos

Os prazos para cancelamento, execução e reversão de recompra serão defasados em N dias das datas originalmente estabelecidas.

15.2.7. Oferta de distribuição de ativos

Antes do início do período de reserva, o cronograma de ofertas pode ser alterado desde que o período de colocação das intenções de investimento ainda não tenha sido iniciado.

Para ofertas públicas em andamento, a alteração de cronograma seguirá regras acordadas junto à CVM.

16. FERIADO EXTRAORDINÁRIO

Este capítulo descreve os procedimentos especiais de **liquidação**, nos termos do regulamento da **câmara**, que podem ser adotados pela **câmara** em caso de decretação de feriado extraordinário até o dia útil anterior da sua vigência.

Considera-se feriado extraordinário o dia de feriado instituído por autoridade competente que não tenha sido regularmente previsto no calendário nacional, estadual, municipal ou local, assim como não tenha sido refletido no calendário divulgado pela B3 e no qual não seja possível haver (i) sessão de negociação na B3 e/ou (ii) atividade na **câmara**.

No dia útil imediatamente posterior ao feriado extraordinário:

- Retoma-se a contratação de **empréstimo de ativos**; e
- Procede-se à **liquidação** das obrigações não liquidadas no período de decretação do feriado extraordinário e os demais procedimentos da **câmara** B3.

Os procedimentos descritos nesta seção destinam-se ao tratamento dado pela **câmara** para os negócios, **posições** e **liquidação** de obrigações previamente contratadas e não liquidadas durante a vigência do feriado extraordinário.

Adota-se, como convenção, os seguintes termos:

N: número de dias úteis de vigência do feriado extraordinário;

D+0: último dia útil antes do início do feriado extraordinário;

D+N: último dia de vigência do feriado extraordinário antes da retomada das atividades da **câmara**;

D+N+1: primeiro dia útil após o término do feriado extraordinário;

D+N+2: segundo dia útil após o término do feriado extraordinário;

D+N+3: terceiro dia útil após o término do feriado extraordinário; e

D+N+4: quarto dia útil após o término do feriado extraordinário.

A **câmara** comunicará aos **participantes**, por meio de seus canais usuais de comunicação, o acionamento dos referidos procedimentos.

16.1. Negócios realizados no after-hours

As **operações** realizadas em D+0 no **mercado de derivativos** agropecuários em sessão de *after-hours* terão suas datas de negociação ajustadas para o dia útil seguinte ao término do feriado extraordinário, ou seja, para D+N+1.

16.2. Alocação de operações

No dia útil imediatamente seguinte ao término do feriado extraordinário, ou seja, D+N+1, a **câmara** estará apta a processar negócios do mercado à vista de renda variável realizados em D+0, passíveis de **alocação** ou cancelamento.

16.3. Leilão de swap cambial

Os leilões de *swap* cambial realizados pelo BCB durante o período do feriado extraordinário serão disponibilizados para **alocação** pelos **participantes** no dia útil seguinte ao fim do período de suspensão da **liquidação**, ou seja, em D+N+1.

Os negócios oriundos de leilão de *swap* cambial com data de início de valorização durante o feriado extraordinário terão suas datas de negociação ajustadas para D+N+1. O resultado financeiro a ser liquidado em D+N+2 considerará a data de início de valorização original.

16.4. Controle de posição

16.4.1. Prêmio e ajuste

A **liquidação** financeira referente ao prêmio de opções negociadas em D+0 será realizada em D+N+1.

O ajuste diário de **posição** em contratos futuros referente ao D+0 é calculado de forma regular, utilizando as informações de preços e indicadores disponíveis em D+0. Os lançamentos financeiros referentes a ajuste são postergados para **liquidação** em D+N+1.

O cálculo de ajuste diário será novamente efetuado ao final de D+N+1, respeitando os critérios de ajuste e preço definidos nas especificações dos contratos, no que tange ao tratamento em caso de suspensão das atividades da **câmara** em decorrência de decretação de feriado extraordinário.

16.4.2. Vencimento de contrato

Os processos relacionados a vencimentos ocorridos durante o feriado extraordinário serão defasados em N dias das datas de vencimento originalmente contratadas, conforme descrito a seguir.

i. Contrato de **empréstimo** de **ativos**

O vencimento de contrato de **empréstimo** de **ativos** ocorrido no período do feriado extraordinário ou até D+N+3 será defasado em N dias, não superando D+N+4.

ii. Contrato a termo

O vencimento de contrato a termo ocorrido no período do feriado extraordinário ou até D+N+2 será defasado em N dias, não superando D+N+3. Não há alteração de preço a termo em função da postergação do vencimento.

iii. Contratos futuros e opções

As **posições** com vencimento ou data de formação de preço ocorridos em data durante o período do feriado extraordinário serão tratadas conforme os critérios definidos nas especificações dos contratos, no que tange ao tratamento em caso de suspensão das atividades da **câmara**.

16.4.3. Liquidação antecipada e renovação de contrato

Os processos relacionados à **liquidação** antecipada em andamento ocorridos durante o período do feriado extraordinário serão defasados em N dias das datas originalmente contratadas.

Os prazos limites para renovação de contrato de **empréstimo** e **liquidação** antecipada de contratos a termo e de **empréstimo** acompanharão a postergação dos vencimentos.

16.4.4. Cobertura de posição

O processo de **cobertura** de opção sobre **ativos** negociados no mercado à vista ou de contrato a termo, por meio da compra do **ativo** objeto no mercado à vista, será defasado na mesma quantidade de dias de defasagem aplicada ao mercado à vista. Dessa forma, as **posições** cobertas por negócio realizado no mercado à vista permanecerão cobertas até a finalização do fluxo de **liquidação** deste mercado.

16.4.5. Eventos corporativos

i. Tratamento de **eventos corporativos** com impacto sobre **posições** em aberto

Na ocorrência de **evento corporativo** durante o período do feriado extraordinário, assume-se que a atualização das **posições** ocorrerá simultaneamente à atualização do **ativo** no **sistema de negociação,** para **posições** de opções, futuros e termo sobre o mercado à vista, ou na **central depositária da B3**, para **posições** de **empréstimo**, **falha de entrega** e recompra.

ii. **Pagamento** de **eventos corporativos** provisionados

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION

Havendo previsão de **pagamento** de proventos durante o período de feriado extraordinário, sua **liquidação** financeira será postergada para data estabelecida pela **central depositária da B3**.

iii. Subscrição

Os prazos para o processo de subscrição de ações sobre **posições** em contrato de **empréstimo** de **ativos** serão postergados em N dias. A data de efetivação da subscrição deverá ser a mesma estipulada pelo **emissor** dos **ativos**.

iv. Oferta prioritária

Os prazos para o processo de oferta prioritária de ações sobre **posições** em contrato de **empréstimo** de **ativos** serão postergados de acordo com os prazos estipulados pelo **emissor** do **ativo**.

16.5. Entrega física de commodities

Os contratos futuros de *commodities* que estejam em período de **entrega** física e que tenham o encerramento no período de suspensão da **liquidação** em razão de decretação de feriado extraordinário, terão a data fim de **entrega** postergada para D+N+1 e a data de vencimento postergada para o dia útil seguinte ao fim da **entrega**, ou seja, D+N+2.

Alternativamente, a **câmara** poderá, a seu exclusivo critério, postergar o período de **entrega** física e a data de vencimento do contrato em N dias para possibilitar a conclusão do processo de **entrega** física.

16.6. Processo de liquidação

16.6.1. Autorização de entrega ou recebimento de ativos

Na retomada de suas atividades, a **câmara** não realizará a **compensação** de **operações** com datas de **liquidação** originalmente distintas.

No dia útil imediatamente seguinte ao término do feriado extraordinário, ou seja, em D+N+1, a **câmara** estará apta a processar as instruções de **liquidação** de operações com data de negociação em D+0 passíveis de autorização de **entrega** ou recebimento de **ativos**.

16.6.2. Liquidação de posições

As **posições** com **liquidação** por **entrega** de **ativos**, originalmente prevista para ocorrer no período de vigência do feriado extraordinário, ou seja, até D+N, inclusive, terão a **liquidação** postergada por N dias das datas de **liquidação** originalmente previstas. Os lançamentos financeiros referentes às **liquidações** previstas para ocorrer até D+N, inclusive, serão postergadas, não ocorrendo o acúmulo, em um único dia, de **liquidações** financeiras referentes a datas distintas.

A **liquidação** financeira de **posições** que não envolvem **liquidação** por **entrega** de **ativo**, originalmente prevista para D+1, serão postergadas para D+N+1.

As instruções de **liquidação** de **falha de entrega**, com data de **liquidação** originalmente prevista para D+1 serão liquidadas em D+N+1. A aplicação de **multa** e a justificativa referente a **falha de entrega** serão processadas pela **câmara** em D+N+1.

As instruções de **liquidação** geradas em virtude de cancelamento de recompra, com data de **liquidação** originalmente prevista para ocorrer em D+1, serão ajustadas para **liquidação** em D+N+1.

16.6.3. Recompra de ativos

Os prazos para cancelamento, execução e reversão de recompra serão defasados em N dias das datas originalmente estabelecidas.

16.7. Contratação de empréstimo de ativos

As ofertas disponíveis com vencimento para o período de vigência do feriado extraordinário serão canceladas.

16.8. Oferta de distribuição de ativos

Antes do início do período de reserva, o cronograma de ofertas poderá ser alterado, desde que o período de colocação das intenções de investimento ainda não tenha sido iniciado.

Para ofertas públicas em andamento, a alteração de cronograma seguirá regras acordadas junto à CVM.

INFORMAÇÃO PÚBLICA – PUBLIC INFORMATION